

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER

**“O ABYSMO DAS SUSPEITAS”: AS NARRATIVAS DA
TRAGÉDIA DA PIEDADE (1909) E A CONSTRUÇÃO DO
MITO DE EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909).**

Goiânia-GO,
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Anna Paula Teixeira Daher

3. Título do trabalho

"O Abysmo das Suspeitas": as narrativas da Tragédia da Piedade (1909) e a construção do mito de Euclides da Cunha (1866-1909)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER, Discente**, em 19/04/2022, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Selma Fernandes Capel, Professora do Magistério Superior**, em 27/04/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2844428** e o código CRC **ED15A176**.

ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER

“O ABYSMO DAS SUSPEITAS”: AS NARRATIVAS DA TRAGÉDIA DA PIEDADE (1909) E A CONSTRUÇÃO DO MITO DE EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909).

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: Interculturalidades e Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Heloisa Selma Fernandes Capel.

Goiânia-GO,
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Daher, Anna Paula Teixeira
O abysmo das suspeitas [manuscrito]: as narrativas da Tragédia da Piedade (1909) e a construção do mito de Euclides da Cunha (1866-1909) / Anna Paula Teixeira Daher - 2022.
CCXVIII, 218 f.

Orientador: Profa. Dra. Heloisa Selma Fernandes Capel.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022.
Bibliografia.
Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Tragédia da Piedade. 2. Narrativa. 3. Euclides da Cunha. 4. Crime Passional. 5. República. 6. História do Brasil I.
Capel, Heloisa Selma Fernandes, orient. II. Título.

CDU 94(81)"1889/..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **010/2022** da sessão de Defesa de Tese de **ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **sete dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa da Tese intitulada "**O Abismo das Suspeitas**": as narrativas da **Tragédia da Piedade (1909)** e a **construção do mito de Euclides da Cunha (1866-1909)**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Heloisa Selma Fernandes Capel (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Rosângela Patriota Ramos (UPM)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rodrigo de Freitas Costa (UFTM)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ademir Luiz da Silva (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovada(o)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Heloisa Selma Fernandes Capel**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **sete dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Curso**, em 12/04/2022, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Selma Fernandes Capel, Professora do Magistério Superior**, em 12/04/2022, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Professor do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=acesso_externo=0, informando o código verificador **2712555** e o código CRC **0148A232**.

AGRADECIMENTOS

Sou tão grata a minha mãe, Magali, e a minha irmã, Luisa, minhas melhores companheiras de caminhada. Também sempre grata ao meu pai, Otávio, que se já não caminha mais ao meu lado, segue sempre comigo. Agradeço, ainda, a família e aos amigos, em nome de Ricardo e Silvia Piccolo Daher, que são os dois.

Grata a minha orientadora, Prof. ^a Dr. ^a Heloisa Selma Fernandes Capel, pelos rumos traçados com paciência e gentileza, e por tantos aprendizados ao longo do caminho.

Em nome de Cintila Garcia agradeço a inestimável ajuda dos servidores do PPGH/UFG, da Biblioteca Central da UFG, da Biblioteca Brasileira Guida e José Mindlin/USP, da Biblioteca da ECA/USP, da Biblioteca da FFLCH/USP, da BN (RJ), ABL, IHGB e da Casa de Cultura Euclides da Cunha.

Agradeço em nome de Jacqueline Vigário as discussões do GEHIM/UFG, da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas do Mundo Contemporâneo (UPM), bem como do LIHLIT/UFG.

Aos professores do PPGH/UFG agradeço em nome da Prof.^a Dr. ^a Raquel Campos, cuja disciplina em muito ajudou as leituras desse trabalho. Aos colegas do PPGH/UFG agradeço em nome de Krisley Oliveira, que tantas vezes me socorreu.

A Prof. ^a Dr. ^a Rosângela Patriota, Prof. ^a Dr. ^a Ana Carolina Coelho e ao Prof. Dr. Rodrigo de Freitas, agradeço a leitura generosa da qualificação, fundamental para a versão final deste trabalho. Aos três professores e também ao Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva, agradeço por participarem da banca examinadora da tese. Igualmente, agradeço ao Prof. Dr. Eliézer Cardoso, Prof. ^a Dr. ^a Raquel Miranda, Prof. ^a Dr. ^a Sônia Magalhães e ao Prof. Dr. Leandro Rocha por se colocarem à disposição como suplentes.

Agradeço a CAPES pela bolsa concedida, que me permitiu uma dedicação muito maior a essa pesquisa.

RESUMO

O escritor Euclides da Cunha foi morto em razão de uma série de acontecimentos envolvendo Dilermando de Assis, amante de sua esposa, Ana Emília, por ele interpelado a fim de recuperar a honra, em circunstâncias que foram narradas de diferentes maneiras, a partir de diferentes memórias e ficaram conhecidas como “Tragédia da Piedade”. Parte-se desse acontecimento para compreender como as suas disputas narrativas e de memória contribuem para erigir a imagem de Euclides como ideal de homem e de intelectual, um mito – e como essas construções advêm das conjunturas históricas e da recepção de sua vida, morte e obra articuladas a partir da atuação e criação de tradições das instituições culturais das quais ele fazia parte. Estar entre esse grupo de homens pensantes a serviço de uma mesma causa (a instituição da República como o regime vigente no Brasil e, então, a sua solidificação), é o que vai franquear a Cunha o espaço do mito. Neste trabalho, pretende-se entender como a mitificação de Cunha se torna possível em razão da sua posição nas instituições (vivo e depois de morto), não apenas a partir do seu lugar no cânone ou somente do lugar da crítica literária. Isso se dá a partir da análise da construção de narrativas que afirmam o seu lugar de “homem de família honrado”, de grande pensador, culminando com sua mitificação pessoal e a inscrição do seu nome entre os “grandes da pátria”. Isso se dá não só pela qualidade de sua obra ou as circunstâncias de sua morte, mas, também, porque seus pares o reconheceram e o defenderam tendo em vista que, entre eles, já estava determinado o valor das tradições culturais que eles protegiam, em um contexto que eles também ajudavam a construir – o da República, em uma narrativa sobre a qual eles detinham o controle (das informações, da linguagem, do vocabulário) a partir das mesmas sensibilidades e visões de mundo.

Palavras Chave: Euclides da Cunha, “Tragédia da Piedade”, narrativa, honra, república.

ABSTRACT

The writer Euclides da Cunha was killed due to a series of events involving Dilermando de Assis, the lover of his wife, Ana Emília, whom he tried to kill to recover his honor, in circumstances that were narrated in different ways, from different memories and became known as the “Tragédia da Piedade”. From this event on, we begin to understand how his narrative and the memory disputes that rise from them contribute to erect Cunha’s image as an ideal of man and intellectual, a myth - and how these constructions come from historical circumstances and the reception of his life, death and work articulated with the performance and creation of traditions of the cultural institutions of which he was part. Being a part of this groups of intellectuals at the service of the same cause (the institution of the Republic as the oficial brazilian regimen and its solidification), is what will allow the space of the myth to Cunha. This work intends to understand how Cunha's mythification become possible due to his position in this institutions (alive and after death), not only from his place in the literary canon or only from the place of literary criticism. This is possible with the analysis of the construction of narratives that affirm his place as an honorable family man, a great intellectual, culminating in his personal mythification and the inscription of his name among the greats of the country. This is due not only to the quality of his work or the circumstances of his death, but also because his peers recognized him and defended him considering that, among them, the value of the cultural traditions they protected was already determined, in a context that they also helped to build – precisely that of the Republic, in a narrative over which they held control (of information, language, vocabulary) from the same sensibilities, the same worldviews.

Key words: Euclides da Cunha, “Tragédia da Piedade”, narrative, honor, republic.

SOMMAIRE

L'écrivain Euclides da Cunha a été tué à cause d'une série d'événements dans lesquels Dilermando de Assis, l'amant de sa femme, Ana Emilia, a été impliqué et à qui il a demandé de recouvrer son honneur, dans des circonstances qui ont été racontées de différentes manières, depuis différents souvenirs et sont devenues connues comme la "Tragédia da Piedade". Nous partons de cet événement pour comprendre comment ses disputes narratives et mémorielles contribuent à ériger l'image d'Euclides comme un idéal de l'homme et de l'intellectuel, un mythe - et comment ces constructions proviennent des circonstances historiques et de la réception de sa vie, de sa mort et de son œuvre articulée de la performance et de la création des traditions des institutions culturelles dont il faisait partie. Appartenir à ce groupe d'hommes pensants au service d'une même cause (l'institution de la République comme régime en vigueur au Brésil et, ensuite, sa solidification), c'est ce qui ouvrira l'espace du mythe à Cunha. Ce travail cherche à comprendre comment la mythification de Cunha devient possible compte tenu de sa position dans les institutions (avant et après sa mort), ne pas seulement depuis sa place dans le canon ou seulement depuis la place de la critique littéraire. Cela passe par l'analyse de la construction de récits qui affirment son rôle de père de famille honorable, de grand penseur, aboutissant à sa mythification personnelle et à l'insertion de son nom parmi les grands du pays. Ceci est dû non seulement à la qualité de son travail ou aux circonstances de sa mort, mais aussi parce que ses pairs l'ont reconnu et l'ont défendu considérant que, parmi eux, la valeur des traditions culturelles qu'ils protégeaient était déjà déterminée, dans un contexte qui ils ont aussi contribué à construire – précisément celui de la République, dans un récit dont ils avaient la maîtrise (de l'information, du langage, du vocabulaire) fondé sur les mêmes sensibilités, les mêmes visions du monde.

Mots clés: Euclides da Cunha, "Tragédia da Piedade", récit, honneur, république.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras.

BN – Biblioteca Nacional.

ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

FFLCH/USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GEHIM/UFG - Grupo de Estudos de História e Imagem, Universidade Federal de Goiás.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LIHLIT/UFG - Laboratório de Estudos Interdisciplinares em História e Literatura, Universidade Federal de Goiás.

PPGH/UFG – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1. Fac Símile de manchete do Jornal do Brasil de 16 ago 1909. Fonte: BN	31
Imagem 2. Charge da morte de Euclides da Cunha. Revista <i>O Malho</i> , n. 363. Fonte: BN	35
Imagem 3. Manoel Pimenta da Cunha. Fonte: Cadernos de Literatura Brasileira	53
Imagem 4. Eudóxia Alves Moreira. Fonte: Cadernos de Literatura Brasileira	53
Imagem 5. Euclides da Cunha aos 10 anos de idade. Fonte: Cadernos de Literatura Brasileira	53
Imagem 6. Euclides da Cunha aos 25 anos de idade. Fonte: Museu da República	53
Imagem 7. Euclides da Cunha em cerimônia na Escola Militar. Fonte: PONTES, 1938	56
Imagem 8. Euclides da Cunha com membros da missão de reconhecimento do Alto Purus. Fonte: ELUF, 2009	66
Imagem 9. Corpo de Euclides da Cunha é velado na ABL. Fonte: <i>O Malho</i>	72
Imagem 10. Ana Emília Sólon Ribeiro (de Assis) em São João Del Rey. Fonte: Euclidesite	77
Imagem 11. Dilermando de Assis. Fonte: Euclidesite	88
Imagem 12. Dilermando e Dinorah de Assis. Fonte: Dirce Cavalcanti para BBC Brasil	89
Imagem 13. Capa do processo instaurado para apurar a morte de Euclides da Cunha. Fonte: Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	93
Imagem 14. Fac Símile manchete do Correio da Manhã de 18 ago de 1909. Fonte: BN	100
Imagem 15. Fac Símile manchete d' <i>O Paiz</i> de 16 ago 1909. Fonte: BN	100
Imagem 16. Jornalistas cercam o corpo de Euclides da Cunha no necrotério. Fonte: Revista do Livro da BN	101
Imagem 17. Esquema das lesões encontradas no corpo de Euclides da Cunha (frontal). Fonte: Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	116
Imagem 18. Esquema das lesões encontradas no corpo de Euclides da Cunha (costas). Fonte: Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	116
Imagem 19. Fac símile da capa da Revista Diretrizes de 06 nov 1941. Fonte: BN	128
Imagem 20. Ana, Sólon e Euclides Filho, no quintal da casa de São José do Rio Pardo, 1900. Fonte: Euclidesite	133
Imagem 21. Euclides da Cunha Filho, aspirante da Marinha. Fonte: Euclidesite	135
Imagem 22. Fac Símile de manchete da <i>Gazeta de Notícias</i> de 06 jul 1916. Fonte: BN	137
Imagem 23. Fac Símile de manchete d' <i>O Paiz</i> . Fonte: Euclidesite	137
Imagem 24. Fac Símile capa da <i>Revista Careta</i> nº 420, de 08 jul de 1916. Fonte: Estadão.....	138

Imagem 25. Fac Símile da primeira página da entrevista de Dilermando de Assis a David Nasser na Revista <i>O Cruzeiro</i> , novembro de 1951. Fonte: BN	149
Imagem 26. David Nasser observando o dorso nu de Dilermando de Assis. Revista <i>O Cruzeiro</i> , novembro de 1951. Fonte: BN	149
Imagem 27. Dilermando de Assis e sua filha caçula, Dirce. Revista <i>O Cruzeiro</i> , novembro de 1951. Fonte: Biblioteca Nacional	149
Imagem 28. Fac-símile da carta de agradecimento de Euclides da Cunha por sua eleição com sócio do IHGB. Fonte: <i>Site</i> do IHGB	155
Imagem 29. Fac-símile da folha de rosto do livro da Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Euclides da Cunha, realizada pela BN em 1966. Fonte: BN	156
Imagem 30. Escrivanhinha utilizada por Euclides para escrever <i>Os Sertões</i> . Por JR Diorio para Estadão, 2016	174
Imagem 31. Grupo de pessoas em torno da cabana de zinco, em homenagem a Euclides no ano de 1912. Fonte: <i>Site</i> São José <i>On line</i>	175
Imagem 32. Cabana de zinco de Euclides da Cunha protegida por uma redoma de vidro. Por JR Diorio para Estadão, 2016	176
Imagem 33. Propaganda de consultório odontológico em São José do Rio Pardo, 1992. Fonte: ABREU, 1994	177
Imagem 34. Propaganda da Cia Paulista de Energia Elétrica no Jornal <i>Gazeta de Rio Pardo</i> , 1993. Fonte: ABREU, 1994	177
Imagem 35. Desfile Cívico da Semana Euclidiana. Fonte: <i>Site</i> São José <i>On line</i>	178
Imagem 36. <i>Banner</i> dos jogos da Semana Euclidiana. Fonte: <i>Site</i> Rádio Difusora.....	179
Imagem 37. Estudantes de Cantagalo (RJ) participam da Maratona Euclidiana de 2017. Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Cantagalo	180
Imagem 38. Fac Simile da Certidão de Óbito de Euclides da Cunha. Fonte: Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. PERSONAGENS EM UM CENÁRIO REPUBLICANO	35
1.1. Forjado na ruptura republicana: Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha	52
1.2. À sombra e à imagem da República: Ana Emília Sólton Ribeiro (da Cunha) (de Assis)	73
1.3. Sob o espírito militar e a agitação republicana: Dilermando Cândido de Assis	84
CAPÍTULO 2. NARRATIVAS EM PRIMEIRO ATO: TRAMAS DO FATO E DA ESCRITA	93
2.1. “O grande drama da República”: cobertura jornalística	98
2.2. Da Delegacia ao Tribunal: narrativas oficiais	108
2.3. Erigindo o mito: “por protesto e adoração”.....	120
CAPÍTULO 3. NARRATIVAS EM SEGUNDO ATO: ENREDOS DA MEMÓRIA	128
3.1. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha Filho: vingança em nome do pai	132
3.2. Memórias de família e as construções das narrativas da Piedade	141
3.3. O pecado de viver: Dilermando e a sombra de Euclides	147
CAPÍTULO 4. CAI O PANO, NASCE O MITO: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DE EUCLIDES	155
4.1. Entre seus pares: Euclides no IHGB	163
4.2. As bases da imortalidade: Euclides na ABL	166
4.3. Monumentalização rumo à meca do euclidianismo: o Grêmio	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
BIBLIOGRAFIA	189
ANEXO 1 Esquema famílias Cunha e Assis	215

INTRODUÇÃO

Talentos, pensamentos, palavras, obras, tudo é da república.
Frei Caneca.

Propor uma pesquisa sobre Euclides da Cunha (1866-1909) trouxe duas inquietações recorrentes. A primeira delas foi o certo desânimo que se nota nas pessoas, uma vez que, dada a grandeza do nome, sobre ele muito já se falou. Parece, a princípio, mais do mesmo; logo, é importante ressaltar que não é. E aqui não se escreveu uma tese sobre *Os Sertões*, o que trouxe a segunda instigação: por ser o título tão ligado ao autor, ainda é preciso esclarecer ser possível tratar sobre Euclides sem discutir, como principal assunto, sua grande obra.

No que diz respeito a esta tese, parte-se da “Tragédia da Piedade”, o nome dado pela imprensa¹ aos acontecimentos que levaram à morte de Euclides da Cunha, que faleceu em razão de tiros dados por Dilermando de Assis (1888-1951), amante da esposa de Cunha, Ana Emília² (1872-1951), a S’Anninha³; para compreender como as suas disputas narrativas e de memória contribuíram para erigir a imagem de Euclides como ideal de homem e de intelectual, um mito – e como essas construções míticas advêm das conjunturas históricas e da recepção de sua vida, morte e obra articuladas desde a atuação de instituições culturais, inclusive das quais ele fazia parte (como a ABL e o IHGB).

Mas, antes de se chegar a Euclides e as circunstâncias de sua morte, cumpre traçar o caminho que trouxe a pesquisa até aqui. Minha trajetória pelos caminhos da História começa pelos caminhos do Direito, primeiro curso superior que frequentei. O ingresso na graduação em História na UFG aconteceu em 2012, mesmo ano de adesão ao GEHIM/UFG, onde se iniciaram leituras que levaram ao trabalho e à vida do pintor José Ferraz de Almeida Jr. (1850-1899)⁴,

¹ Evaristo de Moraes, o advogado de defesa de Dilermando de Assis, conta em seu livro *Reminiscências de um Rábula Criminalista*, que o fato foi apelidado de “Tragédia da Estrada de Santa Cruz” (MORAES, 1922, p. 211), mas não se encontra outro registro desse apelido na documentação levantada. Jefferson Andrade recorda “a imprensa brasileira da época fartou-se com a repetida chamada: a tragédia da Piedade” (ANDRADE, 2009, p. 55).

² A grafia do nome de Ana aparece algumas vezes, com apenas uma letra “n” e muitas vezes com duas letras “n”. A opção pela grafia com apenas uma letra “n” se dá porque essa é a forma da documentação oficial - como a certidão de casamento de Ana e Euclides, transcrita por Roberto Ventura (2003, p. 271). Anote-se, por oportuno, que Brandão (1990, p. 131) apresenta um fac-símile da certidão de batismo de Ana, lavrada em Jaguarão - RS, na qual o nome está grafado com dois “n”. No decorrer desse trabalho, quando a grafia é vertida com duas letras “n” trata-se de transcrição.

³ A grafia do apelido de Ana, S’Anninha, também não aparece de maneira uniforme nas obras consultadas para esse trabalho – às vezes com um “n”, às vezes com dois “n”. Optou-se pela grafia apresentada em *Anna de Assis: história de um trágico amor* (ANDRADE, 2009), que usa dois “n”, porque, por se tratar de apelido familiar, pretendeu-se seguir justamente a forma como a família a chamava.

⁴ Nascido em Itu – SP, foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e, como bolsista do Imperador Dom Pedro II, aluno da Escola de Belas Artes de Paris. Tem obras espalhadas por diversos museus nacionais, como o Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (MNBA), o Museu Paulista (MP), o Museu de Artes de São Paulo (MASP) e a Pinacoteca do Estado de São Paulo (PESP), a grande guardiã de sua produção. Em um período

que morreu pela faca do marido de sua amante, que buscava lavar a honra ferida pela traição. Desses estudos e buscando o diálogo entre minhas formações é que surgiu a dissertação de mestrado *A cultura da violência entre traços e tramas: o caso do pintor Almeida Jr. (1850-1899)*, defendida no PPGH/UFG em 2017⁵.

Nas leituras para o mestrado foi possível encontrar diversas menções à “Tragédia da Piedade”. Euclides e Almeida Jr. morreram em lados opostos – o escritor como o marido traído cuja vida foi ceifada pela bala do amante que se defendia do ataque, e o pintor como o amante que não revidou a tempo e cujo sangue lavou a honra ferida de seu agressor. Ambos são nomes importantes em seus campos e, talvez mais que isso, nomes importantes na construção da identidade brasileira⁶. Não há aqui qualquer pretensão de comparar o lugar de Euclides da Cunha e Almeida Jr. nesta empreita, são circunstâncias e papéis absolutamente diferentes. Almeida Jr. tem, em resumo, sua produção resgatada pelos modernistas da Semana de 22, que veem nele o grande pintor nacional, ou, como diz Monteiro Lobato (CHIARELLI, 1995), aquele que pinta não um homem, mas o homem – o homem da terra. Euclides é base dessa construção, ao lado de nomes como Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda que aqui se debruce em circunstâncias mais pessoais da vida de Euclides, é sempre bom lembrar o que Walnice Galvão (1981) foi cuidadosa em destacar, que esse lado mais explícito da vida do escritor não deve fazer sombra ao seu papel de homem público. De fato, aos seus papéis de homem público, que foram muitos: como escritor/intelectual (e a partir daí como jornalista e atuante defensor da implantação da República) e também como engenheiro, profissão instrumental no desenvolvimento de um país que, no final do século XIX,

relativamente curto de trabalho, deixou quadros de temática variada: retratos, paisagens, natureza morta, pinturas de gênero, históricas, religiosas e alegóricas (DAHER, 2017).

⁵ Seu objetivo era investigar os sintomas de violência no interior do Brasil oitocentista por meio da vida e da obra de Almeida Jr., especialmente o crime de honra que o matou. Para tal, constatadas tanto sua produção quanto as (re) interpretações contemporâneas de seu universo pictórico, bem como as circunstâncias de sua morte narradas no processo crime que apurou o fato. Considerava-se a hipótese de violência como traço cultural do séc. XIX a partir da chave de leitura apontada por Jorge Coli (2005) e suas premissas sobre o pensamento do artista (2010) na inter-relação entre a obra e a vida do pintor. Nesse trabalho foram examinados, igualmente, a retórica e argumentação constantes do processo-crime, mecanismos que tornam o texto jurídico uma prática social discursiva, considerando a escrita jurídica também em sua experiência cultural, lançando novas luzes sobre a análise dessas narrativas, especialmente a partir das reflexões advindas do culturalismo jurídico e seus desdobramentos teóricos. Os indícios de violência na obra de Almeida Jr. foram associados à violência em torno de seu cotidiano e às sensibilidades jurídico-culturais que motivaram o artista e suas circunstâncias (DAHER, 2017).

⁶ A crítica se preocupa em ressaltar a discussão sobre a nacionalidade na obra de Cunha, conforme se vê com Gilberto Freyre (1944), quando destaca que Euclides sempre se interessou com mais profundidade pela expressão social e pela significação brasileira ao se debruçar sobre os documentos que viria a estudar, interpretar e esclarecer; ou com Silvio Rabelo (1948, p. 10), que apontou que a preocupação nacionalista de Euclides era “uma antecipação que, para o Brasil dos começos do século XX foi mais que uma simples preocupação literária”.

se encontrava com seu próprio futuro a partir da industrialização, do transporte ferroviário e rodoviário, de pontes, demolições e construções, desbravando seu território.

A publicação de *Os Sertões* alçou Euclides a um lugar especial na história intelectual do Brasil e também em seu cânone⁷ literário, que é o conjunto de obras (e seus autores) que a sociedade e as instituições consideram perenes, geniais, seminais por comunicarem valores humanos essenciais, devendo ser estudadas e transmitidas de geração em geração.

Florestan Fernandes (1997, p. 35) a nominou como obra que “possui valor de verdadeiro marco” por dividir o “desenvolvimento teórico-social da sociologia no Brasil”. Antônio Cândido (2000, p. 122) também cimentou o lugar⁸ de Euclides no Olimpo da *intelligentsia*⁹ nacional ao apontar que “*Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo

⁷ Segundo o e-dicionário de termos literários de Carlos Ceia, cânone deriva da palavra grega *kanon* (espécie de vara com funções de instrumento de medida; cujo significado evoluiu para o de padrão ou modelo a aplicar como norma). O termo é inicialmente utilizado no séc. IV para nominar uma lista de Livros Sagrados (homologados pela igreja como transmissores da palavra de Deus), tornando o cânone bíblico inalterável, distinguindo-se neste aspecto do outro referente do cânone teológico, o conjunto de Santos Padres a que a Igreja Católica periodicamente acrescenta novos indivíduos através de um processo chamado canonização (e aqui o que importa é a ideia de que “canônica” é uma seleção materializada em lista de textos e/ou indivíduos adotados como lei por uma comunidade e que lhe permitem a produção e reprodução de valores, (normalmente ditos universais) e a imposição de critérios de medida que lhe possibilitem, num movimento de inclusão/exclusão, distinguir o legítimo do marginal, do heterodoxo, do herético ou do proibido. Neste sentido, torna-se claro que um cânone veicula o discurso normativo e dominante num determinado contexto, teológico ou outro, e é isso que subjaz a expressões como “o cânone aristotélico”, “cânones da crítica”, etc. Acompanhando o processo de secularização da cultura, a partir do Renascimento, o conceito e o termo vieram progressivamente a ser aplicados ao domínio da literatura, muitas vezes sob a forma de expressões como “os clássicos” ou “as obras-primas”. É possível fazer remontar o estabelecimento do cânone literário enquanto *instituição social* à escolarização da literatura moderna, que ocorre durante o século XIX, primeiro à margem das universidades, onde se privilegiava o estudo dos clássicos da Antiguidade canonizados por séculos de imitação e comentário, depois, já no início do século XX, na própria academia, onde se concretizava através de listas de textos a serem lidos e interpretados pelos alunos. Com a generalização da escolaridade obrigatória nas sociedades ocidentais, a escola passou a funcionar como o fator determinante de fixação e transmissão de cânones. Mais recentemente, porém, o *conceito* de cânone adquiriu visibilidade crítica no seio dos estudos literários organizados como disciplina e acedeu, de forma espetacular, à condição de problema central, não só do campo de conhecimentos, como também da estrutura institucional que o suporta. Tal fenômeno, que fez do cânone simultaneamente um termo técnico e uma fonte de disputa, tem origens diversas, se bem que inter-relacionadas, entre as quais: a desvalorização da grande literatura como componente do capital cultural das sociedades pós-modernas (obrigada a competir com outros saberes e produtos culturais), a nova reivindicação de representatividade cultural por parte de estratos sociais discriminados (mulheres, minorias étnicas) e a sua repercussão no meio acadêmico, a ascensão de modelos funcionalistas e relativistas do conhecimento na filosofia e outras áreas do saber. Verbete de João Ferreira Duarte, 2009, disponível em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/canone/>. Acesso em 20 jul 2021.

⁸ Observando a *intelligentsia* brasileira, Martins faz uma ressalva, a de que esses intelectuais professam competências específicas e, por terem uma socialização comum estabelecem mais facilmente laços de afinidade entre si, entre os membros desta *intelligentsia*, o que os une, normalmente superando divergências e rivalidades existentes. Segundo ele, “normalmente, esses laços comuns, esse sentimento de pertencer a um certo “nós” (*wefeeling*), se traduzem em símbolos próprios, numa linguagem e em hábitos mais ou menos compartilhados, por intermédio dos quais os membros da *intelligentsia* se reconhecem e são reconhecidos enquanto tais.” (MARTINS, 1987).

⁹ O termo, de origem latina, foi famosamente empregado para determinar um grupo distinto de pessoas na Rússia da segunda metade do séc. XIX e que não se encaixavam nas distinções sociais então existentes. Desde então, por extensão, é geralmente utilizado para determinar um grupo de intelectuais de um país (KIMBALL, s/d), um grupo bem-educado da sociedade, que defende os interesses da pátria e do povo a partir da razão e do conhecimento (VIEIRA, 2008).

literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira”. Essa recepção da obra por nomes de peso para a compreensão (e construção) do lugar do intelectual no Brasil é arrematada pela afirmação de Regina Abreu (1998) quando refletiu que a obra de Euclides se tornou um símbolo nacional, por si só um lugar de memória, o mesmo efeito de um bem tombado pelo patrimônio histórico – um monumento.

Acerca da formação do cânone nacional¹⁰, isso se deu sob a luz do romantismo, a partir do desejo de afirmação nacional e de independência cultural da metrópole apesar do monarca que os unia (CÂNDIDO, 2000). É importante fazer a ressalva de que a formação do cânone não está necessariamente ligada aos estilos literários, está ligada à política e às escolhas feitas por um grupo considerado apto para tal (como é o caso dos já citados Antônio Cândido ou Florestan Fernandes, por exemplo), apto para determinar quais as leituras vão construir as percepções de identidade, memória e formação do Brasil. Vem justamente dessas dinâmicas o esforço de muitos autores e pensadores para ampliar a leitura para além das obras consideradas clássicas. Harold Bloom (1994), autor da mais tradicional obra acerca da formação do cânone chama isso de “escola do ressentimento” – ele condena o esforço de leitura e apreciação do mundo a partir de aspectos sociais e políticos (pautas como o feminismo, o colonialismo, por exemplo) em detrimento da essência da literatura.

A narrativa de Euclides serve a outro regime, mas busca as mesmas necessidades: o desejo de afirmação nacional e a independência da monarquia que os antecedia. De modo que “a escolha do elenco de autores e obras termina por se definir pela maior ou menor capacidade em funcionar como instrumento de representação do país” (BARBOSA, 1996, p. 33), e quando Cunha publicou *Os Sertões*, os intelectuais, escritores, atores da República encontravam-se prontos para a crítica da sua formação e atuação – em Canudos¹¹ e de modo geral (GALVÃO,

¹⁰ Quanto ao cânone nacional em relação ao internacional, Barbosa faz a observação: “se, no caso das literaturas européias e norte-americana a fixação de cânones literários resultou do aparecimento de grandes ensaios de interpretação da herança cultural do Ocidente, quase sempre movidos por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes, no caso brasileiro a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e de autonomia com vistas às fontes metropolitanas” (BARBOSA, 2001, p. 17).

¹¹ A Guerra de Canudos, em resumo, foi um confronto entre o Exército e os participantes de um movimento popular de fundo religioso liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido na comunidade de Canudos, no interior da Bahia, em 1897. Conselheiro chegou ao sertão baiano no final da década de 1870, mas não despertou maior preocupação no Império, que entendia ser aquele um problema local. Mas a nascente República via a atuação messiânica do Conselheiro de modo diferente, como uma ameaça à ordem. (Conforme informações constantes de <https://tinyurl.com/2p82mzk9>. Acesso em 12 out 2021).

2009b), que é o que nessa obra se via. Era o primeiro passo para que ela se inserisse na lista das obras que fazem a nação, a partir do trabalho de nomes como Sílvio Romero e José Veríssimo¹².

Ao longo do tempo a crítica se repetiu: Euclides era brilhante na forma e no estilo, rico na linguagem, e abordava tema histórico de relevância considerando as consequências dos atos do governo brasileiro nos habitantes dos sertões – que este mesmo governo parecia sempre ignorar (LIMA, 1997, p. 21). Mas a permanência de Euclides nesse Olimpo não se deu sem julgamento ao longo dos anos, é bom ressaltar. Cândido (2000) nominou o texto de Cunha como de um barroquismo exagerado e de mau gosto. Mário de Andrade discordava da visão da obra que Cunha ganhou pelo público e grande parte da crítica ao atestar que “Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura” (LIMA, 1997, p. 22). Sevcenko, por sua vez, via a questão por um ângulo diferente do de Mário de Andrade, ele refletiu sobre a posição de Euclides diante de diferentes correntes de pensamento que faziam parte de sua vida e formação: o idealismo romântico e o realismo científico: “sem ligar-se em particular a nenhuma dessas correntes (romantismo, realismo, parnasianismo), Euclides entreteceu-as todas, imprimindo-lhes a unidade de uma trama tensa a serviço de suas convicções filosóficas e científicas.” (SEVCENKO, 1983, p. 159).

Também como sua obra vai além de *Os Sertões*¹³, a sua contribuição para o pensamento brasileiro ultrapassa este marco¹⁴: Cunha em muito favoreceu a inserção da Amazônia na questão da formação nacional, e, mais que isso, inaugurou um novo modo de perceber a história da região, ao observar a vivência da população amazonense à margem a história (PINTO, 2012). Neste ponto, seja no Alto Purus, seja em Canudos, o que é importante destacar é como Euclides enxergava o fato de que a discussão da identidade e da nacionalidade no Brasil deveria passar pelas figuras tanto do sertanejo quanto do caboclo¹⁵ (FERREIRA, 2019).

¹² Euclides vem permanecendo firmemente no cânone literário nacional também a partir do trabalho e das conclusões de críticos mais contemporâneos (e ainda tradicionais) como o próprio Antônio Cândido e Alfredo Bosi, por exemplo, que entendem a crítica (e, conseqüentemente, a ascensão do autor ao cânone nacional) observada a partir de valores estéticos.

¹³ Sobre este livro, uma das mais recentes e completas análises de sua fortuna crítica está em BARBOSA FILHO, Hildebrando. *Os sertões: Historiografia e esteticidade*. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.). **O clarim e a oração, cem anos de Os sertões**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

¹⁴ Note-se que Berthold Zilly, trabalhando *Os Sertões*, entende que a grande força e maior importância da obra está no fato de que Cunha constrói sua narrativa para interligar história natural e história social: “Euclides da Cunha narra uma espécie de gênese, a origem do *hinterland* e da sua população, mais ainda, as origens da terra e nação brasileiras. Estuda os traços distintivos, as deficiências e potenciais de desenvolvimento do sertão e de todo o Brasil, bem como a posição do país num mundo cada vez mais homogêneo por aquilo que mais tarde se chamaria de globalização, e ao mesmo tempo profundamente cindido pelo darwinismo social, defendido e ao mesmo tempo criticado pelo próprio autor” (ZILLY, s/d).

¹⁵ Acerca das diferenças entre os termos “sertanejo” e “caboclo”, Silva é cristalino ao trazê-la, enquanto pondera sobre a definição de outro termo de múltiplas explicações, o “caipira”: “Estudos no campo acadêmico, como o

A formação e a produção de Cunha, que ocorreram em condições políticas e sociais cheias de especificidades – discutidas no primeiro capítulo – o qualificaram para fazer parte desse grupo de intelectuais que vão pensar a construção da República e, por consequência, do Brasil. O período da vida adulta de Euclides é um período de intensa atividade intelectual/cultural no país, e os nomes envolvidos nessa dinâmica são também os envolvidos na organização política brasileira. No período entre o final do Império e a primeira metade do séc. XX, o que se vê são gerações de pensadores dedicados a diagnosticar o país e apresentar projetos aptos a alçar o Brasil ao seu lugar de país civilizado:

Desde a chamada “geração de 1870”, que teve uma forte atuação nas discussões sobre a escravidão, a abolição, a República e a introdução de um “bando de novas ideias”, conforme se referia Silvio Romero, os intelectuais brasileiros acreditavam que a modernização, o progresso e a construção de uma nação civilizada não seriam possíveis sem a condução dos intelectuais e a intervenção direta da ciência e da técnica nesse processo. (SOUZA, 2018, p. 07).

Euclides e seus pares não se reconheciam apenas nas agremiações de intelectuais, eles se agrupavam no mundo da política republicana¹⁶ e do trabalho, eles atuavam juntos, como engenheiros, médicos, professores, membros das forças armadas, advogados, jornalistas, funcionários públicos¹⁷, muitas vezes perpetuando nas profissões escolhidas tradições de família. Essas pessoas, geralmente educadas formalmente nos mesmos lugares¹⁸, se agregavam para servir ao Estado— no caso, a República, essencialmente como mediadores culturais, e a sua produção atuava, como já foi dito, na formação da identidade dessa República, no ideal do que explica Castoriadis, quando fala que nação e nacionalismo são mais que conceitos elaborados dentro de parâmetros de racionalidade, mas são também “coisas inventadas” no âmbito da imaginação social, a partir de uma extensa rede simbólica que lhes confere vigência diante de indagações como “quem somos nós?” e “quem somos nós diante do mundo?”. É a construção dessa resposta, a partir desses ideais que também são edificados que se define, se oferece ao

clássico *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido, consagraram o termo caipira não como sendo o caboclo, que antes de tudo exprime a idéia de mistura de raças, ou sertanejo, que graças a Euclides da Cunha, de *Os Sertões*, passou a ser identificado com o homem do interior nordestino. Caipira, no entender de Candido, é um tipo de vida, um modo de cultura proveniente de grupos sociais herdeiros da expansão bandeirante dos séculos XVII e XVIII, a partir da província de São Paulo.” (SILVA, 2008, p. 23).

¹⁶ Embora Euclides, ao longo dos anos, tenha ficado a cada dia mais desapontado com os rumos do Brasil República, “estou nessa reserva desde os vinte anos, quadra que me assaltou o pessimismo incurável com que vou atravessando esta existência no pior dos piores países possíveis e imagináveis.” (CUNHA, 1909 *apud* GALOTTI e GALVÃO, 1997, p. 423).

¹⁷ Miceli (2001) aponta o serviço público como um meio de perpetuação das elites regionais, uma ferramenta para a manutenção da influência e do status familiar.

¹⁸ Seguir a profissão do pai era uma tradição das elites do início do século XX e mais uma forma de perpetuar seu poder (MICELI, 2001).

grupo uma configuração político-econômica, a religião, os mitos fundadores, por exemplo, e seus significados (CASTORIADIS, 1982, p. 139-141).

Na esteira do que alegou Sirinelli (2003), que o grupo de intelectuais em estudo possa ser definido tanto por um caráter sociológico e cultural – justamente o dos mediadores culturais (jornalistas, professores, escritores), quanto pelo cunho político, e aí estão as pessoas envolvidas, de alguma forma, com a vida das cidades, cabe lembrar que a especialidade cultural do intelectual poderia refletir sua postura política – como foi o caso de Euclides que, em muito, dedicou-se a difundir uma narrativa científica que alcançasse grupos não especializados – e os atingisse, os convencesse. Sirinelli ecoa Bobbio, quando este afirma que um homem de cultura que milita intensamente na política se coloca a serviço daquela ideologia “[...] ele trai sua missão de clérigo [...] Mas se, de outra parte, o homem de cultura põe-se acima do combate para não trair e se 'desinteressar das paixões da cidade', diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral” (BOBBIO, 1997, p. 21-22).

Ainda nessa visão do papel dos intelectuais, cabe destacar a reflexão de Thomas Sowell acerca dos processos e técnicas de aferição desse grupo. Para ele, quando o intelectual se apresenta como público, divulgando suas ideias para o mundo em geral, além do seu círculo profissional/intelectual, há uma tendência de discussões mais genéricas, mais ideologicamente carregadas e mais politicamente orientadas (SOWELL, 2011, p. 30).

Fazer parte de um grupo de homens pensantes a serviço de uma mesma causa foi o que franqueou a Cunha o espaço do mito. Ou seja, seus pares o reconheceram e o defenderam porque entre eles já estava determinado o valor das tradições culturais que eles protegiam em um contexto que eles também ajudavam a construir, em uma narrativa sobre a qual eles detinham o controle (informações, linguagem, vocabulário) e a partir das mesmas sensibilidades, das mesmas visões de mundo – ou pelo menos bastante aproximadas. (GOMES e HANSEN, 2016).

De outro lado¹⁹, tem-se a questão do crime de honra como inquietação, uma forma de compreender as determinações culturais advindas do período, as argumentações ligadas aos crimes passionais²⁰ e os papéis dos homens e das mulheres nessa dinâmica ligada à honra, bem

¹⁹ Na esteira das argumentações do meu mestrado.

²⁰ Luiza Eluf (2002, p. 111) explica que embora todo crime seja passional de alguma forma, pois resulta da paixão no seu sentido mais amplo, juridicamente são chamados de passionais os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual ou amoroso. Portanto, o homicida era passional quando agia imbuído de uma paixão social, declarando defender os princípios da família, a honra, o bom nome - dele, o dono da mulher e dela, a guardiã do nome da família, cometendo um crime tomado por sentimentos intensos - ira, ciúme, inveja.

como as mudanças da sociedade brasileira no rastro da proclamação da República, no final do séc. XIX e no início do séc. XX.

A tragédia euclidiana mostrou-se como uma ótima possibilidade de estender esses estudos, especialmente quando se considera a honra sob a ótica da formação militar tanto de Euclides quanto de Dilermando – e, porque não dizer, da própria Ana, criada em uma família militar. Para esse grupo, lembra Castro (1995), “honra”, “brios” e “pundonor”, que é o dever do militar de agir com hombridade, integridade, são elementos muito importantes. Tão importantes e formadores do *ethos* do soldado que estão previstos até hoje²¹. Moniz Barreto²², que foi médico do exército em Canudos, resumiu bem essa particular visão de mundo ao apontar que “por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem e, à sua direita, a disciplina.” (BARRETO, 1893).

Raymond Williams (2002) diz que se chega à tragédia por muitos caminhos – o da experiência imediata, do conjunto de obras literárias, do conflito teórico ou um problema acadêmico. São caminhos múltiplos, mas que de certa forma dialogam até a chegada ao ponto comum: ela própria, a tragédia. Esse trabalho busca percorrer os caminhos de um acontecimento que passou à nossa memória coletiva como uma das tragédias seminais do Brasil, o grande drama da República; deveras, “o maior escândalo da vida brasileira do início do século” (VENTURA, 2003, p. 262).

Ao percorrer esses caminhos da tragédia, Williams (2002) reflete que geralmente sobre ela se pensa a partir de eventos como a morte, as guerras, catástrofes, a fome, ou mesmo o trabalho e a política, quando a tragédia é uma ideologia constitutiva da sociedade, dos seus pensamentos, porque quando “estes estão perversamente errados, ou quando as pessoas não mais os compreendem, há uma complicada estrutura de culpa e ilusão que é vivenciada em cada setor da experiência, assim como nos mais óbvios pontos de confluência” (WILLIAMS, 2002, p. 192). Esse papel da visão da tragédia a moldar pensamentos e comportamentos neste trabalho

²¹ Veja-se, por exemplo, o artigo 14 do Regulamento Disciplinar do Exército (Dec. 4.346/2002): “Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuidos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.”. Veja-se o art. 31 do mesmo diploma legal, “O serviço ativo das Forças Armadas será interrompido: [...] c) pela expulsão; [...] § 3º A expulsão, ocorrerá: [...] b) pela prática de ato contra a moral pública, pundonor militar ou falta grave que, na forma da Lei ou de Regulamentos Militares, caracterize seu autor como indigno de pertencer às Forças Armada [...]”. (Disponível em <https://tinyurl.com/ycks5zu3>. Acesso em 24 jan 2022).

²² Nascido na Bahia em 17 de junho de 1871, João Moniz Barreto de Aragão era filho do Barão e da Baronesa do Mataripe. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1895. Em 1897 chegou a Canudos como médico voluntário do Exército. Nunca mais deixou a corporação, onde construiu uma sólida carreira (Com informações da Academia Nacional de Medicina. (Disponível em <https://tinyurl.com/2p8rzvdm>. Acesso em 24 jan 2022).

se vê melhor especialmente a partir do que se analisa no Capítulo 4, que é a atuação de parte da sociedade, a partir de agremiações culturais, para trabalhar pela visão de Euclides da Cunha como um grande homem, um pensador nacional, e não somente um importante escritor que morreu assassinado pelo amante de sua esposa.

Iniciadas as pesquisas para o doutorado, pensou-se em abordar as narrativas da “Tragédia da Piedade” a partir dos jornais, do processo-crime que apurou o fato e da minissérie *Desejo*²³. Contudo, com as discussões da qualificação, entendeu-se que pela particularidade da linguagem televisiva, a minissérie exigiria um trabalho específico, e para os objetivos dessa tese, outros documentos foram privilegiados. De igual forma, as leituras relacionadas às instituições que acolheram o escritor, como a ABL e o IHGB, a relação de Euclides com outros intelectuais republicanos, bem como a criação do Grêmio Euclides da Cunha mostravam a importância de desenvolver com calma as ligações entre o ocorrido na Piedade e a conservação da memória de Cunha, o que resultou na estrutura que aqui se vê.

A fim de recuperar a honra, Euclides envolveu-se em circunstâncias que foram narradas de diferentes maneiras, a partir de diferentes memórias. Considerando-se as concepções da narrativa no campo historiográfico, por primeiro, é preciso retornar à década de 1960, a crise dos paradigmas e a ocasião na qual a história expande o seu campo de atuação das chamadas ciências sociais, ampliando as suas discussões do campo metodológico e passando a incluir a epistemologia do conhecimento histórico “deixou de ser a história processo ou os parâmetros da pesquisa metodicamente regulada para recair sobre os protocolos constitutivos do discurso historiográfico” (MALERBA, 2016, p. 17), colocou-se a história na condição de relato e a narrativa historiográfica passou a se preocupar com a dimensão inventiva do seu discurso, considerando-se que a narrativa esboça lacunas que dão ao ouvinte a chance de combinar o ouvido à própria existência, experiência.

Neste trabalho, a análise da narrativa não se dá apenas para atestar uma veracidade, mas sim para compreender ideais e valores de um período. A narrativa é uma lente pela qual se compreende como as pessoas pensavam, agiam e cobravam comportamentos de seus pares. Desta forma, nessa concepção de narrativa, para o objetivo da tese, não é necessário estabelecer um eventual elemento hierarquizador das fontes. O que nos leva a compreensão daquele tempo e de seus homens é o conjunto: os documentos legais, os documentos do grêmio, os trabalhos acadêmicos, a literatura, as narrativas memorialistas: esse arcabouço se mostra eficaz em seu

²³ Com 17 capítulos, escrita por Glória Perez com colaboração de Margareth Martins e dirigida por Wolf Maya e Denise Saraceni, veiculada pela Rede Globo de Televisão entre 27 de maio e 22 de junho de 1990. Ficha técnica informada na página Memória Globo (Disponível em <https://tinyurl.com/2p927bxf>. Acesso em jan 2019).

conjunto, não apenas a partir do trabalho historiográfico. Importante ressaltar que reconhecer que as narrativas memorialísticas podem ser fontes relevantes no campo da historiografia não significa deixar de aquiescer aos problemas existentes na utilização dessa documentação. É como argumenta Sbrana, ao apontar que se apoiar, por exemplo, em biografias na pesquisa historiográfica é importante para romper o “excesso de coerência do discurso histórico, permitindo indagar não somente o passado, mas, primordialmente, todas as outras possibilidades perdidas” (SBRANA, 2016, p. 330).

Neste sentido, alinha-se este trabalho à visão de que o extenso debate sobre a narrativa histórica serve também para indicar uma mudança nas discussões sobre a natureza do conhecimento histórico, considerando-se que “o problema da narrativa ultrapassa o plano da produção textual e remete para os fundamentos do pensamento histórico como experimentado na vida humana prática” (MARCELINO, 2012). É a partir dessa premissa que esse trabalho se volta para as narrativas da “Tragédia da Piedade” justamente nesse esforço de ver Euclides (e os demais envolvidos) no mundo em que viveu, no mundo dos textos que foram produzidos por eles e sobre eles, e as visões que eles – e os outros leitores, tiveram daquele caso, e daquela época, compreendendo, assim, as bases da mitificação de Cunha que vemos já cimentada (mas ainda não terminada) nos dias de hoje. O historiador trafega entre passado e futuro, escrevendo no presente interrogando o passado. Ele é um narrador, e o texto é meio do qual ele se utiliza para dar a ver um passado mais próximo possível do real.

Essa narrativa, no campo historiográfico, se mistura com a noção de memória que, na visão de Nora (1993, p. 9), “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”, elemento pertencente aos que vivem e, assim, sujeito às armadilhas e questões dos seus próprios esquecimentos e das suas lembranças²⁴. No caso da “Tragédia da Piedade” há o esforço de terceiros pela preservação da memória (deles) de Euclides. A recusa de Ana em compartilhar as suas memórias. O esforço de Dilermando em lembrar que memórias são diversas e as dele diferem das atribuídas a Euclides. Nas famílias deles também há uma diversidade de recordações e narrativas, memórias conflituosas²⁵ – e certezas, trata-se de uma luta de construção da verdade do papel de cada um deles (e, ao fim,

²⁴ Dois componentes são importantes para recuperação do passado: a memória como depositária da ação humana no tempo e a lembrança como rememoradora dessas ações. É por meio da memória e da lembrança que resulta o tempo refletido, a história. A memória é individual e coletiva, sendo objeto de manipulação política e ideológica é integrante do território do historiador. A memória é feita de reconstruções de lugares de memória, de recriações de algo que não existe mais (NORA, 1993). E até o que não existe pode ser muito pessoal, é comum que a memória seja vista como algo que pertence só a si mesmo – o que pode criar conflitos como os que são vistos quando se busca as memórias da família de Euclides, Ana e Dilermando (especialmente no capítulo 2). É como resume Ricoeur (2007, p. 107), “ao lembrar de algo, alguém se lembra de si”.

²⁵ Característica esta já apontada Pollack (1989) ao tratar da memória coletiva.

também uma luta pela preservação da memória de um homem, como se vê com Dirce²⁶ em relação a Dilermando).

E a ressalva dos conflitos dessas memórias aqui se torna importante porque, ao focarmos em indivíduos (a partir dos documentos, especialmente as biografias e livros sobre a “Tragédia da Piedade”) fica fácil perder de vista de que se trata, também, de uma memória coletiva, de um país impressionado pela sua maior tragédia, e que envolveu escritores, jornalistas, militares, uma sociedade lutando pelos seus ideais de República e honra. A partir disso, destaque-se o pensamento de Halbwachs (1990), da seletividade da memória – e do processo de negociação que disso advém: a negociação entre memória coletiva e memória individual na busca de uma conciliação.

A construção da memória só se faz com a recepção²⁷ do fato de maneira narrativa. É a recepção que constrói o sentido atribuído aos fatos. O fenômeno da recepção foi tratado pela literatura²⁸ por meio dos estudos culturais. Por meio de tais estudos, considerou-se que há um peso na maneira como os textos são recebidos em seu conteúdo e forma. Isso se traduz em crítica literária, mas, no nosso caso em específico, tratando-se da recepção de um acontecimento e não de uma obra literária, a tradução desse envolvimento e dessa reação do leitor se dá em notícias de jornal, por exemplo, ou em biografias, ou em livros que tratam da tragédia, em capítulo de biografia, em testemunhas judiciais que não deveriam fazer juízo de valor, mas fazem. Enfim, analisar a recepção²⁹ é entender como essa narrativa se dá e como ela continua, porque até hoje as histórias e impressões sobre a Tragédia da Piedade se repetem.

²⁶ Em entrevista, ela afirmou, “o que eu mais quero, todo o meu empenho, é tirar essa palavra (assassino) de sua biografia, que é tão pesada, tão feia” (CARNEIRO, 2019).

²⁷ A estética da recepção, por sua vez, “pressupõe um desdobramento essencial entre a recepção propriamente dita e uma análise do chamado efeito estético” (RAMOS, 2006, p. 4), famosamente tem como marco inicial “O que é e com que fim se estuda História da Literatura?”, a conferência de Hans Robert Jauss na Universidade de Constança em 1967, e chega ao Brasil no final da década de 1970, pelas mãos de Luiz Costa Lima, que organiza uma coletânea de ensaios da Escola de Konstanz com autores como Stierl, Iser e o próprio Jauss, entre outros. Contudo, a sistematização do pensamento crítico no âmbito da estética é anterior, data da segunda metade do séc. XIX, especialmente por literatos e intelectuais à altura de estabelecer o que seria o padrão do gosto (ARGAN, 1988) e também de discutir o objeto da arte em si (seja ela literária, cinematográfica, plástica). Aliás, é justamente aí que repousa a grande importância da crítica (e da sua observância no momento da pesquisa), essa discussão liderada pela crítica cria diálogo com o próprio objeto artístico e enriquece a sua existência e a sua influência.

²⁸ No que tange à recepção no âmbito da literatura, Jauss explica, segundo Zilbermann, que “entre a obra e o leitor, estabelece-se uma relação dialógica. Essa relação, no que lhe toca, não é fixa, já que, de um lado, as leituras diferem a cada época, de outro, o leitor interage com a obra a partir de suas experiências anteriores, isto é, ele carrega consigo uma bagagem cultural de que não pode abrir mão e que interfere na recepção de uma criação literária particular”. (ZILBERMANN, 2008, p. 92). Ela se volta para o papel do leitor, a forma como lê e entende a obra, não somente como espectador, mas como parte dela.

²⁹ Considerada a ideia que “a perspectiva recepcional visa a identificar claramente as condições históricas que moldaram a atitude do receptor num dado período da história” (ROCHA, 1996, p. 20), cumpre lembrar que a historicidade de uma obra não se esgota em análises estruturais, porque a obra só exerce completamente seu papel histórico no contato com o público, interessando aos historiadores a leitura desses textos nos mais diversos contextos históricos (RAMOS, 2006).

A sua morte como um grande pensador da nascente República, a recepção desse acontecimento e a sua influência na forma como a obra de Cunha é vista, bem como a sua posterior mitificação, foram visitadas, na academia, a partir de outros ângulos. Há a dissertação de mestrado de Natalia Peixoto Bravo de Souza, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Mascarenhas Dantes, intitulada *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha: um projeto político-ideológico*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP em 2010 e a tese de doutorado *Imagens do intelectual Euclides da Cunha: permanência e deslocamentos*, de Iraci Simões da Rocha, orientada pela Prof.^a Dr.^a Antônia Torreão Herrera no Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia no ano de 2007. Nesse trabalho em específico, o que se pretende é entender como a mitificação de Cunha se torna possível em razão da sua posição nas instituições (vivo e depois de morto), não apenas a partir do seu lugar no cânone ou somente do lugar da crítica literária.

De fato, existe uma significativa produção envolvendo a obra euclidiana, especialmente *Os Sertões*, um tributo ao lugar que o autor ocupa na memória historiográfica brasileira; além da grande quantidade de artigos e entrevistas, por exemplo. Como lembra José Carlos Barreto Santana no prefácio da (inacabada) biografia de Euclides escrita por Roberto Ventura, Cunha é objeto de “uma fortuna crítica que não encontra paralelo na cultura brasileira, ultrapassando a dezena de milhar de livros, artigos, folhetos, teses” (VENTURA, 2003, p. 17). Se, por um lado, a abundância de trabalhos e pesquisas facilita esta empreitada, tendo em vista que, em regra, aqui se trabalha com um escopo documental³⁰ já levantado e de alguma forma sistematizado³¹; por outro, resta o desafio de elaborar algo novo em um tema aparentemente esgotado.

Somente entre os anos de 2010 e 2019, são cerca de 50 teses de doutorado e dissertações de mestrado contemplando Euclides da Cunha³². De todos esses apenas um trabalho trata diretamente do drama pessoal do autor, a dissertação de mestrado de Regiane Silva Ferreira, orientada pelo Prof. Dr. Mauro Macedo Campos, intitulada *O custo social da honra no Brasil Republicano: o drama de Euclides da Cunha e Anna Emília Solon*, defendida no Programa de

³⁰ Existem sítios que se dispõem a sistematizar essa produção, tais como o <https://euclidesite.com.br/> e o <http://www.euclidesdacunha.org.br/>.

³¹ O euclidianista Leopoldo Bernucci argumenta que a vida de Euclides está longe de ter sido sistematizada, sendo necessários ajustes de datas, nomes, versões, etc. (VENTURA, 2003).

³² Araripe Júnior, ao escrever sobre Euclides, destaca: “há oito anos, no seu esplêndido ensaio biobibliográfico, Venâncio Filho arrolava mais de duzentos artigos e estudos sobre o autor d’ *Os Sertões*. A lista era lacunosa ainda, a despeito da severa vigilância daquele ensaísta. De lá para cá muita água tem passado sob a ponte!” (PONTES, 1938, p. 296).

Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro em 2014.

Embora esses trabalhos, em algum ponto, se encontrem com os objetivos desenvolvidos nessa tese, quais sejam, a honra e o seu custo social, a glorificação da figura de Euclides e o lugar do seu nome na cultura brasileira; no trabalho que aqui se apresenta a junção desses pontos aliada à análise das narrativas da morte de Euclides da Cunha pretende apontar como o peso pela defesa da honra e a manutenção da virilidade, a exigência de determinados comportamentos levaram à morte de Euclides e à construção de narrativas que afirmam o seu lugar de homem de família honrado, de grande intelectual, culminando com sua mitificação pessoal e a inscrição do seu nome entre os grandes da pátria não só pela qualidade de sua obra, mas também pelas circunstâncias de sua morte e a atuação das instituições as quais ele pertenceu. O trabalho contribui com a discussão do papel de grupos familiares e políticos a partir da valorização de certas narrativas e memórias de um antepassado em específico, Euclides da Cunha, para a legitimação de um regime, da narrativa que ele construiu, e que é a base das instituições e do seu lugar no cânone.

É por isso que essas questões são entremeadas por uma visão já destacada (CARVALHO; GALVÃO; CASTRO, entre outros): o peso da República na vida de Euclides (em sua formação, em sua vida pessoal, em seu trabalho). O peso da instituição do regime no país na sua formação, o peso da mudança da forma de governo na maneira como ele via o mundo – e muda de opinião³³ ao chegar em Canudos, das escolhas que fez e dos caminhos que seguiu como civil, sempre influenciado pelas decisões de militares (seja os que governavam o país, seja os que o cercavam pessoalmente, como o mentor, Benjamin Constant, ou o sogro, Sólon Ribeiro).

Toda essa produção, que se traduz como recepção da própria tragédia, chega até nós carregada de historicidade, carregada de uma cultura e um pensamento que é característico do seu período de produção, mas também é contemporâneo. De outra forma, por qual razão acontecimentos que já se passaram há mais de um século seriam revisitados e recontados? A pergunta talvez pareça redundante diante da própria função do historiador, mas é justamente essa a lição de Bloch (2001), quando ele lembra que o conhecimento do passado está sempre

³³ Euclides chama *Os Sertões* de livro vingador justamente porque aponta os erros do governo. Em carta a Francisco Escobar, discorreu, “alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária” (GALVÃO E GALOTTI, 1997, p. 133).

progredindo, se o passado está dado, o seu conhecimento sempre pode ser transformado, aperfeiçoado.

Note-se, por oportuno e como já foi dito, não se tratar de estabelecer hierarquias entre narrativas, mas sim entender como os discursos de memória, os biográficos e os oficiais trabalham para o mesmo fim: a preservação do nome de Euclides diante das circunstâncias da sua morte e dos acontecimentos dela decorrentes, e o fato de que essas narrativas identificam-se com projetos políticos, com um projeto político: o da República, que a vida de Euclides acaba por representar, por ter, em sua formação e vida profissional, ter estado ligado a ela o tempo todo, mesmo que em razão de críticas (a maior delas a que consta de *Os Sertões*).

A República, e seus construtores e pensadores (assim como foi Euclides), têm encontrado desafios tão tumultuados quanto aqueles de 130 anos atrás. É como argumenta Vesentini (1997), a produção humana deve ser pensada dentro de um processo histórico, como uma teia que abarca interpretações que são conflitantes e buscam se sobrepor e, na verdade, não podem explicar aquela cultura em sua totalidade, “qualquer cultura, por mais complexa e elaborada que seja, pode expressar e vivenciar somente um leque estreito de opções oferecidas à espécie humana como um todo [...].” (VESENTINI, 1997, p.15).

Quanto mais se mergulha na vida de Euclides, mais se vê a importância do seu republicanismo na formação de seu pensamento e, por consequência, na maneira como conduziu sua vida. Essa República nascida em um Império mergulhado em conflitos locais e que nunca conseguiu, efetivamente, estar presente na sociedade brasileira em toda sua amplitude. O discurso republicano preenche essas lacunas e embora o novo regime seja instaurado com um golpe militar sem maior participação popular, não é prudente dizer que a nascente República é apenas uma filha do exército, ela surge também porque o regime imperial tinha problemas de estrutura, de formação, que nada tinham a ver com o novo regime, “[...] embora longe de revolução popular, a República tampouco foi simples quartelada. Resultou de mobilização social e de crises sobrepostas a que as instituições monárquicas foram incapazes de responder.” (ALONSO, 2019, p. 171).

A fim de tecer essa trama e apresentar suas narrativas - “historiadores narram tramas, que são tantas, quantos forem os itinerários traçados por eles” (VEYNE, 1998, p. 45), buscou-se um grande escopo documental. Logo, a partir dessas ideias de narrativa, essa pesquisa parte de biografias sobre Euclides da Cunha, especialmente³⁴ *A vida dramática de Euclides da*

³⁴ São muitas as biografias contemplando a figura do escritor. Em um rol exemplificativo, temos: *A vida dramática de Euclides da Cunha* (1938), de Elói Pontes (é obra que Dilermando pretende contra-arrazoar quando escreve *A tragédia da Piedade*); *Euclides da Cunha e a Amazônia* (1949), Francisco Venâncio Filho; *Estilo e Personalidade*

Cunha, de Elói Pontes (1938), *Euclides da Cunha, esboço biográfico*, de Roberto Ventura (2003), além dos livros escritos pelo próprio Dilermando de Assis, *Um Conselho de Guerra. a morte do Aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho* (1916) e *Tragédia da Piedade* (1952).

Utiliza-se, de igual forma, de obras de cunho memorialístico que tratam do triângulo amoroso. *Águas de Amargura, o drama de Euclides da Cunha e Anna* (1990), depoimento de Joel Bicalho Tostes³⁵ a Adelino Brandão e *Anna de Assis, história de um trágico amor: Euclides da Cunha, Anna e Dilermando de Assis* (2ª ed. 2009), um depoimento de Judith de Assis, filha de Ana e Dilermando a Jefferson de Andrade; além de *O Pai* (1998), de Dirce de Assis, filha de Dilermando em seu segundo casamento.

Para apoiar a estrutura narrativa que se tece a partir desses livros, também se apoia nas obras que tratam do episódio da Piedade em si, *A tragédia da Piedade, o grande drama da República*, de Luiza Nagib Eluf (2009); *Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis*, de Mary Del Priore (2009), que são comentadoras, não diretamente envolvidas no embroglio e partem de um ponto de vista mais acadêmico.

Da extensa produção sobre Euclides, esses são livros marco para a narrativa que aqui se discute: Elói Pontes por ter sido a primeira biografia escrita após a morte de Euclides – e também por ser o livro que fez com que Dilermando acabasse publicando a sua própria versão do fato. E a obra de Roberto Ventura porque, ainda que inacabada, relaciona as inúmeras versões e alegações sobre a vida e a morte de Euclides com um levantamento documental importante. E os livros escritos por Dilermando por se tratar de pessoa diretamente envolvida nos acontecimentos que aqui se discute.

O que se busca em uma biografia? O que um historiador pretende ao explorar, mais do que sólidas e visíveis construções de uma vida, os seus desvãos? Se a vida é feita dos grandes feitos e das pequenas coisas, e o que é importante para a história, o que fica? Cumpre lembrar que não existe uma única história, haja vista que não existe uma única verdade. Existem fatos, existem documentos, existem lembranças, tintas e pinceladas, existem laudos, conflitos, morte, absolvição, redenção e a junção de todos esses fatos torna possível uma visão de uma vida. Portanto, ao que dar importância, e por que dar importância? A divisão tradicional dos gêneros

de Euclides da Cunha (1963), de Modesto Dias de Abreu; *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha* (1964), de Clóvis Moura.; *Euclides da Cunha* (2ª ed., 1966), de Sylvio Rabelo; *Euclides da Cunha e o paraíso perdido* (1968), de Leandro Tocantins; *Euclides da Cunha: Engenheiro de Obras Públicas no Estado de São Paulo (1896-1904)* (1970), de Antônio da Gama Rodrigues; *Bibliografia de Euclides da Cunha* (1971), de Irene Monteiro Reis; *Euclides da Cunha: História* (1984), organizado por Walnice Nogueira Galvão; *Euclides Cunha: uma vida gloriosa*, de Moisés Gicovate; *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha* (2002), Madalena Leia Barbosa Correia; *De olho em Euclides da Cunha: Escritor por acidente: Repórter do Sertão* (2009), de Lúcia de Garcia.

³⁵ O Sr. Tostes é viúvo de uma das netas de Euclides e Ana, Eliethe, que é filha de Manoel Afonso.

literários abrange três itens: o gênero épico/narrativo, o gênero lírico (poesia) e o gênero dramático (teatro).

A biografia seria uma espécie do gênero narrativo, assim como a tragédia é espécie do gênero dramático. Trata-se a narração de um tipo. Romance, conto, novela, fábula, parábola, apólogo, mito, lenda, caso, fofoca, notícia, ata, biografia são gêneros (TRAVAGLIA, 2007). Mas a biografia simplesmente como gênero literário não é o principal foco, mais importante é o papel da biografia como documento histórico. A apropriação das biografias como documentos históricos não foi feita sem críticas, mesmo que atualmente não haja qualquer dúvida quanto à possibilidade de se enfrentar uma delas como um problema historiográfico. Ao biografar São Luís, Le Goff nos lembra ser aquela uma obra que “trata de um homem e não fala de seu tempo a não ser quando isso permita esclarecê-lo”, seguindo assertivamente a dizer ser “falsa e pretensa oposição entre o indivíduo e a sociedade”, e que há que se observar como o biografado “construiu a si próprio e a sua época, tanto quanto foi construído por ela” (LE GOFF, 2019, p. 23).

Tratando especificamente de Euclides, Roberto Ventura discorre que toda biografia é “uma versão de fatos criada a partir de depoimentos e documentos”, mas ressalta que “o biógrafo precisa ter a coragem e a ousadia de dar a sua versão dos fatos” (VENTURA, 2003, p. 13). No que tange a Euclides da Cunha, alguns aspectos dificultam a empreita, pois ali jaz, como já se destacou, apesar do volume da produção em torno do seu nome, “uma vida repleta de lacunas” (CARVALHO, 2003, p. 11); e, na ânsia da narrativa da sua vida novelesca ou da sua obra festejada, é preciso o cuidado de, ao buscar tantas biografias para construir esse triângulo amoroso, manter em mente a ressalva de “respeitar [...] falhas, as lacunas que a documentação deixa, não querer reconstituir o que os silêncios [...] escondem, também as discontinuidades e as disjunções, que rompem a trama e a unidade aparente de uma vida” (LE GOFF, 2019, p. 21).

Walnice Galvão, em texto que se propõe a tratar de *Os Sertões*, anota um desvio para a vida de Euclides. Segundo ela, as décadas de reflexões sobre a obra arrebanharam grupos apaixonados e odiosos, e esses sentimentos facilmente se transmitem ao próprio autor, e esses críticos cheios de sentimento muitas vezes se espantam com as ocorrências da vida do autor. Mas a pesquisadora também já se adianta, “não é que o que ocorreu com Euclides da Cunha tenha sido tão extraordinário. Nos quadros habituais da família patriarcal brasileira, os feitos são perfeitamente compreensíveis”, mas ela reconhece, e externa, “talvez se tornem chocantes quando se constata como, num autor de postura tão científica, a vida seja ao contrário tão pouco científica, sua ação pessoal seja tão irracional” (GALVÃO, 1981).

No caso da “Tragédia da Piedade”, as próprias memórias de família e a forma como os descendentes dos envolvidos as defendem - Mary Del Priore, por exemplo, narra sua dificuldade ao escrever sobre o assunto. Conta que enviou os originais para os herdeiros das personagens, mas netas de Ana e Dilermando, insatisfeitas com o tratamento dispensado aos avós, ameaçaram processá-la. Ao final, diz ter mutilado o livro para viabilizar a sua publicação (FRANCISCO, 2011). É perfeitamente compreensível que biógrafos queiram manter uma relação de respeito e diálogo com os descendentes de seus biografados, especialmente porque longas batalhas judiciais simplesmente atrasariam a publicação da obra. Mas cabe destacar que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular³⁶. Famílias perpetuam diferentes interpretações dos fatos, dependendo dos lugares que ocupam. São narrativas distintas e que não podem ter o mesmo tipo de perguntas. Cada uma, a sua forma, vai responder: quem? Onde? Como?

Acerca da documentação judicial, o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, guarda os processos de habilitação para casamento e o edital de proclamas³⁷ de Euclides e Ana. O processo criminal que apurou a morte de Euclides está sob a guarda do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – este também organizado e transcrito por Walnice Nogueira Galvão na obra *Euclides da Cunha: autos do processo sobre sua morte* (2ª ed. 2009). O processo que apurou a morte de Euclides Filho desapareceu sob a responsabilidade do Arquivo Nacional³⁸.

Há notícias de jornais e revistas, à época do fato e nos anos subsequentes, apresentadas e analisadas ao longo do segundo capítulo deste trabalho (foram levantadas, quase em sua totalidade, na hemeroteca da Biblioteca Nacional³⁹ e nos arquivos digitais dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*). Destaque –se aqui uma delas, porque dá nome à parte

³⁶ Segundo o Pretório Excelso, “O direito de informação, constitucionalmente garantido, contém a liberdade de informar, de se informar e de ser informado. O primeiro refere-se à formação da opinião pública, considerado cada qual dos cidadãos que pode receber livremente dados sobre assuntos de interesse da coletividade e sobre as pessoas cujas ações, público-estatais ou público-sociais, interferem em sua esfera do acervo do direito de saber, de aprender sobre temas relacionados a suas legítimas cogitações [...] O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa. O risco é próprio do viver. Erros corrigem-se segundo o direito, não se coartando liberdades conquistadas. A reparação de danos e o direito de resposta devem ser exercidos nos termos da lei. [...] Para a coexistência das normas constitucionais dos incs. IV, IX e X do art. 5º, há de se acolher o balanceamento de direitos, conjugando-se o direito às liberdades com a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada e daqueles que pretendem elaborar as biografias” ADIN 4815. Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 10/06/2015. Processo Eletrônico DJe-018. (Disponível em <https://tinyurl.com/4e438dax>. Acesso em 02 fev 2022).

³⁷ Documento que o cartório emite quando os noivos dão entrada na habilitação para o casamento civil, que é o procedimento exigido por lei para falar que duas pessoas estão aptas a contrair matrimônio.

³⁸ A União foi condenada a pagar R\$ 30 mil de indenização pelo desaparecimento do processo criminal que apurou a morte de Euclides da Cunha Filho, em processo iniciado por representação proposta por Joel Tostes junto ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (Proc. 2001.51.01.007679-9 – TRF2).

³⁹ Jornais *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Século*, *A Rua*, *A Época*, *A Noite*.

inicial do título desse trabalho, *O Abyssmo das Suspeitas*, frase retirada de uma das manchetes que tomaram conta dos jornais do dia 16 de agosto de 1909, neste caso, do *Jornal do Brasil*.



Imagem 1. Manchete da notícia da morte de Euclides da Cunha. Fonte: *Jornal do Brasil* de 16 de agosto de 1909.

Esse arcabouço documental e a compreensão da construção de uma nova sociedade, de um mundo moderno em um Rio de Janeiro que se amplia no início do séc. XX servem de instrumentos para, guiados pelas narrativas da morte de Euclides da Cunha, o seu registro na memória coletiva como tragédia, seja na forma de depoimento judicial, notícia jornalística, memória familiar ou tentativa de defesa, o peso da honra, o comportamento do homem e da mulher; apreender que as ações que culminaram com o óbito de Euclides, bem como o de seu filho⁴⁰, não acabam ali, seguem influenciando as memórias familiares, o comportamento (e o viver) de Dilermando e Ana, a recepção à vida e à obra de Euclides, o seu lugar no panteão da República.

Essa nascente modernidade não se ergueu livre da força de tradições arraigadas naquela sociedade que se dizia civilizada, nova. Euclides recebeu grande parte da sua educação na chamada era dos Impérios (HOBSBAWN, 1992) e o Brasil, ainda que em um ritmo próprio, fazia sua transição do rural para o urbano, vestindo-se de tecnologia com ferrovias, telégrafos, navios modernos, com um aumento vertiginoso da população. Houve uma dinamização da população brasileira do final do séc. XIX ao início dos anos 1930, seja pelo crescimento da população, seja pela imigração estrangeira constante do período. Lilia Schwarcz (2012), ao tempo em que ressalta o início da realização de censos regulares que facilitariam esse controle,

⁴⁰ Euclides da Cunha Filho, o Quidinho, ao tentar vingar a morte do pai, acaba morto pelas mãos de Dilermando de Assis no ano de 1916, conforme se vê do Capítulo 3.

traz dados mais específicos: entre 1880 e 1930 a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades de 50 mil ou mais habitantes cresceu 3,7% e as de 100 mil ou mais habitantes 3,1%. No entanto, esses números expressivos não alteram uma realidade: o desenvolvimento urbano é grande, a busca da modernidade se une ao desenvolvimento urbano, mas o país segue sendo eminentemente rural. Mais uma vez são dados trazidos por Schwarcz (2012) que corroboram a informação: o censo de 1920 apontava que das 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões se dedicavam à agricultura.

Esta tese, como é natural, trabalha com uma grande quantidade de conceitos importantes para a coesão e justificativa da documentação. Algumas dessas ideias teóricas permeiam o trabalho todo, como a narrativa, a memória ou a recepção, e foram citadas na introdução. Enquanto outras ideias, que são mais relacionadas aos capítulos em específico, estão apresentadas e explicadas nas respectivas introduções aos capítulos, como é o caso do conceito de virilidade no primeiro capítulo ou o de intelectual no quarto capítulo.

Assim, sendo aqui utilizados diversos conceitos que seriam por si só suficientes para o desenvolvimento de uma tese, sem deixar de aquiescer às nuances que lhes são próprias bem como aos conflitos doutrinários existentes, o que é feito em uma série de notas de rodapé ao longo do texto, existem opções escolhidas a fim de centralizar este trabalho na discussão a qual se propõe, qual seja, entender como as narrativas da “Tragédia da Piedade” reforçam as visões sobre o ideal de homem e intelectual republicano que foi Euclides da Cunha e como alicerces para a sua mitificação. Para tal, essa tese é composta de introdução, quatro capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, “Euclides, Ana e Dilermando: personagens em um cenário republicano”, desvenda-se a construção biográfica dos três vértices desse triângulo amoroso: Euclides, Ana e Dilermando, cujas vidas culminam, como já se sabe, em um episódio conhecido como “Tragédia da Piedade”. Apesar desse trabalho orbitar especialmente, como já se destacou algumas vezes, em torno desse acontecimento e a sua relação com a mitificação da figura de Euclides, não é possível essa análise sem esquadrihar os caminhos dessas três pessoas até os seus encontros e escolhas que dali resultaram. E percorrer os caminhos dessas três pessoas é entender o contexto no qual eles construíram suas vidas – porque nenhuma escolha se faz divorciada de ideais e expectativas que pertencem ao tempo (e lugar) dessas anuências. Igualmente, as memórias e percepções dessas pessoas e de suas tragédias e alegrias são tecidas a partir de expectativas eivadas de ideias que vão mudando, às vezes retornam, às vezes fenecem. Essas personagens inserem-se em um contexto com muitas particularidades interessantes: o do nascimento da República brasileira, da educação militar, da honra, o da *Belle*

Époque, e entender esse cenário sócio político é compreender algumas das escolhas narrativas que constroem esta história e estes personagens, inclusive sua educação, voltada à virilidade, à honra, ao papel da mulher como apoiadora do homem e o papel do homem como líder, provedor, protetor.

No segundo capítulo, “Narrativas em Primeiro Ato: nas tramas do fato e da escrita”, observa-se a atuação dos jornalistas e a cobertura da imprensa, a construção da narrativa oficial, com a apuração do crime por meio de um processo que culmina em um júri que absolve Dilermando, e a reação dos amigos, colegas e admiradores de Euclides diante desse desfecho – e a construção das bases da mitificação do autor com a fundação do Grêmio Euclides da Cunha do Rio de Janeiro, e é perceptível que os ideais de virilidade e masculinidade têm muito peso no desfecho da Piedade, tendo que vista que os homens que Euclides e Dilermando eram (e aqueles que o cercavam) foram erigidos a partir destes norteadores tão pungentes no final do dezenove e início no vinte, tanto fora da caserna quanto dentro dela.

No terceiro capítulo, “Narrativas em Segundo Ato: enredos da memória”, vê-se os desdobramentos da Piedade a partir da perspectiva familiar. A necessidade por lavar a honra ferida, que leva Euclides da Cunha Filho, o Quidinho, a morrer pelas mãos do algoz do pai, Dilermando. Uma família que se claramente se divide entre os descendentes de Euclides e os descendentes de Ana e Dilermando, como se Ana também não fosse mãe dos filhos de Euclides. Além disso, o caminho de penitência de Dilermando, que por toda vida vai pagar caro por ter matado o grande autor e cujo ato sempre vai ser retomado, lembrado e atacado, especialmente por euclidianistas, considerados como tais aqueles envolvidos nos esforços de preservação da memória de Euclides além da pesquisa científica, para Regina Abreu (1994), “os euclidianistas percebem-se como apóstolos e discípulos, pregando e difundindo as lições do mestre. São também continuadores de sua missão intelectual, acrescentando com novos trabalhos”, e que são observados de forma mais próxima no capítulo 4.

No quarto capítulo, “Cai o pano e nasce um mito: a construção cultural de Euclides”, verifica-se a construção da figura mítica de Euclides, especialmente a partir das narrativas de sua morte, apropriadas por instituições como a ABL, o IHGB e o Grêmio Euclides da Cunha de Rio Pardo – todos confrades de Euclides, e, nesta posição, interessados na manutenção da narrativa de Cunha no cânone, fortalecendo as agremiações intelectuais e os ideias da República, pelos quais todos eles trabalhavam então.

Busca-se, a partir desse esforço de recuperação da honra euclidiana, ano após ano, do comportamento exigido ao falecido, a Dilermando entender o papel das expectativas sobre a masculinidade e sobre o comportamento feminino na convivência social, na política, no

casamento, no mundo do início do séc. XX, e como essas expectativas influenciaram não só na morte de Euclides, mas também na forma como a sua história é contada e a sua obra recepcionada até os dias de hoje.

Sendo assim, o trabalho que ora se introduz dialoga com as narrativas dessa tragédia, desse grande drama da República, não apenas com o intuito de entender as diversas construções que dele advieram, as várias versões da história; como se costurar essa colcha de retalhos fosse tornar possível distribuir culpas e perdões e contar uma versão definitiva. Não se trata de tomar lados e absolver os mortos ou adotar a narrativa dos vivos, mas de compreender, nas nuances de todos esses registros, na forma de construção dessas narrativas todas (as biográficas, as jornalísticas, a jurídica, as memórias familiares), as influências que os ecos da tragédia tiveram na construção da própria imagem de Euclides para o mundo, como um escritor sem par, um homem que viu e viveu o Brasil profundo, indignou-se e preocupou-se em contar a história, um mito.



Imagem 2. Charge mostra o encontro entre Euclides e Dilermando na Piedade. Fonte: Revista *O Malho*, n. 363, 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq>. Acesso em 10 jan 2019.

CAPÍTULO 1 - EUCLIDES, ANA E DILERMANDO: PERSONAGENS EM UM CENÁRIO REPUBLICANO

A força de uma família, assim como a força de um exército, está na lealdade entre seus membros.

Mario Puzo

Primordialmente, os anos que antecederam a “Tragédia da Piedade” foram anos de transição na sociedade brasileira, com antigos valores seguindo caros e alguns novos tomando frente diante da *Belle Époque*, convencionada como o período da segunda metade do séc. XIX⁴¹ até o início da I Guerra Mundial. No Brasil especificamente, Needell (2012) apresenta como seu marco inicial a instauração da República (1889) e como marco final a Semana de Arte Moderna (1922). A compreensão da *Belle Époque* no âmbito nacional passa pela observação de uma elite em busca do progresso, o que se traduzia, então, na busca pela modernização e civilidade - adaptados ao gosto dessa elite local (NEEDEL, 2012). Uma busca republicana, mas com mudanças que se iniciaram ainda sob a batuta de D. Pedro II, ele próprio sempre muito interessado em ideias de progresso:

D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que D. Pedro passa a ser artífice de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império. (CARVALHO, 2007, p. 224).

Ainda que a *Belle Époque* não tenha se aperfeiçoado de maneira uniforme em todo mundo, os seus ideais e perspectivas de mudanças espalharam-se. No caso do Brasil, especialmente com a chegada da República e a partir de transformações que foram visíveis particularmente em sua capital, um “espaço de experiência do progresso”, no qual o ideal do desenvolvimento era “autonomizado, desvencilhando-se de sua subordinação à ideia de civilização, e subordinando todos os demais valores a si” (AZEVEDO, 2016, p. 74). O Rio de Janeiro era, ainda, a cidade mais importante do país, mas não se concentrava ali todo o poder de decisão, não mais. Com a república emergiu o federalismo⁴² que, por sua natureza,

⁴¹ É comum encontrar o final da Guerra Franco Prussiana, em 1871, como sua baliza inicial.

⁴² Fausto (1985) lembra que o federalismo foi uma resposta do governo à insatisfação das elites locais nos primeiros anos da República, diante da perda de influência. Era preciso garantir a governabilidade e a resposta foi o pacto

desconcentrava o poder das mãos de uma unidade central e pretendia distribuí-lo localmente, ou seja, “a cidade, que anteriormente era o lugar por excelência da formulação de políticas em nível nacional, passava então a ver, cada vez mais, essa sua função histórica esvaziada diante do aumento do poder político local”. (AZEVEDO, 2016, p. 78).

Igualmente, o início do séc. XX foi marcado por profundas modificações⁴³ no relacionamento⁴⁴ entre homens e mulheres⁴⁵, sendo que estas cada vez mais lutavam para deixar o âmbito doméstico e acompanhar os homens em sua atuação, fora da convivência meramente familiar. Entender o desenrolar da *Belle Époque*, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, é entender como se forjava a sociedade na qual conviviam Ana, Dilermando, Euclides e seus pares, o que deles se esperava e como eles viviam.

Tratava-se de momento de ruptura na sociedade como um todo, em suas diversas instâncias, e as mudanças nas relações pessoais/sociais refletiam as alterações que vinham da economia, da administração do país, da política, das ideologias reinantes. Um momento de fissura em um país cujo regime monárquico nunca havia alcançado a coesão no seu território, haja vista que nunca penetrou com a força e a extensão necessárias em sua totalidade, provavelmente por nunca ter, de fato, retirados os poderes das mãos das elites regionais e o centralizado em si. (ALONSO, 2019).

O sistema econômico brasileiro viu uma grande mudança de eixo, com a transição da mão de obra escravizada para o trabalho assalariado, o que trouxe, por seu turno, uma grande onda de imigrações de países europeus como Portugal, Itália e Alemanha (em um primeiro momento; uma segunda onda traria, ainda, imigrantes libaneses e japoneses, entre outros). Também há uma incipiente indústria nacional, especialmente a partir de 1880, em um país que

federativo e a medida de independência que ele dava aos estados e, por consequência, aos líderes locais (RESENDE, 2003).

⁴³ Therborn (2006) mostra que essas modificações são bem visíveis nas mudanças legais no que tange a família, mas também apresenta ocorrências (aparentemente) mais prosaicas, como o fato de que o III Congresso Internacional sobre as Condições e os Direitos das Mulheres aconteceu concomitantemente com a Feira Mundial de Paris de 1900.

⁴⁴ Como aponta Blom (2015), Le Play já dizia em 1866 que a autoridade paterna era um poder social não só legítimo (o mais legítimo, segundo ele), mas também muito necessário. Essa mudança de prumos, ainda que relativamente lenta, traz, desde meados do séc. XIX, por exemplo, o surgimento de uma reação belicosa dos homens, que sofrendo de esgotamentos e um incomum nervosismo se agarram a antigos valores e a sinais de sua masculinidade como uniformes ou duelos.

⁴⁵ Não existe uma uniformidade de homens e mulheres na sociedade brasileira do período. Aqui se fala mais especificamente de homens majoritariamente brancos, filhos de famílias abastadas, da ascendente burguesia (comerciantes, banqueiros, industriais, profissionais liberais, proprietários de terras e funcionários públicos dos escalões menores) ou, pelo menos, das famílias militares com alguma colocação social, e as mulheres de suas famílias e com quem eles se casavam.

ainda enfrentava inúmeras dificuldades no campo financeiro depois do esforço de guerra despendido durante o longo conflito com o Paraguai⁴⁶ (1864-1870).

Ademais, havia a importância da produção cafeeira, concentrada especialmente no Sudeste, que em muito superara a produção açucareira do Nordeste, o que não se refletia necessariamente na representação das regiões no Senado, um ponto de descontentamento entre os fazendeiros mais ao sul, com poder cada vez maior e nenhum reflexo disso na forma como estavam representados na estrutura política vigente, onde o Império já não tinha força política e o Partido Republicano ainda não tinha coesão.

Há, ainda, o fato de que a maior causa de desgosto entre esses fazendeiros era a transição do trabalho escravizado para o assalariado. O trabalho das mãos escravizadas esteve na base da economia e da estrutura do Brasil desde o início dos tempos coloniais e o seu fim, embora pudesse ser visto como favas contadas diante das circunstâncias políticas, sociais e econômicas da América e da Europa, não veio sem desencontros estruturais:

O Segundo Reinado justificou a monarquia escravista disseminando um liberalismo autorrestrito à elite, social, o indianismo romântico (uma nação sem os africanos) e um catolicismo hierárquico (a hierarquia social como vontade divina). A campanha abolicionista, o movimento republicano, e a difusão das teorias científicas nas escolas científicas bambearam esse tripé, propagando as ideias de cidadania para todos e da República como o regime político da modernidade. (ALONSO, 2019, p. 165).

Depois dos anos de guerra um outro grupo de influência se juntou às fileiras descontentes da Monarquia: o dos militares, cujos atos de insubordinação marcaram o que se convencionou chamar de “Questão Militar⁴⁷”. O período incendiário ainda ganhou uma outra

⁴⁶ A Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança) foi travada entre Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina. Sua semente está nos conflitos pela livre navegação no Rio Paraguai, especialmente por volta de 1850 com Carlos López, então presidente do Paraguai, além de discussões sobre a delimitação de territórios entre os países envolvidos na guerra - na segunda metade do dezenove, Brasil e Argentina eram as duas maiores potências do continente, e o Paraguai queria ser a terceira maior. A chegada de Solano Lopez ao poder em 1862 não melhorou essas relações com o Brasil, especialmente com a aproximação do governo paraguaio com os federalistas argentinos e uruguaios integrantes do Partido Blanco. Eventualmente, brasileiros, argentinos e uruguaios se uniram contra o Paraguai, culminando em uma guerra longa, com uma quantidade de mortos que até hoje é discutida e, para o Brasil, uma enorme dívida com bancos ingleses. Com informações da Biblioteca Nacional, disponíveis em <https://tinyurl.com/5n7866nn>. Acesso em 28 fev 2022.

⁴⁷ Por volta de 1880, alguns militares ignoraram a proibição de que se manifestassem na imprensa., e o Tenente Coronel Sena Madureira e o Coronel Cunha Matos, ambos lotados no Rio Grande do Sul, acabaram punidos pelo Imperador. Houve uma crise diante da recusa do Gal. Deodoro da Fonseca, presidente da Província do RS, de puni-los, e os militares acabaram seguindo ao Rio de Janeiro, onde foram recebidos como heróis por um grupo militar republicanista liderado por Benjamin Constant (COSTA, 2007).

questão⁴⁸, a religiosa: com relações cada vez mais desgastadas entre Igreja e Estado devido a conflitos entre religiosos tradicionais e a maçonaria, por exemplo.

A proclamação da República brasileira é de 1889, contudo, ideias republicanas por aqui já circulavam de antemão. Realmente, movimentos como a Confederação do Equador (1824), Inconfidência Mineira (1789) ou a Conjuração Baiana (1789) traziam propostas republicanas. O republicanismo brasileiro teve o seu marco oficial no ano de 1870, com a divulgação⁴⁹ do Manifesto Republicano pelo Partido Republicano do Rio de Janeiro. Outro marco importante foi a Convenção de Itu de 1873⁵⁰, com a consequente formação do Partido Republicano Paulista. Mas, mesmo que concordassem com a mudança de regime, esses republicanos não formavam um grupo homogêneo. Havia os abolicionistas convictos defensores de um movimento popular, liderados por Lopes Trovão⁵¹ e Silva Jardim⁵²; havia o grupo evolucionista, guiado por Quintino Bocaiúva⁵³, que almejava uma transição gradual e pacífica

⁴⁸ A raiz da questão religiosa está na Constituição de 1824, que deu ao imperador o padroado (direito de nomear religiosos para os principais cargos eclesiásticos) e o beneplácito (direito de aprovar ou não as bulas papais). A bula *Syllabus* condenava a maçonaria, o que entrava em rota direta de conflito com as visões de D. Pedro II, que com esse grupo sempre mantivera relações próximas. Bispos do Nordeste (notadamente Olinda e Pará) determinaram a expulsão dos maçons das irmandades, mas o Imperador fez valer o seu direito e não aprovou a bula, instaurando o conflito entre o Estado e a Igreja.

⁴⁹ Divulgado pelo jornal *A República* em 03 dez 1870, via o regime monárquico como “uma instituição decadente” e propunha uma federação baseada “na independência recíproca da Província, elevando-a à categoria dos Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e defesa exterior...” (Íntegra do Manifesto Republicano de 1870 disponível em <https://tinyurl.com/2p934m8c>. Acesso em 15 jun 2021).

⁵⁰ Considerada a primeira reunião dos líderes republicanos paulistas, aconteceu em 18 de abril de 1873, em Itu, na residência de Carlos de Vasconcelos de Almeida Prado. A congregação de políticos e proprietários de fazendas de café marcou o início da campanha republicana e do próprio partido em São Paulo. Poucos dias depois, na edição de 28 de abril, o Jornal *A República* apontou que a Convenção de Itu poderia ter sido maior, haja vista a ausência de outros núcleos republicanos importantes espalhados pelo interior de São Paulo: Itapetininga, Pirassununga e Rio Claro, por exemplo. Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em 02 ago 2021.

⁵¹ José Lopes da Silva Trovão (Angra dos Reis, 23 de março de 1848 – Rio de Janeiro, 17 de julho de 1925) foi um médico, jornalista e político brasileiro. Era um ativo defensor da República, além de abolicionista. Ainda na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, envolveu-se com o movimento pela derrubada da monarquia, assinou o Manifesto Republicano de 1870 e frequentou o Clube Republicano, juntamente com José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva. Quando da Proclamação da República, liderou uma comitiva de republicanos até a casa do Mal. Deodoro da Fonseca para apresentar o que defendiam como a nova bandeira constitucional do Brasil. Serviu como deputado por diversos mandatos após a proclamação da República, e também atuou como diplomata. (Conforme informações disponíveis em <https://tinyurl.com/498xyjtc>. Acesso em 12 ago 2021).

⁵² Antônio da Silva Jardim (1860 - 1891) foi advogado, jornalista e ativista político. Estudou Direito em São Paulo. Ingressou no Clube Republicano, aproximando-se dos estudantes abolicionistas e sobressaiu-se como orador. Posteriormente, como a grande maioria dos republicanos, aderiu ao positivismo. Participou da fundação do Clube Republicano de Santos, condicionando sua participação à inclusão do abolicionismo no programa político da entidade. Em 1888 proferiu, em apoio à proposta plebiscito para decidir sobre a conveniência de, em caso de falecimento do imperador dom Pedro II assumir o trono a princesa Isabel, a conferência *A pátria em perigo*. Esta manifestação lhe trouxe certa notoriedade, projetando-o como pioneiro de uma nova fase da propaganda republicana. (Conforme informações disponíveis em emencurtador.com.br/cqtS7. Acesso em 12 ago 2021).

⁵³ Quintino Antônio Ferreira de Sousa (1836-1912) estudou no curso de humanidades anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, cidade na qual também iniciou sua carreira jornalística, também como teatrólogo e editor ali e no Rio de Janeiro. Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), foi correspondente na Argentina, consolidando suas convicções republicanas. Fundou o Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, o jornal *A República*, em cuja primeira edição foi lançado, em 3 de dezembro, o

para a República. Por fim, os militares que, seguidores da doutrina positivista, viam a Monarquia como um regime contrário ao progresso (CASTRO, 2000), e tinham à frente nomes como Benjamin Constant⁵⁴, que teve papel fundamental na formação de Euclides, e é um dos nomes mais destacados da epopeia republicana do Brasil⁵⁵.

Foi justamente dos militares que Quintino Bocaiuva se aproximou, o que trouxe para o seu grupo, por exemplo, o Marechal Deodoro da Fonseca, ao mesmo tempo em que os grupos paulista e carioca se uniram na ideia de um golpe que proclamasse a República. Mas um desencontro de informações fez com que uma parte dos militares antecipasse a data do golpe, que aconteceu em 15 de novembro de 1889, diante de uma população que a nada entendia. Deodoro depôs o gabinete monárquico e, como narrou José Murilo de Carvalho (2019, p. 30) citando Aristides Lobo, o povo assistiu aos acontecimentos “bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”. Foi necessária a ida de lideranças republicanas à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro para anunciar que tinha sido dado um fim à Monarquia no Brasil.

Manifesto Republicano, redigido por ele e Salvador de Mendonça. Em maio de 1889, o Congresso Republicano, reunido em São Paulo, consagrou a tese, da qual Quintino era o mais expressivo defensor, de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Proclamada a República, assumiu Ministério das Relações Exteriores e teve como primeira tarefa a negociação do reconhecimento diplomático do novo regime. Em dois meses, praticamente todos os países da América e da Europa já haviam normalizado as relações oficiais com o Brasil. (Conforme informações constantes de <https://tinyurl.com/2p8zkrxp>. Acesso em 03 out 2021).

⁵⁴ Benjamin Constant era um positivista de primeira hora. Juntou-se às fileiras do exército por necessidade financeira, órfão de pai muito jovem, tinha na Escola Militar oportunidade de educação e de sustento para si e a família. Mergulhou, então, em um ambiente cientificista, no qual teve o primeiro contato com as teorias de Comte. Atuou muitos anos como professor de matemática, ao tempo em que completava sua formação como Engenheiro. Lutou na Guerra do Paraguai, onde padeceu de malária e galgou degraus importantes na carreira de militar. O agravamento do quadro de saúde levou-o de volta ao Brasil, e ao trabalho como professor no Imperial Instituto dos Meninos Cegos e também na Escola Militar. Em 1º de abril de 1876, Benjamin Constant fundou com amigos a primeira associação positivista brasileira, que foi seguida em 1878 pela Sociedade Positivista e em 1881 pela Igreja Positivista Brasileira. Constant atuou diretamente na politização de seus alunos da Escola Militar, e era combatente de primeira linha do regime monárquico. Ao longo da carreira, Benjamin Constant acumulou experiências negativas com a máquina governamental, como militar, professor e cidadão, e se identificava com a doutrina do soldado-cidadão (“O soldado deve ser, de hoje em diante, o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso com garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral”). Atuou, ainda, com abolicionistas, testemunhou o andamento da aprovação da Lei Áurea e também participou da reformulação do sistema de ensino militar. Constant foi membro da comissão de militares que decidiu sobre a exclusão de Euclides da Cunha da Escola Militar, por ocasião do incidente com o Ministro de Dom Pedro II, e o seu voto pessoal (vencido) foi favorável à Cunha. (Conforme informações disponíveis em: <https://tinyurl.com/vm7wpw6h>. Acesso em 20 out 2019).

⁵⁵ Como se vê da impressão dos intelectuais contemporâneos a Constant, que o consideravam uma “figura saliente, mais do que qualquer dos seus colegas e camaradas, na obra da revolução, da qual foi não só a cabeça que elaborou o plano, como o espírito que semeou na força pública a ideia republicana, compreende-se o prestígio que o rodeava no seio do governo e o peso moral com que sua palavra influía nas deliberações da ditadura” (FREIRE, 1894, p. 71).

Mas, o que era essa República? O resultado de grupos que se uniram pelas circunstâncias, pela busca de destituir a monarquia e instituir um regime que dialogasse melhor com as necessidades das elites regionais, das visões de mundo dos intelectuais do período, que servissem à base da sociedade brasileira (que não se altera drasticamente com a mudança de regime). É como desenvolveu Raimundo Faoro (2001), quando concluiu que a sociedade brasileira se moldou em um estamento patrimonialista (funcionários da Coroa → funcionários da República) que trabalhava para garantir a dominação política do regime ao qual servia (exatamente o papel de intelectuais e instituições ao longo deste trabalho discutidas, diante do nascente regime). Para eles, argumenta Faoro (2001), não há nada de público a serviço do poder instituído – ao contrário, dele o grupo acaba por se apropriar para servir aos seus interesses privados. Como isso se dá? Viscardi ajuda nessa compreensão:

Entre as características dos regimes oligárquicos que estiveram presentes na Primeira República podemos destacar: o parentesco e a lealdade pessoal como critérios de relacionamento político; a estabilidade baseada na contenção de minorias oposicionistas; o uso de instrumentos extralegais para a manutenção de privilégios e benesses [...] expedientes autoritários, usados com o fim de se manter o poder concentrado nas mãos dos mesmos grupos; e, por fim, a presença de uma maioria politicamente apática [...]. Todas essas características compunham em parte o universo político da Primeira República [...] a associação de todas elas em um só período funcionava como um poderoso alicerce do regime republicano em suas primeiras décadas”. (VISCARDI, 2019, p. 291).

Instaurada a República, o fim do séc. XIX viu o fortalecimento de elites regionais⁵⁶ que acabaram por transformar de forma mais ampla a sociedade e a cultura brasileiras. E, ainda que se leve em conta a observação de Sevckenko (2012, p. 27), de que na sua ânsia modernizadora, as elites “se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão”, sabe-se que isso não se deu a partir de uma ruptura completa com os ideais imperiais. Esses líderes eram republicanos, mas foram formados na escola do Império; os seus esforços eram direcionados a um novo regime, mas perpetuavam as bases dos poderes político e econômico que vigiam há tempos (SCHWARCZ, 2019) e que os sustentavam.

Na ocasião, diante de uma moeda fortalecida e apoiadas no sucesso do mercado cafeeiro, eram muitas as famílias abastadas que atravessavam o Atlântico em direção a Paris. Voltavam cheias de novas ideias e comportamentos modernos, que aos poucos também passaram a fazer parte do dia a dia local, notadamente no Rio de Janeiro, uma cidade que era “uma ilha cercada

⁵⁶ A própria instituição do Federalismo é fundamental nesse fortalecimento, a mudança na estrutura de distribuição do poder é auxiliar na ascensão das elites locais. Vide nota 44.

pelo ambiente rural por todos os lados” (SCHWARCZ, 1999, p. 116) e que aspirava ser a Cidade Luz, aqui replicando o costume da vida nos cafés, com a Confeitaria Colombo, por exemplo; e a moda parisiense, em lojas como a Parc Royal (SOUZA, 2008).

Era essa a realidade de Ana e Euclides que, além disso, viveram no âmbito de influência direta do Positivismo, que teve sua gênese na França e na Inglaterra do séc. XVIII⁵⁷. Buscando representações exatas e precisas, científicas, a filosofia positivista, conforme Gomide (1999), fundamentava-se no fato de que toda proposição científica devia ser empiricamente significativa e que toda premissa universal devia ter origem indutiva; além de ser teoria teve origem em proposições certíssimas obtidas mediante indução e com leis científicas não forneciam os ‘porquês’ dos fenômenos. Consolidado na França do séc. XIX, pelas mãos de Auguste Comte, como um pensamento filosófico e social de valorização da humanidade, o positivismo pode ser explicado como um método científico que entende ser todo “axioma racional” suscetível de explicação a partir de uma lógica matemática, “as leis da ciência regem o mundo, fugindo de explicações espiritualistas. Comte substituiu a religião católica oficial, então tradicional, pela ‘Religião da Humanidade’” (GÓIS JR., 2003, p. 22-23).

Dois dos seguidores de Comte que se tornaram dissidentes, Littré, e Laffite, foram os primeiros grandes influenciadores dos grupos positivistas que se desenvolveram no Brasil⁵⁸ - sem prejuízo de novas sugestões e grupos:

Os ‘Positivistas Ortodoxos’ apresentavam um projeto para a formação de um ‘Novo Estado Republicano’, enquanto os demais grupos tinham mais cautela na sua militância. Enquanto os demais grupos baseavam-se no cientificismo, os Ortodoxos com o intuito de tornar o grupo mais homogêneo e disciplinado incluíam práticas religiosas ao pensamento (MELLO, 2010, p. 03).

Essas ideias chamaram a atenção das classes mais privilegiadas e estudadas da sociedade brasileira por volta de 1860, como lembra Barber (2009), com um pensamento que defendia o desenvolvimento econômico sem mobilização social, regeneração social baseada em uma revolução moral desenhada para reforçar a posição dessas classes ao invés de ameaça-las; atingindo inclusive (e talvez especialmente) o sistema educacional. Mas, essa presença ia além das escolas. O Grupo Ortodoxo, por exemplo, o grande defensor da Ditadura Republicana e

⁵⁷ Silva (1999) estabelece duas fases no positivismo: o pré-positivismo ou positivismo do século XVIII e o positivismo de Comte, no início do século XIX.

⁵⁸ Rafael Sêga lembra que, no Brasil, “a marca inicial do positivismo mais aceita é a publicação do livro de Luís Pereira Barreto, *As três filosofias*, em 1874, e também, dois anos mais tarde, a fundação da Sociedade Positivista Brasileira (origem da Igreja da Humanidade) no Rio de Janeiro. Contudo, o núcleo irradiador do positivismo seria transferido para Recife, por iniciativa de Tobias Barreto e, depois, Silvio Romero e Clóvis Beviláqua” (SÊGA, 2004, p. 2).

liderado por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, criou o “Templo da Humanidade” (Igreja Positivista do Brasil) em 1881⁵⁹.

Estas duas figuras de proa do positivismo ortodoxo, aliás, foram expulsas da Escola Politécnica pela posição extremamente crítica frente à Reforma do Visconde do Rio Branco⁶⁰ (ALONSO, 2002). No Brasil, o positivismo, como outros movimentos tais como o darwinismo, o spencerianismo e o liberalismo⁶¹ sofreram apropriações e tiveram seus usos políticos redefinidos (ALONSO, 2002). De fato, na história do Brasil pontuaram apropriações das mais diversas ideologias de modo a atenderem aos anseios das elites que, ao tempo em que advogavam mudanças, precisavam manter a estrutura que as mantinha de pé, e no topo:

Se é certo que a nossa história intelectual tem sido, em grande parte, um variado tecido das vicissitudes da importação transoceânica de idéias, não menos certo é que os dados dessa importação aqui se conformam ou deformam em face das circunstâncias próprias ao ambiente, que é complexo e rico de contrastes. E é para isso que é preciso atender e atentar, pois talvez aí resida a nossa originalidade. (COSTA, 1953, p. 98)

Sabe-se que o campo mais fértil para a disseminação da doutrina positivista no Brasil foi o dos bancos escolares, em instituições como a Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Politécnica (de fato, foi o intercâmbio entre estudantes da Escola Politécnica da França e do Brasil que trouxe a doutrina ao conhecimento dos brasileiros), ambas no Rio de Janeiro.

⁵⁹ Foi a partir do encontro de Comte com Clotilde de Vaux, sua famosa musa inspiradora, que houve uma reformulação da doutrina, passando esta a observar também aspectos religiosos – a dita “Religião da Humanidade”. O que Comte chama de sua “regeneração moral” traz aspectos religiosos a uma abordagem até então cívica, com, por exemplo, a adoração a grandes homens como se fossem santos. “A Religião da Humanidade criada por Comte era uma religião da História e um culto aos mortos, no sentido memorial. Era composta por um culto privado e um culto público. O primeiro ocorria no espaço doméstico e era voltado para a lembrança dos familiares mortos, estimulando diariamente a rememoração da história dos antepassados e sua transmissão. O culto público ou coletivo ocorria nos templos positivistas, era destinado a celebrar a Humanidade e seu passado e dirigido pelos sacerdotes (filósofos).” (LEAL, 2006, p. 66).

⁶⁰ José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, era pai do Barão do Rio Branco e, embora um pouco menos conhecido que o filho, teve papel muitas vezes central nas questões políticas brasileiras. Atuou nas questões relacionadas ao Prata, organizou o Governo Provisório do Paraguai após a guerra (1869-1870), compôs o chamado Gabinete Rio Branco e tomou a frente em reformas consideradas essenciais para o país. Foi sob sua batuta, por exemplo, que foi aprovada, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Conforme informações disponíveis em <https://tinyurl.com/2p8bjecp>. Acesso em 10 abr 2021.

⁶¹ Desde 1876 nota-se a substituição do positivismo comteano pelo darwinismo, spencerianismo (LOPES, 1997). Para o darwinismo, algumas raças não eram aptas a se desenvolverem (ou se adaptarem) aos padrões civilizatórios. Quando Darwin publica “A Origem das Espécies” (1859) ele não usa a palavra “evolução”. É Spencer quem faz uso do termo, a partir do ensaio “Gênese da Ciência” (1854) até ao ponto de definir a evolução como a passagem do homogêneo ao heterogêneo. O que Spencer fez foi aplicar o darwinismo ao contexto social, determinando que o universo evolui e que a evolução é progresso, considerando, como Comte, que a ordem é necessária para o progresso. O liberalismo, por sua vez, parte da ideia de que o indivíduo é o centro do progresso da humanidade, e por isso deve ter liberdade direitos e propriedade garantidos pelo Estado. Mas a verdade é que quando se pensa no âmbito do Brasil, como lembra Castro (2000), mais do que cada uma dessas correntes com sua particularidade, o que importava era a fê na ciência e no progresso.

A Escola Militar e de Aplicações da Praia Vermelha foi criada no Rio de Janeiro imperial de 1875, uma adição a até então única instituição de ensino superior do Exército, a Escola Central, que formava engenheiros civis e militares. A história do ensino militar no Brasil se iniciou com a Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, que criou a Academia Real Militar⁶². Com a proclamação da Independência, a Academia passou a ser denominada Imperial Academia Militar e, em seguida, Academia Militar da Corte, até que no ano de 1839 passou a Escola Militar e em 1858 a Escola Central⁶³. A missão da Praia Vermelha seria a de complementar, com a prática, o ensino teórico da Escola Central. Os alunos aprendiam em um ambiente “eclético de ideias científicas – do positivismo ao evolucionismo –, evidente no apelido que os alunos davam à escola: ‘Tabernáculo da Ciência’” (CASTRO, 2000). Walnice Galvão (2010) aclara muito bem o contexto do Ensino Militar no Brasil lembrando que a chegada de um centro de altos estudos militares ainda na colônia aconteceu sob influência da ilustração, o que não aconteceria livre de críticas ou de mudanças profundas ao longo do tempo.

Feita uma nova reforma do ensino em 1860, a Escola Militar e de Aplicações da Praia Vermelha passou a ser denominada Escola Militar e, em 1874, a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império, tornando-se uma escola de engenharia exclusivamente civil – a já citada Escola Politécnica – e os estudos militares superiores passam então a ser exclusividade da Praia Vermelha, conquanto não fossem obrigatórios para a ascensão na carreira militar (CASTRO, 2000). Esse período, aliás, foi o de maior influência da Escola Militar na vida pública do país (GALVÃO, 2010). Efetivamente, ao longo de todos esses anos houve um esforço de adequação da academia ao modelo francês o que, na prática, traduziu-se em uma escola que se transformou em um centro de altos estudos, formador de militares bacharéis:

A Praia Vermelha era, a data, laboratório magnífico de cultura, entusiasmos e aspirações. Os cadetes estavam em dia com os problemas literários. As doutrinas do naturalismo, assim como as doutrinas filosóficas, ali tinham tido atmosfera propícia. Os conhecimentos matemáticos, certo, impunham arrogâncias aos cadetes da Praia Vermelha. Nem por isso, todo eles ligavam menos interesse às curvas da literatura [...]. O estudo das ciências exatas que o curso da Praia Vermelha impunha, não calcinava, não extinguiu os penhores artísticos. Ao contrário. (PONTES, 1938, p. 8).

⁶² Instalada inicialmente no prédio que hoje abriga o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e transferida em 1812 para o largo de São Francisco (CASTRO, 2000).

⁶³ Concomitantemente, no Rio Grande do Sul também se desenvolvem centros de formação do Exército. Desde 1851 a província de São Pedro do Rio Grande do Sul contava com Cursos de Infantaria e Cavalaria, posteriormente instalados em Porto Alegre, que depois ganhou o nome de Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde os alunos eram preparados para cursos das diferentes Armas e práticas de exercícios militares (CASTRO, 2000).

Ser militar⁶⁴ abarcava, portanto, ser engenheiro, cartógrafo, ser uma frente ativa no papel de civilizar o vasto interior, trazendo a moralidade e a organização social, além de garantir, ao mesmo tempo, a paz necessária para o bom crescimento da nação. E isso tudo observando os princípios da honra e do pundonor⁶⁵ militares. E é nesse terreno que Euclides se desenvolve, se forma e convive. A família de Ana era de militares, seus amigos foram feitos principalmente nas fileiras da Escola Militar e todos eles estiveram envolvidos com o Exército ao longo daqueles primeiros anos da República. Dilermando era militar. José Murilo de Carvalho (2017) lembra que o exército fez frente a dois momentos fundamentais da vida de Cunha: o episódio da espada⁶⁶ na Escola Militar e a sua própria morte (pelas mãos de um oficial do Exército). Também é Carvalho (2017) a lembrar outra função muito importante da estrutura militar na vida de Euclides: incutir-lhe um senso de brasilidade – o que, ao final, foi fundamental para que ele escrevesse *Os Sertões* e passasse a ocupar os lugares que ocupou, em vida e na morte.

Portanto, essa ressalva se repete ao longo do texto porque a influência desse período na vida de Euclides é muito grande e, de certa forma, muito aparente em seu trabalho. De tal forma que, noticiando sua morte, logo após narrar o nefasto ocorrido, ao começar o exercício de explicar Euclides ao leitor, o Jornal *O Paiz* destaca a sua formação militar:

A Escola Militar era como um arsenal em que se fundiam e se modelavam as idéias avançadas, em que crepitava a chama viva das aspirações generosas e em que ao mesmo tempo o ardor desses impulsos da mocidade se temperava no trato severo da ciência. Para esse meio transplantou-se Euclides da Cunha; e lá, como planta em uma estufa, se desenvolveram as suas faculdades intelectuais rápida e vigorosamente. [...] E assim, nessa aliança entre as positividades cruas da ciência e as sedutoras perspectivas da arte, o seu espírito foi se fortalecendo e adquirindo a feição original, que o havia de elevar mais tarde às culminâncias da intelectualidade brasileira. (O PAIZ, 16 ago 1909).

Os bancos militares formavam um homem para muitos papéis, de força moral e de força física, um homem viril. Mas, afinal, para aquela sociedade do início do séc. XX, quem é o homem viril? É apenas o militar? Deve-se levar em conta, é bom recordar, que a persuasão da

⁶⁴ Fernanda Nascimento, analisando a imprensa periódica militar no séc. XIX, aponta que sendo aquele um “espaço de discussão de valores, de construção de discursos sobre o que é ser militar” (2015, p. 14), verifica-se que os militares se veem, “[...] por volta de 1855, como briosos, honrados, cômicos de seus deveres constitucionais, e exemplo de obediência e sofrimento nas páginas do periódico *O Militar Brioso*” (2015, p. 14).

⁶⁵ Oliveira Viana é outro intelectual que reconhece a presença do espírito de classe e de honra entre os militares. Segundo ele, entre pares que demonstram “sensível espírito de corpo e um vivo pundonor profissional” (VIANA, 2010, p. 116).

⁶⁶ Conforme p. 58 e ss.

ética militarista vai muito além dos quartéis. Como lembra o General Lyra Tavares⁶⁷ (1965, p. 15), a construção de uma nacionalidade brasileira vem dos tempos da colônia e progride ao longo dos séculos seguintes com o apoio do Exército, que tem o papel de incorporador das características nacionais, é peça ativa na formação cívica do povo brasileiro. Não é diferente com a ideia de virilidade. Virilidade e honra⁶⁸, virilidade e pundonor⁶⁹, se entrelaçam de tal forma que significam basicamente a mesma coisa.

Característica masculina, é verdade, mas de início já se faz uma ressalva, a de que a virilidade vai além da masculinidade⁷⁰, ela é qualidade do homem que alcança o “ideal de força e de virtude, segurança e maturidade, certeza e dominação” (CORBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2013, p. 07). Já na Grécia antiga construía-se o homem de forma diferente da mulher, reservando-se a ele os espaços da eloquência, da política, da sociabilidade (e também uma introdução na vida adulta, como homem viril, a partir de aprendizados com um mestre, acompanhados de perto pela comunidade). A Roma antiga traz um conceito um pouco diferente da *virilitas* (era viril o jovem que mantivesse relações com uma mulher, e não somente com garotos ou homens – ou seja, quem fazia do homem um homem era a mulher). Ou seja, a sexualidade é fundamental para a noção de virilidade. Thuillier (2013) aponta, contudo, que possuir virilidade, em Roma, não era apenas ser sexualmente assertivo, procriador, mas ainda um homem “equilibrado, vigoroso mas deliberado, corajoso mas contido” (THUILLIER, 2013, p. 75). Atingir a *virilitas* não era tarefa fácil. Esse homem além de ter visíveis atributos físicos

⁶⁷ Aurélio de Lyra Tavares (João Pessoa, 1905- Rio de Janeiro, 1998) estudou na Escola Militar do Realengo (1923-1925), além de se graduar em Direito e em Engenharia Civil. Teve destacada carreira militar, ocupando importantes postos de chefia, entre outros, membro do Estado-Maior Especial para a organização da Força Expedicionária Brasileira, de outubro de 1943 a maio de 1945; Subchefe da Missão Militar Brasileira na Alemanha durante a ocupação daquele país, de dezembro de 1945 até 1950. Foi membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do IHGB e da ABL. Com informações da ABL. Disponíveis em <https://tinyurl.com/yc3fex83>. Acesso em 31 jan 2022.

⁶⁸ Aqui cabe uma observação que se aplica ao longo de todo o texto. Diante dos comportamentos de Euclides, Ana e Dilermando é bom manter em mente o peso da honra na vida deles. Como aqui se vê, o peso da ética militar na vida dos três é muito grande e, sendo assim, a noção de honra, o valor dado a ela, a importância ao seu respeito, tem quase valor duplo: enquanto civis e enquanto militares (ou, no caso de Ana, da condição de filha e esposa de militar).

⁶⁹ Outra observação importante, especialmente para observar a dinâmica da relação entre Euclides e Dilermando, é a de Pitt-Rivers (1968, p. 519), que lembra que o pundonor surge nas cortes renascentistas da Itália, estabelecendo códigos comportamentais para regular as competições que envolviam o valor da honra. Ali, se houvesse qualquer dúvida pairando sobre a honra de alguém, qualquer comportamento a ela deletério, não havia escolha, o ofendido não podia deixar de responder ao insulto, sob pena de banimento do grupo.

⁷⁰ A partir da ressalva de Foucault (1986), que nos lembra que o termo sexualidade surge apenas no séc XIX, note-se que a preocupação com uma oposição entre o masculino e o feminino advém dessa diferenciação, uma vez que até então a visão se focava na perfeição do corpo do homem, o modelo para todos os padrões, e a consideração de que a anatomia feminina era inferior. O séc. XIX traz a noção do *two sex model*, uma visão político-ideológica na diferenciação dos sexos, “justificando e impondo diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus” (COSTA, 1995, p. 111).

(ser alto, musculoso, bonito, bem dotado) precisava ser inteligente, confiante e engajado politicamente. O laço a amarrar todo esse presente era um só: o autocontrole. O homem viril não podia pecar por nenhum excesso em nenhuma de suas fundamentais características (THUILLIER, 2013). A essa visão, com o intuito de compreender melhor as noções e exigências de virilidade que chegam até Euclides e Dilermando, cabe aqui a observação de Rothman, quando destaca que:

Do nosso ponto de vista moderno, o aspecto mais estranho da *virilidade* era que ela contrastava com a masculinidade. A masculinidade e a virilidade eram maneiras de ser separadas e até opostas. Comparada à *virilidade*, a mera masculinidade ou masculinidade “básica” era um pouco desprezível. Foi indisciplinado e, pior, imerecido, pois, enquanto os homens nascem masculinos, devem alcançar a virilidade por meio da competição e da luta. (ROTHMAN, 2016).

Uma tarefa difícil sustentada pelos mesmos pilares⁷¹ vindos de outros tempos: religião, família e comunidade. Esse tripé, de certa forma, também impeliu o homem medieval, mas, para ele, diferentemente, a virilidade era sinônimo de castidade, perder a vida em uma batalha sangrenta era viril, envolver-se com mulheres não. Quando o homem medieval empunhou armas para defender a família e o seu meio, a virilidade ganhou novos adjetivos: o escudo, a lança, a coragem – a disciplina daquele que luta, e a castidade era uma qualidade desse controle, dessa hombridade. A virilidade estava no comportamento, e ser casto enquanto se era guerreiro, enquanto não se buscava um casamento, era um sinal de dignidade (THOMASSET, 2013)

Na modernidade, essa mistura vai se traduzir em uma virilidade delicada, representada especialmente pelos reis. A noção de delicadeza como um sinal de cortesia, de educação, gentileza, surge com a modernidade e, nessa gênese, é vista também como uma virtude masculina, um sinal que se mostrava de especial forma nas figuras reais, a partir dos sinais externos de sua riqueza e do local que ocupavam: riqueza, os perfumes, as luvas com anéis e os cabelos frisados – adjetivos distantes do escudo e da espada, mas os novos indicadores da virilidade, ou pelo menos indicadores de um novo tipo de virilidade – a nobre, em oposição a uma suposta virilidade vulgar, um sinal para distinguir o homem delicado do rude (CORBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2013).

São inúmeras mudanças até chegarmos à virilidade que sustentava Euclides e Dilermando, do homem que é viril em oposição ao homem fraco, e que se mostra assim de especial maneira quando está entre as fileiras militares, onde a virilidade se mostra na destreza

⁷¹ Outra questão a os unir era o poder do falo. Kristzman (2013, p. 219) destaca a simbologia viril do órgão sexual masculino, a representação do poder do macho.

na batalha, nas habilidades em campo, no vigor, na coragem, na força física e, por extensão, na vida em família, na maturidade e autocontrole, na fertilidade. (CORBIN, COURTINE e VIGARELLO, 2013), embora a essa altura masculinidade e virilidade apresentem-se quase como sinônimos, ainda assim o homem precisa se mostrar, diante da sociedade e de sua família, com um comportamento honrado, cavalheiro, ciente da própria força, especialmente diante da (então vista) fragilidade feminina. Um soldado lutador, mas sempre ciente da sua força, tendo controle da sua própria força.

É natural que as aspirações de uma sociedade acerca da virilidade mudem. É como aponta Vigarello, ao dizer que a virilidade muda porque a história não pode permanecer estática e as qualidades são redefinidas com o tempo, “ uma sociedade de comerciantes não tem os mesmos ideais em relação à virilidade que uma sociedade militar; um cortesão não tem a mesma definição que um cavaleiro” (VIGARELLO, 2013a, p.155).

Mas, a verdade é que desde a Antiguidade a base para o ideal de virilidade é construído a partir dos modelos de comportamento definido para os soldados, para a guerra. No séc. XIX esse ideal não vai mudar – ainda que com certas adaptações para a sociedade civil. De fato, como lembra Vigarello, o dezenove é o pico da virilidade europeia, e aqueles que não pegavam em armas tentavam, de fato, passar o maior tempo possível em ambientes que, de certa forma, replicavam aquele dos quartéis, “ faculdade, internato, seminário, a adega do clube de canto, o bordel, a sala da guarda, sala de armas, sala de fumantes, várias oficinas e cabarés e salas de espera ” (VIGARELLO, 2013, p. 15).

A religião, a família e a comunidade seguem constantes, mesmo que vistas de diferentes prismas. Para Euclides, por exemplo, a religião é a ciência, mas essa base do positivismo sustenta a visão de família defendida pela República, que segue como o núcleo liderado pelo homem e que tem na figura da mulher o seu coração e o seu referencial de honra. Se não é o encontro carnal entre homens e mulheres que constrói o chefe da família, é o comportamento da mulher e a forma como ela conduz a família, a sua atuação do núcleo familiar que permite o (bom) crescimento do homem. Ou seja, a honra da família estava nas mãos da mulher, logo, a própria virilidade e a masculinidade do marido, em um mundo onde as noções se misturavam com o poder sexual masculino, também.

A partir dessas oposições é possível ver que, ao longo do dezenove e no início do século vinte, ser homem significava não ser o que uma mulher era. Gay (1999) já destacou que a identidade sexual e de gênero do homem vitoriano estava diretamente ligada ao seu papel na

sociedade: o homem devia comportar-se como tal, parecer másculo, parecer viril⁷². A questão é que no seu comportamento público se refletia a sua vida familiar, e aí vem o grande conflito entre Euclides e Ana: o comportamento dela não era condizente com a necessidade de erigir o bom nome dele. Quando ela o trai, ela destrói a sua imagem pública e a imagem de sua virilidade, especialmente se considerarmos, como já se apontou, que as noções de masculinidade e a virilidade também passavam pelo corpo que devia ser forte, musculoso, vigoroso, elegante. Tudo o que Dilermando era, e Euclides não.

Dessa forma, na esteira da discussão de Badinter (1998), a masculinidade é algo a ser construído e conquistado, geralmente “à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, suportando dor e humilhação”, acaba-se por se definir o que é essa masculinidade “através da afirmação da heterossexualidade, da negação do que é propriamente feminino, da homofobia e da dominação sobre as mulheres” (BADINTER, 1998, p. 191). Note-se que a construção dessa ideia, dessa percepção do que seja a masculinidade vai passar por contraposições (homossexual x heterossexual, por exemplo) e graus de intensidade (ter comportamentos mais ou menos masculinos, fazer parte das Forças Armadas é, nessa lógica, um forte sinal de masculinidade). De igual forma, para o fim da discussão ora apresentada, cumpre reconhecer que a noção de masculinidade, conceituada por Connell (1995a) como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”, é construída também a partir dos ideais de virilidade.

Igualmente, ainda cabia à esposa ser fiel ao seu marido, a punição do adultério recaía essencialmente sobre a figura da mulher, porque era dela a obrigação de guardar a honra do marido, da família. Segundo Halvor Moxnes (1993), a noção de honra é universal, mas a forma como ela se apresenta varia entre culturas, por se tratar de uma construção social e, como tal, sua compreensão passa pelo entendimento de contextos mais amplos, como o religioso, o social e o econômico⁷³.

Essas concepções de honra, respeito ao casamento, eram determinadas por homens, o desrespeito a elas também por eles punido. E eram homens do séc. XIX, do início do séc. XX,

⁷² A sociedade patriarcal vê o homem a partir de dois prismas, um negativo e outro positivo: homem é aquele que não chora, que não mostra seus sentimentos, que não é fraco. O homem também é aquele que é corajoso e forte, um provedor que, sendo viril, pode até ter um comportamento agressivo (PINTO ET AL, 2017),

⁷³ Essa observação vai ao encontro do pensamento de Cairns, quando ele elabora que “a noção de honra passou por uma série de transformações: nas obras mais antigas do cânon literário ocidental, os poemas homéricos, existe em algo como uma forma primitiva ainda encontrada nas sociedades muçulmanas, mas uma tradição de ceticismo relativamente sobre a honra surgiu no pensamento clássico romano grego, e a cristandade exerceu uma forte pressão no sentido de moralizar a noção que se tornava cada vez mais forte no Renascimento que alcançou seu auge no século XIX, quando a honra tinha como cerne um vínculo com a moralidade cristã, com a integridade pessoal, com ideais de lealdade, de boas maneiras com a do patriotismo” (CAIRNS, 2011, p. 24).

que observavam o crime e o comportamento humano a partir de (então) recentes concepções da criminologia, no que cobiçava ser "[...] um conhecimento mais amplo acerca da própria vida social [...] incorporadas com entusiasmo por grande parte da intelectualidade brasileira" (ALVARES, 2002). Se aos olhos do séc. XXI ligar o adultério a ideia de crime parece um exagero, lembra-se que, na prática o adultério só deixou de ser crime no Brasil no ano de 2005, com o advento da Lei nº 11.106 e a ausência de virgindade só deixou de ser causa de nulidade do casamento com a promulgação do Código Civil de 2002⁷⁴.

Se hoje a violência no casamento, na família, são problemas de ordem pública e com punição sistematizada na lei, no início do séc. XX esses problemas eram de ordem privada, e isso só começou a mudar na metade daquele século (MARSHALL, 1950). Efetivamente, o que para nós é uma violência, para aqueles homens era encarado como modo de viver, um fenômeno cultural ao qual homens e mulheres recorriam como solução dos problemas, defesa de direitos, defesa da honra, uma maneira de afirmação de posição social, de valores. E ainda que as mulheres caminhassem⁷⁵ para um mundo de maior liberdade, com novos espaços, delas era esperado um comportamento impecável em relação ao seu papel de detentora da honra da família.

Os homens se adaptavam a mudanças profundas e rápidas, alevantadas na nascente República e seu modelo positivista; mas adaptar-se ao novo não os escusava de observar suas obrigações de sempre. Esses homens de costumes antigos e persistentes que habitavam cidades que se modernizavam, trazendo a civilização, construíam suas famílias com as preocupações usuais: a mulher seguia responsável pela honra familiar e pelos assuntos domésticos, e o marido seguia responsável por sustentar a família e em observar a manutenção dessa honradez a qualquer custo.

Em um tempo onde homens e mulheres tinham papéis específicos que não podiam ser trocados ou modificados sem prejuízo de seu lugar no mundo, Euclides, Ana e Dilermando acabam comprometidos:

A obsessiva europeização, levada a sério tanto no ambiente doméstico quanto no das políticas públicas, enrijeceu os papéis de gênero. Homens só podiam ser pais e provedores. Mulheres, mães e esposas. Todos perfeitos. Quem rompesse a norma se comprometeria. (DEL PRIORE, 2009, p. 104).

⁷⁴ O Código Civil de 1916 considerava erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge (o que era causa para anulação do casamento), o defloramento da mulher ignorado pelo marido.

⁷⁵ No final do séc. XIX, especialmente na Inglaterra, surgem os primeiros movimentos de reconhecimento de direitos das mulheres, como a busca pela igualdade pelo direito ao voto. A ascensão do movimento feminista se dá especialmente na segunda metade do século XX e, no Brasil, a partir da década de 1970.

A honra de Euclides pertencia a Ana, guardiã do bom nome da família. A ele cabia o direito/dever de exigir o bom comportamento da esposa. É como reverbera Mariza Corrêa (1983, p. 192), “o dever mais enfatizado nesses casos tem sido o da fidelidade da mulher ao homem [...] sua possível infidelidade absolvendo ou atenuando o ato agressivo cometido pelo acusado”. A mesma autora arremata, “esse dever da mulher corresponde a um direito do homem que pode, além de exigir o seu cumprimento, punir o seu não cumprimento”. (CORRÊA, 1983, p. 192).

Pode-se argumentar que, ao final do dezenove, as bases do masculino eram a sexualidade, a família e o trabalho. Dilermando e Ana, ao se tornarem amantes, feriram a base do que tornava Euclides o que ele era: a esposa procura em outro homem a satisfação sexual, e constrói com esse homem uma nova família que, de certa forma, é imposta a Euclides. A este restou o orgulho do trabalho e a chance de lavar a honra ferida, diante de um homem que, à primeira vista, tinha tudo aquilo que ele, Euclides não conseguira alcançar: a constituição máscula, a beleza, o temperamento para a vida na caserna, o amor de Ana. Até que ponto essas diferenças entre eles, que tornavam tão visíveis as ausências em Euclides, realmente o incomodavam, é difícil dizer. Mas, cumpre lembrar a ressalva de Badinter (1998) para quem nos definimos por processos de identificação e de diferenciação, reconhecendo a nós mesmos não só pelas semelhanças, mas também pelas diferenças que encontramos no outro.

De outro lado, a fim de olhar para essa relação entre Euclides e Dilermando, é bom lembrar que, como nos ensina Connell (1995b), há diferentes tipos de masculinidade em um mesmo contexto social, desenvolvidas em torno da masculinidade hegemônica que reflete o padrão idealizado do homem. Morto Cunha no duelo, ao final, são a sua inteligência e produção literária que “salvam” o seu bom nome, por vezes parecendo que a vida de Euclides foi uma busca dessa noção de virilidade que o formou e o educou, mas que nunca lhe foi natural - ele não tinha especial apreço pela vida militar:

A experiência da Guerra de Canudos, para Euclides, confere uma dimensão especial ao sentido da viagem, que, embora não negue implicações românticas, assume contornos próprios. O tema, para ele, tem o cunho de um outro mito, o mito da busca da autenticidade na aventura viril. É antes indo rumo ao inóspito que o caráter é temperado, como o aço, através de provações quase sobre humanas. (GALVÃO, 2010, p. 63).

Como se vê do item 1.1, o próprio Euclides narrou como acabou por se moldar no dia a dia da vida militar, mas é interessante a ótica dessa incapacidade de se adaptar às exigências físicas do exército se pensarmos que uma das bases da vida entre armas é a hierarquia, e a sua existência em muito se fiava na capacidade de subordinação e instrumentalização desses corpos,

que são armas, máquinas (FOUCAULT, 1987). Euclides não se encaixava, em pouco ele se encaixa ao longo da vida, apesar dos lugares de importância que acaba por ocupar: encontrou pouca satisfação na função de Engenheiro, que por tantos anos ocupou, por exemplo, e que foi seu passaporte para uma vida longe do Exército. Roberto Ventura conta que Euclides “detestava as tediosas e intermináveis tarefas que lhe cabiam como engenheiro do estado” (VENTURA, 2019, p. 22).

Assim, ao longo deste capítulo, a partir desses ideais de virilidade, honra, família, a partir dessa sociedade mergulhada em novidades e enraizada nas tradições, observa-se como se formam os vértices desse triângulo, enquanto indivíduos, enquanto profissionais (no caso de Euclides e Dilermando), enquanto casais. O que se pergunta é: como a *Belle Époque*, o pensamento republicano, a cultura da virilidade e os códigos de honra, além das experiências pessoais, formaram esse homem, Euclides, e as outras personagens?

1.1 Um homem forjado na ruptura republicana: Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha⁷⁶.

Feliz de mim se conseguir acumular no cérebro força bastante para equilibrar o coração.

Euclides da Cunha.

Euclides nasceu na Fazenda Saudade, Santa Rita do Rio Negro, distrito de Cantagalo-RJ⁷⁷, no dia 20 de janeiro de 1866, na segunda metade de uma década movimentada para o Brasil, com a divisão no Partido Liberal ocasionando o surgimento de uma ala radical defensora da República como única solução política (CARVALHO, 2009, p. 21). Filho de Eudóxia Moreira da Cunha e do guarda-livros⁷⁸ Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, por tornar-se órfão⁷⁹ de mãe aos três anos de idade, o menino de saúde frágil (contraiu ainda na infância tuberculose, a doença que matou sua mãe), passou os primeiros anos de vida sob os cuidados de parentes⁸⁰.

⁷⁶ Apresenta-se, a título de informação, a grafia do nome de Euclides da Cunha como era na ocasião do seu nascimento, mas, no decorrer do trabalho utiliza-se a grafia contemporânea. De fato, nas transcrições de documentos do final do séc. XIX e do início do XX optou-se por verter a grafia contemporânea, a fim de facilitar a leitura.

⁷⁷ Desde 1943 o distrito leva o nome de Euclidelândia, em homenagem ao ilustre filho (DOLZAN, 2016).

⁷⁸ Nas fazendas de café que então tomavam o Vale do Paraíba (ABREU, 1998).

⁷⁹ O pesquisador Antenor da Silva Ferreira destaca que, dos aspectos na trajetória pessoal de Euclides, a orfandade é fator preponderante para o resultado de seu engajamento social e político. Segundo ele, tamanha perda foi de grande influência para a "personalidade quixotesca" de Cunha, com sua propensão a tomar a defesa dos oprimidos. (FERREIRA, 2019, p. 17).

⁸⁰ A partir de 1869 em Petrópolis (RJ), com os tios maternos Rosinda e Urbano Gouveia e, com a morte de Rosinda em 1871, sob os cuidados dos tios maternos Laura e Cândido José de Magalhães Garcez em São Fidelis - RJ. Além disso, em 1877 passou um breve período com a avó paterna em Salvador - BA (VENTURA, 2003)

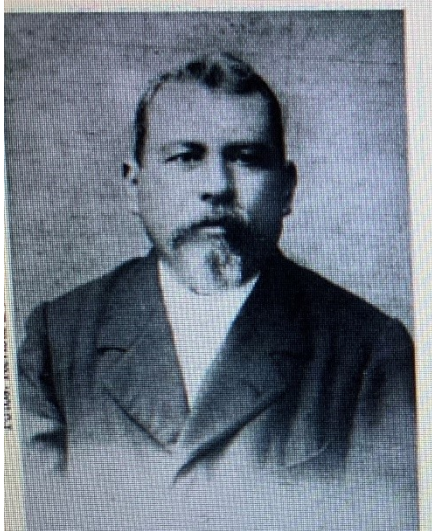


Imagem 3. Manoel Pimenta da Cunha, pai de Euclides. Foto seu autor e sem data. Fonte: Reprodução Cadernos da Literatura Brasileira.

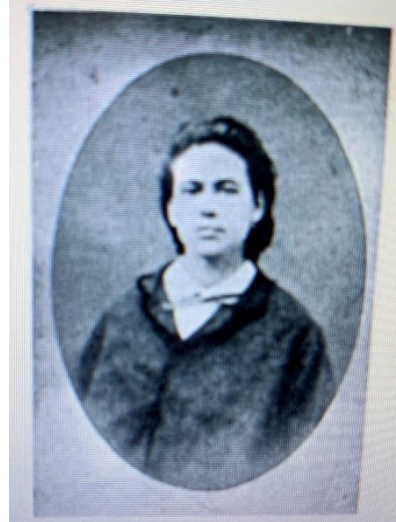


Imagem 4. Eudóxia Alves Moreira, mãe de Euclides. Foto seu autor e sem data. Fonte: Reprodução Cadernos da Literatura Brasileira.



Imagem 5. Euclides da Cunha aos 10 anos de idade. Foto seu autor e sem data. Fonte: Reprodução Cadernos da Literatura Brasileira..

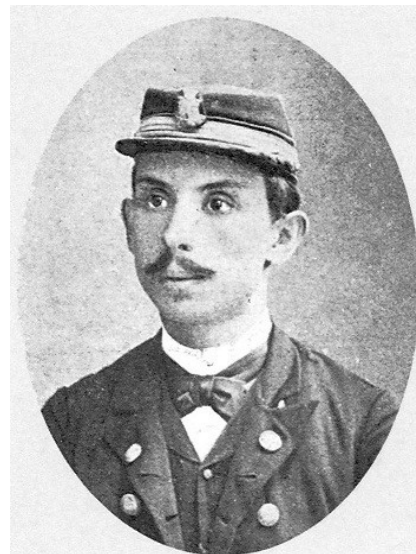


Imagem 6. Euclides da Cunha aos 25 anos de idade. Foto seu autor e sem data. Fonte: Museu da República.

Voltou ao Rio para estudar, em 1879⁸¹, e adulto se fez em um tempo onde muito mudava, e mudava rápido. Durante o seu breve período de vida - morreu aos 43 anos em 15 de agosto de 1909 - o Brasil passou por grandes mudanças e também permaneceu o mesmo: abolida a escravidão, proclamada a República, exilado o Imperador, fortalecido o exército; os costumes e ideais que construíram o regime republicano tinham, muitas vezes, as mesmas

⁸¹ Nessa ocasião Euclides foi acolhido pelo tio paterno, Antônio Pimenta da Cunha.

aspirações daqueles que costumavam manter a monarquia. É muito querido e sempre repetido entre os estudiosos desse período um trecho da obra *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, no qual o Conselheiro Aires traduziu bem essa realidade ao declarar que, com a República, “nada se mudaria; o regime, sim, era possível (mudar), mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (ASSIS, 2012, p. 71).

Olímpio de Souza Andrade (2002), autor de diversas publicações relacionadas à vida e obra de Euclides, dizia que o autor era filho da roça, tocado pela natureza quando viveu no Vale do Paraíba. Nesse ponto, cabe lembrar a observação de Nelson Werneck Sodré (1959) sobre a família de Euclides: o seu pai era guarda-livros, e o seu avô paterno comprava e vendia africanos escravizados, o que acabou por colocar Cunha em uma situação peculiar: conhecedor tanto da crescente classe média, na qual as reformas da Abolição e da República ecoavam, e também do meio rural que a essas mesmas mudanças fortemente resistia.

Mas é fato que do tempo vivido entre fazendas, Euclides da Cunha levaria o gosto pela vida do campo. Oswaldo Galotti, reconhecido euclidianista, ao desenvolver argumentos sobre o que ele chamou de “o sentido da vida de Euclides da Cunha”, apontou seis áreas chave que trariam as respostas para essa indagação. A primeira delas? “[...] o primeiro aspecto que impressiona em Euclides é a valorização que ele dá à natureza”. (GALVÃO, 2009b, p. 29). O pesquisador Helder Silva Lima (2013) trouxe a lume as percepções de dois importantes biógrafos de Euclides da Cunha – além do próprio Olímpio, Roberto Ventura – para explicar a importância desse passado rural da formação e na vida do escritor. Lima lembrou que essa dicotomia campo cidade, serra e rua, marca contrastes entre a infância e a vida adulta de Cunha, e que o campo seria “[...] uma fase infantil que retornaria como lembrança longínqua de uma amena natureza, que se contraporía à turbamulta urbana e a dureza da vida adulta”. E o pesquisador segue, apontando que “mais do que um dado biográfico é a indicação de uma condição social” (LIMA, 2013, p. 27-28), naquele período de considerável crescimento da vida urbana e consequentes modificações da sociedade, com a chegada de nova mão de obra do campo, de nova mão de obra do exterior, a absorção dos negros, agora não mais escravizados, como mão de obra remunerada e os novos (antigos) papéis das classes superiores, donas do dinheiro e do poder político.

Mesmo com a memória do campo foi na cidade que Euclides buscou o futuro e ergueu seu conhecimento entre nomes atuantes do nascente regime republicano, e esse aspecto é muito importante, porque se a obra de Cunha for considerada sem a sua passagem pela Escola Militar, a sua compreensão será parcial (GALVÃO, 2010). Em que pesem a sua dificuldade de pertencimento ou o seu aparente desinteresse pelos desdobramentos da vida na caserna, é nesse

contexto que a sua educação se desenvolve, é ali que Euclides aprende a pensar o mundo, e, enquanto autor, constrói sua carreira de escritor sempre analisando e argumentando acerca da República, ponto central em sua obra, seja nos livros que escreve (aspectos da República são analisados não só em *Os sertões*, de 1902, mas também em *Contrastes e confrontos*, inicialmente publicado em 1907 e em *À margem da história*, que é de 1909, por exemplo), seja na sua atuação como repórter: ele não só testemunhou os primeiros rumos do regime que lutou para fundar, mas também o traduziu, e por causa disso alcançou a fama.

Aos 17 anos, no ano de 1883, ingressou no Colégio Aquino⁸². Ali, aliás, teve a sua primeira experiência jornalística, atuando no jornal *O Democrata* ao lado de colegas (PONTES, 1938). Foi a ocasião na qual conheceu um de seus mais influentes e importantes mestres, Benjamin Constant, que foi seu professor de matemática.

Dois anos depois, em 1885, passou a fazer parte da Escola Politécnica do Largo de São Francisco (RJ). No ano seguinte, em 26 de fevereiro de 1886, aos vinte anos de idade, sentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). A mudança era provavelmente um reflexo de dificuldades financeiras. Manter um filho estudando na capital custava caro e como aluno da Politécnica ele só gerava despesas, na Escola Militar, Euclides mantinha o acesso aos estudos e recebia um pequeno soldo, além de alojamento e comida⁸³. Os alunos da Escola Militar eram, em sua maioria, advindos de famílias militares e famílias de poucas posses (CARVALHO, 2017), e também começavam a vir da nascente pequena burguesia⁸⁴ urbana brasileira (GALVÃO, 2010). Enquanto isso, os filhos dos ricos e poderosos preferiam os cursos de direito, tanto o de Olinda quanto o de São Paulo.

Na Escola Militar havia a valorização da ciência. Castro (2000, p. 8) lembra o nome pelo qual a escola era conhecida entre seus alunos, “Tabernáculo da Ciência”. O próprio Euclides (*apud* CASTRO, 2000, p. 10) fez uso de sua pena para uma crítica explícita, “triste quadro das nossas academias de direito, onde estuda-se a sociedade sem as noções das mais

⁸² Quando chegou ao Rio, foi matriculado no Colégio Anglo Americano, e saiu-se muito bem nos primeiros exames da Instrução Pública, porque já tinha boa base do Colégio Caldeira, em Teresópolis. Nesses primeiros tempos de capital ainda passou pelo Colégio Vitério da Costa e o Menezes Vieira (PONTES, 1938). O Colégio Aquino, por sua vez, era conhecido por ser bom preparatório para ingresso no curso de Engenharia (VENTURA, 2003).

⁸³ Ao longo do período imperial brasileiro, a Escola Militar era o único estabelecimento de ensino superior gratuito (além de efetivamente gratuito pagava soldo aos alunos), tornando-se, assim, uma possibilidade de ascensão social para os jovens vindos de famílias pobres (CASTRO, 2000).

⁸⁴ Ao longo das décadas vitorianas (1837-1901) o nome “burguês” é ao mesmo tempo um termo de reprovação e uma fonte de auto respeito, de um grupo que insiste em não ser parte do proletariado. Quando da ascensão da Rainha Vitória ao trono britânico em 1837, a burguesia é uma classe social distinta, com uma importância crescente na produção não só da riqueza, mas também no espaço da política e na formação de novos hábitos sociais. (GAY, 1999). Segundo Andrade (2013), desde 1870, a partir da França, essa visão de mundo burguesa se espalha: chegando a Portugal e ao Brasil, guardadas suas especificidades.

simples leis naturais”. Ou seja, esse cientificismo também era, de certa forma, uma ferramenta de oposição aos bacharéis que vinham de Olinda e do Largo de São Francisco paulista, filhos da elite e com acesso praticamente garantido a cargos e funções públicas, o que os jovens aspirantes militares viam como uma discriminação do estado monárquico - que beneficiava esse grupo que o sustentava (CASTRO, 2000).

Os estudantes da Praia Vermelha viam na sua trajetória acadêmica a aquisição do merecimento para galgar degraus mais altos – o cientificismo positivista proclamado por professores como o já citado Benjamin Constant encontrava eco constante entre eles. Ali, aluno do curso de Estado Maior e Engenharia Militar, Euclides teve como colegas, entre outros, Cândido Rondon⁸⁵ e Tasso Fragoso⁸⁶, dois grandes nomes da história militar do Brasil, uma geração ensinada em meio a um intenso ativismo político (republicano):

A geração da Escola Militar a que pertenceu Euclides é aquela que vai viver em cheio a renovação de todas as ideias. Religião católica, instituições monárquicas, escravidão, prestígio da grande propriedade rural, ecletismo filosófico e espiritualismo, romantismo artístico-literário, tudo isso será levado de roldão por “um bando de ideias novas”. (GALVÃO, 2010, p. 14)

Cunha, segundo seu colega Escagnolle Dória⁸⁷, era pessoa sujeita a oscilações bruscas de ânimo e humor (VENTURA, 2003). O jovem Euclides parecia se aborrecer com certa facilidade com seus colegas; em notas feitas justamente na época em que era aluno na Praia Vermelha, ele comiserou, “ não amanheci bom, amolei-me cedo com um colega – que tem a

⁸⁵ Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (Santo Antônio do Leverger-MT 1865 – 1958 Rio de Janeiro-RJ) fez sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha, quando começou a atuar no movimento republicano. Atuou como professor na escola que o formou e liderou grupos pelo interior do Brasil, atuando na instalação de telégrafos, ocasiões nas quais passou a manter contato com povos indígenas. Liderou expedições científicas e de reconhecimento do território que se estende do Mato Grosso à Amazônia, bem como presidiu a delegação brasileira que mediu as negociações entre Bolívia e Peru, em torno da disputa pelo controle do porto de Letícia. Foi presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio e teve o território de Guaporé rebatizado como Rondônia em sua homenagem. (Informações disponíveis em <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 02 fev 2019).

⁸⁶ (Coronel) Augusto Tasso Fragoso (São Luís-MA 1869- 1945 Rio de Janeiro-RJ) ingressou na vida militar na Escola Militar da Praia Vermelha no momento da transição da Monarquia para a República, de cuja proclamação participou ativamente. Frequentou os cursos de Estado-Maior e Engenharia da Escola Superior de Guerra, bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Seguiu a carreira militar e sempre se dedicou à vida pública, embora tenha se recusado a exercer o mandato de deputado constituinte para o qual se elegeu em 1890. Participou da repressão à Revolta da Armada (1893-1894), serviu na comissão de limites com a Bolívia (1900-1901), ocupou a chefia da Casa Militar do presidente Venceslau Brás (1914-1917). Foi encarregado do inquérito que apurou a responsabilidade dos tenentes Eduardo Gomes e Antônio de Siqueira Campos no episódio conhecido como "os 18 do Forte", ocorrido em 1922. Chefiou o Estado-Maior do Exército (1922-1929) e foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). (Conforme informações disponíveis em <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 10 jan 2019).

⁸⁷ Cunha e Doria estudam juntos tanto no Colégio Aquino quanto na Escola Militar da Praia Vermelha. Luís Gastão d'Escagnolle Dória, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1890), atuou como colaborador da *Folha da Tarde*, da *Gazeta de Notícias*, foi redator de debates do Senado Federal, professor de História do Brasil no Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Conforme informações disponíveis em <https://tinyurl.com/2bhupc5d>. Acesso em 25 jan 2021).

propriedade de irritar sempre o meu gênio mau e irascível” e reconheceu a própria reação difícil, “levantei-me até disposto (valha a verdade) a expandir o meu mau humor numa tourada, dominei-me, porém” (CUNHA *apud* VENTURA, 2003, p. 65). Cunha tinha assim, aparentemente, alguma dificuldade em ir ao encontro a um ideal da virilidade que ganhou força com a modernidade: o cultivo do controle como máxima⁸⁸ (VIGARELLO, 2013). Mas, nesse ponto ele ironicamente contou com o exército que, ao moldar a sua identidade⁸⁹ e construir o seu conhecimento formal, também colocou limites no conhecido temperamento volátil, ao fazê-lo se adaptar a regras, horários e hierarquia, mesmo que a grande custo, como ele mesmo contou:

Dominar-me! Este trabalho de Hércules que a minha consciência a todo instante impõe-me, constitui aqui – às vezes – meu único esforço durante dias seguidos; é uma luta cruel que sempre reflete em meus estudos uma perturbação bastante sensível![...]. Pois que para mim dominar a violência é o mais difícil e mais perigoso que subjugar um touro. (CUNHA *apud* VENTURA, 2003, p. 65).

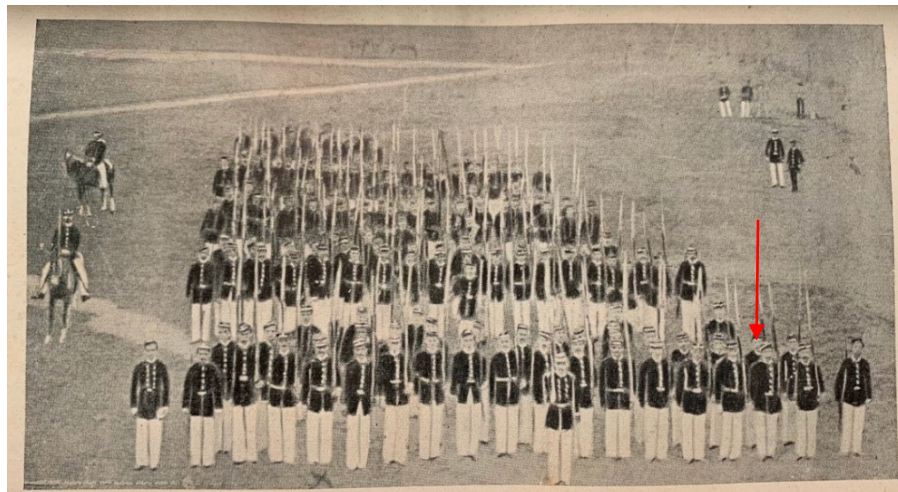


Imagem 7. Euclides da Cunha, na primeira fila, o quinto à direita, perfilado junto a colegas, em cerimônia na Escola Militar. Foto sem autor e sem data. Fonte: PONTES, 1938.

Apesar do temperamento desafiador - “a personalidade de Euclides inclinava-se naturalmente para os conflitos violentos, para os aflitivos extremos” (BOSI, 2015, p. 330), e da saúde oscilante - são diversos os pedidos de licenças médicas em seus registros (VENTURA, 2012), ele seguiu os estudos na Praia Vermelha, até ser expulso em 1886.

⁸⁸ De fato, os vitorianos, por exemplo, consideravam o autocontrole essencial para a formação de um bom caráter (GAY, 1999). Vide p. 47/48.

⁸⁹ Salutar a lição de Castells (1998) ao nos lembrar que por serem as identidades o fruto de significados e experiências de um povo/indivíduo, devem ser observadas na relação com o contexto de sua formação e atuação.

O jovem Euclides é considerado um republicano ferrenho⁹⁰, é favorita entre seus biógrafos e estudiosos a passagem de sua expulsão da Escola Militar da Praia Vermelha, no ano de 1886, onde o então cadete Euclides joga sua espada aos pés do ministro da guerra do Imperador D. Pedro II. Era uma época delicada para o Império do Brasil, com os Republicanos cada vez mais organizados e propensos a protestos a qualquer oportunidade, “a Praia Vermelha transformara-se em colmeia de agitadores. As algemas da disciplina já não continham os discípulos de Benjamin Constant” (PONTES, 1938, p. 60). O papel de Benjamin Constant é pivotal; o seu papel de professor na Escola Militar lhe deu lugar privilegiado para apresentar aos jovens estudantes os ideais positivistas. De fato, Constant e seus alunos acabam construindo um papel fundamental⁹¹ na proclamação da República, e a atitude de Euclides naquele dia de visita do ministro deixa isso claro.

Sobre o imbróglio, Bernucci (2009) afirma haver duas versões sobre o ocorrido. Na primeira delas, alega que o comportamento de Cunha se deu em razão de uma manifestação acerca da falta de promoção para alferes-alunos, conforme prescrevia a lei. A segunda versão atribui o protesto de Euclides a mudança do dia da visita do Ministro da Guerra do Império, Thomaz Coelho, impedindo que os alunos assistissem ao desembarque do republicano Lopes Trovão, que voltava da Europa. Esta segunda versão é a comumente aceita e analisada por pesquisadores como Ventura (2003) e Galvão (2009), e relatada em biografias como a de Pontes (1938), e é peça importante para a construção da figura pública de Euclides. Eis um registro da ocasião:

Por ocasião de entrar o *Ville de Santos* em nosso porto, vapor em cujo bordo vinha de regresso à Pátria o dr. Lopes Trovão, muitos dos alunos da Escola Militar subiram ao baluarte da mesma escola e dali saudaram com vivas e acenos de lenços ao ilustre democrata. Ao que parece essa demonstração de simpatia daqueles alunos não agradou ao comandante da escola, e este cavalheiro, vendo naquele ato uma quebra de disciplina, ordenou que os alunos manifestantes fossem ontem impedidos em sua saída. Ora sucedeu que, exatamente ontem, resolveu o Sr. Ministro da guerra ir visitar a Escola Militar. E lá foi e lá esteve. E como os alunos impedidos não estavam de boa maré, em virtude do castigo que sofreram, a hora em que tinha de, em forma, fazer continência à suprema autoridade militar que ali se achava de visita, como que recusaram-se de fazê-lo, deixando cair pesadamente as armas ao solo. E então um deles, mais exaltado, tomou da baioneta, quebrou-a de encontro ao joelho e, atirando os pedaços de arma para o lado do Sr. Conselheiro Thomaz Coelho, que em sua visita era acompanhado pelo Sr. Senador Silveira Martins, proferiu em altas vozes uma espécie de veemente protesto, acentuando, na mesma ocasião, as crenças republicanas. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 5 nov. 1886)⁹².

⁹⁰ José Murilo de Carvalho (2017, p. 137) o chama de republicano rubro.

⁹¹ Celso Castro (2000) defende que essa mocidade militar tem, de fato, o protagonismo desses acontecimentos.

⁹² Disponível em <https://tinyurl.com/mr7t4h2s>. Acesso em 09 out 2020.

Já no dia seguinte, Thomaz Coelho, incomodado com a narrativa que circulava na imprensa, fez ler nota na Câmara, por meio do Ministro Costa Pereira:

Ontem, como em outras vezes que tenho visitado a Escola Militar, fui acolhido, tanto pelos alunos quanto pelo pessoal docente e administrativo, com todas as mostras de respeito e consideração. É certo que quando o corpo de alunos marchava, formando em continência, um deles atirou a arma ao chão e tentou quebrar a baioneta, que também arremessara, saindo fora da forma. É, porém, inteiramente falso que houvesse atirado a arma ou a baioneta em direção a mim. Atacado visivelmente de um acesso nervoso, foi recolhido por minha ordem à enfermaria militar, onde deverá ficar de observação, sendo certo que, logo depois do incidente, foi ele socorrido pelo médico, que esteve presente. Todos os fatos de que deram notícia à Gazeta, em relação ao comandante da escola, são inexatos, pois ainda hoje estive com este, General Clarindo de Queiroz, que mostrou-se indignado por tantas inverdades. (COELHO *apud* PONTES, 1938, p. 63).

O aluno exaltado era Euclides da Cunha, e o seu gesto lhe rendeu um recolhimento ao hospital para observação, “por parecer sofrer das faculdades mentais” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 5 nov. 1886). Andrade (2009, p. 19) alega que, após o imbróglgio, recolhido ao Hospital do Castelo, de lá saiu com “um atestado de louco” que o excluiu das fileiras militares. Sena (2003), no que lhe concerne, esclarece um pouco mais a situação ao informar que, após jogar o sabre aos pés do Ministro de Guerra, Euclides foi levado à Fortaleza de São João e, então para o Hospital Militar do Castelo onde foi constatado um “esgotamento nervoso por excesso de estudo”, passando Cunha então a aguardar um julgamento por Conselho de Guerra que ao final nunca aconteceu, sendo a sua matrícula cancelada aquele dezembro⁹³, o que, como lembra Ventura (1996), era melhor que a alternativa apresentada pelo Código Penal Militar: a pena de enforcamento.

Expulso da Praia Vermelha, Euclides parte então para São Paulo e é aí que começa a sua vida de jornalista e escritor junto ao jornal *A Província de São Paulo* a convite de Júlio de Mesquita⁹⁴, onde estreia escrevendo artigos defendendo a República e criticando a Monarquia e a Família Real brasileira. Retorna ao Rio de Janeiro no ano de 1889 e, sem deixar de atuar na imprensa, com a chegada da República, é reintegrado ao Exército e retoma a vida na Escola

⁹³ Elói Pontes conta que tanto o tio, Antônio, quanto o pai, Manoel, apoiam Euclides. Que seu pai até mesmo consegue uma audiência do Imperador e sai de lá com a notícia de que o filho teria baixa sumária do Exército (PONTES, 1938, p. 83).

⁹⁴ Filho de portugueses, passa parte da infância no país europeu, onde inicia seus estudos. Contudo, bacharela-se em Direito no Brasil. Pouco milita na área, dedica-se ao jornalismo e à política ao longo de sua vida adulta, crescendo com o regime republicano brasileiro, o qual apoia. Trabalha no jornal *Província de São Paulo* alguns anos até tornar-se sócio da empresa e, então, proprietário do jornal que viria a se chamar *O Estado de São Paulo*. O convite para Cunha cobrir a Guerra de Canudos é benéfico ao jornal de Mesquita, que vê a tiragem do periódico saltar para 18 mil exemplares diários, em razão do interesse do público pelo conflito. (De acordo com informações constantes de <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em 24 mar 2020).

Militar. Parece um paradoxo o fato de Euclides, tão reticente quanto aos ideais militares⁹⁵, tenha perseverado em seus estudos e chegado a alcançar a patente de segundo tenente, mas o próprio histórico da sua escola ajuda a entender isso. Vê-se que a figura do bacharel fardado é a perfeita tradução da posição de Euclides, que renega a profissão militar, mas tem orgulho da escola⁹⁶ que frequentou:

Por aqui se compreende por que Euclides da Cunha – que mostraria constrangimento em se declarar militar – viria a ostentar em seu cartão de visitas não a patente de tenente do Exército, nem o grau de engenheiro militar, mas o título de bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais a que tinha direito. (GALVÃO, 2009, p. 20).

Apesar da sua formação e embora tenha se casado⁹⁷ em 1890 com Ana Emília, filha do (então) Major Sólon Ribeiro, nome importante da incipiente República, Cunha não se furtou em criticar o regime ao qual escolhera servir, ele passou “da militância pela República à descrença com os rumos do novo regime” (VENTURA, 1996, p. 27). Em um período de tempo de cerca de 10 anos, considerando-se o início de seus estudos militares e a cobertura de Canudos, mostrou-se apartado daquela República estabelecida no Brasil⁹⁸. É possível entrever nas inúmeras análises acerca de *Os Sertões* o amadurecimento das visões de Cunha sobre o regime que o formou:

Euclides teria evoluído de um determinismo racial e psicológico, patente em *Os Sertões* para uma forma de dialética socioeconômica cujo melhor testemunho se acharia nas páginas de ‘Um Velho Problema’ [...] delinea a posição madura de Euclides: ironiza as utopias igualitárias do Renascimento e do Iluminismo, história e ascensão da burguesia pela Revolução Francesa, rejeita por fantasias os princípios de Proudhon, Fourier e Louis Blanc [...] (BOSI, 2015, p. 332).

De igual forma, intelectuais republicanos como Silvio Romero e Lima Barreto (ALMEIDA, 2008) se viram céticos diante da incapacidade da nascente República de romper com os antigos hábitos monarquistas, com a continuidade do modelo econômico, a manutenção

⁹⁵ De fato, ele se considerava “moralmente incompatível” com a vida militar (CARVALHO, 2017, p. 136).

⁹⁶ Galvão (2009, p. 20) aponta que “o caráter heterodoxo da escola – um centro de altos estudos de matemática e ciências, de modelo revolucionário francês, perdido numa remota colônia tropical – conferiu-lhe enorme prestígio”.

⁹⁷ Cunha, em carta a pai, ao tempo em que anuncia seu matrimônio critica seu antigo mestre (e amigo) Benjamin Constant. (CUNHA *apud* VENTURA, 2003).

⁹⁸ Euclides se decepciona com os rumos republicanos, e deles se aparta, mas a sua ligação com o regime cuja narrativa ajudou a construir o acompanhou até o fim. Morto o escritor, em voto de pesar exarado no Senado, vê-se que de Cunha o senador João Luiz destacou a tradição republicana, visão corroborada pelo também senador Quintino Bocáiuva, ele próprio nome maiúsculo da jovem república brasileira, que disse: “O requerimento do honrado senador pelo Espírito Santo, pedindo a expressão de um voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Euclides Cunha, corresponde, creio, ao sentimento geral da Nação, que via nesse moço uma das glórias mais legítimas da geração atual, assinalada não só pelos serviços prestados à República, como por produção de alto engenho literário”. (O PAIZ, 17 ago 1909).

da estrutura social, por exemplo, bem distante das mudanças prometidas pela propaganda republicana.

Por certo que Euclides tornou claras suas discordâncias desde o governo de Deodoro da Fonseca, especialmente quando, promulgada a Constituição de 1891, Deodoro fecha o Congresso após a recusa dos deputados em aprovar um pedido de emissão de moedas. Diante da especulação financeira desencadeada pela política do Encilhamento⁹⁹, notícias de corrupção na administração de Deodoro, bem como sinais de nepotismo, Euclides, insatisfeito, chega a participar de reuniões do grupo de militares que apoiam Floriano Peixoto (COSTA, 2017). Mas nem esse apoio vai perseverar. Em 1893, no calor da Revolta da Armada¹⁰⁰, escreveu para a *Gazeta de Notícias* indignado com a sugestão de um senador para que se dinamitasse o cárcere que acolhia os revoltosos. Cunha apontou uma “revivescência do barbarismo” e clamou pela “serenidade vingadora das leis” (CUNHA *apud* GALVÃO, 2010, p. 16). Enfurece jacobinos e Floriano Peixoto, e acaba despachado para construir um quartel no interior de Minas Gerais. Por fim, em 1895 Euclides deixa o Exército e abraça a vida civil, tornando-se funcionário da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Cunha deixou o Exército ainda jovem, mas a influência desses anos na formação do pensamento do autor não deve ser diminuída, como ressalva José Murilo de Carvalho (2017). Seja porque a formação que recebeu na escola militar foi instrumental para a compreensão que ele teve de Canudos, seja pelos instrumentos que a Escola lhe deu para a sua vida civil, seja pela convivência de uma vida toda com militares, desde seu ilustre sogro até Dilermando, além das pessoas em seus principais postos de trabalho, tanto em Canudos quanto no Alto Purus. De outra parte, além dessa convivência com os militares, é importante lembrar a espécie de laço que os unira nesses anos, “os oficiais brasileiros não juravam obediência à Constituição, e sim a seus superiores, de modo que os laços pessoais tinham papel importante”, ou seja, reforçavam uma organização “acentuadamente paternalista, influenciado pelas ligações pessoais de amizade” (MC CANN, 2007, p. 373).

⁹⁹ Nos primeiros anos da República, a criação e negociação de ações de novas companhias na Bolsa de Valores (RJ) criou uma atitude de euforia especulativa, e a atuação de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda, autorizando a emissão de moedas e a liberação de crédito, buscando incentivar a industrialização e estimular a atividade econômica, desencadeou uma crise financeira com crises no câmbio, nos bancos e nas finanças públicas (JOFFILY, 2016).

¹⁰⁰ Unidades da Marinha (então chamada de Armada) em desacordo com as atitudes ditatoriais de Deodoro e Floriano, especialmente o fechamento do Congresso em 1891, iniciam um movimento contrário a esses governos, entre setembro de 1893 e março de 1894, exigindo a convocação de eleições. Espalhou-se para o sul do país, onde também acontecia a Revolução Federalista. Mas, sem apoio, o movimento foi duramente sufocado por Floriano Peixoto (JOFFILY, 2016).

O fato é que o exército esteve sempre, de alguma forma, envolvido nos grandes momentos e nas grandes decisões da vida de Euclides, esse homem “fora do lugar” (CARVALHO, 2009b), militar sem disciplina e sem interesse na guerra, um engenheiro preso a um mundo que não lhe despertava maior ânimo e tampouco auxiliava sua criatividade, um homem da cidade¹⁰¹ que sonhava com a natureza em seus extremos - o sertão e a floresta. Ventura (2003, p. 47) completou esse raciocínio ao apontar que “Euclides se sentia desajustado no mundo urbano e civilizado, em que a beleza e a moral se degradavam [...]”.

Apesar de Euclides não ser forjado para a vida militar (VENTURA, 1996), sua decisão aparentemente não alegrou a esposa¹⁰², que teria dito que Euclides deixara a melhor profissão do Brasil, o exército, “somente porque andou desgostoso com alguns camaradas e o governo” (BRANDÃO, 1990, p. 13). Tampouco agradou ao sogro, para quem o genro também estaria deixando a melhor profissão do país (GALVÃO E GALOTTI, 1997). Apesar do descontentamento em família, ele abraçou a vida civil e embarcou na carreira de Engenheiro, além de seguir seus caminhos no jornalismo, o que o levou a Canudos e, em última instância, à fama literária. Esta chegaria não sem uma certa amargura, que coloria a sua perene sensação de não pertencer a qualquer lugar, como explicitou Roberto Ventura ao apontar que Euclides deixara, então, “de ser um ‘engenheiro-letrado’, cujo aspecto dúbio, meio profissional e meio artista, o fazia se sentir um ‘intruso em todas as carreiras’” (VENTURA, 2019, p. 25).

Nesses primeiros anos de matrimônio Euclides e Ana começaram a construir sua família: em 1891, ano no qual requereu uma licença médica e passou, com Ana, um longo período na fazenda do pai, Eudóxia nasceu para viver poucos meses. Em 1892, mesmo ano em que concluiu o curso na Escola Superior de Guerra e foi promovido a tenente e designado trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil, nasceu Sólon. Em 1894, chegou Euclides Filho, o Quidinho. Em 1897 Euclides, como correspondente de *O Estado de São Paulo*, partiu para o sertão da Bahia a fim de cobrir o conflito em Canudos – lá ele chegou com a quarta expedição militar.

¹⁰¹ Euclides, por exemplo, era um crítico ácido dos melhoramentos aos quais a cidade do Rio de Janeiro foi submetida ao longo dos primeiros anos do séc. XX. Brito Broca fala desse incômodo: “o remodelamento do Rio, a mentalidade arrivista que daí surgia, tudo era de molde a irritá-lo. Não podia suportar aqueles arremedadas de civilização européia. Em carta de 12 de fevereiro de 1908 a Francisco Escobar, convidando-o para uma visita ao Rio dizia: ‘Admirarás os célebres melhoramentos. Fulminaremos, juntos, o pioramento dos homens. Daremos pasto à nossa velha ironia ansiosa por enterrar-se nos cachacos gordos de alguns felizes malandros que andam por aí fimfonando desabaladamente, de automóvel, ameaçando atropelar-nos a nós outros, pobres altivos diabos que teimamos em andar nesta vida, dignamente, pelo nosso pé’”. (BRITO BROCA, 2005, p. 134).

¹⁰² Brandão (p. 13) transcreve carta que, segundo ele, teria sido escrita por Ana, na qual se afirma “Sempre tive adoração pela farda! ”.

Do *front*, Euclides defendeu a vitória do governo sobre os conselheiristas. No período que passou no sertão baiano, Cunha foi nomeado adido do estado-maior do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt pelo presidente Prudente de Moraes¹⁰³. Neste interregno também se tornou sócio correspondente do IHGSP (MARCOLIN, 2015). Cunha aproveitou que o seu trabalho o levou a acompanhar de perto toda a movimentação das tropas e fez pesquisas sobre a região e o seu líder, além de inúmeras incursões aos arredores para observar plantas e minerais da região, além de pesquisas acerca de expressões populares e regionais, mudanças climáticas, desenhos da cidade e das serras da região (MARCOLIN, 2015). Sua caminhada pelo árido chão baiano, que começara tão defensora do governo republicano¹⁰⁴, se encerrou com um Euclides doente e desapontado com o resultado do conflito, tocado pelas mortes e pelas centenas de feridos mal atendidos com quem cruzou pelo caminho¹⁰⁵.

No ano seguinte, 1898, atendendo às suas funções de engenheiro, muda-se com a família para São José do Rio Pardo (SP) a fim de supervisionar a montagem de uma ponte – e também escreve¹⁰⁶ grande parte do livro que o catapultaria à fama rapidamente, *Os Sertões*. Em 1901 nasce o quarto filho de Ana e Euclides, Manoel Afonso, e em 1902 publica-se *Os Sertões*, cuja primeira edição se esgota em cerca de dois meses. Walnice Galvão (2009b) argumenta que o livro, se lançado nos dias atuais, teria sido considerado um *best seller*. Pondera que talvez as razões para a obra ter sido tão bem recebida sejam o fato de que o discurso de Cunha era eivado de uma retórica grandiosa muito bem vista na época e, além disso, a sociedade estava pronta para um *mea culpa* sobre o ocorrido em Canudos, e é este o tom da obra, “não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque” (CUNHA, 2000, p.524).

Roberto Ventura (2003), conta que Euclides, quando da publicação de sua grande obra, temendo reações, passou oito dias no interior paulista, retornando para encontrar duas cartas de

¹⁰³ Os correspondentes em Canudos eram todos ligados ao serviço militar de alguma forma. Euclides até lá chega na condição de Tenente reformado (GALVÃO, 1977).

¹⁰⁴ José Murilo de Carvalho (2017, p. 137) aponta que Euclides “até 1897, isto é, até a experiência de Canudos, mantém a crença na República como valor e princípio, mas já aliada à descrença em seus representantes.”

¹⁰⁵ E levou Cassiano Ricardo a chama-lo de bandeirante. Em *Marcha para Oeste*, ele fala sobre a mobilização de intelectuais para bandeirar, querendo tratar da criação do Brasil e da defesa de sua cultura, de um novo tipo de civilização, ‘duas atitudes da mentalidade brasileira: uma, preocupada com os problemas do nosso hinterland; outra, sofrendo a “hemiplegia do litoral’’. Euclides e Machado de Assis seriam, para mim, os representantes típicos dessas duas tendências contrárias. Achei que a nova marcha para o oeste — agora transposta para outro horizonte cultural — tinha que levar consigo, como roteiro, a obra do bravo escritor d’*Os sertões*” (RICARDO, 2009, p. 165) O próprio Euclides, do Alto Purus, se intitula um “bandeirante”, em carta a Alberto Rangel (PONTES, 1938, p. 314).

¹⁰⁶ Euclides da Cunha escreveu grande parte d’*Os Sertões* enquanto trabalhava na construção da ponte, entre os anos de 1898 e 1901. Ana, no entanto, insistia que o marido jamais escrevera naquele local (COSTA, 2002; ANDRADE, 2009).

seu editor, Gustavo Massow, da editora Laemmert. A primeira missiva era um lamento diante do fracasso das primeiras vendas¹⁰⁷. A segunda trouxe melhores notícias: com recortes de jornal trazia relatos do enorme sucesso do livro, que vendera em 08 dias metade da primeira edição – quase mil exemplares. Euclides da Cunha dormiu obscuro e acordou célebre, nos dizeres de Silvio Romero¹⁰⁸ (FOLHA, 2014), mas não escapou das críticas: em um artigo para o *Correio da Manhã*, por exemplo, José Veríssimo trazia elogios à obra, mas condenava o uso exagerado de termos técnicos e palavras antigas¹⁰⁹, além de considerar o seu tom “artificial e rebuscado”¹¹⁰ (VENTURA, 2003).

Diante do sucesso literário, Euclides almejou conciliar a literatura com a sua carreira de engenheiro. São três edições de *Os Sertões* entre os anos de 1902 e 1905, e a obra é um grande êxito editorial até hoje, com mais de cinquenta edições publicadas (VENTURA, 2003). No ano de 1903, aos 37 anos, alcançou êxitos como tornar-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e ser eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). A chegada de Euclides na ABL é realmente algo digno de nota, especialmente se consideramos sua pouca idade – não chegara aos 40 anos, e o fato de que ele não se dedicava à sua produção literária de forma exclusiva, ao contrário. Em carta a José Veríssimo¹¹¹, datada de 04 jul 1903, período anterior à sua nomeação para a ABL, Euclides pondera, “peço-lhe porém que se recorde de minha situação de engenheiro errante[...] sem tempo de cuidar dos meus próprios interesses”

¹⁰⁷ Euclides leu a boa notícia primeiro, abriu a primeira carta por último (VENTURA, 2003), e disse que teria se matado caso tivesse lido as missivas na ordem correta (COSTA, 2002).

¹⁰⁸ Silvio Romero (1851-1914), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, fundador da cadeira nº 17 da ABL, cujo patrono é Hipólito da Costa. Atuante e influente na imprensa, foi pesquisador bibliográfico sério e minucioso. (Conforme informações do *site* da ABL. Disponível em encurtador.com.br/gwFH6. Acesso em 18 jun 2019).

¹⁰⁹ Acerca da gramática de *Os Sertões*, Antônio Houaiss (GALVÃO, 2009b, p. 43-45) argumenta, “Euclides da Cunha não conhecia a gramática, mas praticava a gramática. Ele não conhecia a língua teoricamente, na base dos gramáticos, mas conhecia o ambiente de crítica linguística que existia no tempo. Tanto assim que ele não só soube superá-lo na prática: Euclides da Cunha é um usuário tremendamente forte da língua portuguesa. É um decisor de língua. É um homem capaz de, por sua opção, saber se aquilo vale ou não vale”. Walnice Galvão reverbera que “Os sertões é um discurso na clave que eu chamo de retórica do excesso, porque é grandiloquente. Mesmo na época já era um pouco arcaizante, retrógrado. Já havia Machado de Assis, que é mais enxuto, no qual há uma estética do depuramento, do despojamento, ao passo que em Euclides há excesso: ele vai acumulando as expressões, os pleonasmos... Ele próprio corrigiu pleonasmos nas várias edições, porque sua tendência natural era escrever “progrediu para adiante” etc. Ele não aguenta, sua índole é pleonástica” (GALVÃO, 2009c, p. 10).

¹¹⁰ A jornalista Cecília Costa, ao consultar a *Coleção Euclides da Cunha*, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, verifica que Euclides copiava trechos inteiros do dicionário (no caso, o *Caldas Aulete*) e então transpunha as descobertas para os seus manuscritos de *Os Sertões*, levando-a a atestar que o “vocabulário de Euclides da Cunha, portanto, tinha uma característica a bem dizer artificial. Empregava palavras que não usaria habitualmente, procurava signos a esmo, de preferência os mais rebuscados, gongóricos, barrocos, retorcidos” (COSTA, 2009, p. 127).

¹¹¹ José Veríssimo (1857-1916), jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, fundador da cadeira nº 18 da ABL, cujo patrono é João Francisco Lisboa. Sua obra abrange estudos sociológicos, históricos e econômicos sobre a Amazônia, além de história e crítica literárias. Veríssimo forma, com Araripe Júnior e Silvio Romero, a trindade crítica da era naturalista. (Conforme informações do *site* da ABL. Disponível em <https://tinyurl.com/2p95ts9v>. Acesso em 20 jun 2019).

e mostra o que vê como desvantagem em relação a outros possíveis eleitos para a cadeira, “os outros candidatos, mais folgados e num outro meio, tem elementos práticos de sucesso que eu não posso ter” (VENÂNCIO FILHO, 2001).

Ainda que o seu tempo de produção literária tenha sido curto, ele deixou uma produção que refletiu sua formação científica, “um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnólogo, de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista” (SOUZA, 2010, p. 38), seu interesse pela natureza e a sua própria carreira de engenheiro e jornalista, que o levou a Amazônia e a Canudos, por exemplo. A obra de Cunha, especialmente *Os Sertões*¹¹², é basilar do estudo das ciências sociais no Brasil (FERNANDES, 1977, p. 35). Uma de suas netas, Maria Auxiliadora, o descreveu como um “indivíduo andante”, e viu nessa característica a sua força:

Aos três anos, quando ficou órfão de mãe, teve início as mudanças e as peregrinações do meu avô por questões familiares. Depois, por devoção ao trabalho e à pátria, ser um indivíduo-andante foi uma de suas maiores facetas. Esteve em rincões do país, como o sertão baiano (atuando como correspondente na Guerra de Canudos) e na região amazônica (em trabalhos de demarcação de território e ações diplomáticas), experiências que o fizeram enxergar os verdadeiros ‘Brasis’” (LIMA, 2021).

Essa visão de um autor completo, com conhecimento em diversos campos, persevera. Quando se fala em Euclides dois pontos sempre se destacam: a extensão e variedade do seu conhecimento, que resultou na produção de sua grande obra prima e a tragédia da morte. E, cumpre apontar, essa visão do homem da ciência¹¹³ é reforçada pelo próprio Euclides que, por exemplo, em seu discurso de posse na ABL, afirmou ser escritor por acidente, habituado a andar de terra a terra, “abreviando o espírito à contemplação de fatos de ordem física adstrito às leis mais simples e gerais” (CUNHA, 1906).

A busca pela natureza, pela terra, (também) o leva a aceitar participar da missão de reconhecimento do Alto Purus (1904-05), que ele considerou (em carta a José Veríssimo) o seu “maior, mais belo e arrojado ideal” (GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 230). Alberto Venâncio Filho (2003) lembra que enquanto Euclides ainda era funcionário da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, em 1903, o país passou por uma grande crise cafeeira, o que ocasionou uma redução em seu salário - que se vinculava à receita daquela produção. Diante das dificuldades, Cunha foi trabalhar na Comissão de Saneamento de Santos; mas o novo cargo

¹¹² Walnice Nogueira Galvão destaca “a força e a qualidade literárias de *Os sertões*” as razões pelas quais, segundo ela, a obra é uma obra prima, “sobrepondo-se aos aspectos historiográficos da narrativa”. (GALVÃO, 1998).

¹¹³ Não cabe aqui descer a detalhes, por não ser o objeto dessa tese, mas é importante atestar que existe uma discussão acerca da posição positivista de Euclides da Cunha, bem como de uma visão evolucionista presente na sua obra e que se perde em oposição à teoria de Comte (por exemplo, SOUZA, 2010).

não perdurou e Euclides acabou sendo posto em contato com o Barão do Rio Branco e foi aí que ele passa a chefiar a comissão do Alto Purus¹¹⁴. As oscilações do mercado cafeeiro influenciariam Euclides por toda a vida. Seu pai, Manoel, que ao longo da vida foi contador de fazendas cafeeiras e fazendeiro produtor de café (VENTURA, 2008), passou por intensas dificuldades financeiras no final do séc. XIX e Euclides desenvolveu toda sua vida profissional “sob o manto protetor do Estado” (VENTURA, 2003, p. 33), fosse como militar, fosse como servidor público (como Engenheiro, em diversos cargos e como professor de lógica no Colégio Pedro II).



Imagem 8. Euclides, à frente ao centro, sem chapéu, cercado por membros da missão de reconhecimento do Alto Purus. Foto sem autor e sem data. Fonte: ELUF, 2009.

Foi ao Amazonas não sem prejuízo à sua saúde: contraiu malária em Manaus e voltou a apresentar sintomas de tuberculose na volta ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1906, quando encontrou Ana grávida. O menino, Mauro, que ele registrou como seu¹¹⁵, nasceu a termo no

¹¹⁴ Euclides precisava trabalhar. Era, afinal, responsável de uma família de muitos filhos. Elói Pontes, ao tempo em que lembra que quando do sucesso de *Os Sertões*, em 1904, “as dificuldades financeiras ameaçavam-lhe a existência” (PONTES, 1938, p. 207), conta a saga de Euclides em busca de um emprego que lhe aprovesse mais do que a Engenharia, “pensa num concurso para o Ginásio de Campinas, pensa candidatar-se à Escola Politécnica de São Paulo [...] as iniciativas, entretanto, fracassam” (PONTES, 1938, p. 207). Empregado pela Comissão de Saneamento de Santos, como Engenheiro, Cunha ali não dura muito, enfrenta conflitos com colegas e acaba por se demitir (PONTES, 1938). Passa a buscar novo emprego freneticamente, escrevendo para jornais como *O Paiz* e o *Estado de São Paulo* para sustentar a família (PONTES, 1938), até ser nomeado para a missão do Alto Purus e partir para o Norte.

¹¹⁵ Uma das razões do adultério feminino ser tão combatido era a garantia da paternidade dos herdeiros. Vinculava-se a honra do homem à idoneidade/pureza da mulher (também) porque a mulher que não trai sempre vai gerar filhos do marido, seus legítimos herdeiros. A mulher que trai pode trazer para o seio da família filhos de outro homem. E essa tradição vem do direito romano, uma vez que a filiação estava relacionada ao culto doméstico, “o filho nascido de mulher não associada ao culto do esposo pela cerimônia do casamento, não podia, por si próprio, tomar parte do culto. Não tinha o direito de oferecer o repasto fúnebre, e a família não se perpetuaria por seu intermédio.” (COULANGES, 2004, p. 87)

início de julho daquele mesmo ano, viveu 7 dias e morreu. Diante de prova física da traição que Ana afirmou a Euclides ter sido espiritual¹¹⁶, poder-se-ia indagar por que Euclides registrou Mauro e manteve o casamento. Havia a possibilidade de separação¹¹⁷, é verdade, mas esse não era o espírito dos casamentos de então - um contrato celebrado até a morte de uma das partes. De igual forma, a própria lei determinava que o filho era de Euclides, porque reconhecer a possibilidade de uma criança nascida de um matrimônio ter outro pai que não o marido era reconhecer a possibilidade da traição feminina, o que não era aceitável. Ao fim, a ponderação de Göran Therborn lança alguma luz sobre o ocorrido:

A família está suspensa entre o sexo e o poder, como forças biológica e social. Entretanto, seguramente, ela não é um porto seguro ou uma fuga do poder e do sexo. A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família. Mas é um regulador das relações sexuais, determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem. As relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família (THERBORN, 2006, p. 12).

Há alguma discussão sobre o fato de que Euclides teria separado Ana e Mauro logo após o parto, e a alegação de que a criança teria morrido de inanição e sido enterrada no quintal da casa. Judith apresenta essa versão em seu depoimento (ANDRADE, 2009) e Tostes refuta a informação ao falar a Adelino Brandão (1990), alegando que Mauro teria falecido em razão de uma debilidade congênita, conforme reprodução do que ele alega ser da certidão de óbito do menino e a certidão de sepultamento no cemitério. Efetivamente, além do declarado por Judith¹¹⁸ não há qualquer razão para crer que Euclides tivesse qualquer relação com a morte de Mauro. Neste mesmo ano cheio de tantas tensões familiares, o escritor toma posse na ABL. No ano seguinte, 1907, Cunha publica *Contrastes e Confrontos, Peru versus Bolívia* e registra o nascimento de Luís, mais uma criança que não era sua biologicamente¹¹⁹.

¹¹⁶ Ela afirmou o encanto com Dilermando, mas garantiu ter preservado o corpo – e Euclides aparentemente, após ouvir que a profanação tinha sido espiritual e não carnal, aceitou a explicação (GALVÃO, 2009).

¹¹⁷ Embora não fosse encorajada ou facilitada, a separação de casais, de diferentes formas, era possível desde os tempos da colônia, por meio do Tribunal Eclesiástico. O desquite foi instituído apenas em 1942, e rompia a sociedade conjugal, ou seja, não havia dever de coabitar ou de fidelidade recíproca, mas o vínculo matrimonial era mantido, pondo fim aos deveres de coabitação e de fidelidade recíproca e ao regime de bens, mas mantendo incólume o vínculo matrimonial. O princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial só encontra fim com a Lei do Divórcio, em 1977 (GOMES, 2012).

¹¹⁸ Judith alegou que reproduziu o que a mãe lhe contou (ANDRADE, 2009).

¹¹⁹ É sempre repetida (por exemplo, ANDRADE, 2009) a história de que Euclides dizia ser Luís, loiro, uma espiga de milho em meio ao cafezal - as outras crianças eram todas morenas. Em entrevista à Revista Diretrizes (1941), Dilermando narrou ao jornalista Francisco Barbosa que recebeu em Porto Alegre a participação pelo nascimento de Luís, que era, na verdade, seu filho. Adelino Brandão (1990) combate essa informação, insistindo que Luís era sim filho biológico de Euclides, ancorado no fato de que Cunha registrou a criança como sua. Ana, em depoimento ao juiz, conta que após a morte de Mauro escreveu a Dilermando, “pedindo-lhe que viesse para esta cidade a fim de ter com ele um novo filho” (GALVÃO, 2009, p. 129).

Ao longo dos anos, vê-se que Euclides se dedicou muito à carreira, com uma força e fidelidade que não encontram par em nenhum outro campo de sua vida. Ana sempre se queixou da falta de interesse do marido. Júlio Bueno, em crônica publicada no jornal *O Muzambinho*, narrando a sua convivência com Euclides, observou:

[...] aquele Himalaia de patriotismo, de dedicação para os fracos, para os oprimidos, para os pequeninos, para os infortunados, tinha uma caverna escura; como Aquiles, o herói de Homero, tinha um ponto vulnerável; aquele cultor apaixonado do dever tinha um senão: essa falha, esse ponto negro, essa jaça, essa caverna escura, esse ponto vulnerável, esse senão, era o abandono moral da companheira [...] (ANDRADE, 2009, p. 28).

Euclides da Cunha era um homem que andava na linha reta. Era fiel à sua honra e aos seus compromissos, dedicado às responsabilidades, ao trabalho¹²⁰. Ventura também se referiu algumas vezes a essa linha reta para descrever a singeleza da alma do homem que “se sentia desajustado no mundo urbano e civilizado, em que a beleza e a moral se degradavam, ameaçando a linha reta da inteireza de caráter e do dever” (VENTURA, 2003, p. 47). A própria Ana também fez uso dessa linha firme que o conduzia em carta transcrita na obra *Águas da Amargura*, quando se lamenta que Euclides abandonara a carreira militar. Ela diz (BRANDÃO, 1990, p. 13): “Ele não tinha o direito de jogar assim [...] o nosso futuro, o da família, só para ser fiel à inútil ‘linha reta’ que o pai lhe ensinou a seguir. Isso não é linha reta. É a linha do suicídio”. Ana seguiu, enfática, na descrição do difícil temperamento de Euclides, “[...] ele faz tudo até o esgotamento. Trabalha demais; lê demais; estuda demais; ama demais. Para quem não o conhece, tudo nele parece ordenado e calmo. Mas seu ritmo de vida é alucinante” (BRANDÃO, 1990, p. 13). O caminho na linha reta pode até ter sido um ensinamento paterno, mas certamente foi reforçado pela educação militar de Euclides. Como lembra Castro (2004, p. 47), o militar caracterizava-se pelo senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com as causas “nobres e elevadas”.

A segunda metade do século XIX, com sua velocidade impressionante, suas novidades, suas mudanças profundas, trouxe uma novidade complicada, uma doença do mundo moderno, a neurastenia, cujos sintomas foram descritos pelo médico americano George Miller Beard¹²¹, que observou em muitos de seus pacientes a ocorrência constante de um mal estar muito específico, uma espécie de esgotamento de nervos caracterizado por apresentar “uma família

¹²⁰ Por exemplo, quando Euclides se gradua na Escola Militar, Floriano oferece a ele a escolha de qualquer posto que queira. Euclides aceita o que previa a lei para o seu caso: um estágio na Estrada de Ferro Central do Brasil. (VENTURA, 2002, p. 19).

¹²¹ O artigo pioneiro, chamado *Neurasthenia, or nervous exhaustion* (Neurastenia, ou exaustão nervosa), foi publicado em 1896 no *Boston Medical and Surgical Journal* (Jornal Médico e Cirúrgico de Boston).

de distúrbios nervosos funcionais cada vez mais frequentes nas classes urbanas dos países civilizados [...] encontradas em quase todos os lares intelectuais” (BLOM, 2015, p. 350).

Essa condição era consequência de muitas exigências pousadas nos ombros desses homens pensantes que, além de tudo, enfrentavam uma enorme mudança no papel destinado às mulheres naquela sociedade vertiginosa. Blom (2015, p. 357) é certo, apontando que “a transformação do papel das mulheres representava mais uma pressão sobre os homens e suas identidades”. É como lembra Gay (1999), o contraste entre masculinidade e feminilidade também perpassava a preocupação em reafirmar a condição masculina em oposição direta à feminina, como que para evitar qualquer traço de sensibilidade ou delicadeza no homem, determinando-se aos homens uma série de comportamentos e papéis representativos de sua masculinidade¹²².

O que aproxima essa condição dos homens da estirpe de Cunha, além de todas essas já citadas, é o fato de que à época se observava que esse estado de nervosismo extremo era mais visível entre os indivíduos que atuavam em trabalhos tecnológicos, como ferroviários e engenheiros (o que era o caso de Euclides) e aqueles que exerciam importante papel na economia que crescia muito e rápido, como empresários e administradores (BLOM, 2015).

Efetivamente, após a sua morte, Euclides, em meio a elogios meticulosos, é explicitamente descrito como neurastênico pelo escritor mineiro Júlio Bueno (*apud* CIBELA, 1946) no já citado artigo do jornal *O Muzambinho*. Note-se que, nesse caso, o uso do termo neurastenia não era derogatório, mas tão apenas indicativo do estado dos nervos do falecido. Naqueles tempos, a neurastenia era uma doença da qual se orgulhar, por demonstrar grande atuação intelectual/física do enfermo, sinal de operosidade em uma sociedade que se construía baseada nessas novas tecnologias e se civilizava com suas cidades, suas estruturas sociais que se modificavam, com o progresso (DORSCH, 2014).

A valer, o temperamento difícil de Euclides é uma unanimidade, como já se viu também ao longo desse capítulo. Nas incontáveis páginas já escritas sobre ele há diversas passagens, até mesmo pela pena da própria família, que deixam claro que ele era homem dado a rompantes de raiva, inclusive com a mulher e os filhos. O tio paterno, José Rodrigues Pimenta da Cunha, em 1905, escreveu-lhe uma longa missiva na qual reprovava o seu temperamento explosivo em relação a sua equipe de trabalho no Alto Purus:

Um homem cujo talento é incontestavelmente elevado como o teu tem por dever evitar as explosivas horas de seu temperamento, hipnotizando-se a si

¹²² Essa afirmação ainda fica mais clara no segundo capítulo, quando se observa as exigências de masculinidade e virilidade que cercavam o homem do séc. XIX (e do início do séc. XX). Vide, ainda, a discussão da p. 48: ser homem é não ser o que uma mulher era.

próprio a fim de poder conter-se. [...]. Faltou-lhe a necessária força de vontade para reprimir o temperamento explosivo, a fim de poupar a si próprio e aos outros colegas de mágoas a saltearemnos para sempre. [...]. Não creio que ninguém o poderia enxovalhar a não ser os recursos das explosivas horas que teu explosivo temperamento ocasionou. (COSTA, 2009, p. 123).

O pai do escritor, no mesmo ano, o repreendeu pela forma estranha como tratava a família: “pensei que o trato que tens feito e sobre tudo os meus conselhos tivessem modificado a tua maneira de viver, mas encontrei os mesmos destemperos, a mesma desordem de outrora” (ANDRADE, 2009, p. 31). Outrossim, há registros que vão da insatisfação à rispidez, como se vê em carta escrita por Euclides a um amigo, na qual o escritor desabafa “também por aqui ainda a praga dos filhos. Nasceu mais um no dia 16 de novembro. Chamei-o Luiz, percorrendo o calendário exausto” (DEL PRIORE, 2009, p. 106).

É verdade que quando Euclides se tornou pai não cabia a figura paterna preocupar-se com os sentimentos¹²³ de sua prole, mas, como em quase tudo quando nos focamos nesse entresséculo, essa era uma ideia que começava a mudar. Moreira (2002) destaca que, no final do séc. XIX, “o suposto ‘amor paterno’ era tido como um produto recente da civilização”. Os homens do final do século XIX e início do século XX, em muito começavam a se permitir professar o amor aos filhos, mas eram essencialmente provedores que deixavam os demais cuidados para as mulheres, as grandes responsáveis pelo lar e a família¹²⁴ - Euclides vinha de uma tradição na qual aos pais cabia dar aos filhos boa formação e casar as filhas, achando-lhes bons homens, que trabalhassem e regressassem ao lar para a família:

O homem de família provedor e administrador de sua propriedade, tornou-se a norma no séc. XIX. É bem verdade que ele era burguês, mas não era *ancien regime*, nem de uma religião estranha ou de alguma etnia exótica. Ele era a *persona* do sucesso moderno e da respeitabilidade universalista, muito apoiado pela lei religiosa e pela opinião pública. (THERBORN, 2006, p. 43).

Há alegações quanto a competência de Euclides como provedor. Diz-se, por exemplo, que Euclides partiu para o Alto Purus sem deixar quaisquer fundos para os seus (ANDRADE, 2009, p. 31), o que é refutado por Brandão (1990, p. 117), que afirma que Ana recebia dinheiro

¹²³ Como bem lembra Ariès, na Idade Média e mesmo ao longo dos tempos modernos, “ a família cumpria uma função - assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade” (ARIÈS, 2011, p. 192), mas é também nessa transição do medieval para o moderno, e nos anos seguintes, que a compreensão da importância da educação para as crianças faz com que a família assuma “função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” e esse novo cuidado com as crianças, ao longo desses novos tempos, vai despertando também novos sentimentos em relação a elas (ARIÈS, 2011, p. 194).

¹²⁴ Moreira (2002) observa que enquanto as mulheres/mães do dezenove eram “amorosas, dedicadas e cuidadosas, educadoras, resignadas e abnegadas”, no mesmo período o homem/pai era descrito como “trabalhador e provedor, educador, amoroso, déspota, enérgico e símbolos da autoridade”.

para manutenção da família¹²⁵ por meio do Bazar América, firma que estava estabelecida na Rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. Walnice Galvão (2009), no que lhe diz respeito, informa que a documentação comprova que Euclides providenciara para que a família fosse assistida mensalmente. Não restam comprovadas as alegações de que ele falhasse em prover a própria família, todavia, é forçoso reconhecer que ele realmente passava muito tempo longe de casa, não obstante o fizesse justificadamente, em razão do trabalho.

A família que Ana e Euclides construíram não tinha exatamente uma casa, eles passaram, enquanto núcleo familiar, pouco tempo juntos. Ainda que fique claro aqui que as expectativas da vida em família de então fossem diferentes das nossas expectativas contemporâneas, ainda que se saiba que a prática de internar os filhos em escolas era comum e esperada (ARIÈS, 2011), é interessante apontar a relação entre o sentimento de família e o pertencimento a uma casa, “o sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família” (ARIÈS, 2011, p. 189), para compreender a distância do relacionamento (especialmente) entre Euclides e Ana, além de entender a solidão que ambos deviam enxergar, cada um a seu modo, nesta relação, que não atendia às expectativas positivistas, tampouco às expectativas burguesas:

a família vitoriana era o órgão privilegiado para a transmissão de valores, determinadora de fronteiras, fonte de prazeres domésticos. Servia ao marido como um refúgio do mundo cruel dos negócios, da política ou da vida profissional. Atribuía à esposa a esfera doméstica, circunscrita mas que lhe outorgava autoridade. Tornava as crianças, aqueles pequenos selvagens, seres humanos responsáveis. (GAY, 1999, p. 18).

Michelle Perrot chama a família do séc. XIX de ambígua, porque é, segundo ele, ao mesmo tempo nó e ninho. Se é o lugar do descanso, do refúgio, também é “secreta, fechada, exclusiva, normativa, palco de incessantes conflitos que tecem uma interminável intriga, fundamento da literatura romanesca do século” (PERROT, 1993). Euclides e Ana tinham o nó, mas não tinham o ninho. E isso se reflete nos dois, porque, ainda que as exigências para homens e mulheres no casamento fossem muito diferentes, pode-se atestar que nem ele nem ela cumpriram com a sua parte na totalidade.

Ana buscou uma nova família. Euclides buscou acolhida entre os amigos. E foram os amigos que acompanharam os seus instantes finais. O escritor foi velado na sede da ABL no Rio de Janeiro, que ficava no Silogeu¹²⁶, e um cortejo com mais de trezentos carros (ABREU,

¹²⁵ Na primeira grande viagem que fez deixando a família para trás, para Canudos, Euclides deixou-os sob os cuidados do próprio pai. E quem confirma isso, ao juiz, em depoimento, é Ana, “o seu marido seguiu para Canudos, ficando ela informante na fazenda de seu sogro” (GALVÃO, 2009, p. 125).

¹²⁶ Prédio construído durante as reformas de Pereira Passos (1902-1906), assim chamado porque abrigava, além da ABL, o IHGB, a Academia de Medicina e o Instituto dos Advogados do Brasil. Foi demolido nos anos 1970 para a expansão da Rua Teixeira de Freitas.

2009, p. 21) seguiu o esquife para o enterro no mausoléu da Casa, no Cemitério São João Batista. Conta-se (VENÂNCIO FILHO, 2001) que Silvio Romero, diante do corpo de Euclides, foi às lágrimas e teve que ser amparado e retirado do local.

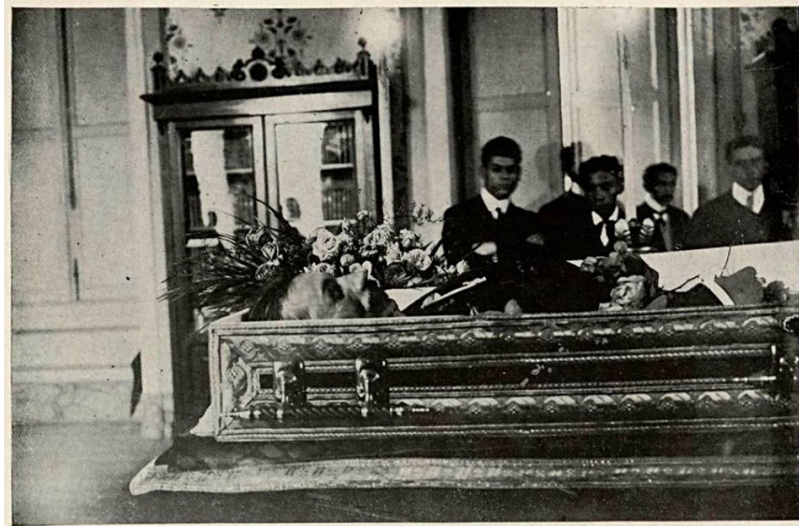


Imagem 9. O corpo de Euclides da Cunha é velado na sede da ABL, no Rio de Janeiro (RJ). Foto sem autor informado. Fonte: *O Malho*, 363, 1909.

Elói Pontes¹²⁷, um dos primeiros biógrafos de Cunha, resume as efemérides da vida do escritor de maneira direta e elucidadora:

Vale a pena insistir. A obra de Euclides da Cunha é o espelho da sua vida. Por três vezes ele pretende fugir aos decretos das inclinações. Primeiro quer ser militar, quando os ânimos, sacudidos pelas veemências da guerra civil, criavam atmosfera asfixiante. Depois pensa em ser engenheiro, quando os castigos da profissão só abriam as encruzilhadas dos empregos sem encanto ou relevo. Construiu uma ponte em S. José do Rio Pardo (S. Paulo). A ponte é, hoje, célebre. Por ser obra-prima de engenharia? De modo algum. Apenas porque, perto, num barraco de sarrafos e zinco, foram escritas muitas páginas d' *Os Sertões*. Por fim, supõe acomodar-se nos ângulos tranquilos dos estudos geográficos, com passagens intrépidas e turbulentas pela Amazônia remota. Ali *A margem da história* e o projeto do *Paraíso Perdido*. De todas as tentativas, contrárias ao projeto de se fixar, por escrito, quanto pensa ou sente. Euclides da Cunha sai triste, frio, enfadado.... É o que se quer demonstrar. Os próprios lances da vida íntima teimaram em arrancá-lo aos enlevos espirituais. Fugiram-lhe sempre os estímulos da compreensão afetuosa, que reprime as tiranias das vísceras subalternas. Homem de letras, por decretos orgânicos e poderosos influxos hereditários, Euclides da Cunha viveu no falso pressuposto de que poderia ser homem de ação. [...]. Não se reprimem sem consequências os mandatos do temperamento [...]. Nenhum outro escritor conquistou raios

¹²⁷ Acerca dessa biografia, a primeira escrita após a morte de Cunha, disse Ana: “a tragédia converteu-se em fonte de renda para muitos medíocres [...] sujeitos que nem conheceram Euclides tornavam-se seus defensores [...] Esses tipos nunca privaram conosco. Nosso meio era fino demais para eles. Nossas relações eram com gente boa como o barão do Rio Branco. Machado de Assis, Sílvio Romero, Oliveira Lima, Coelho Neto, etc. Esses, sim, nos conheceram de perto. E é preciso conhecer para poder julgar [...] vem agora um Elói Pontes, que nada sabia da nossa vida, e resolve escrever mentiras sobre Euclides da Cunha [...]”. (ANDRADE, 2009, p. 213).

de ação mais amplos. Urge extrair conjecturas ao fenômeno. Euclides da Cunha não foi um diletante, sentiu o problema das inquietações coletivas. O exame de sua obra assim nos garante. Mais que tudo, o exame da sua conduta, porém, constitui apelo a quanto ainda acreditam nos ideais sem nódoas. Só estes galvanizam as almas e caldeiam os caracteres. (PONTES, 1938, p. 10).

A vida de Euclides nos mostra o caminho até a Piedade. A forma como ele foi educado, as aspirações da sociedade na qual ele cresceu, as escolhas que precisou fazer para sua formação e o sustento de sua família, são todas peças na construção do homem que pegou uma arma emprestada com parentes, um *Smith and Wesson*, calibre 22” (ANDRADE, 2009 p. 82), sob a alegação de matar um cachorro raivoso, foi em busca de sua honra perdida e acabou morto. As narrativas da vida de Euclides mostram que ele era um homem de muitos conflitos, e que seus amigos e admiradores pareciam não conseguir entender que o gênio reconhecido que ele era na vida pública, o nome influente da República, um exemplo, pudesse ser também um homem que enfrentasse tantas limitações no trato pessoal.

Às limitações e aspirações de Euclides vão juntar-se aquelas pertencentes a Ana, que são desenvolvidas no próximo item, seja porque o comportamento dela tinha o poder de se refletir de forma tão direta na percepção que as pessoas tinham dele, seja porque as escolhas de ambos resultaram no final daquele 15 de agosto.

1.2. À sombra e à imagem da República: Ana Emília Sólón Ribeiro (da Cunha) (de Assis).

Ai, meu marido, estou desgraçada, antes eu tivesse ido embora¹²⁸.
Ana Emília Sólón Ribeiro (da Cunha)

Ana Emília¹²⁹ Sólón Ribeiro (da Cunha) (de Assis) nasceu¹³⁰ em Jaguarão do Sul (RS), em 18 de junho de 1872¹³¹, filha de Túlia Teixeira Ribeiro e do militar Frederico Sólón de

¹²⁸ Conta Anna de Almeida Lima, cozinheira dos irmãos Assis, que foi com essas palavras que Ana a encontrou no corredor da casa da Piedade, segundos depois dos tiros terem sido disparados (GALVÃO, 2009, p. 74).

¹²⁹ Segundo Jefferson de Andrade (2009, p. 14), o nome significa rival da graça e “nessa escolha está a primeira ironia do destino com essa menina que iria crescer bela, tornar-se mulher culta e voluntariosa, determinando de forma implacável o destino de muitos que viveram em torno dela e transmitindo aos filhos e a outras gerações um sentimento de veneração”.

¹³⁰ A família de Ana afirma (Andrade, 2009) que ela era afilhada do Barão do Rio Branco. No entanto, Brandão (1990, p 131), apresenta fac-símile de certidão de batismo de Ana na qual constam como seus padrinhos “Nossa Senhora do Patrocínio e Francisco José Ribeiro”.

¹³¹ Andrade (2009) declara ser 1875 a data de nascimento de Ana. A própria Ana declarou ao Delegado de Polícia que a ouviu após a morte de Euclides que contava então com 34 anos de idade (GALVÃO, 2009). Contudo, Ventura (2003, p 92-93) informa que Euclides e Ana tiveram habilitação de casamento expedida em 31 de agosto de 1890, ocasião na qual contavam, respectivamente, com vinte e quatro e dezoito anos de idade e, tendo em vista que ele transcreve em sua biografia os documentos de registro do casamento de ambos, opta-se pela data registrada oficialmente. Igualmente, Brandão (1990, p. 131) apresenta fac-símile de certidão de batismo de Ana, que traz a data do sacramento como 21/05/1873, e que também informa o nascimento dela em 18/06/1872.

Sampaio Ribeiro que, quando do nascimento da filha, já seguia longe na carreira militar que o levaria a ser um nome maiúsculo na implantação da República brasileira¹³². Ana cresceu acompanhando a carreira cada vez mais notória do pai. Judith, filha de Ana e Dilermando, apontou que a mãe era dona de “uma curiosidade invulgar e uma vivacidade além do normal para as meninas da época” (ANDRADE, 2009, p. 20), além de muita determinação e um temperamento inflexível.

O nome de Ana aqui se apresenta com tantos parênteses para marcar algo que se nota na sua trajetória: ela acaba sendo várias mulheres diferentes ao longo da vida: a esposa de Euclides, a esposa de Dilermando. Mas ela é sempre a filha de Sólon¹³³, o pai que lhe deu o nome e o temperamento altivo que a ajudou a fazer as escolhas difíceis que fez ao longo da vida.

Observar a forma como se estabelecia o lugar mulher, e o seu próprio comportamento é importante porque acaba por fazer um contraste com os próprios caminhos que Ana escolheu¹³⁴ para sua vida, e que nem sempre combinaram com aqueles esperados para uma mulher nascida no dezenove e educada em um mundo onde certas noções de moral tinham fundamental importância e que, àquela altura (e até mesmo para nós, hoje), pareciam ter sempre vigorado – o que não é verdade.

Veja-se, por exemplo, o espanto do historiador Thomas Laqueur, que se dedicou aos estudos da história do sexo e da família, quando contou que ao estudar cadernos de parteiras do séc. XVII (a fim de escrever sobre ciclos da vida) deparou-se com instruções detalhadas para que as mulheres atingissem o orgasmo (então considerado fundamental para a concepção bem-sucedida), o que aos seus olhos acostumados com o estudo do séc. XIX, que considerava a mulher uma criatura incapaz de ter prazer, chamava a atenção. E ele arremata: “no período que eu melhor conhecia, o que havia sido uma ocorrência corporal comum tornara-se um grande problema da fisiologia moral” (LAQUEUR, 2001, p. 7). É assim que Laqueur abriu a obra que nos ajuda a explicar porque, ao cabo, Ana e Euclides (e Dilermando) ocupavam aqueles lugares.

¹³² Seu necrológio informa que o General Sólon, falecido em Belém-PA, em 10/01/1900, “muito trabalhou pela fundação da República”. (A *Necrologia de Brasileiros Ilustres falecidos em 1900* foi publicada pelo Almanack Laemmert, disponibilizado pela Biblioteca Nacional (RJ), disponível em <https://tinyurl.com/bdzde6vk>. Acesso em 07 ago 2019).

¹³³ Quando Euclides morre e as circunstâncias de seu caso com Dilermando se desenrolam, Ana muitas vezes é chamada apenas de Ana Sólon nos jornais (vê-se isso muito comumente em toda a cobertura do *Jornal do Comércio* por exemplo). É como se ela fosse indigna de portar o nome do marido que ajudara a desonrar.

¹³⁴ Isso é reforçado pelas memórias da família dela, “enquanto a mulher do fim do séc. XIX se escondia na cozinha, preocupando-se em servir ao seu todo-poderoso marido ou se recolhia à cadeira de balanço e a tricotar esperava a vida passar, Anna de Assis foi para a sala de visitas palestrar com o barão do Rio Branco, Machado de Assis, Silvio Romero, Coelho Neto. Natural, já que na casa do pai se habitou a ouvir Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Benjamin Constant.” (ANDRADE, 2009, p. 189).

Em resumo, Laqueur (2001) verificou que até o séc. XVIII os médicos, embora notassem as diferenças anatômicas entre homens e mulheres (e fizessem distinção entre masculino e feminino), o faziam encarando ambos como seres da mesma espécie que apresentava diferenças de graus. O séc. XVIII trouxe revoluções que mudam aquele mundo onde todos viviam e também exigem novas explicações e visões de mundo. É aí que Laqueur aponta uma grande mudança: o final do séc. XVIII vai testemunhar a visão de mulheres mentalmente frágeis e infantilizadas diante de homens fortes e prontos para enfrentar a batalha, a guerra. Mulheres assim tão incapacitadas não poderiam encarar tarefas científicas e políticas com a mesma envergadura que os homens, a sua biologia, segundo a visão de então, não tinha sido feita para tal.

Não há maiores registros sobre os primeiros anos de vida de S' Anninha, mas em meados do séc. XIX, sendo o pai militar e republicano de primeira hora, pode-se deduzir que a sua educação foi erguida sob base positivista, ou seja, como lembra Del Priore (2009, p. 15), ela foi criada para ser “a rainha do lar, o anjo tutelar da família” e, como tal, atender a padrões de integridade e pureza, pois o positivismo comtiano defendia que a cientificidade garantiria o progresso, mas mediante uma ordem social que acatasse a moral, alicerçada na educação e na atuação da mulher, a sua guardiã. Andrade fala sobre os conhecimentos positivistas de Ana, ao afirmar que a jovem participava, junto com sua família, de discussões e comentários acerca dos ideais republicanos “[...] a menina Anna Emília ouviu todas as teorias da filosofia positivista, que influenciaram os homens proclamadores da República” (ANDRADE, 2009, p. 20).

Cumprir lembrar que a mulher era destinada para as lidas domésticas e os cuidados com a família, mas as decisões acerca desses campos privados (e todos os demais) cabiam aos homens, “contra a mulher, considerada na época um ser devoto e tacanho, influenciável pelos sentimentos, tentado pela paixão, espreitado pela loucura, o pai – o homem – devia defender os direitos da inteligência. As questões domésticas eram importantes demais para ficar só nas mãos das mulheres” (DEL PRIORE, 2009, p. 13). Diante desta constatação, cabe a lição de Fraisse e Perrot (1991, p. 347), quando apontam que tanto o homem quanto a mulher ocupam espaços um no mundo do outro, ou seja, o homem no privado e a mulher no público, “nem todo o público é masculino, nem todo o privado é feminino. As mulheres circulam no espaço público e, através dos salões, a sua casa mantém-se aberta para o exterior. Os homens não estão também ausentes do privado, e os poderes do pai pesam sobre a família”.

Foi na euforia da proclamação da República que Euclides conheceu essa jovem e, diante de sua beleza, escreve-lhe um bilhete, “entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem...” (ANDRADE, 2009, p. 21). Enamorada, Ana casa-se com Euclides em 10 de

setembro de 1890. Em carta, ela narra a sua visão de Euclides como um herói que desafiara a monarquia e pagara com a expulsão da Escola Militar e a prisão, “no dia em que ele bateu em casa de meu pai, pela primeira vez, não precisei olhá-lo duas vezes para pensar: ‘É este...’” (BRANDÃO. A, 1990, p. 12/13). Andrade (2009) reconhece que Ana estava entusiasmada em se casar, e Carvalho (2017) destaca os olhos grandes e brilhantes de Cunha, o ponto alto de uma figura muito comum (1,65 metros de altura, cor morena e cabelos castanhos lisos) e o principal ponto de atração para Ana – que disse sobre o marido: “não cuidava de sua aparência. E, depois, como era feio! Só uma coisa chamava atenção: seu olhar fulgurante.” (ANDRADE, 2009, p. 214).



Imagem 10. Ana Emília Sólton Ribeiro (de Assis) fotografada por Dilermando em São João Del Rey. Sem data. Reprodução Euclidesite. Disponível em <https://euclidesite.com.br/fotografias-de-familiares/>. Acesso em 30 abr 2021.

Ana e Euclides se casaram por escolha própria, mas, certamente, com aprovação da família. Andrade (2009) chega a destacar a posição de Alquimena, irmã de Ana, cujo eleito não foi aceito pelo Major Sólton Ribeiro que, de outro lado, admirava o comportamento de Euclides. Em regra, no séc. XIX, o casamento não era uma questão pessoal decidida entre apaixonados (PERROT, 1991), era negociação familiar, ao ser prometida em casamento para um homem de

boa família, boa situação, a filha levava aos seus mais recursos, não só financeiros, mas também sociais (HUFTON, 1991)¹³⁵.

Tendo em vista as bases da educação de Euclides e Ana, pode-se acreditar que a nova relação surgia também sob os ditames do positivismo. Cumpre ressaltar que não se está aqui a afirmar que foi celebrado entre eles um casamento positivista¹³⁶, ou que estes seguissem a Religião da Humanidade. Apontar as características do matrimônio segundo os positivistas serve ao propósito especialmente de observar como se desenrolou a vida a dois, uma vez que se sabe, conforme se discutiu desde a Introdução, que ambos viviam em um ambiente altamente integrado a esses ideais. Para Comte o casamento deveria observar sete princípios (*apud* ISMÉRIO, 1995): a monogamia indissolúvel completada pela viuvez eterna, o sustento da mulher pelo homem, a livre desistência do dote (por parte da mulher), a livre desistência da herança (por parte da mulher), a superintendência materna da educação, a liberdade de testar e a liberdade de adotar.

Para compreender essas obrigações matrimoniais, por primeiro é preciso elaborar sobre o fato de que, para o Positivismo, eram as mulheres que formavam um dos pontos fundamentais para o alastramento de seus ideais e a manutenção da harmonia social. Esse aprendizado passaria pelo coração e, por meio do Catecismo Positivista, que justamente estabelecia os parâmetros dessa religião, esse papel de anjo tutelar do homem que a mulher tinha - sendo o casamento e a conseqüente formação da família ímpares no papel de regenerar a humanidade segundo esses princípios. Tanto que o casamento, na doutrina positivista, chegava aos seus seguidores cheio de regras bem determinadas, como, por exemplo, a idade ideal para se casar - 28 anos para o homem e 21 anos para a mulher (COMTE, 1934) - e a obrigação de manter castidade “aos casais incapazes de concorrerem dignamente para a propagação da espécie humana” (COMTE, 1934, p. 135). A partir dessa reflexão, pode-se pensar alguns desses princípios de forma particular:

- a) Monogamia indissolúvel completada pela viuvez eterna: para o positivismo o casamento deveria ser indissolúvel, as exceções eram poucas (delinquência, condenação

¹³⁵ Contudo, como já se apontou em outras discussões aqui apresentadas, tratava-se de um tempo de transições, de mudanças. As visões dos relacionamentos amorosos não escapavam a isso, e a ascendente mentalidade burguesa também alterou a forma de vê-los, “reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor” (PRIORE; PINSKY, 2018, p. 223).

¹³⁶ Euclides e Ana casaram-se em uma cerimônia civil (Assentos de casamentos civis, livro 4, fls. 136 e 136 v., n.º 217, TJRJ, Registro Civil das Pessoas Naturais, 6ª Circunscrição) seguida de celebração religiosa na Igreja Matriz de São Cristóvão – RJ (Livro de Casamentos da Igreja Matriz de São Cristóvão, n.º 473, fls. 5 – Cúria Metropolitana, Arquidiocese do Rio de Janeiro). A transcrição de ambos documentos está disponível no Euclidesite.

legal, infâmia de uma das partes) e não permitiam que os envolvidos contraíssem novo matrimônio (LEMOS, 1884). Tampouco aconselhava-se novo matrimônio em caso de viuvez, caberia ao cônjuge sobrevivente honrar os votos de matrimônio até o final de seus dias.

b) Sustento da mulher pelo homem: a mulher era sustentada pelo pai, depois pelo marido e, na falta dele, pelos filhos homens. Caso essa cadeia falhasse, a responsabilidade da mulher era do Estado, uma vez que ela própria não poderia trabalhar, pois esse ato colocaria em perigo todas as virtudes defendidas pela Religião da Humanidade, “na sociedade organizada o lugar da mulher é no lar, velando sobre a saúde de seus entes que a humanidade confiou a sua solicitude” (MENDES *apud* ISMÉRIO, 2009).

c) Livre desistência do dote e livre desistência da herança (por parte da mulher): a desistência do dote e da herança estão ligadas ao fato de que a mulher não está apta a cuidar de questões monetárias e nem deveria trabalhar fora, como já foi dito. Cabe aos homens cuidar das questões monetárias e materiais do casamento, logo, a mulher abre mão desse papel em favor do seu pai/marido/filho.

d) Superintendência materna na educação: Raymundo Mendes, um dos fundadores do Apostolado Positivista no Brasil, escrevendo no início do séc. XX (*apud* ISMÉRIO, 2009), explicou que a educação dos filhos cabia à mãe além das suas obrigações domésticas¹³⁷, sendo este um compromisso assumido com o casamento, uma missão importante da mulher, que preparava as meninas para seu papel de futuras mães e os meninos para serem grandes homens. Os instintos de cuidado e amor seriam mais fortes nas mulheres que nos homens, e era isso que fazia delas as ideais para o papel que o positivismo entendia que deveriam abraçar (OGANDO, 2010).

Saber que Ana foi criada sob o manto desse modelo (DEL PRIORE, 2009), com ideias bem estabelecidas de como se comportar e o que se esperava dela em um casamento, torna mais intrigantes as suas escolhas, a despeito dos registros da insatisfação de Ana com o seu matrimônio quase que desde o começo (um matrimônio que ela própria escolheu contrair, note-se, o que, como já foi dito, não era tão comum à época, pelo menos entre aqueles pares). Ao

¹³⁷ Judith de Assis argumentou que a independência de Ana, traço pela qual ela ser ia criticada, foi o que assegurou uma boa educação para os filhos diante das reiteradas ausências de Euclides, “enquanto ele se ocupava com seus compromissos e se preocupava em construir sua obra literária, ela não deixou de ser mãe e de tratar da educação dos filhos” (ANDRADE, 2009, p. 25). Mas, aos olhos de seus contemporâneos, isso não era independência, era a obrigação da mulher. Ana tinha sido, literalmente, criada para cumprir essas funções.

longo da vida Ana buscou a própria felicidade, isso fica claro por seus atos, fica claro por suas palavras, fica claro pela visão de seus familiares. Judith, por exemplo, elabora que a mãe não quis ser apenas uma esposa submissa e nunca abriu mão dos sonhos e do romantismo (ANDRADE, 2009). Também se apontam¹³⁸ tentativas de separação frustradas que Ana apresentou a Euclides ao longo do casamento, e o fato de que ele, mesmo registrando duas crianças que ele sabia não serem biologicamente suas, insistiu em continuar a viver com a esposa que, quando de seu retorno do Acre, chegou a propor a ele que, pelo menos, conseguisse nova comissão que o tirasse do Rio por um longo período de tempo. Segundo consta, Cunha, por sua vez, contentava-se em atormentá-la (ANDRADE, 2009).

Mas, a sociedade cobrou e criticou um comportamento tão distante do padrão feminino do entresséculo, da mulher ingênua e transparente, como lembra Sueann Caulfield (2000), com um comportamento que era (ou deveria ser) previsível, cumprindo o determinado pelos padrões sociais, uma mulher que só manteria relações extraconjugais se fosse forçada ou enganada. Del Priore (2009) conta que desde o período em que Ana e toda a família acompanhavam Euclides em seus postos no interior já havia alguma fofoca sobre o comportamento dela. Judith rebate essa alegação ao argumentar que a mãe era uma mulher audaz e independente que vivia em uma cidade interiorana que confundia os seus “movimentos ímpares”, sua alegria e modernidade, sua recusa em se esconder dos homens, com um mau comportamento sexual (ANDRADE, 2009); na esteira do que lembra Kessler quando argumenta que não há nada menos ético que a moralidade sexual, uma vez que ela “repousa inteiramente na conveniência social” (*apud* BLOM, 2015, p. 11).

Uma das netas de S’Anninha, Anna Sharp, conta ter tido acesso a um diário da avó, no qual ela narraria ter pedido para retornar a casa dos pais já no dia do casamento, tendo em vista que Euclides estaria a insultá-la “como um alucinado” (PONTES, 2014). Essa versão é corroborada pelo próprio Dilermando de Assis em entrevista à Revista Diretrizes (1941). Segundo ele, os problemas conjugais do casal começaram no mesmo ano da celebração do matrimônio, Ana sofria com o temperamento difícil do marido que, segundo ela, era “seco de

¹³⁸ Dirce Cavalcanti (1998, p. 136) fala: “apesar da confirmação do adultério, Euclides nega a separação várias vezes pedida pela mulher. Ao fim de três anos de discussões violentas e deploráveis cenas diárias, ela termina por sair de casa, acompanhada de dois de seus filhos, um, de Euclides, outro de Dilermando.” Jefferson de Andrade (2009, p. 39) narra que Ana, ao confessar a Euclides sua traição espiritual, argumentou que a única solução possível seria prolongar a separação entre ambos, por meio de uma nova ausência do escritor ou mesmo de um divórcio, o que ele não aceitou. Andrade (2009, p. 51) aponta que “tudo ela fez para convencer o marido da conveniência de uma separação. E tudo se passou exatamente igual a tantos casos semelhantes de rompimento de uma união conjugal: de um lado, a mulher tentando se desvencilhar do compromisso, do outro, o homem exigindo a sua subserviência.”

coração” (ANDRADE, 2009, p. 216)¹³⁹. Contudo, além de pesquisadores apontarem inconsistências na veracidade do documento¹⁴⁰, a mesma Anna Sharp narra que a avó teria ido para o leito matrimonial com a boneca favorita, porque se casara aos quatorze anos (PONTES, 2014), o que é refutado pela documentação, que comprova a idade de Ana quando casou - 18 anos (VENTURA, 2003). O que não significa que Ana não tenha tido momentos de angústia nesse dia. Gay (1999), observando o casamento na era vitoriana, comenta que conquanto fosse esse um evento feliz, ele não ocorria sem uma dose de emoções complicadas, especialmente para as noivas, que sofriam ao se separarem de suas famílias.

Apesar do começo aparentemente tortuoso, Ana embarcou na vida de casada e no ano seguinte tornou-se mãe. Em sequência chegaram Eudóxia (1891), que ganhou o nome homenageando a avó paterna e morreu aos 04 meses, de varíola (ANDRADE, 2009); Sólon (1892), cujo nome reverenciava o famoso avô materno, e Euclides Filho, o Quidinho (1893). A ida do marido a Canudos interrompeu o crescimento da família: o próximo filho do casal, Manoel Afonso¹⁴¹, nomeado em homenagem ao avô paterno, nasceu já em São José do Rio Pardo, em 1901 (e Euclides partiu para o Alto Purus em 1904). Os familiares de Ana/Dilermando afirmam que as viagens de Euclides não eram boas para a família, que ficava à própria sorte¹⁴².

Enquanto Euclides estava no Amazonas, Ana, no Rio de Janeiro, mudou-se com o filho caçula para a Pensão Monat¹⁴³. Ali moravam as senhoritas Ratto, Lucinda e Angélica, que costumavam receber visitas de seus sobrinhos, Dilermando e Dinorah de Assis. Na verdade, fora a presença das irmãs Ratto, que eram suas conhecidas¹⁴⁴ e irmãs de Carolina, mãe de Dilermando e amiga de Ana¹⁴⁵, que a encorajara a fazer a mudança (DEL PRIORE, 2009).

¹³⁹ No seu segundo depoimento à polícia, Ana justificou a sua relação com Dilermando em razão do carinho que ele lhe dispensava, em detrimento à atitude de Euclides, que ela reconhecia honrado, um homem de caráter, mas incapaz de lhe dedicar carinho e afeto (GALVÃO, 2009).

¹⁴⁰ Pesquisadores contestam a afirmação de Sharp. A análise da letra de Ana, disponível em cartas conhecidas – como uma escrita a um juiz de órfãos disponível no Museu do Tribunal de Justiça do RJ - e da letra do diário atestaria que os documentos não foram escritos pela mesma pessoa (MEIRELES, 2019).

¹⁴¹ Ou seja, até 1901, Ana dá à luz aos filhos de Euclides: Eudóxia, Sólon, Euclides Filho e Manoel Afonso. Embora seu casamento continue até a morte de Euclides, em 1909, os outros filhos que ele vai registrar (Mauro e Luiz) são de Dilermando.

¹⁴² Vide p. 70.

¹⁴³ Os dois mais velhos foram internados em um colégio inglês de São Paulo (DEL PRIORE, 2009), após, segundo narra a família de Ana (ANDRADE, 2009), esta procurar auxílio financeiro junto ao sogro. Segundo eles, buscar residência na pensão seria também uma tentativa de reduzir as despesas.

¹⁴⁴ A própria Ana conta em depoimento judicial que conheceu as irmãs Ratto quando era recém-casada (GALVÃO, 2009, p. 124).

¹⁴⁵ Dirce de Assis, filha do segundo matrimônio de Dilermando conta que Ana era amiga da sua avó, a mãe de Dilermando, e que costumava hospedar-se em sua casa quando ia a São Paulo. Aponta que Lucinda e Angélica, suas tias avós, gostavam dessa relação, pois eram pessoas ambiciosas e a elas interessava que a família tivesse relações com uma pessoa tão importante como Ana, que era esposa de Euclides da Cunha. (CAVALCANTI, 2009).

Quando Ana encontra Dilermando¹⁴⁶ em 1905¹⁴⁷ ela era uma mulher que, aos trinta e poucos anos, tinha um marido ausente e parecia ter toda a responsabilidade da família em seus ombros, enquanto ele, que aos dezessete anos iniciava a vida adulta, a ela se mostrou “um rapaz de espírito, despertando-lhe atenções, sem que da sua parte houvesse nessa ocasião a menor malícia” (GALVÃO, 2009, p. 126).

Del Priore (2009) recorda que castidade e submissão eram esperadas de uma esposa devotada; contudo, um bom marido não abandonava o lar, não se ausentava por períodos prolongados, não agia com desmandamentos. Não se pode dizer que Euclides abandonasse a família deliberadamente, suas obrigações profissionais exigiam que ele se afastasse. No entanto, depois de um certo tempo de matrimônio, ele não parecia inclinado a optar por ocupações que o mantivessem próximo da esposa e dos filhos, ou que, ao menos, permitissem que a família o acompanhasse.

De Dilermando, Ana recebeu atenção e admiração e a ele deu todo o afeto que tentara dar a Euclides sem sucesso. O fato é que com Euclides passando muito tempo fora na missão do Alto Purus, Ana e Dilermando tiveram espaço para a sua relação, que se iniciou na Pensão Monat, para onde Dilermando se mudou¹⁴⁸ e, depois, em uma casa alugada, onde viveram “dias, semanas e meses de paixão exaltada” (ANDRADE, 2009, p. 44).

Afastada da família, que condenava o seu comportamento¹⁴⁹, Ana vivia com Dilermando¹⁵⁰ quando Cunha retornou ao Rio de Janeiro em 1906, deixando-a numa situação

¹⁴⁶ Aliás, reencontra. O próprio Dilermando contou que ele viu Ana pela primeira vez quando ainda estava na escola, em São Paulo, e recebeu uma visita da mãe, que chegou acompanhada de Ana, sua amiga. (ASSIS, 1950). E é a própria Ana quem aclara essas ligações quando depõe em juízo por ocasião da morte de Euclides. Falando ao Juiz, declarou que “morando no Estado do Rio Grande do Sul, em companhia de seu pai [...] conheceu o cadete João Cândido de Assis”, e que, alguns anos depois, já casada, foi residir, em razão do trabalho de Euclides, nas proximidades da Estação de Palmares, ocasião em que foi apresentada às senhoras Angélica, Brandina e Neném e ficou sabendo que a irmã mais velha delas era casada com João Candido de Assis. Esclareceu, também ao juiz, que ela mesma viria a conhecer a mãe de Dilermando quando do retorno de Euclides a Canudos, quando moraram na mesma vizinhança (GALVÃO, 2009, p. 124).

¹⁴⁷ A data é apontada por Roberto Ventura (2003). Lucinda Ratto, em seu depoimento à polícia em 1909, recorda que o conhecimento de Dilermando com os Cunha datava de quatro anos (GALVÃO, 2009).

¹⁴⁸ Andrade (2009) diz que a mudança se dá por sugestão de Ana, mas Dilermando declarou, em outra ocasião, que para lá se mudou a pedido de suas tias Angélica e Lucinda, “morando na Fortaleza de S. João, em casa de meu padrinho – atendendo ao pedido por estas duas senhoras feito, concordei em ficar fazendo-lhes companhia no prédio onde haviam tomado cômodos, à Rua Senador Vergueiro n. 14. Já porque ficava mais próximo à Escola, aonde devia ir ter em breve, já porque me emancipava do rigoroso horário dos escaleres daquela praça de guerra, tal aceitação se impunha. Convinha-me, por isso. Contava, então, dezessete anos e nenhum mal me afigurava ir naquela decisão, pois via ali a casa de uma parente e de uma amiga de minha mãe” (ASSIS, 1916, p 63).

¹⁴⁹ A própria Ana informou, em juízo, que sua família, ciente “das relações com o acusado começam a abandoná-la, deixando de procurar ela informante, que por sua vez, conhecendo sua posição, não procurava mais a sua família, nem as pessoas de sua amizade” (GALVÃO, 2009, p. 126). Vide nota 192.

¹⁵⁰ Em entrevista à *Revista Diretrizes*, Dilermando conta que quando da chegada de Euclides, a quem ele foi buscar no cais a pedido de Ana, “já não morávamos mais na pensão de madame Monat, e sim, na rua Humaitá, que passei a visitar aos sábados” (ASSIS, 1941).

complexa, seja pela traição, que tinha uma conotação negativa e poderia despertar reações violentas, seja pela volta de um marido que não lhe despertava o menor afeto: acerca da volta de Euclides, ela comentou, “dormimos juntos, afinal ainda somos marido e mulher” (BRANDÃO, 1990, p. 15). E, logo, se avizinharia um problema ainda mais difícil, pois Ana estava grávida, “daqui a quantos meses, se nascer um filho, nem eu saberei de quem é. Se dele [de Euclides] ou de quem eu amo de verdade” (BRANDÃO, 1990, p. 15). Ela chegou a consultar um médico amigo, que lhe explicou os cálculos para saber quem era o pai do bebê, mas ressaltou que, nos termos da lei, o filho seria considerado de Euclides, e avisou Ana de que estaria cometendo um crime se apontasse outro como o pai da criança¹⁵¹ (BRANDÃO, 1990, p. 18).

De volta, Euclides recebeu um bilhete anônimo¹⁵² acusando a esposa de envolvimento com o jovem militar e seis meses após a chegada do marido, Ana deu à luz ao menino Mauro, registrado como filho dela e de Euclides, e que morreria¹⁵³ em poucos dias. Dilermando mudou-se para o sul atendendo às exigências de sua carreira, mas a correspondência entre ele e Ana continuou, como continuou a má relação entre Ana e Euclides. Assis voltou ao Rio de Janeiro de férias no ano seguinte, 1907, diretamente para os braços de Ana, que engravidou mais uma vez. Luís, nascido no mesmo ano, também é registrado como filho pelo seu marido.

Ao longo desses meses de distância forçada de Dilermando, Ana teria insistido muito em uma separação¹⁵⁴, sempre negada por Euclides. Se Ana teve a liberdade de escolher o marido isso não lhe garantiu uma união feliz. Enquanto as narrativas simpáticas à Ana pintam Euclides como um marido de difícil convivência, aquelas favoráveis a ele dizem que ela não era uma esposa devotada¹⁵⁵. Francisco Venâncio Filho em entrevista a Francisco Costa, escrutina que Euclides foi “sujeito de altos e baixos, que nunca teve ambiente doméstico [...] todo mundo dizia que a casa dele era mal arrumada” (COSTA, 2002, p. 54). Mas, essas

¹⁵¹ Tão séria era essa questão à época, que durante o julgamento de Dilermando, ao proceder a acusação, o Promotor de Justiça responsável declarou que era direito de Euclides invadir a casa para reaver o filho menor que, ainda que fosse fruto da união da esposa adúltera com o réu, não tivera a sua filiação contestada pelo falecido (GALVÃO, 2009).

¹⁵² Dilermando aponta o ocorrido na entrevista à Revista Diretrizes.

¹⁵³ Vide nota 120.

¹⁵⁴ Andrade, ao apontar que Ana dá à luz a dois filhos de Dilermando enquanto casada com Euclides, diz que o escritor, diante dos reiterados pedidos de separação dela, se recusava a atendê-la, e queria prosseguir um casamento acabado (ANDRADE, 2009).

¹⁵⁵ É como lembra (BONVENTRE, 2005, p. 13), “as mulheres deveriam ser a influência calmante sobre seus lares. Elas eram as bússolas religiosas do lar e a fonte de sua conforto e paz das famílias. Não havia comprimento grande demais para elas irem se fosse o melhor para o marido e os filhos. Quaisquer outros interesses deveriam ser sublimados em deferência ao lar e à família. Se um mulher se distraía com qualquer atividade fora de casa, fosse educacional ou não, ela estava prejudicando sua família.”

circunstâncias não perdoavam ambos dos papéis que deveriam seguir: ele deveria ser forte, dominador e conduzir a família ela deveria ser casta e submissa às decisões dele.

O poder do relacionamento centrava-se na figura do marido, mas, ironicamente, ele era dependente da imagem que a mulher construía da família (D'INCAO, 2000). Era a atitude dela que dava valor à família, porque se ela atendia às expectativas da sociedade, então criava uma família equilibrada e com os princípios corretos, e esse era, de fato, o alicerce para a autoridade familiar, que era do homem. Quando Ana não atende às demandas da sociedade e nem as de Euclides, ele vê a sua autoridade doméstica perder o valor. Embora ele passasse muito tempo fora e não houvesse, de fato, uma estrutura doméstica para aquela família se inserir, ele foi um homem criado para atender ao dever e era um homem dedicado aos seus princípios formadores, à linha reta, e essa “falha” de Ana ia contra toda a sua criação, sua estrutura.

Hoje o direito à vida se sobrepõe à honra, e os cônjuges têm responsabilidades iguais no casamento, fazendo com que a utilização da alegação de "legítima defesa da honra" decaísse¹⁵⁶, mas no final do séc. XIX e no início do séc. XX a situação era diferente. Como já foi discutido, Ana era a guardiã do bom nome da família e a ela pertencia a honra de Euclides, enquanto a ele pertencia o dever de exigir o comportamento impecável da esposa, pois a importância de sua reputação era inestimável. De fato, Barbara Welter (1966) fala sobre as expectativas nos ombros das mulheres¹⁵⁷ em meados do séc. XIX, e destaca que os atributos da verdadeira feminilidade (as balizas que determinavam a extensão do autojulgamento da mulher, bem como do julgamento de seu marido e da sociedade) estavam baseados em quatro pilares, quatro virtudes cardeais: piedade, pureza, submissão e domesticidade – “sem eles, não importa se havia fama, conquistas ou riqueza, tudo era cinzas.” (WELTER, 1966, p. 152).

Daí o peso do comportamento de Ana e também de Dilermando que, mesmo jovem e solteiro, já vivera o suficiente para entender o sistema de honra e masculinidade dos seus dias¹⁵⁸: àquele tempo, mais do que ser honrado era preciso ser reconhecido como tal; sem a aquiescência pública a honra perdia seu valor:

Em outras palavras, a honra é pública, supõe a projeção do indivíduo para além das relações familiares e o reconhecimento de seu valor na esfera do Estado. A construção desta esfera pública de significação variou de sociedade para sociedade. Nas sociedades ibéricas ou delas derivadas, que são o objeto de nosso maior interesse, o papel da Igreja foi determinante para a 'publicidade' da honra. (DÓRIA, 1994, p. 52).

¹⁵⁶ O termo aqui não é usado em seu sentido jurídico, que é o da extinção do direito pela inércia do titular.

¹⁵⁷ Welter fala da sociedade dos EUA, mas em um contexto que, nesse ponto, não difere da brasileira no mesmo período, guardadas as devidas proporções: a de homens construtores de pontes e rodovias voltados para a modernização das cidades e sustento da família, e mulheres que ficam em casa como os esteios da família e dos valores tradicionais que deveriam ser preservados a todo custo.

¹⁵⁸ E, mais que isso, aprendera sobre honra a partir da mesma ótica militar de Cunha.

Há ainda o fato, lembrado por Forss e Lamphier (s/d), de que a verdadeira feminilidade sustentava que a pureza de uma mulher era sua maior virtude. Essa pureza se traduzia em virgindade antes do casamento e um desinteresse pelo prazer carnal após o matrimônio – uma tolerância das exigências sexuais do marido em troca dos filhos. E as mulheres que buscavam além disso, que não eram desapaixonadas ou desinteressadas sobre o desejo carnal, eram vistas como caídas, arruinadas.

Ana não se furta em assumir o seu desejo e a sua vontade de ser amada, e o seu julgamento vem em grande parte dessa escolha, que, como destacado logo acima, acaba por colocar a honra de sua família e de seu marido em uma posição pouco vantajosa. Aos olhos da sociedade ela não parece boa esposa nem boa mãe, ela não cumpre suas funções, ela falha como mulher.

1.3. Sob o espírito militar e a agitação republicana: Dilermando Cândido de Assis.

Fuja, Doutor, eu não quero lhe matar.
Dilermando de Assis

Dilermando Cândido de Assis nasceu em Porto Alegre (RS), em 18 de janeiro de 1888, filho de Joaquina Carolina de Assis e do oficial de cavalaria João Cândido de Assis. Órfão de pai muito menino, foi criado pela mãe¹⁵⁹ junto aos dois irmãos menores, Dinorah e Dinoberth, que morreu na primeira infância. Sobre seus anos formadores, assim se manifestou Dilermando:

Órfão de pai aos quatro anos de idade (o Tenente de Cavalaria João Cândido de Assis faleceu em Santa Vitória do Palmar, a 1º de maio de 1892), era aos nove anos de idade internado em colégio religioso, em Uberaba. Em 1898, transferido de estabelecimento, ainda sobre essa orientação filosófica, decorreu-me a educação em São Paulo até 1902 [...]. Quer em um quer em outro estabelecimento, as noções de lar e de família eram ali preteridas pelos dogmas da crença e teorias da ciência. O meio colegial, díspar pelos costumes e procedência, era uma gleba amorfa e estéril aos cultivos dos sagrados sentimentos de família, a educação moral doméstica deixava muito a desejar. O caráter em formação sofreu, assim, ao embate da prepotência dos viciados, sempre dominantes, o decalque natural, decorrente do meio em que medrava e se desenvolvia. (ASSIS, 1916, p. 62).

¹⁵⁹ Apesar de receber um soldo após a morte do marido, Carolina recebe a ajuda de parentes, além de aceitar serviços de costura para fazer frente às despesas da família.

Depois dos primeiros anos no colégio em Uberaba, ele foi interno no Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus em São Paulo (DEL PRIORE, 2009), educado em um ambiente de rigidez militar para ser religioso e ter aptidões práticas. A escola se destinava ao ensino profissional especialmente de órfãos sem recursos, como era o caso de Assis. Em Carta Pastoral de 27 de setembro de 1884, transcrita no Livro Tombo (SSCJ, 1884, p. 13/verso), vê-se:

Pela iniciativa de alguns catholicos seculares e Revs. Sacerdotes que, animados por um duplo sentimento de religião e patriotismo, tanto se esforçam no intento de proporcionarem a educação religiosa e o ensino profissional à infância, principalmente pobre e desamparada; a obtenção de donativos e sua continuação, a despeito da dificuldade dos tempos, além do mais que omittimos, são obras de piedade, zelo e devotamento que muito honram esta diocese, ao mesmo tempo que dão testemunho irrecusável da vida sobrenatural da Igreja Catholica, em cujo seio fecundíssimo geram-se, nutrem-se e fructificam tantas instituições literárias, pias e caridosas, da mais alta e transcendente utilidade religiosa e social. (LEONARDI, 2017, p. 88).

Na descrição do Bispo acerca do Liceu nota-se a preocupação inspirada pela educação de meninos vindos de famílias de poucos recursos que, como tais, ameaçam o ideal higienista que grassava então, onde pobreza era sinônimo de preguiça e de vício. Essas crianças precisavam ser guiadas, a fim de desenvolverem amor por profissões viris, o gosto pelo trabalho e a consequente distância da ociosidade – e do pecado (DEL PRIORE, 2009). Com isso pode-se observar, no que tange a educação de meninos à época, que embora haja grande diferença de idade entre Euclides e Dilermando (Euclides nasceu em 1866 e Dilermando em 1888), ambos foram educados em mundos que observavam os mesmos princípios muito bem arraigados. Como lembra Vigarello (2013, p. 7), aos homens cabia ser viril, e o conceito de virilidade desde o seu surgimento, na antiguidade, trazia esse atributo como uma grande virtude: “força unida à coragem, a afirmação pessoal unida ao domínio sexual”. Essa observância da virilidade permitia, ainda, “hierarquizar, estigmatizar os ‘covardes’, por exemplo, os ‘indecisos’, os ‘medrosos’, insistir sempre sobre a necessidade de fortificar e educar” (VIGARELLO, 2013, p. 9).

Além do desenvolvimento de tantas virtudes e o gosto pelo trabalho, a fim de garantir um futuro ao rapaz era salutar que ele estivesse longe dos carinhos da mãe (DEL PRIORE, 2009). Foi assim que por volta de 1903 o jovem Dilermando chegou ao Rio de Janeiro e ingressou na Escola Preparatória e Tática de Realengo, no Rio de Janeiro, pelas mãos de seu tio (e padrinho), o Major José Pacheco de Assis (GALVÃO, 2009). Desde 1859 ali fora instalada Escola de Tiro, e com a Proclamação da República em 1890 foram criadas duas escolas práticas – a Escola Prática do Exército, no Realengo; e a Escola Prática de Infantaria,

em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, que logo passaram a ser denominadas Escolas Preparatórias e de Táticas, ocasião na qual a Praia Vermelha se tornou Escola Militar do Brasil.

O ano de 1903 foi um ano de profundas mudanças na nova cidade de Dilermando. O engenheiro Francisco Pereira Passos¹⁶⁰ (1836-1913) foi nomeado prefeito do Rio de Janeiro em decreto de 30 de dezembro de 1902 pelo presidente Rodrigues Alves, assumindo o cargo na mesma data¹⁶¹, e passou à história como o prefeito do “bota abaixo”. Cabe recordar que Rodrigues Alves assumira a presidência de um país que, em poucos anos, abandonara o regime monárquico e embarcara na República de uma forma até mesmo truncada, em um golpe que um Marechal não queria dar, em um país que ainda tentava tomar pé de sua situação pós abolição da escravatura. Vinha de um período de fim de títulos de nobreza, governos provisórios, revoltas de grande monta, a própria ditadura dos marechais, com a Crise do Encilhamento¹⁶² e os desafios econômicos que dela advieram e, finalmente, o voto direto (censitário, como era próprio do votar à época) que tornou presidentes Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Salles (1898- 1902), que buscou uma solução para a crise com acordos de dívidas e políticas diretas com governadores. Sucedendo-os, Rodrigues Alves estava pronto para novos desafios, estava pronto para enfrentar o projeto de civilizar o país.

Ele o fez liderando um projeto de embelezamento e saneamento da então Capital Federal, que contemplava desde adequações do porto, passando por reformulações de ruas e casas, até práticas e costumes de higiene, e foi o instrumentalizador no coroamento da modernização, da elevação do Rio de Janeiro e, assim, do Brasil, a um ideal europeu (senão francês) de civilização¹⁶³. Figueiredo Pimentel, autor da seção Binóculo, do jornal *Gazeta de Notícias*, cunhou, então, a máxima, “o Rio civiliza-se”, que se tornou a frase símbolo da reforma urbana carioca.

¹⁶⁰ Pereira Passos também foi formado nas fileiras da Escola Militar, e teve como colega um ilustre nome da República e da história pessoal de Euclides: Benjamin Constant. (PINHEIRO E FIALHO JR., 2006, p. 01).

¹⁶¹ Conforme notícia o jornal *Gazeta de Notícias* de 31 de dezembro de 1902, disponível em encurtador.com.br/bkyK1, acesso em 10 nov 2019.

¹⁶² Crise econômica brasileira geralmente associada a Rui Barbosa, que era então o ministro da Fazenda, ocorreu na transição da Monarquia à República. Desenvolveu-se a partir de um plano econômico que objetivava incentivar a industrialização e estimular a atividade econômica (emitindo moeda e aumentando o crédito bancário). Mas o resultado obtido foi o oposto: falta de dinheiro circulante, surto inflacionário e empresas em declínio. Conforme informações disponíveis em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/encilhamento>. Acesso em 07 fev 2022.

¹⁶³ Um dos maiores símbolos urbanos dessa intervenção foi a abertura da Avenida Central. Em crônica publicada na revista *Kosmos* em março de 1904 (Disponível em encurtador.com.br/hyAW5. Acesso em 17 fev 2021), Olavo Bilac se alegrava com o hino jubiloso das picaretas regeneradoras que cantavam alegre e sufocavam o gemido soturno e lamentoso do passado, do atraso de uma cidade que, segundo ele, deixava de ser imunda, retrógrada e emperrada.

Em muito os caminhos de Dilermando pareciam seguir os de Euclides. No entanto, os mesmos caminhos traçavam rumos quase sempre diferentes¹⁶⁴. Quando chegou ao Rio, Dilermando tornou-se aluno da mesma estrutura militar que acolhera o jovem Euclides, mas os tempos eram outros. Euclides se fizera em uma escola que privilegiava militares com preocupações políticas e até artísticas, pouco aptos à defesa do país, consequência direta do domínio da doutrina positivista em suas fileiras. Os soldados que ali eram formados não eram destinados apenas ao campo de batalha, aliás, sequer para o campo de batalha; eles eram formados para ter um papel político, para assegurar uma atuação como guardiões das instituições republicanas, apoiados na moral e na honra (GRUNENVALDT, 2005, p. 28).

As seguidas frustrações na Revolta da Armada¹⁶⁵ (1893-1895), em Canudos (1897) culminando com a Revolta da Vacina¹⁶⁶ (1904), ocasionaram a adoção de um novo regulamento de ensino em 1905. José Murilo de Carvalho (1985, p. 117) entende que essa fase foi a mais turbulenta da então capital da República, “ quando grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural que se gestavam há algum tempo precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década”

Esses acontecimentos cimentaram a formação de Dilermando, que chegou à caserna para encontrar uma preocupação em formar estrategistas e comandantes, homens treinados para a lida técnica do exército e não para ponderações filosóficas (DEL PRIORE, 2009). O exército não mais formava bacharéis em ciências físicas e matemáticas, mas sim aspirantes a oficiais.

¹⁶⁴ Nas palavras de Walnice Galvão (2010), os dois oficiais do exército, cuja rota de colisão ninguém previra, embora tivessem muito em comum, palmilharam caminhos diferentes.

¹⁶⁵ Com o intuito de depor o presidente Floriano Peixoto, foi uma rebelião em unidades da Marinha ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894, iniciada no Rio de Janeiro e que chegou ao sul do Brasil, onde acontecia a Revolução Federalista. O cerne da questão estava na indignação da Marinha com a não convocação de eleições por Floriano, que assumira a presidência em 1891, na esteira da renúncia de Deodoro após a sua decisão de fechar o do Congresso Nacional por não conseguir negociar com as bancadas dos estados, especialmente os produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). A Revolta da Armada não foi a única daquele período, mas a sua importância está no fato de que evidencia as cisões da nascente República, as rivalidades entre seus líderes e o desacordo entre aqueles que compunham a sua base, sua estrutura, como as Forças Armadas. (Conforme informações constantes de <https://tinyurl.com/2p9c8czk>. Acesso em 12 out 2021).

¹⁶⁶ Em meados de novembro de 1904, diante das notícias de vacinação compulsória contra varíola e de decisões duras do governo à fim de garantir a higiene da cidade (com a derrubada de edifícios considerados impróprios e a invasão de domicílios por mata mosquitos e exames médios obrigatórios), o Rio de Janeiro foi sacudido pela mais violenta revolta que se tinha notícia até então, que ficou conhecida como Revolta da Vacina.. O seu estopim foi a vacinação obrigatória, mas o que se pretendia era a derrubada do Presidente Rodrigues Alves, no leme de um país assolado pelo desemprego e pela inflação, e cujo plano de governo passava obrigatoriamente pela vacinação e a reforma urbana do Rio de Janeiro, a fim de atrair imigrantes e capital estrangeiro. Nicolau Sevcenko (1993, p. 10-11) infere que a oposição a Rodrigues Alves já tinha planos de um golpe e aproveitou-se da indignação da população para leva-lo a termo. Nos três dias de intensa confusão o prédio da Escola Militar da Praia Vermelha, cujos cadetes e vários oficiais também entram na revolta, é bombardeado, culminando com a extinção da escola e a transferência das facilidades para o Realengo, onde nova estrutura de ensino militar seria desenvolvida. Rodrigues Alves permaneceu no poder e o Rio de Janeiro existiu sob o manto do Estado de Sítio por alguns meses.

Em depoimento transcrito por Carvalho (2017, p. 116), o Marechal Estevão Leitão de Carvalho apontou que, quando de sua formação, havia uma ausência de espírito militar nos cursos das escolas do Realengo e da Praia Vermelha. Esse não era um problema enfrentado pela geração de Dilermando, que já encontrava esse espírito não só presente como encorajado, o exército não precisava dos ditos bacharéis fardados, precisava de homens hábeis nas funções primordiais das forças armadas.

Eram outros tempos, mas Dilermando, como Euclides, acabou expulso. Se este o fora pelos seus ardores republicanos em tempos de monarquia, aquele acabara na rua como resultado da Revolta da Vacina de 1904, em cujo contexto, no dia 14 de novembro de 1904, um grupo de oficiais do exército protagonizou uma tentativa de golpe de Estado a partir das instalações da Praia Vermelha, então nominada Escola Militar do Brasil. Tendo à frente militares políticos (CASTRO e GAGLIARDI, 2009) pretendiam insurgir-se contra o Presidente Rodrigues Alves, um representante civil da oligarquia cafeeira. Isso ocasionou o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, com as funções de sua sede transferidas para o Realengo e para cidades do Rio Grande do Sul (GRUNENVALDT, 2005, p. 60).



Imagem 11. Dilermando de Assis. Sem data e sem autor informados. Reprodução *Revista O Malho* via Euclidesite. Disponível em <https://euclidesite.com.br/fotografias-de-familiares/>. Acesso em 30 abr 2021.

Por um ano Dilermando ganhou sustento em outras funções, sempre amparado por sua família, tanto no Rio de Janeiro, onde trabalha como desenhista do Hospital Central do Exército, quanto em Santos, onde trabalhou com os tios Amadeu e João Ratto no comércio do café (DEL PRIORE, 2009). Em 1906 ele finalmente retornou ao Rio e ao exército, para nunca mais abandonar sua carreira militar, que a ele sempre apeteceu. Dilermando galgou os degraus militares um a um, mesmo ao longo de todos os anos em que o fez como o assassino de Euclides da Cunha, e ao longo dessa subida dá inúmeras mostras da tal virilidade esperada pelos membros do exército sendo, por exemplo, um grande campeão de tiro¹⁶⁷.



Imagem 12. Dilermando e Dinorah de Assis. Foto do acervo de Dirce Cavalcanti para BBC Brasil. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/48916568>. Acesso em 14 out 2021.

Ao longo dessa caminhada quem esteve ao lado de Dilermando foi a ‘vítima esquecida¹⁶⁸’ da Piedade, o seu irmão Dinorah. Enquanto Dilermando era um aspirante do exército, Dinorah era aluno paisano da Escola da Marinha (O PAIZ, 16 ago 1909) e jogador de futebol. No ano de 1909, inclusive, era titular no time do Botafogo. No dia do embate entre Euclides e Dilermando, Dinorah também se feriu, mas, aparentemente recuperado, chegou a

¹⁶⁷ Foi campeão do Exército e Campeão Brasileiro na modalidade de fuzil de guerra. Foi ainda representante do Tiro Nacional em 1922 nos Jogos Latino-Americanos, sagrando-se campeão na prova de fuzil, essas as primeiras de muitas vitórias ao longo dos anos (FERREIRA, s/d). Del Priore (2009, p. 135) conta que Dilermando “exibia sua destreza apresentando-se em espetáculos nos quais concorriam os mestres mais celebrizados nesse ramo do *sport*”.

¹⁶⁸ É comum ver o adjetivo ligado a Dinorah (p. ex. ANDRADE, 2009, p. 140). No entanto, em todos os livros consultados sobre o assunto, Dinorah é lembrado, sua situação (e o seu fim) reconhecidos. Nas reportagens de jornal, especialmente as iniciais e descritivas do fato, a presença de Dinorah sempre é estabelecida. É verdade que em algumas reportagens posteriores ele não é citado nominalmente, provavelmente por não estar diretamente ligado ao triângulo amoroso, que era o assunto que mais chamava a atenção.

entrar em campo uma semana depois, em uma partida contra o Fluminense (BRANDÃO, 2020). Com a bala alojada em sua coluna, viveu normalmente por cerca de um ano até que passou a sentir fraquezas musculares que marcaram uma decadência física muito grande. Obrigado a se submeter uma cirurgia no ano de 1913, acabou ficando paraplégico. Por muito tempo viveu junto de Dilermando, mas em uma das idas e voltas da família ao sul do país, decidiu ficar em Porto Alegre. Amargurado diante da própria situação, sofrendo de depressão, acabou internado em um sanatório e tirou a própria vida em 1921 (DEL PRIORE, 2009).

As primeiras notícias depois da morte de Euclides falavam sobre uma relação próxima entre a vítima e o seu assassino¹⁶⁹. Evaristo de Moraes as combateu veementemente em juízo (1922, p. 213). Dilermando, discorrendo sobre o embate e a sua atitude de defesa, fala: “não era nem seu parente, nem seu protegido, nem educado, nem criado, nem alimentado, nem amparado, nem mesmo amigo e quase nem conhecido!... Pois se não lhe devia o menor favor, a mais ligeira obrigação!” (ASSIS, 1916, p. 68). Andrade também refutou essa informação em mais de uma ocasião¹⁷⁰. Por exemplo, para mostrar o desconhecimento de ambos, narrou que quando Euclides voltou da Amazônia, Ana recebeu um telegrama: “Estou a bordo do Tennyson. Mande-me buscar. Euclides”. Assoberbada com a situação, Ana mandou Dilermando ao cais¹⁷¹ para recepcionar o marido. Judith conta o que o pai se viu obrigado “a esse vexame”, tendo em vista que, tendo permanecido tanto tempo em companhia de Ana, proceder de outra forma seria denunciador (ANDRADE, 2009, p. 45).

As conclusões de Dilermando sobre este episódio deixam claro que, embora ele fosse um rapaz até certo ponto inocente¹⁷², envolvido em uma relação apaixonada, sabia muito bem as consequências que aquela relação poderia acarretar – e que de fato vieram em rápida sucessão:

[...] retirar-me exatamente nos momentos em que chegava seria, tendo durante tantos meses ali permanecido em companhia de sua esposa, denunciar o [...] extremo a que chegaram nossas relações de intimidade. Era preciso assim

¹⁶⁹ Por exemplo, o *Jornal do Brasil* de 16 de agosto de 1909, “Sua casa era assiduamente freqüentada por dois rapazes, filhos do Rio Grande do Sul, amigos íntimos da família e bastante conhecidos na nossa sociedade. Eram os estudantes militares Dilermando Cândido de Assis e Dinorah Cândido de Assis, filhos do Tenente do 2º regimento de cavalaria do Exército, João Cândido de Assis e de D. Joanna Carolina de Assis, já falecidos. Depois da morte, há seis anos, do Tenente Assis, que era seu primo, a esposa do Dr. Euclides da Cunha tomou a si o encargo de auxiliar os dois moços estudantes. Dilermando, que era da Escola Militar, passou no fim de algum tempo a ser aspirante a oficial do Exército, continuando Dinorah a ser aluno paisano da Escola Naval. D. Sinhá, como é familiarmente conhecida aquela senhora, votava grande estima aos dois parentes, a ponto de lhes fornecer os meios necessários para prosseguirem nos estudos, com o que concordava também o seu marido.”

¹⁷⁰ Brandão, por sua vez (1990, p. 22), insistiu nas relações próximas entre eles, e transcreveu carta que, segundo ele, teria sido escrita por Ana, na qual se lê, sobre Euclides, “chegou a tratar mal o Dilermando (a quem sempre tratou como um filho), que chegou numa hora ruim.”

¹⁷¹ Vide nota 152.

¹⁷² Dilermando era de fato bastante jovem ao conhecer Ana, e fora educado por praticamente toda a vida em internatos religiosos com pouca liberdade e poucas ocasiões para convivência fora daquele contexto.

procedi para poupar uma honra e quiçá uma vida. O golpe vibrado na dignidade própria não produzia mossa – antes a entumecia: mera contingência, necessidade de um deslize para poupar uma catástrofe. Era um mal produzindo um bem. (ASSIS, 1916, p. 65).

Dado o tiro fatal em Euclides, restou a Dilermando contar à amante que lhe matara o marido, “S’ Anninha, acabo de matar seu marido em defesa própria” (GALVÃO, 2009, p. 67), alegação que a justiça reconheceu, mas que a mídia da época e a opinião pública nunca aceitaram, especialmente quando Ana e Dilermando se casaram e constituíram família. A cada agosto, a cada homenagem a Euclides, a família Assis era de novo chamada a responder pelo crime cometido (ANDRADE, 2009, p. 223; CARNEIRO, 2019).

Dilermando, ainda jovem, viu-se numa situação onde os enteados, alguns quase de sua idade, eram a sua nova família e eram, ao mesmo tempo, filhos do homem que ele matara¹⁷³. Era uma relação construída em bases frágeis, quase explosivas, apoiadas na inconformidade dos amigos e familiares de Euclides¹⁷⁴, os tutores oficiais dos descendentes do escritor. Sólon, o mais velho, logo atingiu a maioridade, tornando-se um visitante ocasional na casa de Dilermando¹⁷⁵. Quidinho, um jovem de saúde frágil, passou o resto dos seus anos de formação dividido entre o colégio interno e os tutores, até seguir carreira militar. Manoel Afonso foi colocado aos cuidados da avó, D. Túlia e da tia Alquimena, e depois encaminhado para um colégio interno (DEL PRIORE, 2009). Mas as dificuldades desta relação sempre orbitavam a vida do casal, e da família que eles já tinham começado a construir.

As disputas narrativas e de memória que nos chegam demonstram que essas personagens nem sempre agiram à altura das expectativas de seu tempo, e tinham visões pessoais que justificavam os comportamentos que, para a média da população, pareciam inaceitáveis. Sobre a sua relação com Ana, Dilermando declarou:

A convivência acarretando a intimidade; a falta de experiência ou malícia permitindo a aproximação mais íntima; a vida não mais enclausurado abrindo novos horizontes; as leituras em comum despertando fantasias, a puberdade deslumbrando encantos; os espetáculos inviscerando devaneios, a coincidência de predileções esportivas trazendo o embevecimento, o retiro facilitando o império da natureza; a ausência de um conselho protetor que advertisse do curso da idolatria prestes a converter-se em paixão e tantas outras circunstâncias, já materiais, já morais, ora de maior, ora de menor monta que seria ocioso enumerar, tudo concorreu para o despertar de novos

¹⁷³ Essa questão é discutida no capítulo 3, ao tratar da morte de Euclides da Cunha Filho.

¹⁷⁴ Era uma queixa recorrente de Dilermando, a de que tutores e advogados só interviam para prejudicar qualquer boa relação que houvesse entre ele e os filhos de Euclides, ou mesmo entre Ana e os próprios filhos, que nunca houvera qualquer preocupação real com o bem-estar deles. (ASSIS, 1951).

¹⁷⁵ Prestando informações ao juiz, Sólon declarou que “ tinha já ido à casa do denunciado, não só acompanhando a sua mãe como também ao irmão do denunciado de nome Dinorah e para jogar florete com o denunciado e com Dinorah”. (GALVÃO, 2009, p. 140).

sentimentos. E assim, nessa ebbriez incontível, imperceptivelmente se consumou o meu crime. Porque é só onde vejo a transgressão à Lei: no ter amado, aos dezessete anos, uma mulher casada cujo marido não conhecia e se achava ausente, em paragens longínquas, sem mesmo ser lembrado, sequer por inanimada fotografia. (ASSIS, 1916, p. 63).

O crime que os uniu foi o grande drama da sociedade republicana do início do século XX, envolveu o peso da honra de uma família de conduta ilibada e importância para a jovem República (seja pelo próprio Euclides, seja pelo pai de Ana, Sólon Ribeiro). Honra que Euclides tentou vingar – e não conseguiu. Honra que Dilermando contribuiu para manchar – e se safou. Honra que pertencia a Ana, que a ela cabia cuidar, e que nem os “mecanismos de controle social, as intrigas e fofocas, as denúncias à boca pequena e a ação da família e dos amigos” (VOGEL e FERREIRA, 2014, p. 166) impediram-na de ferir, o que abriu espaço não só para uma apuração judicial, mas também para uma guerra de informações e um esforço de honraria à memória de um grande escritor, como se verá no capítulo a seguir.

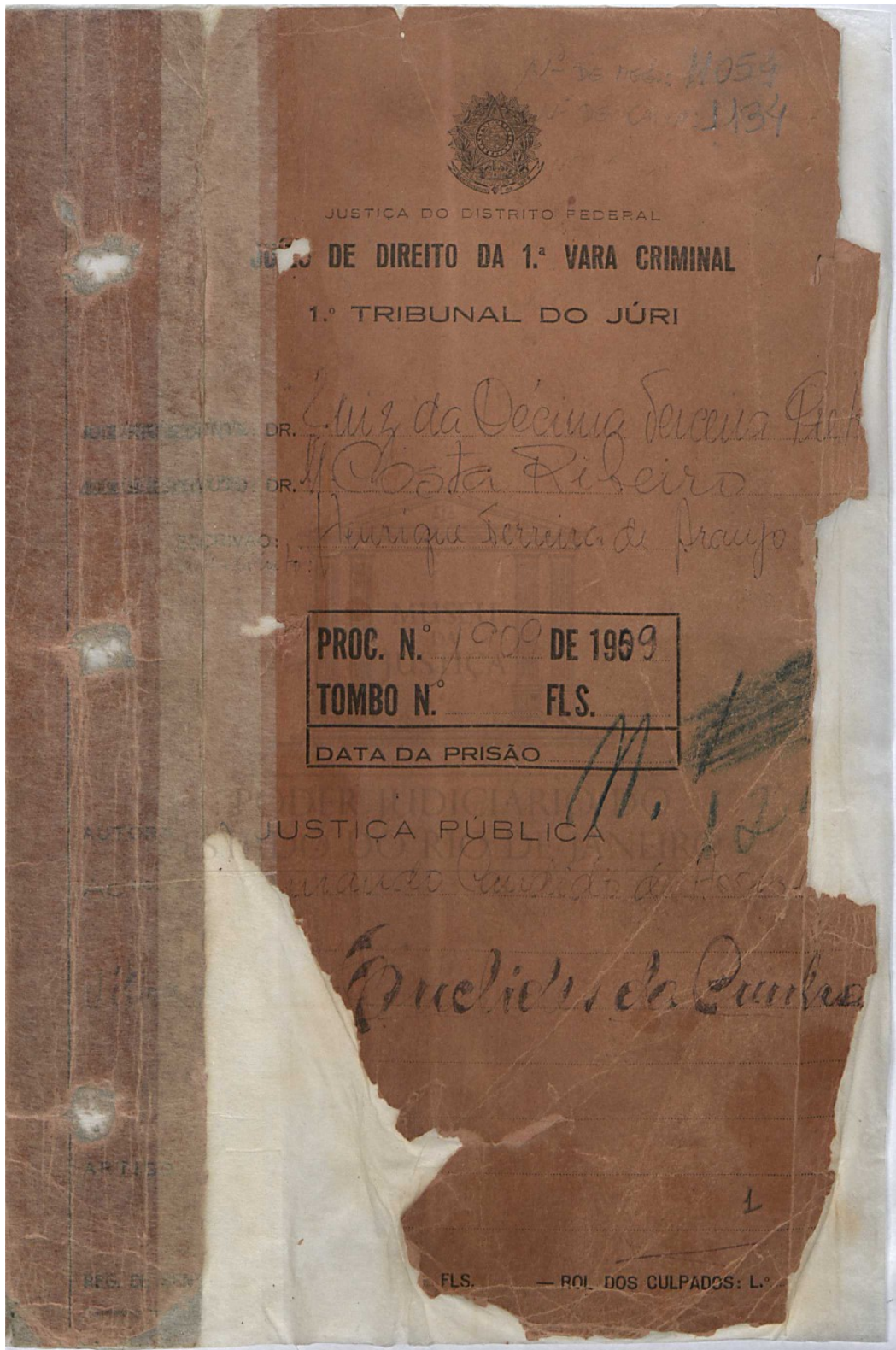


Imagem 13. Capa do processo instaurado para apurar a morte de Euclides da Cunha. Fonte: Museu da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2 - NARRATIVAS EM PRIMEIRO ATO: NAS TRAMAS DO FATO E DA ESCRITA.

Responde-me esta pergunta: Se alguém agora mesmo aqui se aproximasse de ti e te quisesse matar, que farias, homem justo?

Sófocles, Édipo Rei.

A morte de Euclides ganhou nome e notoriedade nas páginas dos jornais (especialmente os cariocas) não só em 1909, mas ao longo de muitos dos anos seguintes. Um dos grupos ao qual pertenceu Euclides era esse, o dos jornalistas¹⁷⁶. Mas, quem eram? Uma congregação que começava a ganhar identidade e que não era homogênea. Nesse início de séc. XX, artigos de jornais eram escritos por intelectuais e profissionais de diversas áreas (TOLEDO, 2009), e no jornalismo, como em outros campos, viam-se dois aglomerados, o dos vindos da elite e os outros:

Oriundos em grande número das faculdades de Direito, os que ocupam cargos de prestígio ou os que são redatores e repórteres nos jornais diários fazem, na maioria das vezes, da profissão patamar para alcançar posições políticas ou situações de estabilidade financeira, participando da burocracia estatal. Ser jornalista é, através do prestígio que o lugar confere e das relações pessoais que possibilita, “cavar” um cargo público ou ingressar na política ou na diplomacia. Se, para os repórteres, o caminho é participar da burocracia estatal, também como forma de complementar seus rendimentos, para os dirigentes e profissionais mais importantes, o lugar natural é a política. (BARBOSA, 2010, p. 141).

À imprensa, que tanto se expandira¹⁷⁷ no final do séc. XIX, cumpriam muitos papéis, dentre eles a propaganda dos ideais burgueses – dos quais a honra ocupava lugar de destaque (GAY, 1999). A fim de atender a esses diversos papéis, tratava de um vasto leque de notícias que visavam atingir diferentes grupos de leitores¹⁷⁸. Eram comuns e apreciadas as reportagens que cobriam os conflitos passionais (onde a honra tinha lugar de destaque). Um embate que

¹⁷⁶ O grande marco jornalístico da carreira de Euclides é a sua atuação em Canudos, sobre a qual Daniel Piza (2009) aponta: Cunha era um homem de letras que foi à Bahia testemunhar o fato, mas, ao mesmo tempo, um repórter, pois chegara lá com essa função: apurar informações e despachar para um jornal. E Piza destaca que Cunha o fez com tamanha dedicação que a carga de preconceitos que chegou com ele a Canudos foi abandonada em razão do que ali testemunhou, “um pioneiro do jornalismo moderno e acho que tem essa coisa de ser ‘o novo jornalista’ porque o estilo dele não é só o estilo que traz informações, mas que também te faz se sentir no ambiente com recursos literários” (PIZA, 2009).

¹⁷⁷ Na esteira de profundas transformações sociais, novos modos de vida e uma expansão da população letrada a imprensa começa a avançar (CRUZ, 2000).

¹⁷⁸ Desde o XIX o jornalismo já incorporava assuntos diversos e publicava textos de gêneros diversos - notas, entrevistas, crônicas, etc (LUCA E MARTINS, 2008).

envolvesse um nome de vulto como o de Euclides da Cunha certamente não passaria despercebido por si só, mas sabendo-se que se tratava da morte (des)honrosa de um colega jornalista¹⁷⁹, é fácil imaginar o impacto desta cobertura.

Esse grupo produziu inúmeras reportagens¹⁸⁰ de jornais e revistas que apuravam o ocorrido na Piedade e que mostravam as reações oficiais e populares diante do ocorrido. E é esse o conjunto de documentos utilizados no primeiro item do capítulo: as reportagens de jornais e revistas¹⁸¹, especialmente (mas não apenas) dos anos que partem da morte de Euclides (1909) até a absolvição de Dilermando quanto à morte de Quidinho (1916).

Com elas, usa-se, como se vê no segundo item, o processo crime, o documento oficial produzido pela estrutura judiciária e do qual resulta a absolvição, pelo júri¹⁸², de Dilermando de Assis. De fato, a partir do processo crime analisa-se mais do que a versão “oficial” dos acontecimentos da Piedade. O júri é um retrato da sociedade com as suas aspirações, seja pela lei, que é reflexo do que a sociedade demanda que se proteja, seja pelo conselho de jurados, ainda que seja uma amostragem muito específica da população: predominantemente homens brancos¹⁸³. A conclusão do júri, o que se diz para que o veredito seja possível, nos mostra caminhos para compreender aquela sociedade em transição, com os olhos no futuro cada vez mais moderno e os pés, de certa forma, no passado. Essa dualidade é bem traduzida pelo placar ao final do primeiro júri a que foi submetido Dilermando.

O resultado do júri não liberta Dilermando de fato, o caminho dele sempre vai ser sombreado pelo ocorrido na Piedade, e não apazigua os confrades, colegas, amigos e

¹⁷⁹ E essa posição de Euclides entre seus pares é tão querida que *O Estado de São Paulo*, ao noticiar o cinquentenário de sua morte em 1959, o fez com a seguinte manchete: “Comemora-se hoje o cinquentenário do falecimento de Euclides da Cunha: Euclides jornalista”. E honra a memória do escritor fazendo um apanhado da sua atuação, “... no tempo em que Euclides da Cunha se iniciava carreira, era sem dúvida o jornal o único caminho que podia trilhar um escritor. O que há portanto de interessante em seu caso, não é o fato de ter sido jornalista. Todos o foram então. Só que Euclides não colaborou como tantos outros escrevendo crônicas ou comentários mais ou menos gratuitos. Ele fez reportagens. Lançou-se como correspondente de guerra, observando, informando, oferecendo ao leitor um panorama vivo, apaixonante do que ocorria no sertão conflagrado” (*O Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 1959).

¹⁸⁰ Walnice Galvão (2009) lembra que a imprensa paulista manteve a discrição na apuração do fato, enquanto a carioca explorou o fato.

¹⁸¹ Mas não exclusivamente. Em muitos momentos é preciso recorrer ao texto do processo crime ou aos livros que tratam da Piedade para entender a construção das narrativas. Em relação ao processo-crime, no item 2.1, vê-se a mesma ocorrência: quando necessário para melhor compreensão da narrativa, socorre-se da documentação utilizada ao longo do trabalho.

¹⁸² No Brasil, o Tribunal do Júri foi criado em 1882, objetivando julgar crimes de imprensa e composto por “homens bons, honrados, inteligentes e patriotas” (conforme Decreto de 18 de junho de 1822 que criou “juizes de facto para julgamento dos crimes e abusos de liberdade de imprensa. Disponível em encurtador.com.br/dqxP1. Acesso em 15 jan 2022).

¹⁸³ Conforme explica Paulo Rangel, eram eleitos para o Júri os cidadãos que participavam da vida política nacional. Ou seja, uma minoria branca e mestiça, excluindo escravizados e pobres, visto que era preciso, ainda, comprovar determinada renda. (RANGEL, 2009).

admiradores de Euclides, que acabam por iniciar um movimento de recuperação de sua memória e honra, como se vê do item 3, o último do capítulo.

Descobrir a traição da esposa certamente foi um momento difícil para Euclides, se não por amá-la, pelo menos em razão do golpe em sua honra, fato ao qual ele pareceu reagir com a frieza enganadora¹⁸⁴ da fúria contida, especialmente se considerarmos as características belicosas de seu temperamento¹⁸⁵. Euclides vinha de um período especialmente conturbado, pois passara meses dedicado aos estudos de filosofia e de lógica para fazer um concurso no Colégio Pedro II¹⁸⁶.

O último item deste capítulo destaca o início do movimento euclidiano¹⁸⁷ e a criação do Grêmio Euclides da Cunha. Ainda que o assunto pareça fora de lugar junto a observação dos documentos judiciais e da cobertura da imprensa, quando se volta para o *corpus* documental citado, o que se observa, por primeiro, é a atuação das pessoas, sejam os colegas de Cunha na Imprensa, sejam aqueles que formam a estrutura judiciária. E o que se nota é a coesão na construção da narrativa que pretende a condenação de Dilermando – o que não acontece. E ver o carrasco de Euclides eximido está diretamente ligado à criação do Grêmio Euclides da Cunha, é o estopim da reação de seus confrades e amigos, um tijolo na base desta instituição (que segue sendo analisada no capítulo 4). Mais uma vez: além de entender a atuação da instituição, é preciso entender também aqueles que a formaram, daí o cuidado de apontá-los aqui, no calor da absolvição de Assis, porque a reação e a atuação deles ligam-se aos lugares que ocupam e às ideias que defendem. É como lembra Souza:

Ainda que o Grêmio Euclides da Cunha tenha ocupado um lugar de destaque nas ações dos euclidianos citados, a formação acadêmica dos mesmos e sua atuação constante em outros projetos nos leva a crer que em todas essas iniciativas havia um interesse comum: valorizar o conhecimento científico e, entre eles, a literatura de cunho científico, campo do qual Euclides da Cunha seria um dos principais representantes nacionais. (SOUZA, 2011, p. 1).

A imprensa, o júri, os homens: mais um triângulo em torno de Euclides. Mas, nesse caso, o que se pretende entrever é o lugar de Euclides na memória nacional, e as narrativas que

¹⁸⁴ Em 17 de maio de 1909, meses antes de sua morte, por exemplo, após fazer o concurso de professor para o Ginásio Nacional, Euclides vai ao cinema com o amigo Coelho Netto. No filme, o protagonista mata a esposa adúltera e ganha o apoio de Cunha, “essa é a verdadeira justiça. Para a adúltera não basta a pedra israelita, o que vale é a bala” (VENTURA, 2003, p. 297).

¹⁸⁵ Teodoro Sampaio, comentando as suas conversas literárias com Euclides, ao falar sobre preferências estilísticas, acaba por falar sobre a forma de sentir do escritor, “[...] dada a sua predileção acentuada, pelo frasear energético, expressivo, quente, mais de acordo com a sua maneira de sentir.” (MARCOLIN, 2015, p. 115).

¹⁸⁶ Em carta a Oliveira Viana, conta, “andei perdido dentro da caverna de Platão... Conhece com certeza a alegoria daquele máximo sonhador – de sorte que bem pode avaliar os riscos que passei” (PONTES, 1938, p. 268).

¹⁸⁷ É o movimento euclidiano a semente da Semana Euclidiana, iniciado em 1912 sob a batuta de Alberto Rangel e outros confrades e amigos de Euclides. Vide discussão às fls.106.

o levam até lá. A Piedade é a culminação de uma história de anos, mas para fins de compreensão podemos, neste capítulo, partir do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II que tanto desestruturou Cunha. Aos ânimos exaltados de um concurso cheio de reveses e uma situação política agitada, somou-se a doença do pai do escritor, que caíra enfermo no interior paulista, onde vivia. A notícia de sua reprovação piorou o seu estado já nervoso:

[...] a notícia cai-lhe no espírito e provoca incêndio. Os nervos andavam-lhe destrambelhados com os excessos das leituras, as emoções da prova escrita e os episódios íntimos, recalcados e tirânicos. Apressa-se e manda ao amigo um bilhete angustioso, traíndo os velhos ímpetos do temperamento. Depois anda, por toda a parte, meio esmaniado, à procura de arrimos e conselhos. Como sempre escolhe soluções violentas que logo abandona. Descobre inimigos ocultos, rancores gratuitos, antipatias que se dissimulam. [...]. Por que diabos se metera em concurso, onde as invejas rangiam os dentes e as incompetências arregaçavam as mangas? Nesse estado perde horas e horas de torturas. (PONTES, 1938, p.273).

Euclides¹⁸⁸ estava ele próprio a se recuperar de todas as dificuldades dessas longas semanas. De modo que foi Ana quem assistiu ao sogro no interior de São Paulo, e com ela seguiram Dilermando e Sólon. Em sua casa ela deixou os outros filhos, o convalescente Euclides e as irmãs Ratto, a quem pedira ajuda. Conforme narram diversos depoimentos no processo crime (GALVÃO, 2009), vê-se que quando ela retornou de São Paulo no dia 06 de agosto, entrou em conflito¹⁸⁹ com a presença de Angélica e Lucinda em sua casa, e a proximidade delas com Euclides. Finalmente, no dia 12 de agosto, saiu de casa com o filho Luís, anunciando que iria procurar uma casa maior para a família e não voltou mais. Primeiro, buscou abrigo na casa da mãe¹⁹⁰, onde pernoitou, e de onde prometeu a Euclides voltar para a casa da família. Mas, em 14 de agosto, Ana seguiu para a Piedade¹⁹¹, para a casa de Dilermando e Dinorah na Estrada Real de Santa Cruz, 314, levando com ela o pequeno Luís. Foi disposta a não mais voltar.

¹⁸⁸ Aprovado em segundo lugar no certame, por questões políticas acaba escolhido e nomeado para o cargo pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha (VENTURA, 2003).

¹⁸⁹ De tal forma que os jornais que noticiavam a morte de Euclides, tentando reconstruir a narrativa do ocorrido, destacavam esse fato: “ Parece que, por questões de incompatibilidade de gênios, não havia muita harmonia entre aquelas senhoras e a esposa do Dr. Euclides Cunha, que, por esse motivo, procurava, por males suazories, ver se conseguia afastá-las de casa, para arredar uma situação constrangedora. ” (*O Paiz*, 16 ago 1909).

¹⁹⁰ O que se vê das entrevistas e depoimentos é que Ana, especialmente após a sua relação com Dilermando, tinha uma relação distante com a própria família, mas não tinham cortado laços completamente. O jornal *A notícia*, cobrindo os acontecimentos da Piedade, ouviu o irmão de Ana, o comissário Sólon Ribeiro, que informou que Ana costumava visitar o filho que estava no Internato Ginásio Nacional e, nesses dias, ia até a casa de sua mãe. (Jornal *A Notícia*, 18-19 ago 1909). Vide nota 151.

¹⁹¹ Bairro do subúrbio carioca, tão distante do centro quantos dois lugares poderiam ser. Não apenas pelos quilômetros vencidos pelo trem, mas porque “se na *belle époque* o Centro reformado era o lugar da civilização, os subúrbios ainda concentravam a barbárie. Chamados de sertões” (DEL PRIORE, 2009, p. 70).

O dia 15, para os Assis, amanheceu com as batidas de Euclides na porta. Dilermando, em mangas de camisa, correu para vestir o paletó enquanto Ana se abrigava no quarto e Dinorah convidava o escritor a entrar. Diante do ataque de Euclides, Dinorah foi o primeiro a ser atingido, uma das balas lhe entrou pelo ombro e alojou-se na espinha (GALVÃO, 2009). Dilermando, por sua vez, foi atingido na garganta, no estômago, na virilha direita e na omoplata. Exímio atirador que era, Assis reagiu em autodefesa e desferiu balas às paredes em aviso, mas isso não aplacou a fúria cega de Euclides, que insistiu em disparar. Dilermando, então, atirou em direção a Euclides e quatro projéteis o atingiram: o primeiro deles no pulso direito, com o intuito de desarmá-lo. Logo veio outro, atravessando o braço esquerdo, um terceiro, direto nas costas e, finalmente, o que entrou pelo ombro direito e se alojou na sétima vértebra (GALVÃO, 2009, p. 100 e 102).

A *causa mortis*, determinada pelo médico legista¹⁹² (e amigo do falecido) Afrânio Peixoto (VENÂNCIO FILHO, 2001), foi hemorragia do pulmão direito devido a ferimento por arma de fogo (GALVÃO, 2009, p. 75). Ana, escondida com Luís, ressurgiu para encontrar um agonizante Euclides e o pandemônio instalado. Foi a própria Ana quem resumiu o seu grande dilema, “eu não podia continuar com Euclides. Admirava Euclides, o escritor. O homem, o meu marido, estava enlouquecendo. Eu o temia” (ANDRADE, 2009, p. 195).

2.1 “O grande drama da República”: cobertura jornalística.

As convicções são adversárias mais perigosas da verdade do que as mentiras.

Friedrich Nietzsche

Elói Pontes (1938, p. 293) viu a comoção com muita naturalidade, “a morte de Euclides da Cunha, como era lógico, teve larga repercussão”. Morto o escritor, o seu corpo ainda estava estendido em uma cama na Piedade quando os primeiros telegramas começaram a ser disparados. O *Jornal do Comércio* recebeu o seu às 12h30min:

Ainda não voltamos a nós do espanto horrível que nos causou a notícia do absurdo e trágico assassinato de nosso prezado e eminente colaborador Euclides da Cunha. Um telegrama expedido de Cascadura às 12h30min da tarde de ontem dizia-nos laconicamente: Euclides da Cunha assassinado. Estrada Real, 214. (Assinado), Solon Cunha. (*Jornal do Comércio*, 16 ago 1909).

¹⁹² Acerca do laudo cadavérico, Andrade (2009, p. 190), trazendo argumentos do Dr. Alves de Menezes, registrou que sendo Afrânio Peixoto tão próximo a Euclides, teria sido para ele penoso ser aquele a “inviscerar” o corpo de Cunha e “em sua análise, considerando que a inquietação emocional do responsável pelo auto de necropsia transparece no texto do laudo, aponta algumas omissões, bem como descrições mutiladas”. Essa questão é desenvolvida com mais vagar na p. 115.

Aos poucos, a situação foi se esclarecendo e as narrativas da tragédia começaram a tomar forma. O amigo Coelho Netto logo chegou à Estrada Real de Santa Cruz, e tratou de também providenciar telegramas ao presidente da República, Nilo Peçanha, ao Barão do Rio Branco e a Rui Barbosa (MAYRINK, 2016). Ainda assim, a imprensa, de início, tratou os pormenores com certo melindre. Vide o jornal *A Notícia*, por exemplo, que noticiou sob a manchete “Uma tragédia- graves revelações”:

Num justo escrúpulo de guardar o devido decoro em se tratando de assuntos tão melindrosos que de qualquer forma porque fossem tratados, não poderia trazer em resultado reabilitações pois que a memória do ilustre morto disso não carecia, relatamos o prosseguimento do que se relacionava com tão triste fato, sem fazermos referências a circunstâncias graves depois conhecidas transpiradas do inquérito, mas sem o cunho oficial. (Jornal *A Notícia*, 18-19 ago 1909).

Hoje, um século depois, fica mais fácil resumir: Euclides morreu pelas mãos de Dilermando, sim, mas este buscava se defender das balas de Euclides que, ao atacá-lo, buscava salvar a própria honra - ferida pelo caso que sua esposa, Ana, mantinha com Assis. Mas, até chegarmos a esta explicação singela para uma situação complexa, uma longa narrativa se desenrolou, foram meses de novos fatos, recordações, intimidades expostas.

Partindo dessas narrativas jornalísticas e essas narrativas cristalizam o pesar de um grupo pela morte de Euclides. Aliás, de mais de um grupo: o dos jornalistas, o dos intelectuais, o dos políticos. E elas são informativas, é verdade, essa é a primeira função delas, mas a sua apuração e a escrita vêm de pessoas interessadas em compreender o destino de Euclides, não as razões de Dilermando ou Ana. Então a informação muitas vezes só é repassada a partir de um ângulo. Não há um contraditório, como forçosamente acontece no processo-crime. Dilermando não é ouvido, Ana é replicada a partir do que ela fala ao Delegado ou ao Juiz (não que ela demonstre alguma vontade de falar com a imprensa, ao contrário de Dilermando, que sempre buscou esse espaço).



Imagem 14 . Fac Símile de manchete na capa do Correio da Manhã de 18 de agosto de 1909. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 30 jan 2020.

O Jornal *O Paiz*, sob a manchete “um doloroso drama de sangue”, resumiu o inacreditável:

Varado de balas, num subúrbio distante e ermo, a que o conduzira a perturbação de uma idéia fixa e o aguilhão mordente de uma suspeita alucinadora, morreu ontem Euclides da Cunha, o escritor poderoso que a publicação dos “Sertões”, o seu primeiro livro, deu ao Brasil a glória de um novo estilista e a segurança de uma alta capacidade de estudo e de trabalho posta ao serviço constante do país. (Jornal *O Paiz*, 16 ago 1909)



Imagem 15. Fac Símile de manchete na capa d' *O Paiz* de 16 de agosto de 1909. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 25 mai 2020.

O Rio de Janeiro amanhecera com o grande escritor morto em circunstâncias ainda não muito bem elucidadas, e as reações em periódicos como a *Gazeta de Notícias* ecoavam o choque: “ontem à tarde, na cidade molhada de aguaceiros contínuos estalou como um raio, na redação dos jornais, uma notícia atroz: Euclides da Cunha foi assassinado!” O *Jornal do Comércio*, na mesma data, lamentou: “ainda não voltamos a nós do espanto horrível que nos causou a notícia do absurdo e trágico assassinato de nosso prezado e eminente colaborador, Euclides da Cunha.” E a *Folha do Dia*, também naquele 16 de agosto, arrematou:

Na triste tarde de ontem correu pela cidade, entre o espanto e a mágoa, a notícia do assassinato de Euclides da Cunha. Às primeiras informações, vagas e falhas, seguiram-se detalhes dolorosos: Euclides da Cunha tombara varado por bala, no rápido desenrolar de cena íntima, quando procurava desafrontar a honra, que julgava ofendida. Torturado pelo sofrimento que lhe deprimia o espírito alanceado pelo desgosto de um sonho desfeito, o querido autor de “Os Sertões” premeditara a desafronta e é de calcular a cruel amargura que para ele foram as últimas horas de existência. E, assim, desapareceu, em minutos, esse homem cheio de vida e de talento que tanto honrava a nossa cultura. (WEGUELIN, 1998).

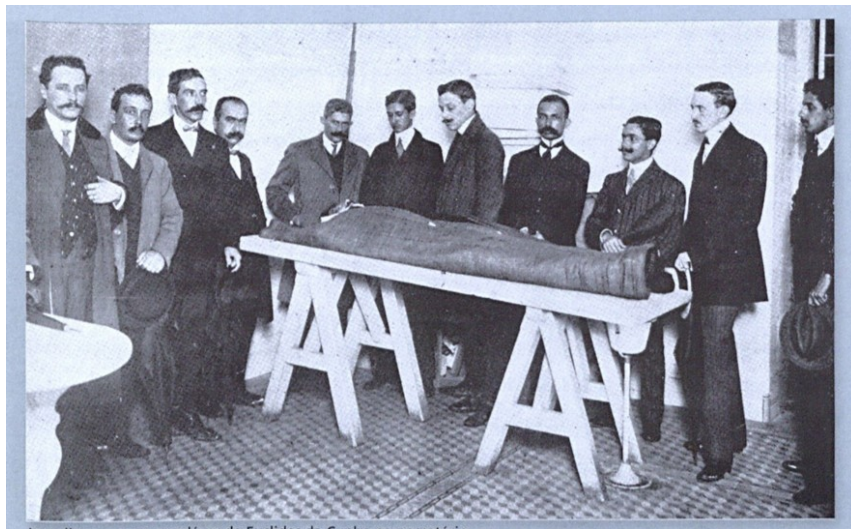


Imagem 16: Jornalistas cercam o corpo de Euclides da Cunha no necrotério. Foto: Revista do Livro da Biblioteca Nacional.

O *Jornal do Comércio*, ainda em 16 de agosto de 1909, fez uma extensa e comovente descrição das características de Euclides que, com efeito, vão ao encontro da narrativa defendida pela ABL, pelo Grêmio Euclides da Cunha (e analisada com mais vagar no capítulo 4):

Euclides da Cunha era uma celebração de rara força, servida por um coração vibrátil e fragilíssimo. Às grandes cóleras vingadoras do seu poderoso estilo evocador, correspondia, no seu trato social e na sua existência doméstica, uma extraordinária delicadeza de sentimentos. Tinha por vezes certos melindres de

uma candura verdadeiramente angélica. Dava, não raro, uma impressão de profunda timidez pessoal, revelando acanhamentos e humildades que tocavam pelo desazo, aparências curiosas que à primeira vista nos autorizavam a supô-lo um homem em contradição com a sua própria obra. A verdade, porém, é que essas duas feições de seu espírito e de seu caráter se casavam à maravilha, imprimindo um vigoroso relevo à sua personalidade. Homem de uma integridade moral a toda a prova, experimentado em provações de todo o gênero, com uma alta compreensão dos seus deveres cívicos, pelejador como poucos, intrépido até à temeridade, Euclides da Cunha conservara da matemática a disciplina mental formidável, da poesia a idéia da beleza e o gosto da perfeição, da filosofia o sentimento da justiça, a vibração contínua e generosa, alguma coisa acima das misérias da terra... E tudo isto a morte cortou ontem brutalmente, num golpe de tragédia inenarrável. (*Jornal do Comércio*, 16 ago 1909).

Nos dias que se seguiram, os principais veículos de comunicação continuaram na cobertura do acontecimento, as investigações, a recuperação de Dilermando internado no Hospital Central do Exército. Desde então vê-se a construção de uma narrativa que eleva o nome de Euclides e desfaz o de Dilermando. O *Estado de São Paulo* de 17 de agosto de 1909, por exemplo, chega a fazer um apanhado de reportagens publicadas na imprensa carioca, todas laudatória ao falecido escritor.

Repete-se incansavelmente o termo “tragédia”, voltam-se os escritores amigos de Cunha para a mitologia grega, mas se esquecem da indagação de Édipo a Creonte já destacada na epígrafe do capítulo: “Responde-me esta pergunta: Se alguém agora mesmo aqui se aproximasse de ti e te quisesse matar, que farias, homem justo?” (BRANDÃO, J. 1990). Ademais, como bem lembrou o próprio defensor de Assis, Evaristo de Moraes (GALVÃO, 2009), como sustentar que Euclides não desconfiasse da traição da esposa, quando ele passara mais de um ano fora e, ao retornar ao lar, em seis meses ela deu à luz um bebê de uma gravidez a termo? Mas, não se vê esse tipo de ponderação nos jornais.

Nos primeiros momentos após a morte de Euclides, Dilermando insistiu no discurso que a relação entre ele e Ana era como a de uma mãe e um filho. Ao depor ao Delegado¹⁹³, ainda na casa da Piedade¹⁹⁴, procurou protegê-la, afirmando que ela não estava na casa da Estrada Real no dia dos fatos, e que no momento dos tiros aproximava-se do local com os filhos Sólon e Luís (GALVÃO, 2009). Sobre essa atitude, posteriormente, ponderou que:

¹⁹³ No seu relatório, o Delegado chama isso de “primeira falsidade”, “ logo se me afigurou que tais ‘motivos íntimos’ e a ‘estadia da referida senhora’ constituíam um só dos elos causais dos antecedentes e procurando averiguar estes antecedentes, encontrei a primeira das falsidades contidas nas declarações do agente direto do crime, isto é que a esposa do morto não tinha chegado no momento, mas – ao contrário, já ali estava quando teve início a luta” (GALVÃO, 2009, p. 103).

¹⁹⁴ Assis (1950) é incisivo ao dizer que prestou declarações não oficiais nesta ocasião, e que o Delegado sequer estava presente.

[...] sim, eu mentia em parte. Mas mentia para poupar-me à fastidiosa e horrível narrativa dos fatos, que ao Sr. Dr. Costa Ribeiro, na Pretoria, foi feita por D. Ana. Inconsciência maldade, insensibilidade moral?... Não! Nada disso. Critério, escrúpulo, prudência.... Tinha-o morto, não no negara. Atassalhar-lhe a reputação não me ficaria bem, não no desejava de modo algum. Eu dizia, antes de tudo, *que em seu lugar deveria eu ter morrido.*" (ASSIS, 1950, p. 219)

Quando Ana foi ouvida pelo Delegado de Polícia no dia seguinte à morte de Euclides, insistiu em uma relação maternal com os irmãos Assis (GALVÃO, 2009), e atribuiu a morte do marido aos ciúmes infundados que este sentia de Dilermando. Contudo, na mesma data, em nova declaração, Ana mudou sua versão alegando querer “levantar a memória de seu marido” (GALVÃO, 2009, p. 77) e declarou que sempre reconheceu a grandeza de seu caráter e sua honradez, mas o comportamento ciumento dele lhe fora muito difícil e, ao longo do tempo, despertou nela sentimentos que lhe eram estranhos e, conhecendo Dilermando nessas circunstâncias, desenvolveu por ele sentimentos de afeição e carinho¹⁹⁵. A princípio com inocência, segundo ela, porque ele lhe dispensava o mesmo tratamento, mas que o passar do tempo estreitou esses sentimentos, culminando com o desejo de se separar de Euclides, situação que Ana declarou, ainda diante da autoridade policial, ter informado a Dilermando justamente no calor dos acontecimentos que culminaram com a sua viuvez (GALVÃO, 2009).

O fato é que, em um primeiro momento, por haver uma negativa de qualquer relacionamento entre Ana e Dilermando, a atitude de Euclides parecera fora de lugar. No 16 de agosto seguinte ao fatídico dia, via-se em *O Paiz*:

É difícil determinar as causas deste fato pungente que impressionou profundamente toda a capital. Não se podia explicar o motivo que levou esse espírito, tão operoso e tão equilibrado, apesar da sua extrema vibratilidade, a um ato que seria um desmentido à ponderação e ao método, se ele não tivesse em si mesmo uma causa poderosa a impeli-lo. E tão estranho era ao feitio de Euclides da Cunha o fato em que foi protagonista e vítima, que todos aqueles que viram os primeiros boletins noticiando o assassinato do grande escritor, recusaram-se a aceitá-lo [...] Pouco depois chegava, porém, pelo telefone, de nosso repórter, a confirmação da triste realidade. Era bem verdade que fora assassinado o brilhante manejador da prosa. Por que? Não o saberíamos afirmar com sinceridade. Os depoimentos feitos e as versões espalhadas aludem a um estado de espírito que ciúmes injustificadores teriam criado, a zelos que agiram, cada vez mais perencientes, como um perturbador da lúcida visão de Euclides da Cunha. Mas não é demais acreditar que eles agissem como age toda a idéia que se não repele imediatamente, tomando vulto sem razão para isso, mas nem por isso dominando menos o espírito vibrátil do

¹⁹⁵ Del Priore (2009) reflete que nos casamentos influenciados pelo positivismo, o caso de Ana e Euclides, o papel do sexo era reprodutor. A compensação desta ausência? O amor dos filhos. Os filhos de Ana estavam longe, no colégio interno, só Manoel Afonso com ela permanecia. É possível imaginar que quando Dilermando e Ana primeiro se aproximam, o sentimento que os uniu fosse mesmo esse, o de suprir a ausência de uma mãe e de um filho nas vidas de ambos, mas esses sentimentos mudaram, e as relações entre eles também.

escritor, e impelindo-o à prática de um ato que, em outras condições não cometeria. É bem de crer-se que as fadigas intelectuais a que se entregou com afinco, nestes últimos tempos, aquele vigoroso, mas sensibilíssimo organismo, notadamente as do último concurso em que se empenhou Euclides da Cunha, tivessem concorrido para, enfraquecendo-lhe as energias, facilitar o impulso irrefreado que deu causa à perda irreparável e a uma pungente situação. Há neste caso situações dolorosas de espírito que é lícito revolver. Ciúme, neurastenia, repulsas de brio ferido, pode ter sido tudo isso e não ter sido nada. É a eterna contingência da vida frágil, dolorosa e inexplicável. (Jornal *O Paiz*, 16 ago 1909).

Veja-se que este aspecto dos acontecimentos foi acompanhado com tanto cuidado pela imprensa que no dia 17 de agosto, o mesmo *O Paiz* destacou:

A polícia, no inquérito que faz, parece estar apurando fatos que firmam a questão neste sentido e um dos casos que parecem averiguados é que a presença de D. Anna Solon e seus filhos no local do crime é anterior à hora indicada nas notícias de ontem. O ato violento do inditoso escritor deixa assim de se apresentar como o resultado de um impulso doentio, mas como a consequência de um estado moral em que os temperamentos mais sadios teriam, quiçá, agido da mesma forma. (Jornal *O Paiz*, 17 ago 1909).

Quando Ana não admite a verdade e insiste em uma relação platônica com Dilermando, a atitude de Euclides parece, para muitos, estranha e desproporcional – uma flagrante falta de autocontrole, de virilidade¹⁹⁶. Ao admitir as relações que mantinha com Assis, Ana devolve a Euclides o seu direito de reação, mais que isso, o seu dever de reação para salvar a própria honra. Essa mudança de comportamento de Ana, que ela deixa claro ter ocorrido para explicar o comportamento do marido, devolveu nobreza ao comportamento de Euclides e refletiu bem entre aqueles que vigiavam o desenrolar dos fatos. Eles aprovaram o que viram como a dignidade da atitude da viúva, que passou a ser descrita como vítima da uma paixão doentia e da exploração por um homem mais jovem¹⁹⁷, que dela se aproveitou inclusive financeiramente. As suas atitudes mostravam uma preocupação em preservar a memória do marido – o que era a sua obrigação de esposa. Ela foi relativamente poupada e Dilermando massacrado, embora, segundo ele próprio, o seu comportamento visasse poupar a memória de Cunha¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Nos termos da discussão apresentada na p. 46.

¹⁹⁷ O que é um golpe na visão da virilidade do próprio Dilermando, ainda na esteira da discussão da p. 47: um homem viril tem autocontrole e se comporta sempre de maneira respeitosa diante das mulheres, respeitando as suas limitações, que as tornam dependentes da força do homem.

¹⁹⁸ Segundo Dilermando, “em vez de tornar públicos os detalhes do caso, em já para quatro anos de duração, eu apenas dissera que a ‘motivos íntimos’ atribuía a sua decisão. Interessante é entenderem os meus amzelados antagonistas que eu cometera um grande crime não descerrando todo o segredo causador dessa tragédia, quando Euclides sempre diligenciou escondê-lo... No entanto, estou certo, se o fizer, hão de chamar-me de leviano e, talvez, infame. “ (ASSIS, 1951, p. 193).

A imprensa julgou que ele mentia porque queria eximir-se à responsabilidade e se premiar, quando o que ele pretendia era evitar à memória de Euclides “o horrendo vexame da verdade” (ASSIS, 1950, p. 219). Os responsáveis pelas notícias eram amigos e confrades de Cunha, mas, salutar lembrar, eram também membros de um corpo que, ao noticiar, conferia aos crimes juízo de valor que ecoava o interesse do público, que era o que vendia o produto por eles produzido, o jornal (PESAVENTO, 2000). E o enredo da Piedade era um drama pronto para a primeira página.

Dilermando, de outro lado, argumentou que “não se tratava de uma ingênua donzela, inexperiente e mal encaminhada, a que me tivesse imposto pela artimanha e pelas lábias” (ASSIS, 1951, p. 319), mas, sem qualquer espaço na mídia, passaram-se anos até que ele mesmo contasse, em livro, a sua versão do que ele chamou de “erro dos 17 anos”, uma intimidade nascida da convivência eivada de falta de malícia:

E assim, nessa ebríez incontível, imperceptivelmente se consumou o meu crime. Porque é só onde vejo a transgressão à lei: no ter amado, aos 17 anos, uma mulher casada cujo marido não conhecia e se achava ausente, em paragens longínquas, sem ser lembrado sequer por inanimada fotografia. (ASSIS, 1951, p. 320).

Portanto, conta-se uma versão dos fatos na qual Dilermando ocupou o lugar de sedutor de uma mulher mais velha e fragilizada pelas ausências do marido, que trabalhava longe de casa:

Essa infeliz senhora, obcecada por uma paixão que a desproporção das idades tornava mais dominadora e explorada indignamente por uma mocidade sem brios não é, aliás, a mais merecedora de gracejos. Há em torno dela um ambiente de misérias morais, cúmplices de seu erro e tanto ou mais flageláveis do que ela. O que aparece de mais revoltante é a exploração desse desvairamento, é o tributo pecuniário imposto à cegueira de uma mulher, é a retribuição de um afeto delituoso convertido em uma forma de indústria particular. (Jornal *O Paiz*, 18 ago 1909).

Isso o colocou em um lugar muito ruim diante da opinião pública, porque, então, das mulheres muito se exigia quanto ao seu comportamento, e Ana poderia até ter falhado no dela, mas era de conhecimento geral que mulheres eram seres frágeis, incapazes, e que cabia aos homens¹⁹⁹ o cuidado com elas. Esse lugar no qual foi colocado deixou Dilermando, no mínimo, inconformado, “fizeram-me um D. Juan, um conquistador, um sedutor de... uma senhora casada havia mais de 15, desde a proclamação da República! Tanto vale dizer que, em 1890, quando

¹⁹⁹ Os homens, que nas portas do séc. XX eram criaturas fortes, capazes e civilizadas, “o respeito pela honra da mulher não é um sentimento inato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das identidades morais sobre a brutalidade dos instintos” (CASTRO, 1897).

Euclides se casou, eu tinha apenas dois anos de idade.... Que sedutor!” (ASSIS, 1951, p. 178). Ademais, a questão do suposto aproveitamento pecuniário que Dilermando teria com a relação é rechaçada ao longo do processo por Evaristo de Moraes e pela própria Ana, em declarações ao Juiz²⁰⁰.

Quanto aos veículos de comunicação, povoados de amigos e colegas de Cunha, estes seguiram uma dinâmica de defesa de Euclides e ataque a Dilermando que reverbera no que o próprio Evaristo de Moraes narrou²⁰¹: que ele não fora chamado por Dilermando logo quando o crime acontecera e que suas primeiras impressões vinham das narrativas dos jornais que eram “conhecimento viciado eivado de prevenções quanto às anteriores relações dos dois protagonistas, quanto aos antecedentes do crime, quanto a muitas de suas circunstâncias” (MORAES, 1922, p. 211). O advogado, inclusive, conta que, muito mal impressionado com a narrada ingratidão de Dilermando e, tomado de respeito pelo que ele chama de “tortuoso talento” de Euclides, não se viu muito animado em atender ao chamado de Assis, que o queria como defensor (MORAES, 1922).

Euclides, morto e enterrado, tinha sua memória cuidadosamente defendida por amigos e colegas, os jornais destacavam “sua competência, sua honestidade, seu profissionalismo, seu talento, seu caráter, e suas qualidades artísticas e intelectuais” (ABREU, 1998, p. 280), razão pela qual, logo, as narrativas subiram alguns degraus e Euclides ganhou os contornos de deidade que o acompanham até hoje: um homem com “esforço de vontade quase sobre humano”, um homem que entrou “triumfante na glória dos grandes escritores”, um homem que realizou “uma verdadeira Odisséia, da qual triunfaram o patriotismo, o brio, e a tenacidade do grande brasileiro” (ABREU, 1998, p. 280). Para a comparação de Cunha a Ulisses, é a própria Ana quem oferece uma réplica, “e se fosse ao contrário? Se as mulheres viajassem, como se portariam os maridos à espera?” (BRANDÃO. A, 1990, p. 14).

Como já foi apontado, a imprensa iniciara uma narrativa, açulando contra Assis a “matilha das paixões populares” (MORAES, 1922, p. 213), e elucidando que Dilermando traía uma relação de confiança com Euclides de forma muito pior do que a mera traição física da esposa (que, recordemos, já seria grave o suficiente para os parâmetros da época). Era recorrente o argumento que Euclides acolhera e auxiliara Dilermando em sua carreira militar,

²⁰⁰ Ouvida pelo juiz durante o julgamento de Dilermando, Ana declarou” que não remetia ao acusado qualquer quantia em dinheiro, que nunca o fez, não só porque ele não necessitava disso como também os meios que lhe fornecia o seu marido não lhe dava para isso” (GALVÃO, 2009, p. 127).

²⁰¹ De fato, notícia publicada no jornal *A Notícia* de 18-19 de agosto de 1909 aponta que “ Dilermando foi hoje visitado pelo seu advogado Deocleciano Martyr, a quem disse que confirmava o seu primitivo depoimento” (Disponível em encurtador.com.br/rAL47. Acesso em 02 fev 2021).

para então ser traído de forma tão amarga. A máquina judiciária também pareceu se unir em torno da construção dessa narrativa e no esforço de preservação da honra de Euclides e da condenação de Dilermando – e Ana. Evaristo de Moraes traz uma reminiscência:

Foi principal preocupação minha reunir provas de que não houvera a apregoada ingratidão, porque, no caso, só esse aspecto moral tinha importância; o mais sempre se me afigurou pouco. Temível, a despeito dos esforços do delegado Oliveira Alcântara e do escrivão Anôr Margarido, que visavam fechar o caminho à legítima defesa (MORAES, 1922, p. 212).

Essa história se arrastou por muitos capítulos. Absolvido em primeiro julgamento, em 05 de maio de 1911, Dilermando viu este ser anulado. Levado a júri pela segunda vez, quedou-se livre e enfrentou, mais uma vez, a ira da opinião pública e dos jornalistas. No dia 03 de maio de 1913, amanhecido o primeiro dia do segundo julgamento de Assis, a *Folha do Dia* insufla: “Assassino: o monstruoso matador de Euclides da Cunha”, e narra, sem descer o tom:

Mais uma vez, compareceu ontem, à barra do júri, Dilermando de Assis, o assassino de Euclides da Cunha. Mais uma vez ainda ficou adiado esse julgamento reclamado pela voz pública, para satisfação a uma sociedade de um delito monstruoso. A falta de alguns jurados deu motivo a esse adiamento. Lá estive o réu entretanto — audacioso e cínico, a cuspir os seus olhares de escárnio sobre a multidão que o espreitava como um ser desprezível e asqueroso. (Jornal *Folha do Dia*, 03/05/1913).

Quando Ana e Dilermando se casaram, após a absolvição dele em 12 de maio de 1911, estavam prontos a seguir a vida, mas era uma existência que trazia o peso das escolhas que os levaram até aquele ponto. Euclides estava morto, mas os filhos dele e os amigos dele viviam, e a indignação pelo desenlace da Tragédia ainda reverberava entre eles. Seja porque a mãe casara com o algoz do pai, seja porque casara com um homem que não só tivera a indecência de, com ela, profanar a santidade do casamento, e sobrevivera em dispêndio da vida de um homem que só quisera manter a família e a honra - e a imprensa seguiu acompanhando a vida do casal.

A revista *Careta* (nº 153, ano IV) anunciou: “casaram-se o aspirante Dilermando de Assis e a mulher que foi a esposa de Euclides da Cunha”. Ana não teve direito nem ao próprio nome, sobre ela só interessava o nome do falecido marido, e a preocupação com os filhos (de Euclides, note-se). A publicação continua: “os filhos do grande escritor à guarda de quem estão confiados? Incumbir-se-á de lhes formar o caráter a lamentável mãe transviada? ”. A narrativa foi construída para mostrar que Ana falhara no seu papel primordial, o de guardiã da família, logo, falhara também com os filhos, que, assim, necessitavam de proteção. Separada da família, ela até poderia recomeçar a vida ao lado de Dilermando, mas nunca recomeçaria sem esses questionamentos.

As narrativas jornalísticas, muitas produzidas no calor da “Tragédia”, não são as que mais importam, ou as únicas a serem observadas. De igual forma, não há uma hierarquia de importância da documentação, são todos caminhos para compreensão do discurso engendrado. É justamente o ponto desse trabalho. Aqui, observa-se a imprensa como uma voz dos fatos, como uma engrenagem (poderosa e importante) da construção de Euclides – e os efeitos disso em todos os envolvidos no ocorrido. Os jornais e revistas, mesmo os contemporâneos à tragédia, não são capazes de um retrato definitivo da “Piedade”, ou de Euclides, Ana e Dilermando. Mas contribuem com nuances importantes, parte dessa visão maior que se pretende completar com, dentre outros documentos, o processo crime, que se observa mais amiúde no próximo item.

2.2 Da Delegacia Tribunal: narrativas oficiais²⁰².

Não há terror no estampido da pistola. Só a antecipação dele.

Alfred Hitchcock.

O comportamento do homem reflete as experiências que ele vive, sejam as pessoais, sejam as em sociedade, e elas certamente podem (e vão) se confundir - como instrui Reale (2010, p. 112): “o direito é uma espécie de experiência cultural, isto é, uma realidade que resulta da natureza social e histórica do homem”. Em outras palavras, o Direito, como ciência positiva, é feito de realidades histórico culturais que trazem valores, condutas humanas que para serem entendidas devem ser observadas a partir justamente desse conjunto de realidades (REALE, 2010). É por isso que entender a dinâmica do processo crime que apurou a morte de Euclides da Cunha significa partir da legislação (e sua evolução), do pensamento daqueles homens, das mudanças do mundo no qual ele viveu.

A legislação do Brasil, enquanto colônia, se confundia com a de Portugal e, no caso, isso correspondeu à vigência das Ordenações Afonsinas (até 1514), Manuelinas (até 1603) e, finalmente, as Filipinas, que adentraram o Império e, em muitos aspectos, vigiram até 1916. Nelas, crime e pecado se confundiam - e no pensamento dos homens até o início do séc. XX também²⁰³. No âmbito penal, a independência do Brasil (1822) trouxe, com a promulgação da

²⁰² No ano de 2020 foi montado o espetáculo “Redenção”, de Miriam Halfim. A peça, que deveria estrear no antigo Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça, RJ (supenso em razão da pandemia do Covid 19), promove uma releitura do julgamento de Dilermando de Assis (SOPA CULTURAL, 2020).

²⁰³ Vê-se, especialmente em torno das discussões da implantação da República que, no Brasil, positivistas e liberais eram unânimes em um ponto: a Igreja Católica e a Monarquia eram instituições conservadoras e retrógradas, um entrave para a modernização do país. A legislação de fato passa a prever uma laicidade do Estado, no entanto,

Constituição de 1824, o Código Criminal do Império (1830) e o Código de Processo Criminal de 1832. A proclamação da República (1889) significou novas grandes mudanças legislativas²⁰⁴: o Código Penal de 1890 (que vigorava na data do julgamento de Dilermando de Assis). No processo penal seguiu valendo o disposto no Decreto n. 4.824, de 22/11/1871, e a Lei n. 2.033, de 20 de setembro do mesmo ano, com as alterações introduzidas pelo artigo 407 do Código Penal de 1890. (MIRABETE, 2008).

As Ordenações Filipinas davam ao marido²⁰⁵ traído o direito de matar a esposa adúltera e o amante, “achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero” (LARA, 1999). O Império traz nova legislação, mas nessa seara nada em muito se altera. O Código Criminal de 1830 (SENADO FEDERAL, s/d) entendia que a esposa adúltera poderia ser condenada a cumprir pena de prisão, com trabalhos forçados, enquanto o marido traído só sofreria punição se possuísse concubina teúda e manteúda, ou seja, se pudesse prejudicar a manutenção de seu próprio lar em detrimento de sustentar outrem. E mesmo esse marido mau provedor, se comprovasse ter cometido o homicídio "sem conhecimento do mal" nem "a intenção de o praticar", ou fosse considerado "louco de todo o gênero", poderia ser absolvido. A República traz o Código Criminal de 1890 (SENADO FEDERAL, s/d), que na esteira da legislação imperial renunciava a chance de absolvição ou amenização das penas dos passionais sob o argumento de privação dos sentidos ou da inteligência durante o crime, dominados por súbita e incontrolável emoção. E era essa a legislação que vigia no ano de 1909.

Já se apontou por várias vezes o mundo em profunda transformação pelo qual circularam os envolvidos na “Tragédia da Piedade”. Logo, tendo em vista que nenhuma legislação provém do nada, deve-se frisar que também o Código Penal de 1890 vinha desse universo em transformação, “nenhum código opera no vazio. O seu modelo sempre expressa uma reflexão, uma tomada de posição diante dos problemas do mundo - isto é, uma filosofia” (COSTA, 2002, p. 436). Um mundo que mudava, mas, também como já foi demonstrado, insistia em permanecer o mesmo. Se de um lado havia luta pela inserção dos ideais liberais, por outro ainda

entre a população a influência da fé católica ainda é muito grande, refletindo-se, assim, no seu modo de ver o mundo, e isso inclui o crime – e o pecado.

²⁰⁴ A legislação progrediu, mas certos pontos se mantiveram até bem recentemente, como, por exemplo, a criminalização do descumprimento da obrigação da fidelidade que, na prática, era apenas da mulher. Cabia à esposa ser fiel ao seu marido, a punição do adultério recaía sobre o comportamento dela, recaía sobre a figura da mulher, porque é dela a obrigação de guardar a honra do marido. O Código Criminal de 1890 sofreria profundas alterações com a Consolidação das Leis Penais de 1932, anos após a absolvição de Dilermando, mas só seria revogado em sua totalidade pelo Código Penal de 1940 que, com muitas alterações, vigora até os dias de hoje.

²⁰⁵ A lei traz uma ressalva que previne o amante de ser punido pelo marido traído se tiver melhor condição social, “salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade” (LARA, 1999).

estavam profundamente enraizados²⁰⁶ os ideais patriarcais e escravistas que foram, por tantos anos, a base do Brasil:

A compreensão das peculiaridades da formação cultural do direito brasileiro não deve ser destacada das profundas marcas deixadas por uma sociedade agrária, escravocrata e conservadora que, com engenhosidade ímpar, foi caminhando lentamente na direção de uma 'modernização' jurídica na qual eram equivalentemente importantes alguns modelos estrangeiros a serem seguidos e a necessidade de sua conformação com as injustas estruturas sociais e políticas brasileiras. (FONSECA, 2006).

Efetivamente, aqui já se discutiu que o próprio conceito de honra e a estrutura da família sofrem transformações. Essa estrutura de mundo, esses valores sociais, políticos e familiares, todos constituintes da cultura, são a base para a construção da norma jurídica, para o imperativo legal que rege a conduta humana, e que deve ser seguida de maneira objetiva e obrigatória. Sob esta perspectiva, fica a ressalva de Reale (1998, p. 510), ao lembrar que a norma “é a expressão de valores que vão se concretizando na possibilidade dos fatos históricos sociais”.

O processo-crime, como qualquer outra fonte expandida pelo historiador, deve ser analisado com cuidado. Pesquisadores que tradicionalmente lidam com esse tipo de documentação, como Boris Fausto (1984), alertam para o fato de que ela possui uma série de filtros que precisam ser levados em consideração, porque os testemunhos vão conter contradições, juízo de valor, não são um passaporte automático para a verdade. Aliás, como muito bem desenvolve Mariza Corrêa (1981), não existe um conceito absoluto de verdade, esta será produzida pelo que apura o processo. Ou seja, o que realmente ocorreu se perdeu no momento do crime, são os indícios, percepções e lembranças que vão recontar o fato de modo que seja possível convencer o júri do destino do réu: a condenação ou a absolvição.

Esquadrinhar processos judiciais significa analisar o que neles consta levando-se em conta a maneira como os dados chegaram até ali: a legal. São documentos oficiais cujas informações foram colhidas em salas de audiência, diante de autoridades, às vezes até mesmo diante do autor do fato, e seguindo um roteiro determinado pela lei. É a partir dessas circunstâncias que a documentação deve ser observada, mas, para o pesquisador, também vale a ótica de procurar além do processo²⁰⁷:

²⁰⁶ Apesar dessa sociedade tão dividida e tradicional, o Código Criminal de 1830 era dono de um texto eminentemente liberal e bastante elogiado. José Frederico Marques (*apud* PRADO, 2002), por exemplo, sobre os Códigos de 1830 e 1890, diz: "O Código de 1830 é um trabalho que depõe a favor da capacidade legislativa nacional mais do que o de 1890".

²⁰⁷ O Direito e a cultura caminham juntos. “o Direito, como produção humana que é, torna-se também produção cultural, ele – capitaneado pelo Estado, é o meio para se concretizar os valores fundamentais da vida em sociedade, com as suas transformações e interesses” (DAHER, 2017, p. 22). Ainda acerca do culturalismo, “De forma bem simplificada, pode-se destacar duas abordagens do culturalismo: a filosófica e a antropológica. Em uma abordagem

[...] ao examinar como fonte um inquérito policial, o historiador ver-se-á tentado a espiar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo. (BARROS, 2007, p.181).

Respeitadas essas ressalvas, o documento serve como um modo de observar a construção das narrativas jurídicas, feitas para apurar culpa no crime, mas que também acabam por corroborar a visão de Euclides da Cunha como homem de família honrado, de grande intelectual, culminando com sua mitificação pessoal. Morto Euclides, imediatamente iniciam-se os trabalhos de apuração do fato. Enquanto as engrenagens da polícia começavam a funcionar, Ana mandou um telegrama²⁰⁸ a Angélica Ratto, “satisfeita a tua vontade, Euclides assassinado, Dilermando morto ou condenado” (GALVÃO, 2009, p. 135).

Angélica e Lucinda Ratto, mantiveram uma relação de amizade de muitos anos com Ana, mas, no desenrolar da relação dela com Dilermando, essas ligações se azedaram²⁰⁹. Ainda assim, foi a elas que Ana recorreu quando precisou ir a São Paulo visitar o sogro doente e deixou em casa crianças e marido também adoentado²¹⁰. Nesses dias, o papel de Angélica e Lucinda tornou-se mais destacado, com uma relação de confiança que surgiu entre elas e um cismado Euclides. Nos dias e noites que antecederam a sua morte, atormentado com a deserção de Ana, em certo momento Cunha se comiserou com Angélica, ponderando o que mereceria uma mulher adúltera, e a resposta que ganha foi: “o marido matar a mulher e em seguida cuspir-lhe no rosto” (GALVÃO, 2009, p. 67). E o que ela pensava não diferia da opinião do próprio Euclides. Conforme narrou Coelho Netto, em agosto de 1909, ele foi ao cinema acompanhado de Euclides e “ao desfecho trágico de um filme americano, em que o esposo ultrajado vingara com a morte

filosófica, de perspectiva kantiana, o culturalismo seria a afirmação da liberdade da escolha e vivência de valores morais e éticos fundamentados na vida de um grupo. Antropologicamente, admite-se que a cultura é anterior ao indivíduo e que a vida social e seus desdobramentos são variados e variáveis de cultura para cultura. Na perspectiva de Levi Strauss, por exemplo, caberia às ciências humanas observar essa diversidade da condição humana” (DAHER, 2017, p. 22).

²⁰⁸ Este telegrama também é citado na reportagem do Jornal *O Paiz* de 16 ago 1909.

²⁰⁹ Ana narrou ao Delegado de Polícia, em seu primeiro depoimento, que quando ela retornou de São Paulo, pouco antes da morte do marido, estando em casa na presença de Euclides e das irmãs Ratto, “seu marido perguntou a uma das senhoras acima aludidas, com quem parecia-se o seu filho Luiz, respondendo-lhe a de nome Angélica que ele parecia-se com a informante e dizendo o seu marido que em sua família não havia um tipo louro, pela própria senhora foi replicado que existia na sua família esse tipo e dando como exemplo a pessoa do denunciado; que a informante pediu a essas senhoras que não falassem isso ao seu marido, que se tornava cada vez mais irascível, [...] que acrescentaram também nesse momento as mesmas senhoras, que haviam sito aquilo ao Doutor Euclides, sem de nada suspeitarem, visto como eram umas moças solteira e que assim não podiam permanecer na casa de uma mulher como a informante” (GALVÃO, 2009, p. 131).

²¹⁰ Angélica Ratto declarou ao delegado, “foi procurada na pensão em que reside [...] pela senhora e filho Sólon, do Doutor Euclides da Cunha tendo aquela senhora lhe participado que seguia pelo diurno de sete horas para São Paulo; que por isso, lhe rogava fosse tomar conta dos filhos pequenos, e de seu marido Doutor Euclides da Cunha, que se achava doente, recolhido ao leito; que sendo a declarante madrinha de batismo de um dos menores e mantendo relações de amizade com a família prontamente acendeu ao pedido que lhe fora feito” (GALVÃO, 2009, p. 68).

a infâmia do ultraje, Euclides, emocionado, tem essa frase em voz alta: ‘ é assim que eu compreendo’’. (PONTES, 1938, p. 282).

As irmãs Ratto tinham deixado claro o descontentamento diante da relação de Ana e Dilermando. Ademais, elas entendiam que se deveria manter boa relação de amizade com alguém tão bem relacionado quanto Euclides da Cunha. Diante do desfecho e da presença de ambas em sua casa, Ana sabia do papel delas diante do comportamento de Euclides. Ambas foram incisivas ao apontar ao Delegado (GALVÃO, 2009) que informaram o endereço dos sobrinhos a Euclides por acreditarem que Sólon, após ter brigado com o pai, tinha ido até lá em razão de sua amizade com Dinorah. Mas o próprio Sólon, também ouvido pela polícia, foi claro ao dizer que “[...] sabendo que sua mãe não estava em casa da sua avó, dirigiu-se para a Estrada Real de Santa Cruz, casa de Dilermando, o que o fez por saber, digo que fez, por ter ouvido Dona Angélica dizer a seu Pai, que sua mãe Dona Anna estava em casa de Dilermando” (GALVÃO, 2009, p. 97).

Mary Del Priore (2009, p. 9) lembra que a mulher donzela - a solteira, era “aquela que não cumpria as regras, que se colocava fora do lugar certo. Que falhara”. Se Ana também era uma mulher que não cumpria as regras, estranhamente ela e as irmãs Ratto acabavam por fazer parte do mesmo grupo – a despeito de estarem em extremos bem distintos. Ana casou e constituiu família, desviou-se do seu caminho natural por não respeitar o seu lugar no casamento e a sua importância na manutenção da honra da família. As irmãs Ratto não, eram “moças velhas”, e a mulher solteira (e celibatária, como mandava o código de conduta da época) era uma mulher perigosa²¹¹: a sua condição lhe abria as portas para o mundo da histeria, uma vez que ela não cumpria o seu papel natural, o de anjo tutelar da família: mãe e esposa, não no lugar dos homens. Essa convenção do racional masculino *versus* o sensível feminino, visão tão presente nos primeiros anos do séc. XX era um reforço dessa divisão de papéis, sempre corroborada pela ciência. A medicina, à época, via a mulher como aquela dona de “fragilidade física, de onde decorriam sua delicadeza e debilidade moral. Por injunções da natureza, era

²¹¹ O jornalista Berilo Neves, em crônica escrita no final da década de 1930 (*Tragédia das solteironas, Revista da Semana*, 17 de julho de 1937), refletiu o pensamento que já era constante também dos primeiros anos do séc. XX, o de que a mulher devia cumprir a sua função biológica e ser mãe, porque, segundo ele, “o celibato feminino é uma fábrica, ativíssima, de monstros”, afinal, sendo a mulher um ser tão afetivo, nascido para amar, se não se voltasse à sua destinação natural, enfrentaria um destino amargo, não só para si, mas também para aqueles que a cercassem, porque, por exemplo, sendo professoras, poderiam descarregar seu descontentamento nos alunos e “infernizar a alma terna das crianças”. Poderiam, ainda, dedicar-se ao péssimo hábito de falar mal da vida alheia, “intrigar, por veneno na vida dos conhecidos, a começar pelos parentes” (NEVES, 1937, p. 1). É nesse último comportamento, o da fofoca, que a narrativa coloca as irmãs Ratto, que eram descritas como “ambiciosas e antipáticas” (DEL PRIORE, 2009, p. 10).

considerada como inferior ao homem, inferioridade que se manifestava pelo predomínio das ‘faculdades afetivas’, tornando-a mais ‘sentimental’ que ‘filósofa” (SOIHET, 1989, p. 118).

Outro nome que destaca um comportamento interessante ao longo do Inquérito e do processo é o de Sólon, o filho mais velho de Ana e Euclides. Ele sabia que Ana frequentava a Piedade, sabia da relação entre ela e Dilermando, mas nas suas manifestações perante a polícia fala dubiamente sobre isso, deixando a entender que não sabia da relação. Ele fala, por exemplo, que sabia que a mãe não estava na casa da avó porque ouvira D. Angélica afirmar isso e que ao se deparar com Ana que não queria deixar a casa do amante, ficou “possuído de indignação contra Dilermando, com quem por três vezes travou calorosa discussão” (GALVÃO, 2009, p. 97). Ao longo do processo, ele muda seu depoimento inúmeras vezes, muda o que disse para a imprensa também, e sempre age para não deixar clara a sua proximidade com os irmãos Assis, chegou a procurar *O Paiz* para declarar que não fora visitar Dilermando no hospital e que sua mãe não tinha qualquer interesse nas condições de saúde dele. Declarou, inclusive, que se fosse encontra-lo novamente, seria para “terçar armas” (DEL PRIORE, 2009 p. 90).

O Inquérito Policial seguiu os ritos previstos em lei e foi encerrado em menos de trinta dias. A denúncia foi oferecida em 25 de setembro do mesmo ano de 1909, e foi imediatamente recebida²¹², sendo Dilermando preso pela morte de Euclides da Cunha em 22 de outubro de 1909. Ato contínuo, em 30 de outubro, ele nomeou como seus advogados Evaristo de Moraes, Álvaro da Silva Porto e Caetano Delamare Garcia (GALVÃO, 2009).

Em seu relatório final²¹³ ao Inquérito Policial, o Delegado de Polícia²¹⁴ responsável pela apuração do crime, de início fala “[...] apurei então que a luta se teria travado, conseqüente a certeza súbita que tivera o Dr. Euclides de que sua mulher adulterava e a selvagem brutalidade de Dilermando e Dinorah que não quiseram evitar o conflito”. (GALVÃO, 2009, p. 105). E, findo o relatório, encerra, “ para documentar a insensibilidade moral, a ausência de elementos que disciplina, os homens normais e lhes moderam a ação, basta lembrar que Dilermando ao dar as suas primeiras declarações, procurou construir a hipótese de que o Dr. Euclides da Cunha, homem próximo à genialidade, era um quase demente, impulsivo e insano. ” (GALVÃO, 2009, p. 111).

²¹² Cabe ao Ministério Público denunciar os acusados de crimes, mas o Juiz precisa receber a denúncia, iniciando-se o processo judicial.

²¹³ Assis define o relatório como peça que “não pode servir de base a qualquer juízo honesto e seguro que se pretenda fazer sobre as verdadeiras ocorrências que levaram à morte o Dr. Euclides da Cunha, porque, além de inverídico, contém erros grosseiros e flagrantes contradições”. Segundo Dilermando, isso se dá porque a preocupação do Delegado era “muito diversa do que a de esclarecer os sucessos sem parcialidade” (ASSIS, 1951, p. 187).

²¹⁴ Dilermando (1951, p. 187) não economizou adjetivos ao descrever a atuação da autoridade policial que, segundo ele, “primou pela falsidade e pela mentira, como pela ignorância e pela má-fé”.

Dilermando acusou a polícia de se sujeitar a “todos os caprichos da imprensa” (ASSIS, 1951, p. 80), uma imprensa que, segundo ele, tudo deturpou para atingi-lo e enaltecer²¹⁵ Euclides. De fato, a leitura do relatório policial e da denúncia, por exemplo, deixam fácil entrever de onde vem a indignação de Dilermando. Contudo, é preciso lembrar que se trata o Inquérito Policial uma peça prévia ao processo judicial, investigativa, auxiliar – e que o processo judicial é o meio para confirmar as alegações e ajudar o júri a chegar a um veredito (no caso dos processos de homicídio) – e este o inocentou.

Mas, de fato, a leitura da denúncia mostra que o sistema judiciário, assim como a polícia, não estava muito inclinado a ouvir Dilermando com qualquer simpatia:

Colhe-se com segurança das peças do inquérito junto que havia algum tempo o denunciado entretinha relações adúlteras com a esposa do conhecido escritor, Dr. Euclides da Cunha. Este tinha suspeitas dessa desgraça, alimentadas por uma longa série de circunstâncias. (GALVÃO, 2009, p. 59)

O Promotor de Justiça personaliza a vítima, ela tem nome, sobrenome, profissão e adjetivo, é o “conhecido escritor Dr. Euclides da Cunha”. Providência comum de qualquer acusador: uma vítima conhecida é uma vítima com a qual o júri pode se relacionar. E ele segue na sua narrativa, a fim de deixar clara a situação de profunda angústia em que se encontrava Euclides:

Foi sob violenta impressão provocada por estes fatos que o Dr. Euclides da Cunha, armado de revólver e informando da residência do sedutor de sua esposa, para ali se dirigiu na manhã de domingo, 15 de agosto, com a certeza moral de que lá encontraria sua mulher (GALVÃO, 2009, p. 60).

Pode-se pensar, o papel do Promotor é justamente esse, o de levar o acusado à prisão, condenado. A princípio sim, mas, na verdade, o papel do Promotor de Justiça é maior que esse. Em *A arte de acusar*, J.B. Cordeiro Guerra (1998, p. 14) lembra que “à defesa como ao Ministério Público não interessa a condenação de inocentes”. Mas, nesse caso, vê-se que o esforço pela condenação ia bem além, muito provavelmente em razão da importância que o caso tomou diante da opinião pública e da intensa pressão da imprensa; além da noção arraigada na identidade do homem do início do século XX: a da honra no casamento. Euclides era vítima duas vezes, não só porque estava morto, mas porque foi traído.

Era importante ressaltar o estado exaltado de Euclides²¹⁶, não porque fosse preciso justificar o fato de que ele atacara Dilermando primeiro, mas especialmente porque, mesmo

²¹⁵ Joel Tostes insiste que Euclides não precisava que a imprensa o enaltecesse, que quando da sua morte já era um nome respeitado e reconhecido nacional e internacionalmente (BRANDÃO, 1990, p. 159).

²¹⁶ Interessante lembrar que as descrições do passional clássico comumente trazem a morte de todos os envolvidos, com o suicídio daquele que buscou lavar a própria honra ao final. Não há na documentação qualquer indicação de

morto, isso deixava claro que Euclides foi honrado até o fim, amparado por uma exceção da lei, uma vez que o art. 27 do Código Criminal de 1890 previa a exclusão da ilicitude dos atos cometidos por pessoa que se achasse em estado de completa privação de sentido e de inteligência no ato de cometer o crime. O representante do Ministério Público também se esforçou em deixar claro que não se considerava o escritor alguém sem usual controle das próprias razões, ecoando o relatório do Delegado, e arrazoou que mesmo conhecendo os fatos que lhe manchavam a honra, Euclides escolheu guardar a vergonha para si, em um sinal claro de fortaleza, e não de fraqueza mental (GALVÃO, 2009). O Promotor de Justiça também tomou o cuidado de frisar que Dilermando, além de estar protegido em casa, de alguma forma exacerbava a situação, por conhecer o estado de espírito de Euclides:

Deste momento em diante, é impossível reconstruir com exatidão em seus pormenores o drama que se desenrolou. Que o Dr. Euclides, cujo estado de espírito era bem conhecido pelos dois moços, tenha sido o primeiro a atacar a Dilermando a tiros de revólver, abrindo com violência a porta do quarto, em que este se achava; que tenha sido o primeiro agredido também a tiros por Dilermando, abrigado por detrás de uma das portas do seu quarto, é impossível apurar e as afirmações nesse sentido são meramente conjecturas. (GALVÃO, 2009, p. 60).

Quanto ao estado mental de Euclides, posteriormente, parecer do médico legista Dr. Alves de Menezes analisando o relatório oficial da necropsia, argumentou serem visíveis alterações estruturais das membranas meníngeas, além de outras deteriorações que, não tivesse havido o decesso violento, acabariam por ofuscar “todo o esplendor da inteligência estelar de Euclides da Cunha”, reservando-lhe um fim terrivelmente melancólico: o da “abolição global de todas as funções intelectuais” (ANDRADE, 2009, p. 190). Numa sentença trágica: a demência.

É até possível que se argumente ser essa é uma defesa vinda de um perito consultado pela família de Ana e Dilermando; assim, cabe destacar que essa não foi a única voz a discordar do laudo de Afrânio Peixoto (ninguém levantou dúvidas acerca da veracidade do que o Dr. Afrânio afirmou, apenas se apontou que ele poderia ter sido mais extenso na análise cadavérica, uma vez que detalham descobertas advindas justamente dessa providência). Veja-se por exemplo o laudo do Dr. Walter Guerra, publicado no Suplemento Cultural do vol. 14 da Revista Paulista de Medicina, e que explicava os principais sintomas psíquicos da neuro-lues²¹⁷. Guerra

que Euclides pretendesse esse desfecho, mas Del Priore (2009) faz uma observação interessante: a de que Euclides, atirador medíocre, saíra de casa disposto a enfrentar, portando uma arma, um premiado militar campeão de tiro, o que era quase a mesma coisa.

²¹⁷ Segundo Bittencourt (1948, p. 373) é uma neurosífilis, complicação da sífilis que atinge o sistema nervoso central e pode resultar, por exemplo, em déficit mental, lesão de nervos cranianos, paralisias.

apontou que os portadores dessa doença apresentam, por exemplo, manifestações delirantes ocasionais, perda da afetividade e delírios persecutórios. Sobre Euclides especificamente, ele disse:

[...] procedia, por vezes, como se fora um louco. Era possuído de momentos de cólera, seguidos, instantes depois, de estranha placidez [...] Recordando a vida de Euclides, vamos encontrar inúmeras oportunidades em que se deixou dominar pela cólera.[...] quantos conhecem Euclides da Cunha, sabem que, sob este aspecto, não foi o chefe de família desejável. Chegou mesmo a receber admoestações de seu pai, nesse particular”. [...] Não era o homem do lar e muito menos o chefe de família ideal, no convívio com os seus. [...]” (ELUF, 2009, p. 119).

O fato é que, exaltadamente, Euclides chegou à Piedade, atirou, Dilermando se defendeu, e o resultado pode ser visto no trabalho dos peritos.

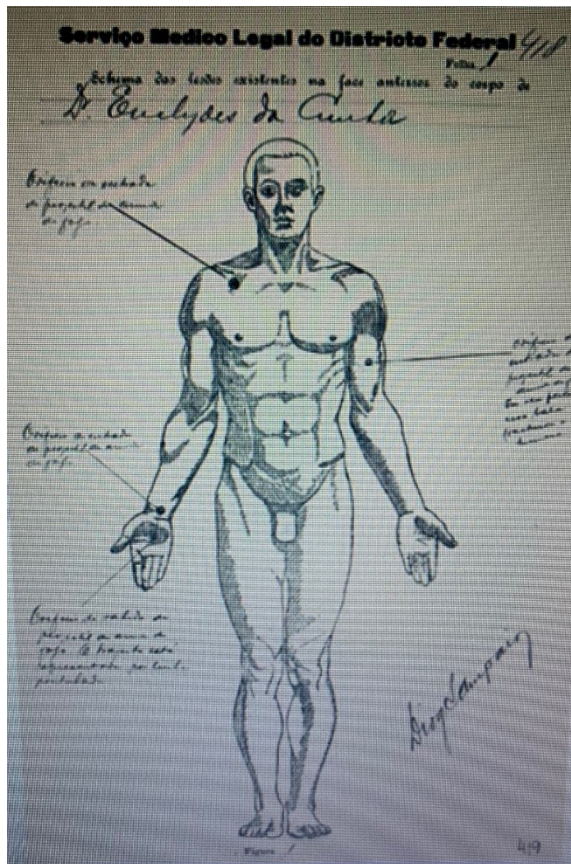


Imagem 17. Esquema das lesões encontradas no corpo de Euclides da Cunha (frontal) constante do processo crime que apurou sua morte. Foto: *Mostra Virtual de Documentos Judiciais - O Homicídio de Euclides da Cunha*. Disponível em <http://ccmj.tjrj.jus.br/o-homicidio-de-euclides-da-cunha>. Acesso em 10 jan 2021.

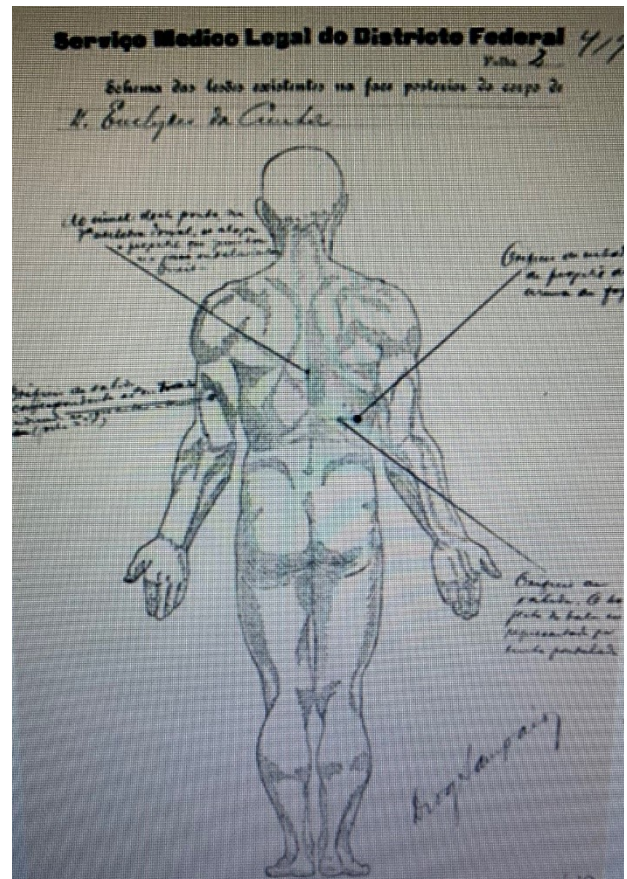


Imagem 18. Esquema das lesões encontradas no corpo de Euclides da Cunha (costas) constante do processo crime que apurou sua morte. Foto: *Mostra Virtual de Documentos Judiciais - O Homicídio de Euclides da Cunha*. Disponível em <http://ccmj.tjrj.jus.br/o-homicidio-de-euclides-da-cunha>. Acesso em 10 jan 2021.

Julgou-se a princípio que as provas carreadas pela investigação, até mesmo analisadas em conjunto, não eram suficientes para corroborar a versão patrocinada por Dilermando em qualquer de suas partes. Ao mesmo tempo, era a fala das testemunhas que ia ao encontro da narrativa favorável a Euclides a que podia ser destacada:

Depois disto, em face das declarações do denunciado, das de seu irmão, das testemunhas e da inspeção do local do crime, tudo se esclarece. Impossibilitado de continuar na luta pelas lesões sofridas, principalmente a do punho direito, que lhe tolhia o manejo da arma, o Dr. Euclides da Cunha recua [...] encaminha-se para o portão. É neste momento preciso que o denunciado à espreita o segue, surge à soleira da porta da sala e visitas e, num movimento de cólera e de vingança, que bem denotam as palavras “Espera cachorro”, ouvidas por uma das informantes, contra aquele homem inerte e em retirada, seu parente, a quem devia atenções, que retribuía com o mais nefando procedimento, ferindo-o cruelmente em sua honra, desfecha, do alto em pleno peito, um tiro que o prostrou morto. (GALVÃO, 2009, p. 60-61).

A informante que ouviu as palavras “espera, cachorro”, Celina Cabral (GALVÃO, 2009, p. 86), era uma criança de 9 anos de idade que brincava no quintal ao lado. De outro lado, outra testemunha ouvida, Henriqueta de Araújo (GALVÃO, 2009), disse claramente ter visto Euclides e Dilermando um de frente para o outro na porta da casa, momentos antes do último tiro. Ela frisou que Euclides se encontrava de costas para a rua, o que não parece ser compatível com “inerte e em retirada”, mas o Promotor de Justiça escolheu não levar em conta o que esta testemunha declarou.

Diante do Tribunal de Júri do Rio de Janeiro, a acusação ficou, de início, à cargo de Pio Duarte e a defesa a cargo de Evaristo de Moraes. O libelo²¹⁸ (GALVÃO, 2009a, p.145) informava²¹⁹ que um dos tiros disparados por Dilermando, “impelido por motivo reprovado” e que atingiu Euclides na região infra clavicular direita, lesionando o pulmão, foi a “causa eficiente” da morte do escritor. Tal alegação foi contrariada²²⁰ por Evaristo de Moraes, que argumentou que seu cliente, então Réu, agiu em legítima defesa, tendo em vista que fora “inopinadamente agredido a tiros de revólver” pela vítima, ressaltando o “temperamento impulsivo” do falecido, que teria sido depressivo e propenso a cometer violências contra as pessoas e em constante luta com sua própria família (GALVÃO, 2009).

²¹⁸ O Jornal *O Paiz* de 05 de fevereiro de 1910 noticia na p. 3 que Dilermando de Assis dirigira-se, no dia anterior, ao 1º Ofício do Júri, para receber o libelo do crime do qual era acusado. (Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em 03 jul 2021).

²¹⁹ Petição que era prevista no Código de Processo Penal, que tinha a função de trazer uma espécie de resumo apresentado pelas partes ao juiz antes do início do processo junto ao júri, o qual trazia o essencial da acusação ou da defesa, como, por exemplo, a indicação de todas as circunstâncias que serviam para o agravamento da pena.

²²⁰ Contra libelo: a fim de garantir a ampla defesa, toda alegação apresentada no processo pela acusação, como o libelo, deve ser levada à outra parte interessada, no caso a defesa, para que este possa tomar ciência do conteúdo e responder, nesse caso em específico em uma petição chamada contra libelo.

O Direito não se dá a partir de suposições, o convencimento do juiz é feito a partir de provas que constam dos autos. Contudo, tratando-se de júri, até que ponto as pessoas que vão julgar o acusado realmente não se deixam influenciar pelo que argumenta, por exemplo, a imprensa? O júri²²¹ existe como uma voz direta da sociedade no Poder Judiciário, a oportunidade de julgamento pelos pares, que formam um Conselho de Sentença. Esse grupo deve ser representativo da sociedade e, no final do séc. XIX e nos primeiros anos do séc. XX isso significava os homens brancos, porque “só eram jurados os cidadãos que podiam ser eleitos ‘homens bons’ e que tivessem uma renda considerável, logo a classe elitizada” (STRECK, 2001, p. 87). No ano de 1899, assim o Supremo Tribunal Federal se manifestava acerca do Tribunal do Júri:

São características do tribunal do júri: I - quanto à composição dos jurados: a) composta de cidadãos qualificados periodicamente por autoridades designadas pela lei, tirados de todas as classes sociais, tendo as qualidades legais previamente estabelecidas para as funções de juiz de fato, com recurso de admissão e inadmissão na respectiva lista; b) o conselho de julgamento, composto de certo número de juízes, escolhidos à sorte, dentre o corpo de jurados, em número triplice ou quádruplo, com antecedência sorteados para servirem em certa sessão, previamente marcada por quem a tiver de presidir, e depurados pela aceitação ou recusa das partes, limitadas as recusas a um número tal que por elas não seja esgotada a uma dos jurados convocados para a sessão. II - quanto ao funcionamento: a) incomunicabilidade dos jurados com pessoas estranhas ao Conselho, para evitar sugestões alheias; b) alegações e provas da acusação e defesa produzidas publicamente perante ele; c) atribuição de julgarem estes jurados segundo sua consciência; e d) irresponsabilidade do voto emitido contra ou a favor do réu. (BARBOSA, 1950)

Esse grupo julgava um par, fazendo isso como expressão da vontade do povo, cujos entendimentos morais ele representava (e representa até hoje), refletindo o que era aceito ou não socialmente, contando muito sobre a sociedade da qual faziam parte²²² - as decisões proferidas pelos jurados, ao não demandarem fundamentação jurídica, são baseadas em convicções puramente pessoais (dentro dos limites da lei). Narrativas de defesa e de acusação embasam-se "em uma certa lógica classificatória e analítica da organização e do funcionamento da vida social" (SCHRITZMEYER, 2002, p.166), e são trazidas à lume em circunstâncias

²²¹ Igualmente, cabe lembrar que o júri é, em sua essência, uma exceção, tendo em vista que é uma substituição ao Juiz de Direito em sua atividade primordial, a judicante.

²²² O jurado julga seu semelhante a partir dos padrões morais da sociedade em que vive, na qual o crime foi cometido. Tornaghi (1977, p. 101) explica porque (à época e até hoje) isso é importante: “o júri é preferível especialmente nos crimes em que a motivação tem maior importância. Ninguém pode avaliar tão bem quanto o jurado o que os motivos do crime significaram em determinado ambiente. [...] Não é a mesma coisa matar por motivo de honra na capital e no interior. O juiz não sabe disso, mas os jurados sabem. E sabem mais: sabem se o réu pode voltar ao convívio social ou não”.

peculiares a cada caso. O fato é que as narrativas da imprensa e a retórica da acusação, o peso da honra e o peso do nome de Cunha não foram suficientes. O Conselho de Sentença, composto por doze homens, apesar da campanha ferrenha em desfavor de Dilermando, terminou o julgamento em empate, 6x6, o que faz prevalecer o resultado mais favorável ao réu: a absolvição²²³.

Este primeiro julgamento foi anulado pelo Tribunal de Apelação, que considerou que houve contradição na resposta dos membros do júri, que proferiu votos que absolviam Dilermando e consideravam o motivo do cometimento do crime reprovado (GALVÃO, 2009). Um novo julgamento foi realizado em 31 de outubro de 1914 e dessa vez, Dilermando foi absolvido por um placar menos antagônico: 5x2.

Diante desse comportamento do júri, verifica-se que não foi uma decisão facilmente tomada, especialmente se for levado em conta o placar do primeiro júri, empatado. Salutar recordar que o Direito, como produção humana que é, torna-se também produção cultural. Sendo assim, tratando-se o Direito de uma criação do homem, concebido em uma determinada cultura, este nasce eivado de atribuições que são o reflexo desta sociedade e de seus valores - como a justiça e a moral, por exemplo - e que não são estáticos, mas alteram-se como vão se alterando as pessoas e os seus mundos (REALE, 2010), o Direito não está só na letra fria da lei que o determina, mas também nas nuances dos fatos sociais e dos valores que os permeiam. O que o júri pretende é que o crime do qual o réu é acusado seja apreciado por seus pares, como já se destacou, porque esse grupo seria a melhor imagem da solidariedade humana. No júri, “a indulgência não é defeito, é virtude, e a consciência caminhada, de preferência no sentido de perdão” (ACQUAVIVA, 1991, p. 78).

Mas, o que efetivamente mudou do primeiro para o segundo júri a fim de que houvesse essa diferença de votos? A resposta mais plausível é o tempo. Nesse caso sempre houve cobertura jornalística, mas a fúria das primeiras semanas não se repetiu. Ruy Barbosa (1950, p. 90) já apontava como podia ser deletéria à decisão do júri qualquer influência externa, “o que é essencial a todo instituto judiciário, politicamente considerado, reflete um célebre

²²³ A legislação que regia o júri determinava que o réu seria absolvido em caso de empate (o que acontece até hoje, inclusive), garantida a equidade (imparcialidade, justiça). Sobre isso, “assim se explica, conforme a configuração aqui avençada da equidade como conotação e compreensão dos casos concretos, como foi possível que a equidade tivesse sido concebida sempre como uma dimensão do juízo favorável ao réu. ‘Ser indulgente com as coisas humanas é também de equidade, quer dizer, ser como aquele que, afastando-se da justiça estrita e de seus piores rigores, sabe ceder’. Esta função da equidade não é apenas o fruto de uma opção política em favor do direito penal mínimo; nem deriva apenas de um princípio geral de tolerância para com as valorações quando estas não servem para punir o réu, mas para atenuar ou excluir a responsabilidade e a pena” (FERRAJOLI, 2002, p. 132).

criminalista, é a independência”²²⁴. Contudo, esses jurados estavam diante de influências diversas além das suas próprias convicções pessoais: a pressão pública nos casos de grande monta, a influência da imprensa. Como foi o caso do julgamento de Euclides (e conforme visto no primeiro item deste capítulo). Quando mais distante no tempo está o crime, menor é essa pressão e, muitas vezes, menor é o interesse da imprensa e do público em geral.

O mundo de Euclides, Dilermando e Anna era um mundo em transição. Para entender a dinâmica dos jurados é preciso levar em conta o que o homem tem de natural e o que ele tem de construído, os fatos e os valores que o formam, as experiências pessoais e as experiências em sociedade, na realidade, integram-se. Para o jurista, o direito como ciência positiva não se furta de ser uma ciência de realidades, mas é ciência de realidades histórico-culturais, nas quais natureza e valores se correlacionam. É por isso que o que aqui se destacou das narrativas foi o esforço de favorecimento da memória de Euclides. Embora a base da documentação seja a produzida oficialmente, judicialmente, nota-se que sem denotar desrespeito a Euclides, o júri reflete muito bem o seu tempo, um tempo de mudanças, de homens ainda plantados em um mundo de honra, de homens que caminham para um mundo com mulheres que atuam na esfera pública, com maiores liberdades, com mais possibilidades de escolha. Esse júri, diante da possibilidade de condenar Dilermando, reconhece que este se defendera – e não o condena por se proteger de um comportamento que, de certa forma, foi gerado por seu próprio comportamento desrespeitoso, pela traição na qual ele foi parte ativa.

2.3. Erigindo o mito: “por protesto e adoração”.

Por protesto e adoração...
...sempre algumas flores, a dia certo,
nesta sepultura, por protesto e adoração...
Alberto Rangel

Quando Euclides, arma em punho, chegou à casa de Dilermando em busca de Ana – e dele, o fez em seu lugar de homem bom que reagia à má conduta da esposa, e para isso não deveria haver punição. Mas o escritor não logrou êxito e pagou com sua vida. Para tornar mais insustentável o destino da honra de Cunha, levado a julgamento, Dilermando foi absolvido por

²²⁴ O jurista inclusive elabora acerca dessa independência, “[...] a independência tem duas faces: uma interior, que se volta para nós mesmos, e se chama imparcialidade; é a isenção de consciência; a outra, externa, entende com o mundo, em que vivemos, e chama-se irresponsabilidade; é a eliminação dos perigos e dependências que podem constranger a imparcialidade da apreciação íntima a se desmentir na enunciação pública da sentença. A primeira corresponde, no jurado, ao direito da recusação; a segunda, ao sigilo do voto” (BARBOSA, 1950, p. 90).

um júri formado por membros de uma sociedade que entendia que a reação violenta do marido traído era aceitável que, de fato, esperava (e muitas vezes exigia) por ela.

Araripe Junior²²⁵ por exemplo, discorrendo sobre as circunstâncias que levaram à Piedade apontou que se Euclides fosse japonês, sua alma estaria cheia do *bushido* - o caminho do guerreiro, código de honra e ética dos samurais, que observa a lealdade, fidelidade, coragem, justiça, educação, humildade, compaixão, honra e entende que é preciso viver e morrer com dignidade. (NUNES, 2011). Diante disso, para ele, Cunha foi verdadeiro samurai, trazendo sobre o peito espada que cortaria “o fio da existência, desde que se lhe tornava a vida impossível sem desonra” (*apud* PONTES, 1938, p. 295).

Nota-se, assim, como essa conclusão para a morte de Cunha era inadmissível para os seus amigos e admiradores. Na esteira da absolvição de Assis, em um esforço de honrar o nome e a memória de Euclides, além da sua obra, eles se juntaram e iniciaram o caminho da mitificação do escritor e da construção de tradições (na sua definição mais simples, a de instrumento para preservar práticas e garantir que elas tenham continuidade) que são, até hoje, a base desta narrativa.

A partir de tantos nomes já destacados em torno da figura do escritor (no que tange aos primórdios do que se tornariam o Grêmio Euclides da Cunha, fundado em 1911, e também, conseqüentemente, a Semana Euclidiana²²⁶), as denominações de monta, além de Coelho Netto e Alberto Rangel²²⁷, são os de Rogério Porchat²²⁸, Francisco Venâncio Filho²²⁹, Roquette

²²⁵ Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848 - 1911), foi crítico literário e fundador da cadeira 16 da ABL. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, onde foi colega de Tobias Barreto. Foi nessa época que publicou seu primeiro livro, e ao longo dos anos atuou na política até chegar ao cargo de Consultor Geral da República. Deixou uma vasta produção relacionada à crítica literária, e, da geração de críticos positivistas e naturalistas brasileiros, forma a tríade mais prestigiada, junto com Silvio Romero e José Veríssimo. (Conforme informações do *site* da ABL. Disponível em <https://tinyurl.com/sksc39c>. Acesso em 11 jul 2021).

²²⁶ Considerada o mais antigo movimento cultural ininterrupto do país (SILVA, 2020).

²²⁷ Alberto Rangel (1871 - 1945) foi amigo de Euclides da Cunha desde o tempo de estudantes na Escola Militar da Praia Vermelha. Engenheiro militar, demitiu-se do Exército em 1900. Embora tenham passado grande parte da vida adulta fisicamente distantes, Cunha e Rangel eram correspondentes constantes, se encontraram no Alto Purus, (Rangel foi diretor-geral de Terras e Colonização do Amazonas e, depois, Secretário de Estado). Foram os estudos que fizeram juntos na região a semente para a obra de Rangel, *Inferno Verde*, publicada em 1908 e que Cunha prefaciou. Conforme informações de Trevizan (2006) e do *site* do IHGB (Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/arangel.html>. Acesso em 18 out 2021).

²²⁸ O advogado paulista, que viria a ser o primeiro reitor da Universidade de São Paulo, foi um dos mais próximos amigos de Euclides, amizade forjada quando Cunha partiu para São Paulo após a expulsão da Escola Militar. Mantiveram, por anos, ativa correspondência – é ela, inclusive, que torna possível grande parte do conhecimento que se tem sobre a vida de Euclides antes da publicação de *Os Sertões* (GALVÃO, 1997).

²²⁹ A primeira tradução de *Os Sertões* feita para o francês, por Madame Neu, foi dedicada a Reinaldo Porchat, amigo dos mais próximos de Euclides, a Afrânio Peixoto e a Venâncio Filho, chamado de “o grande euclidiano” (COSTA, 2002). O próprio Porchat, em discurso fúnebre para Francisco Venâncio Filho, o chamou de “pedestal da glória de Euclides da Cunha” (VENÂNCIO FILHO, 2002, p. 60).

Pinto²³⁰, Edgar e Carlos Sussekind de Mendonça²³¹, os dois últimos, brevemente, alunos de Lógica de Euclides no Colégio Pedro II. Eles eram filhos de Lúcio Mendonça, importante escritor e jurista, e um dos fundadores da ABL (VENÂNCIO FILHO, 2002, p. 60).

“Por protesto e adoração”, foi esse o lema criado por Rangel²³², presidente de honra da agremiação, cujas atividades formais foram iniciadas por ele em 15 de agosto de 1913, na sepultura de Cunha no Cemitério São João Batista – RJ (VENÂNCIO FILHO, 2002), dando início a uma romaria que se repetiria ano após ano. Alberto Rangel é o mentor dos jovens euclidianistas nos primeiros anos, e adentrando os anos 1930 vê-se esse papel ser assumido por Venâncio Filho, Sussekind de Mendonça e Roquette Pinto (SOUZA, 2011). Esses nomes se encontram, além da dedicação à Euclides e sua obra, na dedicação à educação e às ciências em geral – como o próprio Euclides. É interessante como os intelectuais que se agrupam em torno das atividades do grêmio tratam a atividade de manutenção e divulgação da obra de Cunha como uma estratégia, de certa forma, realmente educacional – ensinar aos novos o peso da maneira como Euclides produziu é dar a eles a chance de entender a identidade e a formação da nacionalidade do próprio país a partir das visões dele, que são tão particulares e tão importantes²³³.

Mas a educação é paralela à adoração – essa a maior das estratégias do grupo, ainda que a ideia inicial fosse o protesto pela absolvição de Assis e a admiração pela obra euclidiana. O grêmio publicou por muitos anos uma revista, que sempre trazia produção relacionada a atuação e obra de Cunha. O primeiro volume, em 1915, trazia discursos proferidos ao pé do tumulo do autor no Rio de Janeiro (SOUZA, 2010, p. 49). O discurso que Rangel proferiu em 1913, por exemplo, exaltava:

²³⁰ Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta, foi professor, fundador da Academia Brasileira de Ciências (1923) e da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, (doada ao Ministério da Educação em 1936), membro da missão Rondon, realizou um amplo trabalho de divulgação científica, além de extensa atuação em diversos órgãos públicos e educacionais. Foi também membro da ABL e do IHGB. (Com informações do site da ABL. (Disponível em <https://tinyurl.com/mv3jyptf9>. Acesso em 25 jan 2022).

²³¹ Tanto Edgar quanto Carlos foram, brevemente, alunos de Lógica de Euclides no Colégio Pedro II. Eles eram filhos de Lúcio Mendonça, importante escritor e jurista, e um dos fundadores da ABL (VENÂNCIO FILHO, 2002, p. 60).

²³² Destaque-se a importante observação de Natália Souza (2010, p. 57), “nos anos iniciais do Grêmio, quando seus idealizadores eram apenas adolescentes, foi Alberto Rangel quem começou a dar ao Grêmio a forma de uma instituição de adoração a Euclides da Cunha similar aos rituais positivistas”.

²³³ Na recepção a sua obra isso é perceptível em diferentes momentos, Euclides como aquele que, ao invés de moldar uma identidade ou impor uma visão de país, entende o Brasil em toda a sua complexidade, lê a sua alma. Por exemplo: “Desconheço qualquer escritor sem amarras à escola literária que o prendesse a compartimentos estanques, sociólogo, pesquisador, que tivesse exercido influência tão profunda no Brasil como Euclides da Cunha. Foi o neo-bandeirante, devassador dos sertões ignotos, não à cata de ouro, esmeraldas, ou a prear silvícolas. Sua missão foi outra, de acordo com o tempo, quando a nacionalidade não precisava mais alargar-se territorialmente, como nos tempos heroicos das bandeiras e das entradas. Redescobriu ele a própria alma nacional, em vez de gemas ou de filões de metais valiosos [...]” (FIGUEIREDO FILHO, 1970, p. 181)

Quisestes acreditar nas forças do bem, da razão e da justiça. Afogados no tranqüibernio de uma nação espasmada no vício, na mediocridade e no esquecimento, a vossa juventude e a vossa crença reclamavam um consolo e um punhado de protestos. A vossa adoração não afiançais somente uma supervivência. Aproximastes-vos deste túmulo com a cega piedade de peregrinos de Meca, e a sede ardente de reclamantes por uma reparação necessária e infalível (*apud* VENÂNCIO FILHO, 2002).

Por sua vez, é Coelho Netto quem fala, claramente, sobre o culto²³⁴ que ali se forma, “que a romaria hoje se torne uma religião da mocidade”. E ele segue, asseverando, “somos um povo sem culto, honremos nossos heróis, observando-lhes os exemplos [...] mais do que vosso patrono, no-los deixou tão belos, porque ele foi grande no gênio, no amor à pátria, na austeridade e no brio” (*apud* ABREU, 1998, p. 301).

Euclides da Cunha não é o único autor brasileiro alçado ao Olimpo literário e com memória festejada. Há atuação similar dos admiradores de Guimarães Rosa. Machado de Assis e Monteiro Lobato, por exemplo. Walnice Nogueira Galvão, grande estudiosa das obras de Cunha e Rosa, afirma, quanto à Rosa, que a canonização de sua obra “elevou o escritor a um patamar onde goza da companhia de poucos outros nomes” (GALVÃO, 2000, p. 70). Mas, como bem aponta Ventura (1993), Cunha é o único escritor a ter se tornado objeto de culto pessoal – cabe lembrar o lema do movimento euclidiano. Galvão corrobora essa impressão ao ser indagada se as pessoas mitificam Euclides:

Sem dúvida. Isso aparece na atribuição de demasiadas virtudes a ele: patriota, honesto, decente, corajoso... todas as virtudes cívicas possíveis. No fim, vira um santo. Mas essa hagiologia reflete um ideal extremamente pequenoburguês, eu acho. Sou grande admiradora de Rimbaud, que era uma praga, não tinha virtude alguma. Mas admiro tanto a vida quanto a obra. No caso de Euclides, sobressai a imagem de um cidadão extremamente correto. (GALVÃO, 1998).

É possível ver que as sementes para essa hagiologia foram sendo cuidadosamente plantadas desde a implantação do grêmio carioca. A própria existência da revista comprova isso, e Natália Souza explica porque, ao salientar que o número anual do periódico saía, tradicionalmente, na data da morte de Cunha e, nos primeiros anos, publicou somente discursos e palestras proferidos em sua honra (SOUZA, 2010, p. 51). A propósito, o já citado discurso de Rangel, que é de 1913 e foi publicado no primeiro volume da revista (de 1915) ganha o nome de “Oração Inicial”. Verifique-se as palavras daquele primeiro discurso:

A vossa dedicação cultural aproxima-se, com resolução e entusiasmo, de um santo e de uma vítima. Tendes um sonho religioso. Grande foi o que dorme

²³⁴ A dissertação de mestrado de Natália Peixoto Bravo de Souza, citada na Introdução, trata desse aspecto a fundo: a canonização de Cunha nos termos do positivismo.

aqui. Tem ele a força de apurar estas saudades, despertando ainda a fé concentrada em tantos corações, atados pela magia de um estilo, absorvidos de uma idéia em tantas páginas de arte e pensamentos puros. (*apud* VENÂNCIO FILHO, 2002).

É em torno da memória desse homem (tido merecedor das honras dos amigos e dos lugares os quais ocupou nos espaços da intelectualidade) que se formam as bases do euclidianismo: pelo respeito e pela admiração, mas também pela construção da narrativa que trouxesse ao público essa visão de Cunha, a visão de homem inteligente, do gênio da literatura que era bom amigo, bom pai, e que foi um marido traído que morreu defendendo a família e a honra: uma figura elevada.

Novos nomes foram se juntando aos fundadores do grêmio, e suas atividades continuaram e até se ampliaram. Buscando arrecadar fundos²³⁵ para erigir uma estátua de bronze do escritor. Para tal, além da reunião aos pés do túmulo, os alunos membros do grêmio convidavam personalidades da área literária, grande parte deles também amigos de Euclides, para conferências e palestras acerca do escritor (VENÂNCIO FILHO, 2002). Foi em razão dessa movimentação que euclidianistas paulistas e cariocas acabaram por se aproximar pela primeira vez. Em 1918, Roquette-Pinto proferiu, em São Paulo, a palestra *Euclides da Cunha Naturalista* o que chamou a atenção para o trabalho realizado pelo grêmio no Rio de Janeiro.

Isso culminou, como lembra Abreu (1998), com os grupos declarando Rio de Janeiro e São Paulo cidades irmãs no culto a Euclides da Cunha. Dentre os nomes dos intelectuais paulistas, Júlio de Mesquita Filho, Vicente de Carvalho, Nestor Rangel Pestana²³⁶. Cariocas e paulistas com um objetivo comum, “[...] manter viva a chama euclidiana, esses intelectuais agiram como verdadeiros sacerdotes divulgando a palavra do mestre. Nunca antes, no país, um escritor teve tantas pessoas a seu serviço” (ABREU, 1998, p. 303).

Chegado o ano de 1919, marcado para a inauguração do monumento em bronze, tão defendido porque, segundo eles, falaria “[...] da saudade da vítima e da glória do escritor” (RANGEL, 1917, p. 33), esta não ocorreu. As razões foram dadas em copiosa nota publicada na revista do grêmio, que acaba por resumir as atividades do grupo até então, listando

²³⁵ Quem em muito contribuiu com essa empreita foi Roquette Pinto, foi com sua doação de direitos de livros e palestras que o Grêmio Euclides da Cunha obteve seus primeiros rendimentos (SOUZA, 2011).

²³⁶ Segundo Abreu, “em 1921, diversos intelectuais paulistas assinaram moção de apoio ao trabalho do Grêmio Euclides da Cunha, entre eles Vicente de Carvalho, Francisco Escobar, Amadeu Amaral, Affonso d’E. Taunay, Plínio Barreto, Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Antônio Mendonça, Monteiro Lobato, Otaviano Vieira (esposo da irmã de Euclides), Nestor Rangel Pestana. Alberto Souza, Henrique Coelho, Arthur Motta. Lá estavam, portanto, os diretores d’O Estado de São Paulo, um parente, escritores e intelectuais.” (ABREU, 1998, p. 309).

conferências e nominando alguns sócios. O que aqui nos interessa, contudo, é a descrição feita da importância da homenagem à Cunha²³⁷:

15 de agosto de 1909

Marcamos para hoje, repetidamente, a inauguração do monumento que se define como termo nesta campanha em prol da memória de Euclides da Cunha. [...] Mas quando o fizemos não adquirira o monumento da babilônia proporções em que o imaginamos agora, e se o quiséssemos como então era, a 15 de agosto de 1909, o Brasil completaria a efígie simbólica de Euclides, fixada em arte e bronze. Na encosta da mesma montanha, a menor altura e menor dimensão. E como ele só pode e só deve aparecer à admiração e à glorificação do Brasil, à altura magnífica em que hoje o vemos, preferimos lutar mais, lutar muito, até que o consigamos, dentro das linhas rigorosas, em que transcorreu a sua vida.

[...]

Com as dimensões de 6 metros próximos, a altitude de 120 são as em que a arte magnífica de Corrêa Lima planeou nosso monumento, certo o custo a que o elevou correspondeu à necessidade de maiores recursos.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 repetem-se romaria, discussões acadêmicas e publicações. O trabalho de monumentalização do homem precisava continuar - e continuou. De fato, mais que monumento, o vulto de Euclides passa a tomar contornos de santidade²³⁸. Souza (2010) aponta que nos registros do Grêmio Euclides da Cunha, é possível observar que quando se usa o termo “homem” em relação à Euclides, este sempre traz o “h” maiúsculo, por exemplo. Igualmente, quando se fala da figura do escritor, nota-se, por parte desse grupo de euclidianistas, um esforço em destacar suas glórias a despeito da sua morte e das suas circunstâncias humilhantes para um homem do início do século XX, traído e alvejado pelo amante da esposa²³⁹.

Mas a verdade é que, de modo geral, essas outras visões desses capítulos da vida pessoal de Cunha não parecem influenciar demasiadamente a visão gloriosa que se tem do grande homem, do escritor brilhante, do grande intelectual do Brasil. Há uma preocupação, como destaca Olinto (2009), com os lances mais dramáticos da vida de Cunha, mas, o mesmo autor,

²³⁷ *Revista do Grêmio Euclides da Cunha* de 1919. (Disponível em <https://tinyurl.com/ysjz2wp3>. Acesso em 20 out 2021).

²³⁸ Abreu (1998) e Souza (2010) destacam a influência positivista na construção desse culto a Euclides, inclusive no que tange a todos os rituais que o grêmio e até mesmo Rio Pardo erigem em torno da memória de Cunha. Logo, como bem diz Souza (2010, p. 62), santidade para Cunha sim, mas nos termos do positivismo e não em termos cristãos. Paulo Carneiro (1995) discorre claramente, “O culto consagrado à memória de Euclides nas comemorações do 15 de agosto, nas visitas coletivas a seu túmulo [...] relíquias conservadas [...] imprimiu aos sentimentos puramente humanos que o motivaram um caráter religioso de inspiração comtiana”.

²³⁹ Joel Tostes, por exemplo, insistiu: é preciso ficar claro que o escritor não foi culpado pela própria morte (THIESEN, 2007). É que algumas biografias, todas desenvolvidas a partir das narrativas de *Anna de Assis: história de um trágico amor*, de Judith de Assis filha de Ana e Dilermando e Jefferson de Andrade, apontam o temperamento irascível de Euclides e os longos períodos longe de casa como causadores das discórdias entre ele e Ana. A resposta da família Cunha à obra é o livro *Águas de Amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna*, escrito por Joel Tostes e Adelino Brandão e essa discussão se dá com mais vagar no Capítulo 3.

sem embargo da ressalva de que muito da crítica desenvolvida por Euclides se perdeu, aponta uma gama de autores que se debruçam sobre a produção literária de Euclides, de Elói Pontes a Olímpio de Souza Andrade²⁴⁰, passando por Gilberto Freyre, além de Walnice Galvão e Roberto Ventura (OLINTO, p. 133 e 137).

Infere-se que, hoje, é praticamente impossível separar o lugar ocupado por Euclides da Cunha do próprio movimento euclidiano. Como assevera Regina Abreu (1998) o papel desses euclidianistas após a morte do autor é fundamental para a manutenção da atualidade não só de *Os Sertões*, mas de todo o pensamento de Cunha. Grêmios e semanas alimentam o mito em torno de Euclides, mito este que não se pode separar de todo das circunstâncias da sua morte, que estão no cerne do surgimento desses movimentos que perseveram até os dias de hoje, quase um século depois, em razão de um homem que é “um gênio que era um santo” (VENÂNCIO FILHO, 1940). E essa visão da genialidade e da santidade acaba por deixar passar detalhes de seu comportamento e de sua vida familiar, ainda que ele realmente não possa ser o culpado da própria morte.

Os ideais republicanos e o vasto conhecimento de Euclides deixam ao longe seus problemas matrimoniais e seu comportamento difícil, embora não seja possível desconsiderar a infelicidade do casamento e da vida pessoal – Ana dizia respeitar e admirar o escritor, mas não considerar possível viver com um homem com um humor oscilante e violento (ANDRADE, 2009) - dadas as circunstâncias de sua morte e seu embate com o amante da esposa, o jovem e viril campeão de tiro que, ao final, lhe tiraria a vida. Mas, em resumo, especialmente entre os euclidianistas, Cunha, *in memoriam*, tem sua obra tida como sacra, um dos epítetos de *Os Sertões* é “bíblia da nacionalidade” e como já foi apontado, suas ideias não chegam aos dias de hoje incólumes, e não há grande discussão acerca das falhas de seus trabalhos; e a sua memória considerada como santa (suas falhas como homem são esquecidas diante da traição sofrida que culmina com sua morte²⁴¹)

Com a morte de Francisco Venâncio Filho no início da década de 1940, seguiram para o Grêmio de São José do Rio Pardo²⁴² - SP todas as relíquias e documentação acerca de Cunha

²⁴⁰ Em carta endereçada a Olímpio de Souza Andrade em 31/08/1975, Carlos Drummond de Andrade comenta “Restaria ainda por agradecer esse serviço que você presta à memória de Euclides da Cunha, e que importa em dívida nacional para com o pesquisador incansável e o analista igualmente extraordinário da obra euclidiana em que você se converteu. Sim, meu caro, é preciso que alguém o proclame: a memória literária de Euclides encontrou, afinal, o zelador e revelador de que estava carecendo”. A carta é parte do acervo do Instituto Moreira Salles. (Disponível em <https://tinyurl.com/yjpx75ks>. Acesso em 10 mai 2019).

²⁴¹ Fazendo uso mais uma vez das palavras de Alberto Rangel (1919), “Euclides da Cunha, pela força do seu talento e da sua desgraça, deu-nos o ensejo de aprender os ritos da veneração no culto da saudade e da justiça, por sua memória bem-amada”.

²⁴² A cidade do interior de São Paulo ganhou fama por ter acolhido Euclides enquanto escrevia *Os Sertões*, porque ele trabalhou na construção de uma ponte na cidade, entre os anos de 1898 e 1901. Embora essa seja uma

em sua posse, por ser Rio Pardo considerada a meca do euclidianismo, o local ideal para o culto à sua memória (VENÂNCIO FILHO, 2001). Isso acaba por transferir o principal eixo do euclidianismo para o interior paulista, o que vai ser explorado no capítulo 4. Mas, para o terceiro capítulo, estabelecido aqui o lugar sagrado de Euclides entre seus amigos e confrades, o papel da sua obra, as circunstâncias de sua morte e os envolvidos mais próximos, pode-se analisar as consequências disso para sua família, e como Euclides emerge disso.

informação unânime entre os estudiosos do assunto, Anna de Assis insistia que o marido jamais escrevera naquele local (COSTA, 2002, p. 62; ANDRADE, 2009). Tornou-se local de forte atuação pela memória de Euclides da Cunha, tratado mais especificamente no Capítulo 4.



Imagem 19. Capa da Revista Diretrizes de 06 de novembro de 1941. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/163880/per163880_1941_00072.pdf. Acesso em 10 dez 2019.

CAPÍTULO 3 - NARRATIVAS EM SEGUNDO ATO: ENREDOS DA MEMÓRIA.

Quem definirá um dia essa maldade obscura e inconsciente das coisas,
que inspirou aos gregos a concepção indecisa da fatalidade?
Euclides da Cunha²⁴³

Nos dias e anos que se sucederam à “Tragédia da Piedade”, inúmeras vezes se levantaram a favor de Euclides, construindo uma narrativa elogiosa, quase hagiológica, sempre ressaltando as qualidades do falecido, construindo uma trajetória de herói e contribuindo para sua mitificação. A Dilermando não coube a mesma sorte, ainda que a justiça eventualmente o absolvesse do ocorrido. A verdade é que mesmo que tivesse matado Euclides faceando o perigo de perder a própria vida, ele matara mais que um grande nome da literatura, dera cabo também a um intelectual respeitado e jornalista, um colega apreciado de todos aqueles que, por dever do ofício, contaram ao mundo os desdobramentos daquele dia fatídico.

A Justiça absolveu Dilermando duas vezes, reconhecendo que ele agiu em legítima defesa, mas a imprensa, de modo geral, não se ateve a essa questão. Nomes ativos nos veículos de comunicação, como Afrânio Peixoto, Barão do Rio Branco e Coelho Netto, homens da República e membros de agremiações intelectuais como a ABL ou o IHGB (como Cunha), dedicaram-se a construir um Dilermando que era um assassino frio e calculista (CADENA, 2008), ao tempo em que pintavam um Euclides glorioso também na morte²⁴⁴, puro em seus ideais e puro em sua busca de manter a honra pessoal e familiar apesar das traições que sofreu:

E ali jazia o que restava do colosso defensor da natureza, poeta épico dos humildes, demarcador de fronteiras, o grande Euclides, caído em defesa de seu nome puro, morto covardemente, agarrado à honra como os mártires antigos morriam abraçados à cruz. (COELHO NETTO *apud* CADENA, 2008)

²⁴³ Em carta ao poeta Vicente de Carvalho (GALVÃO E GALOTTI, 1997).

²⁴⁴ E esse comportamento se repete quando da morte de Quidinho, a ponto de Dilermando ser incisivo, argumentando ser necessário procurar as primeiras notas para compreender o ocorrido, “antes de qualquer combinação ou arranjo para deturpar os fatos e pôr-me em situação diversa da verdadeira, exponhamos as ocorrências sensata e desapaixonadamente. É preciso que se considere e estime a animadversão sensível com que os comentadores – questão de partido – se puseram do lado do meu contendor. Essa parcialidade, manifesta, é edificante. Mas é concebível. Acho natural que, - homens da imprensa, literatos, êmulos quiçá do incomparável escritor patricio sucumbido – se pusessem abertamente do lado oposto, como disse, e as simpatias tendessem à parte contrária, ficando sempre, o meu nome, envolto no rancor e na aversão.” (ASSIS, 1916, p. 70).

Note-se que além de ter matado um jornalista, Dilermando, um militar, matara um civil em meio ao turbilhão de uma campanha civilista²⁴⁵ - cujo sucesso repousava, em muito, nos ombros da atuação da imprensa (GÓMEZ, 2008) – que pintava uma imagem amarga do exército e garantia a antipatia do público diante de um militar como Dilermando (DEL PRIORE, 2009).

Da mesma forma, não podemos divorciar todos esses fatos da (não tão) pequena questão: Dilermando mantivera uma relação amorosa com a esposa de Euclides por anos²⁴⁶, ela engravidara, parira os filhos de Dilermando e Euclides registrara esses filhos como seus. Teria Assis o direito de se defender dos próprios pecados? Teria o direito de salvar o próprio sangue? A justiça pode até ter dito que sim, mas, com o resto do mundo, não foi tão simples assim.

Os filhos de Ana e Euclides veem-se em um lugar difícil: entre a memória do pai e a convivência com a mãe. Em uma sociedade onde a noção de honra era tão arraigada e importante, diz muito a atitude de Sólon quando viu o pai morto: não tinha com ele uma relação afável, sabia da relação entre Ana e Dilermando e encontrava-se com eles na casa da Piedade quando o desfecho se deu. Mas, assim que viu o corpo do pai abatido pelas balas de Dilermando não teve dúvidas: puxou o próprio revólver disposto a enfrentar os irmãos Assis, que o desarmaram²⁴⁷ (GALVÃO, 2009).

Não errara Coelho Netto ao comparar a tragédia de Euclides com a *Oresteia* de Ésquilo²⁴⁸, pois se vê que como aconteceu com Orestes, os filhos do Euclides se veem cobrados a vingar a morte do pai²⁴⁹. Com o passar dos anos esse discurso não vai arrefecer²⁵⁰, ao

²⁴⁵ Expressão foi criada para designar a campanha de Rui Barbosa nas eleições presidenciais de 1910. Quando, em 1908, o então presidente Afonso Pena (1906-1909) indica o seu ministro da Fazenda, Davi Campista, como candidato à sua sucessão, não há consenso, assim, dividem-se todos em dois grandes grupos liderados pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Nem a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra de Afonso Pena trouxe consenso. O PRM apoiou Hermes, mas o PRP não, indicando o nome de Rui Barbosa para concorrer à Presidência. Era o embate entre a República da Espada e a República dos Bacharéis, e a espada venceu (Conforme informações disponíveis em encurtador.com.br/qsGHM. Acesso em 20 dez 2019).

²⁴⁶ Joel Bicalho Tostes (BRANDÃO, 2009), declarou que, para ele, o ocorrido na Piedade era 45% culpa de Ana e 45% culpa de Euclides, repousando 10% da responsabilidade sob Dilermando, o principal personagem na época. Tostes pondera que, no início do séc. XX, era de se esperar que um menino de pouco mais de 16 anos quase nada soubesse na vida, e que a realidade é que ocorreu um processo de sedução feito pela Ana, uma mulher bonita e sozinha.

²⁴⁷ O próprio Dilermando narra isso em seu segundo depoimento ao Delegado de Polícia, “Solon, do interior da casa, que vendo seu pai caído perguntou-lhe – “mataste meu Pai, ah” – e puxou um revólver, procurando fazer uso, não sabendo o declarante com que intenção, no que foi obstado por este que lhe tolheu os movimentos, até que chegara Dinorah que o desarmou” (GALVÃO, 2009, p. 101).

²⁴⁸ Ver as Considerações Finais.

²⁴⁹ Na mitologia grega, é Electra (a versão mais conhecida é a escrita por Sófocles), a furiosa filha de Agamenon e Clitemnestra, sedenta por vingança diante da morte do pai pelas mãos da mãe e do amante dela, quem leva o seu irmão, Orestes, a clamar a vida da genitora de ambos.

²⁵⁰ Em 2021 estreou, via *You Tube*, a peça *Anna*. Com texto inédito de Mário Viana e direção de Gonzaga Pedrosa, discute opressões exercidas pelo patriarcado a partir da “Tragédia da Piedade”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hPF-W7WtTps>. Acesso em 10 jul 2021.

contrário, vai reverberar de tal forma que Quidinho acaba por tomar para si o dever de salvar a honra do pai (e a dele próprio), atenta contra a vida de Dilermando e acaba morto. Um segundo ato de uma tragédia sem fim que acorda discursos e acende ódios e incompreensões. E mais uma vez a imprensa se volta contra Dilermando, também descarrega sua artilharia contra Ana. Mas, os ataques atingem Dilermando a tal ponto que vozes começam a se levantar em defesa dele, como a do advogado e jornalista Jackson de Figueiredo:

‘Dilermando de Assis só teve em redor de si a curiosidade infernal dos que procuravam rebaixá-lo em meio à tragédia monstruosa duas vezes representada. E a última vez, sabe Deus quais foram os encenadores’. Sem fazer concessões a Euclides, ‘que não era bom esposo’ ou à ‘caída’ dona Saninha, ‘adúltera pela força do abandono’, Figueiredo criticava o adultério, mas defendia ferozmente Dilermando: ‘Nos dois atos sangrentos, Dilermando de Assis matou defendendo-se, e por sua vez caiu ensanguentado, banhado no seu próprio sangue, pagando assim quase com a vida um erro com que outros passeiam em ostentação e cinismo. (DEL PRIORE, 2009, p. 132)

Em geral, os livros acerca da Tragédia da Piedade destacados neste trabalho acabam por nascer de uma guerra de narrativas, memórias e da defesa da honra (de Euclides, Ana e do próprio Dilermando), como foi colocado na introdução: Dilermando publica seu primeiro livro (*Um Conselho de Guerra: a morte do Aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho*, de 1916) porque não tem espaço na imprensa para sua defesa, publica seu segundo livro (*A Tragédia da Piedade*, de 1951) além da perene falta de narrativa, em resposta direta²⁵¹ à obra de Eloi Pontes. Dirce, a filha caçula de Dilermando, conta²⁵² que escreveu *O Pai* (1998) porque achou que o livro da irmã, Judith (*Anna de Assis, história de um trágico amor*, escrito em colaboração com Jefferson de Andrade, cuja primeira edição é de 1987) foi injusto com ele. Da mesma forma, a descendência de Euclides, a família Tostes, descontente com as memórias de Judith, com a colaboração de Adelino Brandão produz *Águas de Amargura* (1990). Elos de uma mesma corrente formada de memórias diferentes que às vezes se complementam e, na maioria das vezes, parecem ser contrárias.

Todas as obras reconhecem o merecimento do lugar destacado do autor Euclides da Cunha. Não há controvérsia quanto a sua importância ou o seu papel na construção nacional. Dependendo do dono da narrativa, é como se Euclides pudesse ser duas pessoas separadas: a

²⁵¹ O livro de Dilermando começa com uma “advertência”, e um dos itens diz “advirto, no entanto, que nele, Elói Pontes é um símbolo. Representa todos os meus inescrupulosos acusadores e aproveitadores do cadáver ainda hoje atribulado e sem repouso no sepulcro rendoso...” (ASSIS, 1951, p. 10).

²⁵² Em entrevista para o Dossiê Euclides da Cunha, da Revista do Livro da Biblioteca Nacional de 2009 (CAVALCANTI, 2009).

pública e a privada²⁵³. E no âmbito privado, para Dirce, ele é um fantasma que paira sobre o pai. Para Judith, um perseguidor da mãe, um impedimento para sua felicidade. Para os Tostes, um nome a ser protegido em sua totalidade.

É notável como as memórias tecem narrativas construídas para destacar justamente esses pontos. Dirce quer tirar do pai o papel de assassino. Judith quer destacar a importância da mãe no desenrolar dessa história, e, em segundo plano, reconhecer que o pai também era merecedor de paz²⁵⁴. A família Tostes quer corroborar a narrativa construída pelo judiciário e pela intelectualidade: a do mito republicano e literário que foi grandioso (também) na vida privada até o fim, cercado pela traição de quem lhe devia fidelidade e respeito.

3.1 Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha Filho: vingança em nome do pai.

Vingança, o bocado mais doce para a boca, foi cozinhado no inferno.

Sir Walter Scott

Euclides, agonizante em um leito na Piedade, murmurou “Perdão, intriga, calúnias” (VENTURA, 2003, p. 298) e morreu. Se a presença física do escritor estava finda, sua influência estava apenas por começar – e aqui sequer falamos de seu prestígio literário ou intelectual, embora a influência da vida na recepção da obra seja às vezes separada por uma linha tênue. E, nesse caminho que segue sem ele e sempre com/em seu nome, vê-se pouco perdão, alguma calúnia e uma constante intriga que culmina com a tragédia filha da tragédia: a morte de Euclides da Cunha Filho, o Quidinho, tentando lavar a honra ferida do pai.

Por depoimentos diversos, inclusive judiciais, como já se destacou²⁵⁵, entrevê-se uma dificuldade de relacionamento entre Euclides e Sólon, o filho mais velho. Angélica e Lucinda declararam em juízo, por exemplo, que Euclides, na véspera da tragédia dissera que Sólon saíra de casa após uma briga, sem pretender voltar, uma vez que o gênio dele e do pai seriam incompatíveis (GALVÃO, p. 2009). Del Priore (2009) e Eluf (2009) narram os conflitos entre o pai e o filho mais velho, que acabou se aproximando de Dilermando e Dinorah (Dilermando

²⁵³ Dilermando fala sobre isso no seu “Tragédia da Piedade”, quando fala dos ataques que sofreu de Euclides (de dos quais se defendeu), “removerei suposta incompatibilidade de uma ação tão violenta como a posta em prática pelo Dr. Euclides, com a manifestações de seu talento e de seu modo de vida, para muitos de seus ‘amigos’ inacreditável; porque esta idéia e esta convicção ainda são robustecidas pela diferença da posição social que nos distanciava” (ASSIS, 1951, p. 75).

²⁵⁴ Judith fala a Andrade (2009, p. 66), “não aceito esta condenação. Estou aqui para contar a vida de minha mãe e afastar para sempre esta monstruosidade que fizeram com ela [...] E a meu pai, também justiça. Ele foi absolvido pelos tribunais.”

²⁵⁵ Ver p. 130, por exemplo.

era 4 anos mais velho que Sólon). Mas, essa relação que era próxima e afetuosa, encontrou na Piedade o obstáculo da honra. Andrade (2009) afirma²⁵⁶ que Ana era chantageada por Sólon, que exigia dinheiro em troca do seu silêncio sobre as relações extramaritais da mãe. O *Jornal do Comércio* de 11 ago 1909 aponta o envolvimento de Sólon na relação adúltera da mãe: “Certo destes antecedentes, tive a evidência de que D. Anna, Dilermando, Dinorah e Solon estavam na intimidade das relações adúlteras entre Dilermando e D. Anna Cunha, e formavam em torno do esposo ultrajado um cordão vigilante e protetor que o isolasse e impedisse de defender sua honra”.

Sobre a relação de Euclides e Quidinho tampouco há informações detalhadas, mas se sabe que o filho seguiu os caminhos do pai buscando uma formação militar (era aspirante da marinha quando morreu) e uma carta de pai para filho, de 12 de junho de 1908²⁵⁷, mostra que Euclides, como seu próprio pai fizera com ele, ressalta ao filho a importância de seguir na linha reta. Ele diz a Quidinho “desejo-te felicidades [...] que continue bem-disposto a andar direitinho nos teus atos”.



Imagem 20. Ana, Sólon e Euclides Filho, no quintal da casa de São José do Rio Pardo em 1900. Sem autor informado. Reprodução Euclidesite. Disponível em <https://euclidesite.com.br/fotografias-de-familiares/>. Acesso em 01 fev 2022.

Com efeito, Quidinho parecia ser mais próximo de Euclides do que Sólon. É interessante a observação da reportagem do *Jornal do Comércio* por ocasião da morte do escritor²⁵⁸:

²⁵⁶ Angélica Ratto, em depoimento ao delegado, afirmou que ouviu da própria Ana que esta era constantemente ameaçada por Sólon, que sabia das relações entre ela e Dilermando e sempre lhe pedia dinheiro (GALVÃO, 2009, p. 69)

²⁵⁷ Datada de 12 de junho de 1908, a carta é parte do acervo da Coleção Euclides da Cunha da Biblioteca Nacional (RJ). Disponível em. <http://objdigital.bn.br>. Acesso em 10 nov 2018.

²⁵⁸ Acerca desta notícia, o mesmo jornal, no dia seguinte, estampou a seguinte notícia: “Do Sr. Solon Cunha, filho mais velho do malogrado Euclides, recebemos ontem este telegrama, expedido de Copacabana: ‘Não fui ver Dilermando, como dizeis; só irei para vingar-me.’” (*Jornal do Comércio*, 20 ago 1909).

Os dois filhos mais velhos do malogrado escritor Euclides da Cunha encaram o triste acontecimento de maneira bem diversa. Solon, de 17 anos, ontem procurou visitar Dilermando na sua enfermaria no Hospital Militar. Euclides, de 14, acha-se extremamente acobalhado com a catástrofe, que feriu a sua família. Euclides diz repetidas vezes que o seu maior desejo é encontrar por sua vez um miserável que lhe dê também um tiro, porque “assim irá fazer companhia a seu pai.” (*Jornal do Comércio*, 19 ago 1909).

No ano de 1916 Dilermando seguia um homem livre, sempre prisioneiro da Piedade. Ele e Ana, casados desde 1911, enfrentaram problemas a rodo: Sólón, o primogênito de Ana e Euclides, foi assassinado no Acre no mês de maio. Em junho, Manoel Afonso, o caçula de Ana e seu falecido marido, fugiu da casa de seu tutor²⁵⁹ e foi bater na casa da mãe, pedindo para ali permanecer. Por esta razão, Assis se viu às voltas com o Cartório do 2º Ofício da 1ª Vara de Órfãos do Rio de Janeiro, onde pretendia se inteirar do andamento do processo de tutoria do menino, no dia 04 de julho do mesmo fatídico ano.

Dilermando consultava o processo e pedia informações aos servidores presentes quando, ouvindo um estampido, viu-se ferido por uma bala. Na confusão que se seguiu²⁶⁰, em espaço fechado e pequeno, as balas continuaram fazendo com que ele deixasse a sala do cartório, buscando a rua. O seguiu, firme no propósito de atingi-lo fatalmente, o aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho²⁶¹. Dilermando, vendo-se ferido, acuado e em perigo, reagiu²⁶² e atirou (ASSIS, 1916). Aliás, em depoimento, discorrendo sobre o enfrentamento entre ele e Quidinho, traz a baila a já aqui discutida questão do pundonor²⁶³:

[...] que sendo a sua posição muito crítica, pois achava-se como que *encurralado*, cercado entre a aludida grade à frente, vão de uma escada e parede lateral à esquerda, uma mobília à retaguarda e seu agressor à direita, portanto, muito a feição para ser plenamente sacrificado e, além de tudo, lembrando-se que se tratava de um filho de sua esposa, o que quer dizer, um irmão dos seus próprios filhos, - levando por estas considerações e acreditando haver nisso sacrifício de seu pundonor, procurou retirar-se, afastando as peças do mobiliário e dirigindo-se para a porta da rua a passos rápido, sem, no

²⁵⁹ Nestor da Cunha, primo de Euclides, foi nomeado tutor de todos os filhos do escritor quando este morreu, e sempre se manifestou contrariamente às relações entre Ana e seus filhos com Euclides (ASSIS, 1916, p. 22). Quando Manoel procura a mãe, ele diz que o tutor a acusava de ser assassina do pai e do irmão (DEL PRIORE, 2009).

²⁶⁰ O *Jornal do Brasil* de 05 de julho noticiou: “houve em pleno cartório uma debandada quase geral, procurando cada um se colocar ao abrigo da pontaria de um revólver fumegante” (ASSIS, 1916, p. 29).

²⁶¹ Narrou que ao olhar de relance pôde ver, recuando, um vulto trajado de escuro, distinguindo um espadim, e que apesar de não poder ver o rosto do perpetrador, “presumiu tratar-se do aspirante Euclides da Cunha Filho: - era o único aspirante de Marinha que podia tentar contra sua existência, dados os precedentes já remotos deste epílogo”. (ASSIS, 1916, p. 16).

²⁶² A autodefesa vem de um instinto primitivo de conservação, qualquer um que tiver a própria existência ameaçada vai automaticamente se proteger – é o último instinto a abandonar uma pessoa – uma prescrição da lei natural, segundo Cícero, “uma lei sagrada, lei não escrita, mas que nasceu com o homem, lei anterior aos legistas, à tradição, aos livros, e que a natureza nos oferece gravada em seu código imortal” (LADEIRA, 2008, p. 21).

²⁶³ Vide notas 67 e 71.

entanto, correr, pois esse era o único caminho que lhe ficava à mercê para esquivar-se à agressão, na esperança de que, tantos homens havendo naquele recinto, algum se interpusesse e evitasse a consumação do atentado. (ASSIS, 1916, p. 16).

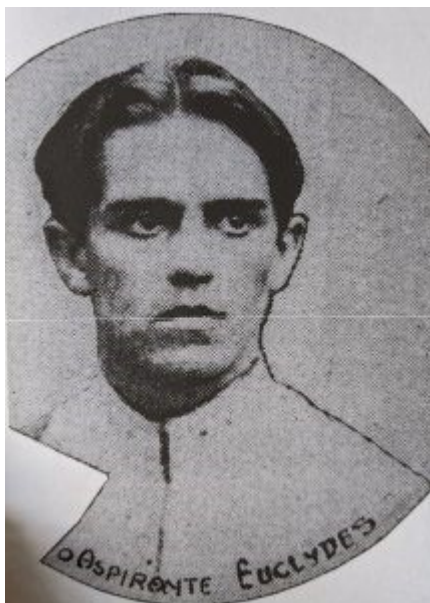


Imagem 21. Euclides da Cunha Filho, aspirante da Marinha. Sem data e sem autor informados. Reprodução Euclidesite. Disponível em <https://euclidesite.com.br/fotografias-de-familiares/>. Acesso em 01 fev 2022.

O que se vê no encontro de Quidinho e Dilermando é uma colisão de expectativas, até mesmo de honras. Dilermando infringiu regras sociais ao se relacionar com uma mulher casada, Euclides tinha o direito moral (segundo se entendia na ocasião) de cobrar a honra enxovalhada, Dilermando tinha o direito de se defender. Ao final, Euclides falhou e Assis sobreviveu. O filho de Euclides, ainda dentro os ditames de então, viu-se na situação²⁶⁴ de ter que resgatar a honra paterna, especialmente diante do fato de que o algoz de Cunha se casara sua viúva e com ela não só tivera filhos como agora pretendia ter debaixo de seu teto os filhos do homem que traíra e matara. Sobre isso, é o que conclui Assis:

[...] é fácil provar que seus sentimentos filiais de tal rumo o desviavam. Sua índole mesmo e todas as suas inatas qualidades morais talvez o fizessem recuar ante a lembrança de tão comprometedor empreitada. A sociedade, esta sim, torcendo esses sentimentos, forçando-lhe a natureza, coagindo-o, arrastou o ao crime e à morte. Ao crime é de dizer-se porque momentos antes de ser a *vítima* ele era o *criminoso*. (ASSIS, 1916, p. 61).

²⁶⁴ Quidinho não o fez sem ciência do desfecho que poderia encontrar – como ocorreu. Joel Tostes conta que “Quidinho premeditou o encontro com Dilermando e morreu a 16 de julho de 1916. Ele deixou uma carta de despedida, um bilhete relacionando todas as pessoas a quem ele devia, e o dinheiro para pagá-las” (COSTA, 2002, p. 57).

Para Dilermando a questão era, mais uma vez, de defesa: ela tinha o direito de defender a própria existência, e o judiciário até mesmo tinha assegurado a correção de seu comportamento. Mas, Dilermando também sabia que a opinião pública²⁶⁵ era uma espectadora menos técnica e mais apaixonada, e não veria assim (mais uma vez) a situação. Ele tinha, mesmo que a contragosto de muitos, laços com os filhos de Euclides – ele pesou a sua honra pessoal, o seu direito de se defender, com a possibilidade de dar às costas a cobrança de Euclides Filho. Mas, ao final, não lhe foi possível escapar do destino sem ferir de morte os próprios princípios – e como o campeão de tiro que era, mesmo ferido acertou fatalmente Euclides Filho:

[...] que ainda pelas costas fora alvejado, razão por que, sentindo-se já bem mal e esgotadas as esperanças de socorro, quer por parte da força pública, quer das pessoas presentes, e conhecendo a iminência do perigo em que estava a sua vida e refletindo em que não podia mais prolongar aquela esquivança para o seu nome de militar, pois não lhe podia ser exigido correr, o que revelaria pusilanimidade incompatível com a farda e corresponderia à sua morte moral, ao pleno desdouro e quebra de seu brio, reconheceu a necessidade de agir por suas mãos no sentido de evitar a continuação do ataque. (ASSIS, 1916, p. 17).

Ao defender Dilermando perante o Conselho Militar²⁶⁶, Evaristo de Moraes lembrou²⁶⁷ que não se tratava apenas da reação de uma pessoa agredida, mas da reação de um homem ferido mortalmente, “em cujo organismo se operavam fenômenos depressivos e perturbadores de inegável gravidade e de alta significação refletindo na sua inteligência e na sua vontade.” (*Jornal do Comércio*, 18 set 1916).

Os nomes Cunha e Assis mais uma vez voltaram às páginas dos jornais para contar uma história de honra, sangue e tragédia. E talvez o impacto fosse maior porque o filho a buscar vingança pela morte do pai era aquele que também carregava o seu nome. A imprensa se levanta com toda a força ao divulgar o caso. E esse é o depoimento do próprio Dilermando:

Herói, bravo, digno, bom, morigerado, honrado, distinto, desditoso, e tudo mais quanto de superlativo há nos belos qualificativos que se apõem ao nome, talvez mais do que por ninguém por mim venerado, de Euclides Filho. Monstro, miserável, assassino, bandido, degenerado, criminoso, desleal,

²⁶⁵ Acerca das atribuições que enfrenta ainda no calor do momento do ataque de Quidinho, Dilermando, em sua defesa escrita, expõe, “há ímpetos de revolta ao simplesmente pronunciar-se o meu nome. Todos em geral blasfemam laconicamente contra mim. Estabelece-se uma corrente de antipatia, premente intensa, ao passo que uma atmosfera de dó envolve a pessoa do meu contentor. Alguém reclama a assistência do médico para o meu adversário, tendo este de responder que agia sem paixão atendendo primeiro ao mais gravemente ferido”. (ASSIS, 1916, p. 32).

²⁶⁶ Tratava-se de crime envolvendo dois militares, considerando, assim, da alçada da justiça própria.

²⁶⁷ Diante da sentença absolutória, houve recurso ao Superior Tribunal Militar, que confirmou a decisão de primeira instância, declarando que “um organismo ferido de morte, em quase desfalecimento, reage irregularmente sobre o que o rodeia e assim sem condições de medir a reação... com os fundamentos aludidos, negando provimento à apelação e confirmando a decisão proferida pelo Conselho de Guerra, mandam que o réu seja posto em liberdade” (ASSIS, 1916, p. 161).

covarde, sicário, facínora – que sei mais! – é como me tratam desenvoltamente e sem rebuços. O andor e o altar, o pedestal, o céu para Euclides, cercado de anjos, adorado pelos santos, venerado pelos *amigos*. Para mim – a enxovia. (ASSIS, 1916, p. 11).



Imagem 22. Fac Símile de manchete na capa da Gazeta de Notícias de 06 de julho de 1916. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 30 jan 2020.



Imagem 23. Fac Símile de manchete na capa do Jornal O Paiz, sem data. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/bau-do-esporte/noticia/2012/11/historias-incriveis-tiro-de-euclides-da-cunha-desgracou-jogador-do-bota.html>. Acesso em 30 jan 2020.

É a revista *Careta* (nº 420, de 08/07/1916) que traz a notícia de forma mais impactante, ao estampar, em sua primeira página, imagens de um ferido Dilermando e um inerte Quidinho. Abrindo o texto, emoldurado pela tragédia fotografada, um parágrafo intenso, “afogado em seu nobre sangue, manchando-se com o sangue de uma vingança, o digno herdeiro do ardente brio de Euclides da Cunha morreu matando, na clara idade dos vinte anos”.



Imagem 24 Revista Careta nº 420, de 08 de julho de 1916. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 06 mar 2020.

A opinião pública e os jornais se revoltaram, especialmente porque houve uma longa discussão de que Dilermando teria atirado em Quidinho a queima-roupa (fica esclarecido que Euclides Filho atirou cinco vezes e Dilermando revidou com as três balas que tinha em sua arma), enquanto este estava caído no chão. Assis, em sua defesa escrita, atribui isso à visão que todos têm dele – a de um assassino sem dignidade (ASSIS, 1916) e, por fim, transcreve a notícia publicada pelo jornal *Imparcial* de 06 jul 1916, que tenta esclarecer os fatos:

Segundo aquele facultativo, a necropsia *não encontrou vestígios formais* pelos quais se pode afirmar ter sido o *tiro desfechado a queima-roupa, e, de cima para baixo em ocasião em que a vítima estivesse tombada ao solo*, embora não haja dúvida do malgrado Aspirante ter recebido a bala na ocasião em que se achava de costas. A trajetória da bala é tão especial *que admite diversas hipóteses*, mas o que se pode supor com segurança, concluiu o Dr. Antenor Costa, é que o tiro foi dado a distância. (*apud* ASSIS, 1916, p. 41).

O jornal *A Rua* de 05 jul 1916 também busca elucidar as circunstâncias, inclusive entrevistando o médico perito:

[...] O Aspirante Euclides recebeu *três* tiros. O primeiro atingiu-o no abdômen espoliando apenas ligeiramente a pele. O segundo foi no flanco esquerdo e também, apenas escoriou a pele. Estes dois ferimentos, pela sua natureza e sede, não produziram a morte do menor, *podendo ele perfeitamente locomover-se*. Daí o acreditar-se que o terceiro tiro que o alcançou no limite superior da nuca, penetrou no crânio e atravessou o encéfalo, vindo a produzir a morte, *foi dado no momento em que ele se virava* (*apud* ASSIS, 1916, p. 42).

O que se pode inferir dessas declarações é que Dilermando, mesmo ferido e buscando se salvar, seguiu sendo um homem treinado para combater sob pressão e com excelente técnica: atirou primeiro para impedir novo ataque, sem arriscar feridas fatais, mas, ao fim, diante da possibilidade de Quidinho se virar e mais uma vez o atingir, fez o que precisava para poupar a sua própria vida. Acerca disso, essa foi a notícia do jornal *A Noite*:

Dilermando, já ferido, afastava-se para a porta de saída, continuando a ser alvejado por Euclides, que descarregava sucessivamente a arma. Já na calçada, Dilermando retornou, porém, para o interior, então também de revólver em punho, travando-se um verdadeiro e emocionante duelo. (Jornal *A Noite*, 04 jul 1916).

É na defesa de Evaristo de Moraes (que mais uma vez acompanhou Dilermando a um tribunal), reproduzida pela imprensa (como a documentação deste processo desapareceu, só é possível utilizar transcrições feitas em outras obras, no caso, o livro do próprio Dilermando, e pela imprensa), que se vê uma ponderação interessante sobre as circunstâncias daquele dia:

[...] ora, por mais rigoroso que se pretende ser, julgando o tenente Dilermando de Assis, não se pode desconhecer:

1º) que ele tinha sérios motivos para sentir a sua vida em perigo, quando, já gravissimamente ferido, buscava a porta e era ainda alvejado pelo agressor, que ninguém continha;

2º) que não se lhe apresentara, ao espírito, naquela ocasião, outro meio de escapar à morte, diverso do que empregou;

3º) que ele não estava apenas emocionado, mas, sim, completamente perturbado, em razão das graves lesões recebidas, das quais quatro, porém, eram mortais.

Não cremos haja aí quem pense na possibilidade de fuga para escapar à agressão. Em primeiro lugar, cumpre ter em vista que o primeiro tiro fora disparado com surpresa e os três seguintes enquanto Dilermando não se tinha armado e estava à mercê do agressor. A fuga não mais evitaria, pois, a efetuação do dano à integridade física do agredido. Mas a lei e a doutrina, em verdade, não aconselhavam a fuga em homem nas condições do acusado. (*Jornal do Comércio*, 28 set 1916).

Os anos formativos de Quidinho se deram longe de qualquer estrutura familiar, em colégios internos. Passou anos tanto no colégio interno quanto na Escola Militar ouvindo²⁶⁸ sobre a necessidade de vingar a morte do pai, lavar a honra da família. No Colégio Granbery, em Juiz de Fora (MG), onde foi interno, abundavam os grêmios literários, e a admiração pelo seu falecido pai (DEL PRIORE, 2009). Essa circunstância se traduziu em um julgamento das pessoas por qualquer relação que Quidinho pudesse manter com o padrasto, e até mesmo com a mãe, a quem pedia que não lhe visitasse, “vindo aqui poderão os espíritos obnubilados

²⁶⁸ O próprio Dilermando de Assis declarou ao Tribunal Militar que, na ocasião da morte de Euclides pai, “ainda preso [...] teve ocasião de saber que amigos, parentes e até mesmo homens da Imprensa despertavam nesses rapazes, estimulando-os, ideias e desejos de revanche pela morte de seu pai.” (ASSIS, 1916, p. 21).

falarem. Dirão que dou-me com o assassino de meu pai, pois estás casada com ele. ” (DEL PRIORE, 2009, p. 109).

Quando Euclides Filho ingressa na vida militar essa cobrança não se abranda – ao contrário, o que o afasta em definitivo da mãe e de sua família, e desperta nela amargura, que o acusa de ter “infringido o preconceito imposto pela dignidade [...] traindo suas relações filiais e acovardado pelo bater língua” (DEL PRIORE, 2009, p. 110). Os filhos de Euclides passaram muitos anos separados, entregues aos cuidados de parentes e amigos do falecido pai, essencialmente em razão das circunstâncias da morte deste. Dilermando lança luz sobre os caminhos dos mais velhos:

[...] após a morte do Dr. Euclides da Cunha tomou a seu encargo a subsistência de seus filhos e mãe destes até o ano de 1911; que neste ano, reconhecendo, por diversos motivos, a inconveniência de permanecerem, em sua casa, com prejuízo próprio, já para sua educação, já para sua instrução [...] algum tempo depois foram os mais velhos, Sólon e Euclides, confiados, respectivamente, aos cuidados dos Srs. Drs. Cândido Mariano Rondon e José Carlos Rodrigues [...] Sólon seguiu para o Mato Grosso, a trabalhar na Comissão de Linhas Telegráficas e Euclides foi internado no Granbery, colégio de Juiz de Fora”. (ASSIS, 1916, p. 21).

Em outras declarações²⁶⁹, Dilermando voltou a falar sobre a sua relação com os enteados, especialmente Quidinho:

Após a morte de seu pai ainda o vira várias vezes. Sim. Vira-o em começos de 1911, quando se retirava de uma visita à sua mãe. Vira-o em fins de 1910, em minha casa, quando, doente, lhe proporcionava remédios e o acalmava com palavras de conforto. Estava muito nervoso, tinha visões, terror noturno. De 1912 para cá não mais o vi, sendo as últimas notícias suas obtidas por uma carta em que pedia a minha mulher não mais escrever-lhe, visto ter que vir para o Rio e não querer ser com isso prejudicado na sua carreira e em seus interesses, dado impor-lhe a sociedade de renegar aquela que lhe dera o ser. (ASSIS, 1916, p. 50).

A vida de Quidinho se desenvolvia em torno de interesses e valores da família, da honra, do militarismo, ouvindo sempre sobre o absurdo de quedar-se inerte diante do enorme desrespeito que era Ana ter se casado com Dilermando e ele ser o responsável pela educação de Manoel Afonso, filho do homem que ele matara. Conviver com o padrasto seria destruir mais uma vez a honra do pai. Não vingar a morte do pai seria não ter honra própria. A ele foi cobrado o mesmo que fora do pai: que atendesse às suas obrigações de homem, que mostrasse a todos que não aceitava aquela quebra de contrato, de protocolo, de forma passiva. Ao homem

²⁶⁹ Segundo Dilermando, na ocasião da morte de Euclides Filho ele foi procurado pelo Jornal do Brasil para uma entrevista, que nunca foi publicada. Ele a transcreveu no livro que escreveu sobre a morte do enteado (ASSIS, 1916).

cabia a ação. Salvar a sua honra era agir para limpar a honra paterna, que sua mãe falhara em guardar.

3.2 Memórias de família e as construções das narrativas da Piedade.

Quando um homem bom é ferido, todos os que seriam chamados de bons devem sofrer com ele.

Eurípedes

A “Tragédia da Piedade” influenciou a vida familiar dos Cunha e dos Assis de uma forma peculiar, dividindo-os em dois grupos como se entre eles não houvesse um denominador comum: Ana. Os filhos de Euclides pertenciam ao pai²⁷⁰, os filhos de Dilermando pertenciam a Ana. E, a esses grupos, de certa forma se junta a filha que Dilermando teve ao se separar de Ana, cuja vida também acaba influenciada pelas consequências daquele agosto. E todos eles fazem uso da literatura para apresentar as suas defesas, essas três obras tecem uma história que é mais de desgosto do que de alegria, de uma desesperança esperançosa que não traz um final feliz. E tratam de aspectos mais pessoais e emotivos de uma narrativa que, vista a partir da face pública de Euclides, é tecida pelos artífices da república em sua perspectiva teórica, formadora: jornalistas e intelectuais que trabalhavam pela narrativa de um novo país, como Cunha o fizera – e o local que ele ocupa após sua morte segue a serviço desse papel, daí a atuação deles na defesa da memória do escritor.

Judith de Assis é deveras²⁷¹ assertiva em sua afirmação de que Ana era uma mãe prestimosa, “fomos criados e educados por Anna de Assis, que se mostrou uma supermãe. Somos testemunhas de sua vida à beira do fogão, de luta e abnegação pelos filhos” (ANDRADE, 2009, p. 238). Não cabendo juízo de valor quanto ao comportamento de qualquer dos envolvidos, cumpre lembrar que, como já foi apontado algumas vezes ao longo do texto, Ana não tinha o comportamento padrão das mulheres da sua época, e considerando-se a importância dada no papel da mulher na educação dos filhos e condução do lar, é difícil

²⁷⁰ No fim da vida Ana deu uma entrevista ao Jornal Diretrizes, logo após entrevista concedida ao mesmo veículo pelos filhos de Manoel Afonso, ou seja, seus netos. No entanto, na entrevista de Ana é possível ler, “Dona Anna de Assis leu a entrevista que Norma, neta de Euclides, concedeu a *Diretrizes...*” (ANDRADE, 2009, p. 214). Vide nota 286.

²⁷¹ Quando da morte de Ana, Judith procurou a redação da *Revista da Semana e*, segundo sua própria informação, dissertou sobre a mãe e seu passado por horas, o que resultou em uma nota chamada “Anna Sólon de Assis”, onde é possível ler “Dona Anna Sólon de Assis, que trouxera no seu destino o signo da tragédia e do sofrimento, morreu em fins de maio último, deixando no seio da família desolada um dos maiores exemplos de dedicação materna diante das contrariedades da vida: o exemplo da virtude, da coragem para trabalhar para nutrir e educar os filhos pequenos e encaminhá-los na vida, a maior glória de uma mãe [...]” (ANDRADE, 2009, p. 225).

conciliar o comportamento registrado na documentação com o de uma mãe que fosse vista como sem defeito, inclusive pelos filhos, especialmente filhos homens que lidavam com as consequências, em um mundo masculino, machista e cheio de códigos de honra, da morte do pai diante da traição da mãe – sofriam pressões regularmente para que vingassem a morte do pai e não reconhecessem a existência da mãe (DEL PRIORE, 2009). Sobre essa escolha da mãe, Judith discorreu:

Nunca ninguém percebeu que, aos quatorze anos de idade, a menina Anna Emília participou das reuniões em que se tramou a Proclamação da República do Brasil [...]. Foi ouvindo aqueles doutos e sábios senhores que a menina Anna Emília aprendeu que, se os homens governam os destinos da história, deveriam saber também determinar a direção de uma vida. E se o coração masculino apenas se preocupa com a liberdade e a independência, o da mulher também se dedica ao amor. Ela pode ser romântica, jamais débil, impulsiva sim, porém sempre inteligente, audaz. E revolucionária quando e onde preciso for. A mulher Anna Emília recordaria os ensinamentos filosóficos [...] e trataria de colocar em prática, em benefício de sua vida e sua paixão pelo jovem cadete Dilermando de Assis [...] (ANDRADE, 2009, p. 246).

Diante de um casamento infeliz, a história narrada pela filha de Ana e Dilermando mostra uma mulher disposta a assumir os riscos necessários para se ver livre da união com Euclides. Andrade (2009, p. 25) lembra que “as desavenças domésticas surgidas logo nos primeiros anos de casamento, nunca se constituíram segredo²⁷²” e que Ana, sendo uma mulher independente, “quis muito mais do que ser uma submissa esposinha” e “jamais deixou de ser uma mulher sonhadora, apaixonada e romântica” (ANDRADE, 2009, p. 29). Tentou se separar de Euclides por algumas vezes, como aqui já foi destacado, mas, diante da intransigência do marido, considerou até mesmo ausentar-se ela própria do Rio de Janeiro. Conta Judith (ANDRADE, 2009, p. 51) que Alquimena, irmã de Ana, tinha uma viagem marcada para Roma na segunda quinzena do mês de agosto de 1909, e que sua mãe viu ali uma oportunidade de se ausentar e comprou passagem (para si e para Luís, o filho caçula), planejando acompanhar a irmã.

Andrade também conta que nos dias anteriores a sua morte, Euclides teve ciência dos planos de viagem de Ana e fez todo o possível para dissuadi-la:

Anna temia retornar à sua casa. Ela se apavorou com o desespero e desvarios assustadores de Euclides da Cunha quando ele soube da viagem da esposa para a Itália, na terça-feira. Anna fugiu aos movimentos insanos do marido e seguiu

²⁷² Andrade (2009, p. 31) transcreve carta de Manoel Rodrigues Pimenta ao filho Euclides, na qual ele se queixa: “nada me disseste, eu compreendi somente que havia falta de confiança, mas, como esta não se impõe a ninguém, retirei-me daí apressadamente e contrariado, não só por isso, como também pela forma estranha como trata tua mulher e filhos, sobretudo a Solon, a quem mais estimo. Pensei que o trato que tens feito e sobretudo os meus conselhos tivessem modificado a tua maneira de viver, mas encontrei os mesmos destemperos, a mesma desordem de outrora.”

para a casa da mãe, em São Cristóvão. Euclides foi buscá-la. Discutiram. Ele queria sua volta ao lar, a reconciliação, ao mesmo tempo que, entre ameaças e imprecações, considerava-a adúltera e indigna de permanecer ao lado dos filhos. [...] Anna combinou os detalhes da viagem com a irmã e se decidiu por refugiar-se em Piedade. (ANDRADE, 2009, p. 69).

Não conseguiu. Ana partiu para a Piedade e Euclides, ao segui-la de arma na mão, selou não só o destino trágico dos três, mas os papéis que seus descendentes assumiriam nos próximos anos. Sólon encontrando uma morte trágica tão longe de casa, Quidinho encontrando uma morte tão igual à do pai. Manoel Afonso, criado longe da mãe e sem uma família próxima por tantos anos. Os filhos de Ana e Dilermando, segundo eles mesmos, “olhados como filhos de um assassino e de uma mulher infiel, traidora. Filhos de uma mulher vaidosa, doidivas” (ANDRADE, 2009, p. 238). E Dirce, a filha de Dilermando, julgada pelo pai que teve e pela mãe que não teve, “a quem me conhecia não só causava espanto eu ser a filha dele, mas também o não ser filha de sua mulher [...]. Eu era, portanto, a prova do adultério do homem que não tinha o direito de prevaricar.” (CAVALCANTI, 1998, p. 132).

Manoel Afonso²⁷³ tornou-se adulto sem influência direta do pai ou dos irmãos mais velhos, mas os seus descendentes mostraram-se defensores da memória de Euclides, de sua honra, tanto quanto Quidinho ou mesmo Sólon. Joel Tostes abre a obra de Adelino Brandão de maneira enfática:

Este é o desmascaramento de um livro medíocre, “Anna de Assis – História de um Trágico Amor”, publicado em 1987, com a visível intenção de enodar a memória de Euclides da Cunha e sua família, além de injuriar, difamar e caluniar. [...] Por isso, não poderíamos deixar sem resposta procedimento tão indigno, colocando este trabalho ao lado daquele, nas bibliotecas e nas estantes, para todo o sempre. (BRANDÃO, 1990, p. 9).

A família Cunha cita documentação judicial e depoimentos, além de transcrever cartas, inclusive algumas supostamente escritas pela pena de Ana. Contudo, não há qualquer referência bibliográfica da consulta dessas cartas (da mesma forma que Judith, na verdade), ou fac símile delas, de modo que, por se tratar de um trabalho de memória familiar, aqui se reproduz o alegado, mas fica a ressalva²⁷⁴. Brandão (1990) é enfático ao apontar que *Anna de Assis*:

²⁷³ Apesar dos descendentes de Manoel Afonso, chamado pela família de Afonsinho, estarem firmemente plantados no campo de defesa de Euclides, Judith descreve uma relação afável com o meio irmão, com diversos encontros ao longo da vida, “o fato de Anna de Assis se dedicar aos cinco filhos com Dilermando não significava que Manoel Afonso vivesse totalmente afastado da mãe ou que nutrisse por ela e pela nova família alguma espécie de aversão” (ANDRADE, 2009, p. 166).

²⁷⁴ A ressalva da documentação vem do fato de que tanto Brandão quanto Assis tomam o cuidado de apontar que consultaram sim a documentação oficial (como o processo-crime), além de biografias, cartas, etc.

história de um trágico amor é uma repetição do livro de Dilermando, *A Tragédia da Piedade*, reproduzindo, segundo ele, os mesmos equívocos sem comprovação.

A construção da narrativa a partir dessa documentação é feita para contestar as alegações de Judith de Assis – e, ao fim, do próprio Dilermando. Argumento após argumento transcrito e rebatido. Por exemplo, Brandão (1990) argumenta que Dilermando tinha uma obsessão em “não reconhecer as razões morais da reação de Euclides”, inclusive ao insistir em sua loucura. O que, segundo ele, não encontrava guarida em nenhuma prova médica²⁷⁵. Com efeito, a alegação da loucura de Euclides é enfaticamente contradita:

Com base não sabemos em quê, a biógrafa de Anna de Assis diz que ‘Ela confessou aos filhos que os últimos anos de vida ao lado do escritor foram desesperadores. Não havia elementos para provar, mas percebia que certos atos de Euclides eram totalmente insanos’.

Não é de se aceitar a versão. E, principalmente, não é de acreditar que D. Anna tivesse dito isso. Se o tivesse feito, a ‘insana’ seria ela. O que não foi. O mais certo é admitir uma interpretação comprometida dos autores, querendo mais do que tudo a fazer o leitor acreditar que Euclides era um “louco” ou estava ficando louco. Daí vem aquela baboseira já não mais aceita pela psicologia de profundidade, a caracterologia, a psicologia da personalidade e a psicopatologia modernas de que gênio e loucura são irmãs gêmeas. (BRANDÃO, 1990. p. 153).

Aqui, o que se vê é que, de um lado Judith busca justificar o desespero de Ana em um relacionamento com uma pessoa que ela considerava instável, e Joel Tostes apontando que não havia nenhuma instabilidade senão o próprio comportamento de Ana, que não foi digno de seu tempo e de seu relacionamento, segundo a família Cunha. Aqui, mais uma vez, se destaca o cisma: a família de Euclides não é a família de Ana. Eles falam dela como se ela fosse uma entidade a parte. O que ela, de fato, se torna.

Outra questão fartamente discutida na imprensa e no processo-crime visitada por Brandão é a da amizade entre Dilermando e Euclides. O primeiro negava qualquer proximidade maior ou relação de afeto entre eles. Brandão (1990), transcrevendo carta de Euclides endereçada a Assis, usa o fato de que Cunha usa um termo informal, “você”, para se dirigir ao jovem militar, como prova da liberdade e proximidade que havia entre eles. Mas o pouco conhecimento de ambos é, na verdade, uma das bases da defesa de Evaristo de Moraes, defensor de Dilermando no júri.

A narrativa de Tostes é a que mais pode se beneficiar do trabalho das agremiações e o próprio processo judicial, uma vez que, ao final, dadas as diferenças de narrativa, as circunstâncias de produção ou mesmo os seus fins, eles têm um objetivo em comum: a boa

²⁷⁵ Conforme se vê do discutido na p. 115/116 isso não é exato.

memória de Euclides, mesmo que em detrimento de Ana – essa parte da família para sempre perdida para ela.

Dirce, a filha que não era de Ana, começa a sua narrativa como a adulta ciente do peso sob os ombros do pai (e, por conseguinte, da mãe, que escolheu fazer a vida com ele, um homem que era legalmente casado – e com a viúva do homem que ele matara): “fui a impossibilidade de mais um aborto de minha mãe. Teria sido o sétimo.” (CAVALCANTI, 1998, p. 15). Uma “inconveniência²⁷⁶” para um casal que vivia junto, mas não se deixava ser visto em público a dois, “naquela época as coisas tinham muita repercussão, sobretudo em se tratando do meu pai, homem conhecido no país inteiro pela grande tragédia que lhe marcara a juventude” (CAVALCANTI, 1998, p. 15).

Ela conta a história de uma família cheia de silêncios, de um pai de longos olhares e muitas horas isolado em um escritório e de uma mãe chorosa e nervosa, infeliz. Um casal enciumado e que vivia esparsos momentos de leveza e alegria, a ponto de Dirce dizer duvidar que um dia ambos foram jovens e felizes. Mas, ao mesmo tempo, discorre sobre uma infância em meio a brincadeiras e aprendizagens, acompanhando a carreira militar do pai, que muito se dedicava a ela – como também se devotava a mãe, Marieta (CAVALCANTI, 1998).

Um homem que consagrou a vida ao exército e a se redimir de seus atos de juventude, Dilermando era, ao mesmo tempo, aquele que plantava gerânios na janela da casa cinzenta que construiu para a segunda família (CAVALCANTI, 1998) e que cultivava com a filha caçula uma relação mais suave do que teve a oportunidade de desenvolver com os seus filhos mais velhos²⁷⁷. Desse amor exercitado ao longo da infância, de um pai que lhe parecia forte e invencível, “todos os dias eu acompanhava meu pai ao quartel [...] sentia-me imensamente importante e orgulhosa do meu pai” (CAVALCANTI, 1998, p. 20), Dirce saiu, ao entrar para um rigoroso e religioso internato, para a realidade de ser filha não só de um homem que se relacionara com uma mulher casada, mas que se relacionara com a esposa de Euclides da Cunha, a quem matara. E a relação entre eles nunca mais foi a mesma, “queria perguntar tantas coisas a meu pai, mas não tinha coragem. E a partir desse momento uma brecha se abriu, profunda, e me afastou dele” (CAVALCANTI, 1998, p. 90). Ela ainda se encontraria com o destino do pai em outras ocasiões:

²⁷⁶ Dirce (1998) deixa clara a satisfação do pai com o seu nascimento (ainda que já tivesse cinco outros filhos), a inconveniência e as providências para não ter filhos que Marieta tomava estavam relacionadas a situação dos dois, vivendo juntos sem se casar.

²⁷⁷ Também nunca se relacionaram de maneira próxima com a meia irmã, segundo a narrativa da própria Dirce, que conta que quando do primeiro enfarte sofrido por Dilermando, ele passou a receber visitas dos filhos mais velhos que não demonstraram interesse em conhecê-la (CAVALCANTI, 1998).

Realmente meu pai tinha matado um deus. Um deus literário cujos fiéis fanatizados, não o perdoavam, nem queriam saber em que circunstâncias atenuantes as coisas se tinham passado. Tinha matado o gênio, para defender-se do ataque do marido enlouquecido de ciúme (CAVALCANTI, 1998, p. 119).

Aliás, esse é um traço comum a todos os filhos da Piedade. O acontecido em 1909, de certa forma, não acaba, e influencia a vida de todos eles. Seja pela ausência de Euclides, ou mesmo de Dilermando, pela forma como Ana vive – e pelos ecos da memória de Euclides, que, ao ser preservada, jamais silencia²⁷⁸ as razões para o fim terreno do escritor. Dirce (1998, p. 121) é enfática: “respeito, amor, carinho, tudo era empestado pelo ressentimento, pela vergonha, pela impossibilidade de amar limpo, sem veneno. Eu me maldizia de ser a filha deles, a filha do Dilermando.”

E isso ecoa talvez de forma mais alta na vida do próprio Dilermando. A história que Dirce conta, por exemplo, deixa entrever as dificuldades profissionais que Dilermando encarou ao longo da vida, galgando muito lentamente os postos oferecidos pela carreira militar:

Mais uma vez papai havia sido transferido para o Sul, para a cidade de Rio Grande [...]. Era-lhe dado, por primeira vez, um comando de importância [...]. Suas designações anteriores deixavam bem clara a intenção de mantê-lo de castigo. Como segundo-tenente, de São João del Rei fora enviado a São Nicolau, no Rio Grande do Sul. Um lugarejo sem água, sem luz, sem esgotos, oferecia ao oficial recém-chegado apenas uma turma de praças [...]. Depois o enviaram por quatro anos a Bagé. Cidades da menor importância se sucediam na carreira do meu pai. [...] Já Tenente-Coronel, promovido por merecimento, é mandado para Alegrete. Pede para ser removido e lhe dão São Gonçalo, brigada de cavalaria extinta pouco depois. Para sua humilhação, já Coronel, devolvem-no a Alegrete, ao mesmo regimento que comandara como Tenente-Coronel. [...] Pagou a vida inteira por haver se defendido, preferia ter morrido no lugar de cada Euclides. Suas promoções eram retardadas ao máximo, preterido sempre, apesar dos primeiros lugares nos cursos que fizera e dos elogios dos chefes sob cujo comando servira. Suas designações, feitas para os piores postos. Ninguém o queria como subordinado e, muito menos, como comandante. Mesmo os que admitiam a legitimidade dos homicídios que se vira obrigado a cometer nem sempre estavam dispostos a enfrentar crítica alheia. Poucos foram os desassombrados que tomaram a sua defesa. (CAVALCANTI, 1998, p. 96 e 141).

²⁷⁸ Dirce aponta que “toda essa história era constantemente lembrada pela imprensa do país, acrescida de comentários ferinos e de invencionices maldosas, que aumentaram seu sensacionalismo. Escritores, jornalistas, amigos do escritor, os que se consideravam companheiros de classe, a cada aniversário de sua morte, traziam-na à baila, deturpando os fatos e atacando papai sem caridade. Chegaram a exhibir, na vitrine de uma conhecida livraria na rua do Ouvidor, a túnica que papai vestia na ocasião do tiroteio, com os furos das balas do escritor. Como sua última obra.” (CAVALCANTI, 1998, p. 140).

Reformado²⁷⁹, Dilermando seguiu sem se esquivar do peso da memória de Euclides. Mudou-se para São Paulo para atuar como diretor do Instituto Geográfico e Geológico local. E nessa função encontrou muitos que conheciam o seu passado. Dirce conta que certa vez, enquanto aguardava o pai, testemunhou a chegada de um homem atarefado que dizia precisar falar muito com o Diretor, e que, informado de quem se tratava, “começou um discurso violento, pontilhado com os epítetos de sempre, salafário, assassino, bandido, como é que ainda o nomeavam diretor de alguma coisa” enquanto Dilermando escutava, desvanecido. A situação foi contornada e, de acordo com Dirce, o homem apressado que se dispusera a ouvir Dilermando tornou-se seu amigo incondicional. (CAVALCANTI, 1998, p. 125).

Talvez tenha sido a noção de que ao ser escutado era compreendido que tenha feito Dilermando lutar tão duramente para dar a sua versão dos fatos. Não é de se estranhar, portanto, que sem espaço na imprensa (foi ouvido duas vezes, além de entrevista para a Revista *O Cruzeiro*, também deu uma já citada entrevista à *Revista Diretrizes*²⁸⁰ em 1941²⁸¹), tenha produzido duas obras, já elencadas anteriormente, *Um Conselho de Guerra. A morte do Aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho* e *Tragédia da Piedade*. E é a partir destas lentes que a Tragédia da Piedade é observada no próximo item deste capítulo.

3.3 O pecado de viver: Dilermando e a sombra de Euclides.

Os atos de perseguição praticados contra Dilermando de Assis, nestes quarenta anos que se seguiram ao desaparecimento do autor de ‘Os Sertões’, formam uma cordilheira de infâmias cujo ponto culminante é difícil precisar.

Orestes Barbosa.

²⁷⁹ De acordo com Dirce Cavalcanti, (1998, p. 143), o Ministro da Guerra aconselhou Dilermando, “com toda franqueza, a assinar o pedido de reforma como coronel, prometendo-lhe o posto de general-de-brigada sob a condição de automaticamente deixar a ativa. Sendo, então, o primeiro do exército na lista tríplice para promoção, apesar de saber que com isso jogava uma pá de cal em suas pretensões ao generalato, negou-se a aceita-lo nessas condições. Com a frase: envelheço, mas não envileço, condenou-se a passar para a reserva, compulsoriamente, como coronel.”

²⁸⁰ Dirce conta que a entrevista à *Diretrizes* muito custou a Dilermando que, segundo ela, “foi chamado pelo Ministro da Guerra e acrimosamente censurado por haver facultado à revista os meios para a publicação da sua defesa. Foi-lhe entregue uma repreensão por escrito, baseada em que depois de mais de trinta anos já não se justificava o escândalo, ainda que para o restabelecimento da verdade.” (CAVALCANTI, 1998, p. 142).

²⁸¹ Não sem repercussões, segundo o próprio Dilermando, que informa ter sido censurado pelo Ministério da Guerra após falar à *Revista Diretrizes*, porque o ato “desfez uma porção de inverdades e promoveu a reparação de muitas injustiças. Esclareceu muitos patricios que me tinham em falso conceito. E isso contraria os desejos de meus desafetos, de meus concorrentes, de meus algozes [...] Temem a minha ascensão... Cumpre impedi-la de todos os modos...” (ASSIS, 1951, p. 38).

Talvez o título desse item devesse ser a sombra dos Euclides, uma vez que Dilermando carregava o fardo da morte do pai e do filho. Mas, a verdade é que a sombra de Quidinho é a sombra do pai, a mão de Quidinho uma substituta para a mão do pai, foi uma vingança em seu nome, tornando assim, essa segunda narrativa, um epílogo da primeira, uma continuação tanto no resultado infeliz quanto nos esforços de Dilermando em seguir a própria vida e justificar os seus atos, em destacar o papel do destino, da providência, no ocorrido. É o que resume o jornal paraense *O Diário*:

Será Dilermando um criminoso, perverso e sanguinário, ou unicamente um homem contra o qual a inconsciência das coisas não cessa de armar terríveis truques, traiçoeiras insídias?... Somos levados a acreditar nesta última versão: os seus crimes são oriundos da fatalidade que o procura sem descanso. E Dilermando é redimido por uma virtude que ninguém lhe pode negar: pela sua bravura tantas vezes comprovada, o sangue frio com que ele acosta o perigo, a calma com que desafia o desconhecido, a sua impassibilidade diante do mistério.... Já houve tempo em que se coroavam os bravos, mesmo que fossem também incompreensíveis facínoras. Neste sentido vertiginoso, saudemo-lo ao menos. (ASSIS, 1916, p. 70).

Anos depois, no dia do casamento de Dirce, sua filha mais nova, Dilermando falou à Revista *O Cruzeiro*, em entrevista conduzida por David Nasser. A alegria diante da filha vestida de noiva foi retratada ao lado de um dorso nu²⁸² com marcas de bala causadas por Euclides e Quidinho, em um contraste que refletiu muito toda a vida de Dilermando, que se apaixona, toma para si a mulher que também lhe declarara amor, mata-lhe o marido, é julgado e absolvido por se defender, com a amante se casa e então mata também o seu filho, mais uma vez em legítima defesa e mais uma vez em razão daquele seu envolvimento com uma mulher então casada com outro. E passou a vida a justificar o seu direito de viver diante do peso da honra ferida de um homem cuja morte o concedeu ares de deidade.

Pode-se usar as palavras do próprio Dilermando, mais uma vez, para resumir seu dilema:

Minha situação [...] não é resultado provocado por um crime sofrivelmente arquitetado, mas a consequência fatal da minha fraqueza ante o poder e o domínio vastíssimo de três elementos sintéticos e capitais que me guerrearam – um delegado pouco escrupuloso, uma imprensa que se retrará e se difama diariamente, e a máxima diferença social e cultural que nos colocava nos extremos de uma escala ascensional onde eu demandava o primeiro degrau e o Dr. Euclides ultrapassava o último. (ASSIS, 1916, p. 80).

²⁸² Dirce conta que esta entrevista, realizada pouco antes da morte de Dilermando, lhe trouxe desgosto com o pai, em razão do seu casamento ter ficado eclipsado pela Piedade; e por causa do pai, por vê-lo em uma situação considerada por ela vexatória, desrespeitosa (CAVALCANTI, 2009).



Imagem 25 : Primeira página da entrevista de Dilermando de Assis a David Nasser na Revista O Cruzeiro. Foto: Revista O Cruzeiro.



Imagem 26. David Nasser observa o dorso nu de Dilermando. A legenda diz: O General Dilermando de Assis mostra a David Nasser as marcas das balas recebidas de Euclides da Cunha pai e de Euclides da Cunha Filho. Foto sem autor. Fonte: Revista O Cruzeiro.



Imagem 27. Dilermando beija Dirce, sua filha caçula. A legenda diz: Um momento feliz numa vida de tragédia. Foto sem autor. Fonte: Revista O Cruzeiro.

Foi Monteiro Lobato (*apud* CIBELA, 1946), um declarado admirador de Euclides da Cunha²⁸³, uma das vozes dissonantes a defender Dilermando. Ao colocar-se no lugar de Assis, Lobato entendeu que, diante do ocorrido, outra opção não lhe restara, “haverá uma só criatura normal, dessas que olham Dilermando com horror, que, dentro do quadro daquelas circunstâncias, não fizesse a mesmíssima coisa? ”. Nessa mesma crônica, intitulada *Uma Tragédia de Ésquilo*, Lobato é cirúrgico ao definir a posição única desses dois homens:

Somos todos pedras de xadrez no tabuleiro da vida. Uns somos peões, outros bispos, outros, torres, outros, cavalos — e rainha e rei. [...] Pobres reis humanos, tão impotentes quanto os reis de xadrez — tão instrumentos do Algo Superior que os maneja como reis de xadrez. Pobres peões humanos, tão manejáveis como os peões de xadrez! Alguém brinca no tabuleiro da vida com o teatrinho de títeres que somos. Édipo, Jocasta, Orestes, Dilermando, Euclides...Euclides era rei, Dilermando, pequenino peão. No tumulto do drama tecido pela fatalidade, o rei enlouqueceu e forçou o peão a matá-lo. Um regicídio! A sociedade sofreu o mais profundo dos abalos porque Euclides não era apenas por direito de nascimento, coisa medíocre: era um grande rei por merecimento, coisa grande. E todas as fulminações choveram sobre a cabeça do peão que teve de matar o rei. (LOBATO *apud* CIBELA, 1946).

Se Ana sempre afirmou que o seu silêncio era a sua defesa²⁸⁴ (ANDRADE, 2009), Dilermando fez questão de se defender escrevendo copiosamente. Evaristo de Moraes (1922, p.212) expende que em seu primeiro encontro com Assis, ainda no Hospital do Exército, o militar fora “o primeiro, e talvez o mais eloquente dos advogados de sua causa”. Ele escreveu “Tragédia da Piedade” para servir de base à própria defesa, e não economizou palavras, são mais de 600 páginas. Ao final, após apontar os erros e imoralidades da apuração do fato, lista cuidadosamente as poucas vozes que se levantaram para o defender, talvez não tanto na ocasião dos fatos²⁸⁵, mas com o passar dos anos, até mesmo no jornal *O Estado de São Paulo*. Paulo Duarte²⁸⁶, por exemplo, ali publica em 21 set 1949, que não se formou entre aqueles que “olham

²⁸³ Escreveu, por exemplo, o texto “Euclides, um gênio americano”, disponível no volume 6 de suas obras completas.

²⁸⁴ Até onde se sabe, segundo informa sua família, Ana deu uma única entrevista ao *Jornal Diretrizes* em 30 de dezembro de 1946 (ANDRADE, 2009). Busquei referências ou arquivos do *Jornal Diretrizes*, mas a única informação que encontrei, no Catálogo de Periódicos da Unesp de Assis (Disponível em <https://tinyurl.com/4sa78de2>. Acesso em 14 fev 2022), foi que o jornal diário (re) surgiu da própria revista, fechada em 1944, no ano seguinte. Não pude localizar a citada edição. Encontrei duas transcrições da entrevista, uma no livro de Jefferson de Andrade e outra no *site* de Glória Perez, no qual ela trata da minissérie *Desejo*, mas sem maiores detalhes sobre a procedência do documento (Disponível em <https://tinyurl.com/4yad4wbf>. Acesso em 14 fev 2022). Vide nota 272.

²⁸⁵ Mary Del Priore aponta que, ao longo dos anos, Dilermando encontrou guarida entre os colegas de farda, “gente que pensava como ele: um soldado não foge à luta; matou Euclides em legítima defesa; a honra o obrigou a aceitar o duelo. As amigadas viris alimentavam a convivência. A comunidade de interesses ancorada nos princípios militares era um verdadeiro lenitivo contra a solidão” (DEL PRIORE, 2009, p. 113).

²⁸⁶ Jornalista, chegou a ser redator chefe do Estado de São Paulo, chefe de gabinete do prefeito Fábio Prado (SP) e deputado do Partido Constitucionalista. (Com informações disponíveis em <https://tinyurl.com/mr4bza6w>. Acesso em 10 mar 2022).

o autor da morte de Euclides da Cunha como um vulgar assassino [...] ao contrário, respeito profundamente a sua desgraça” .

O livro *Tragédia da Piedade* é duramente criticado por alguns. Adelino Brandão (1990, p. 58-160) declara ser a leitura da obra “penosa”. Franklin de Oliveira o chama de “deplorável” (CAVALCANTI, 1998, p. 173). De certa forma, essas críticas fazem uma oposição visando destacar a capacidade intelectual superior de Euclides, como se com isso se compensasse a superior força física de Dilermando, comprovada no embate final entre ambos e a consequente morte de Cunha, um homem pequeno, franzino, e que nunca demonstrou maior interesse pela carreira militar e suas óbvias exigências físicas. A despeito de ter passado a vida em uma profissão tida como masculina (a Engenharia), se dedicado ao trabalho intelectual e liderado empreitadas que exigiam grande coragem (cobrir guerras e desbravar florestas), em seu teste supremo Euclides falhou. Com a honra enxovalhada em mãos ele perece e o homicida sobrevive. Um jovem de visíveis atributos físicos e força bruta, que talvez fossem capazes de destacar a masculinidade de forma mais clara do que os tantos atributos que o próprio Euclides tivera. Ademais, o escritor tinha, ainda, uma suprema desvantagem: a protetora de sua honra, sua esposa, o traía.

Essa sombra ao longo dos anos em que viveu Dilermando aparece de outras maneiras, como por exemplo um exemplar anotado (por Assis) de *Os Sertões*: a grande obra de Cunha, a sua redenção, escrutinada pelo seu assassino. O poeta e crítico Antônio Carlos Secchin, narra em artigo escrito para o jornal *O Globo* (2018), que ganhou tal edição de Dirce, filha de Dilermando e que na obra é possível encontrar anotações críticas de três espécies: positivas, neutras e negativas, sendo as positivas escassas – apenas cinco, afirma Secchin, que entende serem as anotações posteriores à morte de Euclides (segundo ele, Dilermando demonstra familiaridade sobre estratégias bélicas descritas na obra, e faz ponderações acerca de técnicas e equipamentos que são posteriores a 1909). O crítico informa que, por muitas vezes, as anotações parecem um diálogo entre Assis e Cunha. Dilermando se exaspera ao longo da obra e é possível encontrar anotações apontando erros de pontuação e regência, entre outros, exclamações impacientes acerca das afirmações de Euclides, como “Que barbaridade!” ou “É mentira” (SECCHIN, 2018). E, em uma nota triste, reflexo da sombra que o acompanha, Dilermando, diante da caracterização do Coronel Moreira César por Cunha, “Uma alma proteiforme constrangida em organização fragílima”, replica em uma única palavra: “Euclides” (SECCHIN, 2018).

Sob a sombra de Cunha também seguiu sua carreira no exército. Chegou ao posto de General²⁸⁷, mas sua subida foi mais lenta e mais íngreme, o peso do nome de Euclides sobre os seus ombros:

[...] suas designações anteriores deixaram bem clara a intenção de mantê-lo de castigo. Como segundo – tenente, de São João Del Rei fora enviado a São Nicolau, no Rio Grande do Sul. O lugarejo, sem água, sem luz, sem esgotos, oferecia ao oficial recém-chegado apenas uma turma de praças, que se dividia entre cortar no mato a madeira necessária à construção de um rancho e preparar o barro para as paredes da habitação que seria a dele e de sua família. Depois o enviaram por quatro anos a Bagé. Cidades de menor importância se sucediam na carreira do meu pai. (CAVALCANTI, 1998, p. 96-97).

Contemporaneamente, outra voz que se levantou na defesa de Dilermando foi a de Walnice Galvão:

No dia 15 de agosto de 1909, Euclides invade aquela casa, armado, e começa a atirar. Dilermando e seu irmão Dinorah adiantaram-se para enfrentar Euclides [...]. Ora, os dois irmãos eram militares, Dilermando cadete do Exército e Dinorah aspirante de Marinha. Euclides atingiu Dinorah na espinha [...]. Mas Dilermando atirou certamente, matando Euclides. Mais tarde, depois de julgado e inocentado como autor de morte em legítima defesa [...]. O certo é que a todo momento, durante toda a sua vida, era obrigado a vir a público para se defender de calúnias que continuaram a lhe dirigir, tendo inclusive escrito livros de justificação. Ora, isto tudo foi um affaire entre militares, já que Euclides era tenente reformado do Exército e sua esposa filha de general. Os poderes constituídos e a opinião pública desejavam com tal ardor o sangue do homicida, que a menor dúvida sobre sua inocência afetaria o veredicto. Se, nessas condições altamente desfavoráveis, ainda assim não foi possível declarar Dilermando culpado, é porque realmente não se encontrou fundamentação legal (GALVÃO, 1981).

O final de Dilermando e Ana não foi feliz. A separação, segundo narrativa de familiares²⁸⁸, complicada e difícil. O casamento se desgastara e Dilermando começou a se relacionar com Maria Antonieta - a Marieta, e que seria sua companheira até o fim da vida, ainda enquanto vivia com Ana; o que levou a esposa a o admoestar diante das provas da traição:

²⁸⁷ Após a entrevista que deu a Revista Diretrizes em 1941, Dilermando de Assis, às vésperas de compor lista tríplice para sua promoção a General, foi passado à reserva compulsoriamente, ostentando o título de Coronel. Contudo, nos próximos anos, graças a leis promulgadas depois da II Guerra Mundial, acabou finalmente promovido ao topo da carreira a qual serviu ao longo de toda a vida. Dirce Cavalcanti (1998, p. 143) recorda que nessa ocasião voltou a encontrar seus irmãos mais velhos, em um banquete de comemoração pela promoção do pai.

²⁸⁸ Judith conta que Euclides voltou da campanha militar de 1924 mais tenso, agressivo e que aí começaram os problemas entre ele e Ana, “estavam em constante desacordo, principalmente na forma de educar e criar os filhos” (ANDRADE, 2009, p. 130). Segundo consta, diante dos repetidos desencontros entre eles, e ciente de que “era uma mulher chegando aos cinquenta anos e seu companheiro ainda mantinha a virilidade de quem ainda não chegou aos quarenta” (ANDRADE, 2009, p. 132), Ana acabou tomando ciência de um relacionamento extramatrimonial mantido por Dilermando, o que ocasionou a separação entre eles. E embora Dilermando repetidamente lhe pedisse perdão, ela foi irredutível.

“você era o único homem que não tinha o direito de prevaricar” (ANDRADE, 2009, p. 246). Separado, porém não desquitado, Dilermando foi viver com Marieta e essa relação também não parece ter trazido a ele melhor sorte. Apesar das dificuldades, o relacionamento perdurou até a morte de Dilermando, ocorrida no mesmo ano que a de Ana. Ela se foi primeiro e ele, viúvo, finalmente fez de Marieta uma “mulher honesta”, casando-se com ela.

Muitas vezes Euclides aparece como um homem surpreendido pelo comportamento de Ana, traído da forma mais vil. Mas Dilermando (1951, p. 180) afirma que Euclides sabia não só que Ana era presença assídua na casa da Piedade, mas também que “entre ela e um dos rapazes haviam estabelecido relações que não eram só de conhecimento”. A própria S’ Anninha afirmou para o juiz que ela e Euclides já não viviam mais maritalmente:

[...] não tinha mais relações com o marido, que lhe teria dito que havia homens que as mulheres traíam e ficavam ou no mesmo teto, depois de pedirem perdão, ou abandonavam; que ela esperava o falecimento de sua mãe para deixa-lo, visto que com sua morte teria ela uma pensão de uns quinhentos mil réis, além de não lhe dar nenhum desgosto. (GALVÃO, 2009, p. 130).

Ana nunca achou que tivesse que pedir perdão. Dilermando passou a vida obrigado a pedir perdão não só pela traição, mas por ter sobrevivido para seguir a vida, e com a viúva de Euclides que, segundo as narrativas contam e perpetuam, ao final da vida, se mostrara tão amargurado e morrera de forma tão indigna para a sua grandeza. O comportamento errático de Euclides, tantas vezes destacado, nessas narrativas usualmente é diminuído. Mas Ana conta (GALVÃO, 2009, p. 130), ela própria, as dificuldades que enfrentou junto a um homem que ela mostra como irado²⁸⁹ pela traição e com a saúde decadente (narrativa que é corroborada por Dilermando²⁹⁰)

De fato, Assis foi absolvido pela justiça. Note-se, não por um juiz togado conhecedor da legislação, mas por um júri, formado por homens comuns com aspirações comuns e animados por suas percepções pessoais, não necessariamente pela previsão da lei. Esses homens entenderam que ele tivera o direito de se defender, e ele ficou livre. Mas, de volta a uma sociedade fortemente construída sob a égide da honra e da religião (tanto a de Deus quanto a do Positivismo concordavam nesse ponto, o matrimônio era sagrado), continuou a ser punido

²⁸⁹ Ela contou em juízo, por exemplo, que encontrou com Euclides na companhia de Coelho Netto, e que Euclides, indagando sobre as razões dela estar na rua, não satisfeito com a resposta (ir às compras), seguiu-a até o bonde, onde se sentou ao seu lado e passou a viagem a agredi-la, dizendo que ela era uma indigna e que fosse viver com o sargento - como ele chamava Dilermando. (GALVÃO, 2009, p. 130).

²⁹⁰ Segundo narra Dilermando (1951, p. 179), “desde época bem remota adivinham as incompatibilidades do casal [...] não fora além do murmúrio e de alguns desaguizados domésticos sem maiores consequências além de vestidos rasgados ou objetos quebrados, [...]. Insultando-a, vexando-a diante de estranhos; afugentando-a de si; esquecendo-a em troca de suas predileções literárias; abandonando-a longamente [...].

por não ter respeitado o casamento alheio. Construiu uma carreira e uma família sob a sombra de um homem que construiu, em vida, um grande nome, e com sua morte, arrebanhou uma legião que teceu narrativas que, ao lhe renderem a glória, deixaram Dilermando a rés do chão.

No ano de sua morte, 1951, a saúde de Dilermando decaiu e ele sofre um enfarte seguido de derrame que o deixou debilitado e, por muitos dias, incapaz de reconhecer quem fosse a não ser ele próprio, em um retrato da juventude. O velho general bradava ao jovem militar na fotografia antiga, um Adônis louro e forte que não temeu aos deuses, enredou-se em tragédia e sofreu a sua fúria por toda a vida, “ [...] o retrato de um pobre desgraçado que só fizera penar a vida inteira” (CAVALCANTI, 1998, p. 148). E nem na morte ele teve perdão. Dono de um jazigo no Cemitério do Santíssimo Sacramento (SP), onde já enterrara seus pais e irmão, Dilermando teve o seu próprio sepultamento no local negado. Seu corpo encontrou repouso no Cemitério São Paulo e somente anos depois foi trasladado²⁹¹ para junto de sua família (GARCIA, 2019).

²⁹¹ Dirce Cavalcanti conta que em visita ao túmulo dos avós e do tio, com o pai, este manifestara o desejo de ser com eles enterrado (CAVALCANTI, 1998).

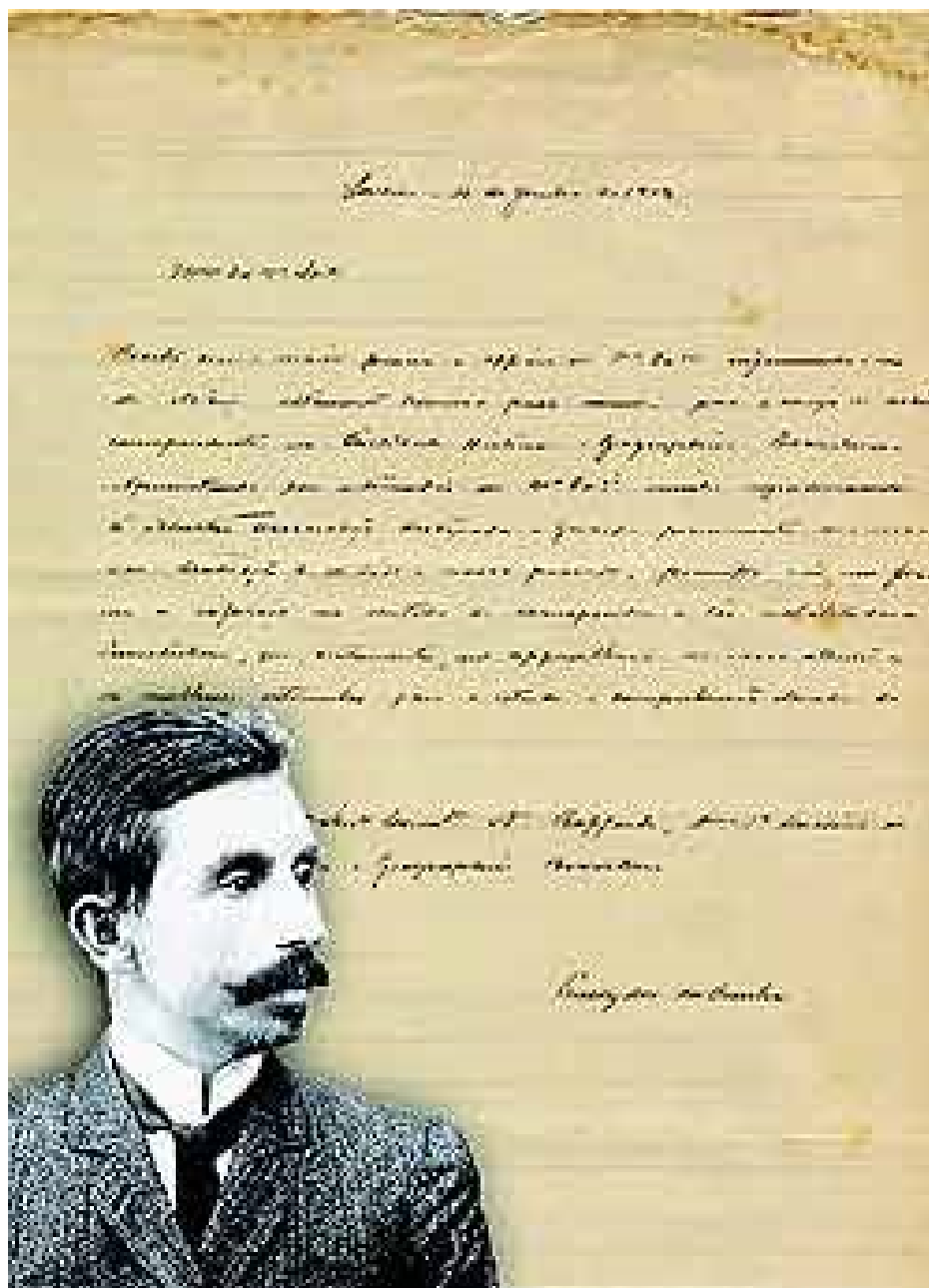


Imagem 28 : Fac-símile da carta de agradecimento de Euclides da Cunha por sua eleição como sócio do IHGB. Fonte: Site do IHGB.

CAPÍTULO 4. CAI O PANO E NASCE UM MITO: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DE EUCLIDES.

Não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender, quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação.

Sérgio Miceli.

No ano do centenário do nascimento de Euclides, 1966, a Biblioteca Nacional organizou uma exposição em honra ao autor, e justificou que “não tinha como faltar às comemorações do ano euclidiano - ano do centenário de nascimento de Euclides da Cunha - cumprindo o mínimo de um dever geral para o mais brasileiro dos nossos escritores.” (FILHO, 1966, p. 6).

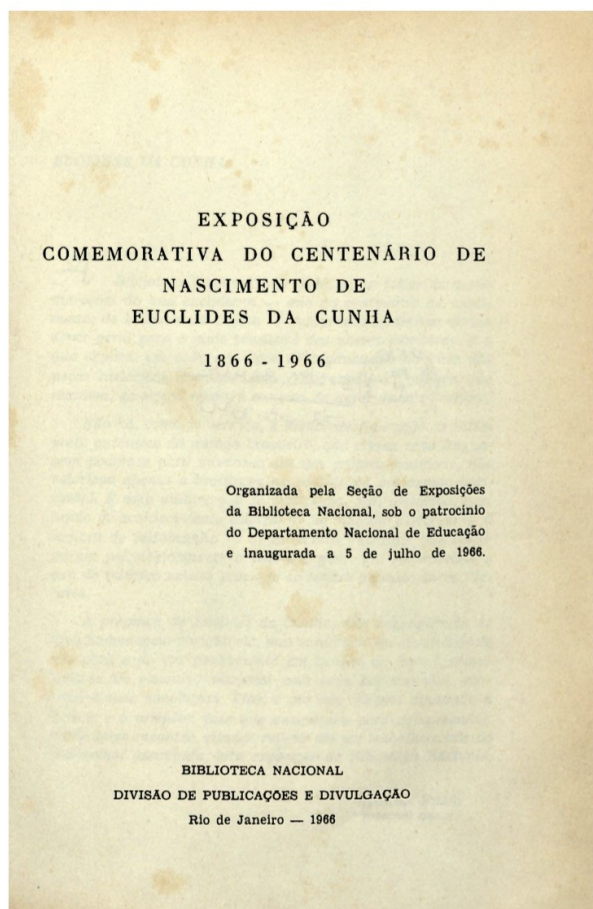


Imagem 29 - Fac-símile da folha de rosto do livro da Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Euclides da Cunha, realizada pela Biblioteca Nacional em 1966. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional: <https://tinyurl.com/2p8cku2e>. Acesso em 01 mar 2022.

A Biblioteca Nacional não é, por si, uma instituição a qual se pretende dedicar neste capítulo; no entanto, desde a sua organização da forma como nós a conhecemos, liderada por Peregrino da Silva²⁹² no fim do séc. XIX e no início do séc. XX, nota-se que a instituição se tornou um “polo para onde confluíam as discussões intelectuais no período” (JUVÊNCIO, 2016, p. 16). Portanto, este destaque vem do fato de que Euclides não só é objeto de exposição comemorativa, mas é nominado “o mais brasileiro” dos escritores por uma instituição que sistematiza a produção intelectual brasileira, e isso é sintomático do que neste capítulo se pretende examinar: o papel das instituições culturais na posição de Euclides na memória, no cânone, e, especialmente, as condições da narrativa da sua história em razão desta posição.

Neste capítulo pretende-se concentrar em três instituições: o IHGB, a ABL e o Grêmio Euclides da Cunha, vistos aqui também como instâncias de legitimação do escritor fluminense. O Grêmio, que surge após a morte do seu homenageado, uma agremiação de intelectuais a serviço da memória do falecido²⁹³, que de certa forma se repete no grêmio homônimo criado em Rio Pardo. A semente do IHGB é a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional²⁹⁴. Foi nela que em 1838 foi proposta, pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos, a criação de um Instituto Histórico e Geográfico, o que efetivamente se deu em dezembro do mesmo ano²⁹⁵. Quanto à ABL, segundo seu próprio *site*²⁹⁶ informa, trata-se de instituição cultural cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional. Foi fundada em 1897, depois de algumas tentativas frustradas, a casa foi fundada a partir da articulação de Lúcio de Mendonça (fundador da cadeira 11) e Machado de Assis (fundador da cadeira 23), que atuavam juntos na *Revista Brasileira*²⁹⁷. Os primeiros membros

²⁹² Manuel Cícero Peregrino da Silva (1866-1959) nasceu em Pernambuco, onde recebeu sua educação até o curso de Direito na Faculdade de Direito de Recife (1885), instituição da qual também foi bibliotecário. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ele atuou em diversos cargos públicos, sendo um dos de maior importância o de diretor-geral da Biblioteca Nacional (1900/24). Com informações do site do IHGB, disponíveis em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MCPSilva.html>. Acesso em 20 jan 2022).

²⁹³ Alberto Venâncio Filho declarou que o Grêmio se iniciou “formado por alunos que tinham assistido às aulas de Lógica do Euclides da Cunha no Colégio Pedro II. Esses rapazes acharam que deviam perpetuar a memória do professor” (SCARRONE e ELIAS, 2010).

²⁹⁴ Entidade fundada em 19 de outubro de 1827 como órgão consultivo do governo imperial, seu fim era o de examinar e emitir pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país. (Conforme informações constantes de <https://tinyurl.com/5fs643hx>. Acesso em 20 out 2021).

²⁹⁵ Na primeira sessão, em 1/12/1838, foram aprovados os nomes indicados para sócio e propostas (e aceitas) a nomeação de D. Pedro II como protetor do Instituto, o estabelecimento de maneiras próprias para troca de informações históricas entre sócios nacionais e estrangeiros, além da instituição de discussão para determinar as diferentes épocas da História do Brasil (IHGB, s/d).

²⁹⁶ Disponível em <https://www.academia.org.br/academia/quem-somos>, acesso em 20 out 2021.

²⁹⁷ Então dirigida pelo crítico literário José Veríssimo (fundador da cadeira 18 da ABL).

da instituição não só contribuía para a revista como também se reuniam nos cafés e livrarias da Rua do Ouvidor²⁹⁸.

A historiografia acorda que o entendimento da existência de uma intelectualidade aconteceu na França, no turbilhão do Caso Dreyfus²⁹⁹, como uma categoria “socioprofissional” marcada tanto pelas suas vocações científicas quanto pelo capital cultural que lhes conferia poder (GOMES e HANSEN, 2016). Quanto ao Brasil, é preciso lembrar, ainda, que foi a imprensa, que se estruturava no nascer da República, quem cimentou as condições necessárias para o desenvolvimento de um campo intelectual capaz de aglutinar instituições e seus membros, os nomes pensantes daquele novo país (BARBOSA, 2010). No entanto, esses pensadores já existiam e atuavam antes dessa quase profissionalização dos intelectuais. Deveras, com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 viu-se a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e, na sequência, a reino independente. Neste interregno, houve um trabalho de autolegitimação e propaganda criado pela própria monarquia, a partir de duas instituições, a Academia Imperial de Belas Artes³⁰⁰ e o IHGB, “as artes a serviço da história [...] e a história a serviço do Estado.” (SEVCENKO, 2002, p. 32).

A reunião de intelectuais em agremiações instituidoras de regras e mantenedoras do artístico/literário não era exatamente uma novidade oitocentista; no Brasil isso já ocorria desde o séc. XVII, em diferentes regiões e em momentos distintos (SILVA, 2007). Tendo-se em mente de que esses grupos eram formados³⁰¹ pela elite letrada nacional, pelos filhos de famílias abastadas, pelos que tinham capital político e social³⁰², a diferença é que no século XIX o seu propósito³⁰³ torna-se declarado:

²⁹⁸ Como o Café do Rio, no cruzamento da rua do Ouvidor com a rua Gonçalves Dias; o Java, no Largo de São Francisco; o Café Paris, o Café Papagaio; o Café Globo, na rua Primeiro de Março. Além da Confeitaria Colombo, e a Confeitaria Pascoal (BROCA, 1975, p. 33).

²⁹⁹ Em 1894, o capitão do exército francês Alfred Dreyfus, um judeu de origem burguesa, foi acusado de vender informações secretas aos alemães e recebeu pena de prisão perpétua na Ilha do Diabo, Guiana Francesa. Alguns anos depois dessa condenação, personalidades ilustres da França, como Émile Zola e Anatole France (COELHO, 1994), observando irregularidades enormes no processo, passaram a fazer denúncias públicas. Dreyfus teve sua inocência reconhecida e foi reabilitado no ano de 1906, mas esse conjunto de fatos foi muito importante na história da França, trazendo discussões sobre antissemitismo e o papel da elite aristocrática, além de organizar essas personalidades importantes do país nesse grupo que passou a ser conhecido como o dos “intelectuais”.

³⁰⁰ Silva (2007, p. 70) argumenta que “No século XIX, agremiações semelhantes, mas com propósitos diversos, passaram a ser confundidas com certa oficialidade intelectual, e nesse sentido a Academia Imperial de Belas Artes (1816) pode ser tomada como uma precursora”.

³⁰¹ Na esteira do que trabalha Miceli em *Intelectuais a Brasileira* (2001), quando pretende compreender como os intelectuais da Primeira República convertem capital social familiar em capital cultural.

³⁰² José Murilo de Carvalho (2003) já falou sobre o fato de que Portugal moldou, até a primeira metade do séc. XIX, a elite colonial à sua imagem e semelhança, treinando em Coimbra um mar de bacharéis em Direito. A geração de Euclides já vê mudanças, com a atuação de militares e outros intelectuais, parte de uma elite local formada no Brasil e a serviço dos interesses da República.

³⁰³ Nesse papel de grande tradutor do Brasil, Claude Lévi-Strauss, ao resenhar a tradução de *Os Sertões* para o inglês, disse sobre Euclides: escreveu um produto autenticamente brasileiro, esforçando-se para trazer a elite

[...] dar ao Brasil um sentido fundador, seja no campo das artes plásticas – com a criação da já citada Academia Imperial de Belas Artes –, seja no campo histórico e político – com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 –, seja finalmente no âmbito da expressão literária – com a criação da própria Academia Brasileira de Letras. (SILVA, 2007, p. 70).

Essa intelectualidade brasileira, que nos anos finais do séc. XIX e o início do séc. XX então se organizava, o fazia com a ideia de uma missão civilizatória, no papel de defensora dos interesses da sociedade, indo de encontro aos conceitos de intelectual desenvolvidos por Mannheim (o intelectual como mediador de conflitos sociais) e por Gramsci (o intelectual como organizador da cultura), como lembra Miceli (2001).

O percurso intelectual de Euclides da Cunha dialoga com essas premissas, se considerarmos que ele é alçado ao cânone³⁰⁴ por discutir Canudos (no papel de intelectual mediador de conflitos) e por jogar uma nova luz na forma como se discutia a identidade do país, olhando para os homens do sertão, ampliando a forma de ver a nação (no papel de organizador da cultura); ainda que pesquisadores como Martins (1987), que chama a literatura de Euclides de “vigorosa”, ressalvem que os protestos apresentados por ele e por outros escritores do quilate de Lima Barreto não se tornam projetos de transformação social, permanecendo no campo da condenação moral.

Fundada em 20 de julho de 1897, a ABL se juntou ao IHGB (fundado em 21 de outubro de 1838) como mais que uma agremiação de escritores/historiadores em razão de seus ofícios, mas também um espaço de discussão de intelectuais das mais diversas áreas em um país que ainda engatinhava na constituição de institutos de ensino/pesquisa (SÁ, 2006). Fazer parte desse grupo dava ao associado *status*, dava a suas ideias, à sua produção, um alicerce, o apoio de um grupo.

O intelectual, portanto, se inseria em uma rede de sociabilidade, e esta o situava em um espaço cultural e em um âmbito de interpretação do mundo que advinha justamente da posição que ocupava (GOMES, 2004). Assim, pode-se até dizer que a mitificação de Euclides da Cunha também é o resultado do respeito de seus amigos. Mas, é fundamental lembrar que os amigos de Euclides eram também seus pares na intelectualidade, seus confrades na ABL, no IHGB, seus ex-colegas na Escola Militar. Não era (só) sobre a amizade e o respeito, era também sobre

brasileira de volta à realidade de que se tratava o Brasil de um país cercado de natureza e primitivismo, e não de um local de sofisticação. Para Lévi-Strauss, Cunha se recusara a ser um aprendiz de europeus e narrara o Brasil (ABREU, 1998, p. 21).

³⁰⁴ Remete-se aqui à discussão apresentada na Introdução.

um nome que fazia parte de instituições³⁰⁵ às quais interessava a leitura de sua obra e o respeito pela sua carreira, que se desenvolvera também na construção da doutrina republicana³⁰⁶.

Coelho Netto, por exemplo, amigo e confrade, diante da morte do companheiro, que se “alara em um drama de sangue”, não economizou na grandeza das palavras a fim de determinar o seu lugar de pensador, e o descreve como “honra das letras portuguesas” e a sua obra como sendo não apenas “a de um beletrista, mas a de um profundo pensador, amoroso de sua pátria” (VIEIRA, 2009, p. 55). Exaltar esse homem patriota, filho da educação militar e da ciência, uma ferramenta fundamental na criação da identidade nacional foi uma boa base para que, por ocasião do centenário de seu nascimento, a Biblioteca Nacional pudesse apresentá-lo como “o mais brasileiro” dos escritores.

Importante manter em mente que (embora não seja essa a discussão aqui proposta), assim, Euclides era um intelectual do final do séc. XIX e início do séc. XX, construindo seus argumentos a partir de pensamentos e visão de mundo que hoje são objeto de crítica, como o sanitarismo³⁰⁷, o positivismo e até mesmo a forma de republicanismo³⁰⁸ de então: a de que este seria o único regime a permitir o que se entendia como uma sociedade melhor, caminhando em direção ao progresso (FERREIRA, 2016).

Por sua vez, o Grêmio Euclides da Cunha, apresentado no Capítulo 2, aqui também serve de ponte para a cidade de São José do Rio Pardo e o seu próprio grêmio, entendendo-se as atividades da cidade a melhor continuação dos ideais que primeiro foram apresentados e defendidos pelo Grêmio³⁰⁹. De todas as instituições aqui analisadas mais de perto, em relação

³⁰⁵ E o que são exatamente essas instituições? Reunião de pessoas que defendem os mesmos interesses, partilham elementos comuns em termos dos interesses e valores.

³⁰⁶ Em maio de 1889, o Congresso Republicano, reunido em São Paulo, consagrou a tese de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Euclides atuou ativamente nessa frente, como o fizeram grande parte dos nomes que compunham então, junto com Cunha, os quadros da ABL e do IHGB.

³⁰⁷ O sanitarismo defendia que a boa saúde da população era tão importante para a construção da civilização quanto a educação – uma nação calcada na ordem e no progresso influenciada pela higiene e o saneamento e – em último grau, muitas vezes mesmo pela eugenia. Uma população educada e saudável era a base ideal para se construir as ideias de nacionalismo, de identidade daquele povo que se agrupava em torno da República, a luz do progresso em oposição à descartada Monarquia. Essas ideias do sanitarismo vão de encontro à estrutura familiar defendida pelo positivismo, fortalecida e em consonância com noções de um lar salubre porque reflete a educação higiênica e eugênica, assistindo às mães na difícil tarefa de moldar a infância, assistindo o Estado no estímulo ao trabalho a fim de garantir um espaço de “paz, a saúde, a prosperidade e a alegria, em virtude da vitalidade das células do organismo social” (CARVALHO, 1998, p. 163).

³⁰⁸ Os caminhos desse republicanismo logo se perderam diante da realidade do regime. Sevckenko, citando José Veríssimo, explica bem: "Todos se presumiam e se diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava" (SEVCENKO, 1983, p. 86).

³⁰⁹ Não se trata aqui de uma percepção da documentação ou da pesquisa, mas de consequência lógica da atitude da família de Venâncio Filho, que doa a Rio Pardo o material amealhado em vida pelo fundador do grêmio. Ver p. 127.

à figura de Cunha especificamente, é nele onde o fator “social” parece ter mais peso. Quando observamos o IHGB e a ABL nota-se o cuidado e o respeito ao nome de Euclides em razão da contribuição dele ao grupo, da contribuição do seu trabalho à narrativa, às memórias naquelas casas defendidas, construídas (à época da produção de Euclides, a fim de erigir a República e seus ideais). O Grêmio Euclides da Cunha carioca, ainda que em muito formado por pessoas advindas também da ABL e do IHGB, com os mesmos propósitos, era (e é) o espaço onde também se reafirmava Euclides em todas as suas qualidades e capacidades. Por exemplo, como uma pessoa onde a afetividade estava aliada ao cérebro.

Ao longo dos capítulos anteriores foi possível ver que a narrativa de Dilermando, Ana e seus descendentes apresentou um Euclides pouco preocupado com a família e, de certa forma, incapaz de manter uma relação afetiva com os seus, o que fez com que os descendentes de Euclides e de seus amigos também se ocupassem em refutar essa imagem: Euclides era cérebro e coração. O enterramento de Euclides foi descrito em detalhes pelo jornal *O Paiz* de 17 de agosto de 1909, e a reportagem iniciava-se assim:

Dentro de um carneiro do cemitério de S. João Baptista estão desde ontem, às 6 horas da tarde, sepultados o grande cérebro e o amplo coração que foram Euclides da Cunha, e com eles coberto da terra passageira o enigma desse doloroso drama moral que roubou ao país um dos mais proficuos trabalhadores e um dos mais vigorosos caracteres. (O PAIZ, 17 ago 1909).

O pesquisador Ricardo Oiticica (2021) afirma que “o corpo de Euclides está no meio do caminho da nossa literatura” e argumenta, diante daqueles que insistem em arrazoar que as circunstâncias de sua morte alteram a leitura de sua obra: “dá pra entender o Brasil abstraindo o suicídio de Getúlio Vargas?” (OITICICA, 2021, p. 3). Talvez não seja possível, diante de como a sua morte ressoa, algum dia separar a compreensão que se tem de Euclides dela, mas, muito além disso, importa dizer que a obra e a memória de Euclides ficam, além da sua própria família, sob a guarda das instituições (e seus pares) que o abrigaram em vida.

O euclidianista Alberto Venâncio Filho (2010) refuta a afirmação de que a morte de Euclides teria tornando a sua memória mais forte. Para ele, isso está mais ligado à crítica e à popularidade de *Os Sertões*. Contudo, seria apenas a força da importância da obra literária suficiente para alimentar o culto ao seu autor? Quanto ao seu grande livro, como aponta Celso Furtado (2001), “Euclides há muito se afigura anacrônico, e seu cientificismo positivista foi totalmente superado”³¹⁰; mas, segue o autor, a força do drama de Canudos faz com que Euclides

³¹⁰ Nessa esteira outras vozes importantes como Franklin de Oliveira (GALVÃO, 2009b, p. 33 e 34) para quem Euclides se agarrou a uma visão reacionária de ciência que não era única ao tempo que ele viveu e escreveu (levando-o a posições equivocadas como “seu apego à antropogeografia...seu apego às doutrinas racistas”), além

seja lido, relido, discutido publicado. Luiz Costa Lima (2000, p. 36) aventa que o culto da figura de Euclides acaba impossibilitando uma análise profunda de sua obra, e, no caso de *Os Sertões*, a verificação de que muitas das soluções apresentadas por Cunha são até mesmo precárias.

De outro lado, reiteram-se argumentos em favor da grandiosidade da escrita e da obra de Cunha. Houaiss, por exemplo insurgiu-se quanto a alegações da pouca cientificidade de Euclides, enfático ao apontar isso como uma enorme injustiça, argumentando que “[...] frequentemente, está-se querendo, em Euclides da Cunha, um tipo de conhecimento científico que a humanidade ainda não tinha, ao tempo em que ele escreveu o livro” (GALVÃO, 2009b, p. 20). É consenso a profícua rede de discussões e críticas que se desenvolve em torno da produção euclidiana, ainda assim se repetem as ressalvas de que o escritor não foi devidamente estudado, que há muito a se ver e se fazer. Houaiss insistiu que “Euclides não foi objeto até hoje dos estudos que merecia. Euclides não foi objeto, inclusive, de uma tradição, quanto ao texto, à altura de sua dificuldade” (GALVÃO, 2009b, p. 21).

Uma cronologia inicial do euclidianismo foi tratada com mais vagar no segundo capítulo deste trabalho, especificamente no item 2.3. Mas cumpre destacar que ao longo dos anos, em uma eterna militância em torno do escritor, cerram fileiras euclidianistas como Alberto Rangel³¹¹, Francisco Escobar, Reynaldo Porchat, Júlio de Mesquita, Coelho Netto, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, João Luiz Alves, Domício da Gama, Oliveira Lima (VENÂNCIO FILHO, 2009, p. 33). Aliás, é de Alberto Rangel uma singela definição do ser euclidiano. Em carta a Francisco Venâncio Filho em 1921, Rangel “se referia aos membros do Grêmio Euclides da Cunha como os ‘amigos póstumos’ de Euclides” (VENÂNCIO FILHO, 2009, p. 33).

A partir de todos esses homens - que compunham essas instituições - o que se pretende é a resposta às perguntas: em que medida, as circunstâncias históricas do entresséculo, além da vida e morte de Euclides contribuíram para sua monumentalização? Nesse sentido, qual o papel que os intelectuais e as instituições cumpriram no esforço de “memória e adoração” do escritor? É o que veremos a seguir.

de ter sido Cunha, segundo Oliveira (GALVÃO, 2009b, p. 35), “incapaz de nos deixar uma reflexão mais bem elaborada sobre a questão da pobreza brasileira”, entre outras críticas.

³¹¹ Jornalista, engenheiro e historiador, nasceu no Recife, em 1871. Foi diretor de terras e colonização do governo do Amazonas, estado onde também atuou como jornalista, ocupando o cargo de redator-chefe do jornal *Comércio do Amazonas*. Publicou vários livros, entre eles *"Inferno Verde - Cenas e Cenário do Amazonas"* (1908), prefaciado por Euclides da Cunha.

4.1 Entre seus pares: Euclides no IHGB.

Aqui se conjugam, sem o emperramento de irritantes atritos, sem o dispersivo das paixões, e sem que os apequene a lógica caturra dos tempos, os efeitos máximos dos quatrocentos anos da nossa vida; passa intacta e intangível, sobranceira a um tempo ao livre arbítrio dos homens e aos caprichos da Providência, a diretriz do nosso futuro.

Euclides da Cunha³¹².

Desde a sua fundação em 1838 como a casa da memória nacional, “debaixo da imediata proteção de S. M. I o Senhor D. Pedro II³¹³”, a história do IHGB tem inúmeros exemplos do empenho de seus membros na construção³¹⁴ das imagens uns dos outros (FAGUNDES, 2016) e enquanto homens da cultura, instrumentos para erigir a identidade³¹⁵ nacional, construir um ideal de nação³¹⁶ a partir de seus lugares de cidadãos exemplo da mais pura moral para as gerações futuras:

Incumbido de criar o amálgama da sociedade brasileira sob o signo Estado-Nação, no IHGB foram elaborados os discursos que conferiam legitimidade às organizações sociais e políticas do país, através dos supostos enraizamentos históricos que possuíam. (GUIMARÃES, 1988).

Os fundadores do IHGB teceram narrativas focadas em aspectos que consideravam próprios do Brasil, mas sempre aquiescendo à importância de Portugal e suas influências nesse contexto – eram, afinal, os aspectos lusos que aproximavam o país do mundo europeu, o lugar da civilização. Eles eram a elite política tida como moderada e o grupo cafeeiro emergente do Rio de Janeiro (WEHLING, 1983). Eram, em sua maioria, indivíduos pertencentes à elite urbana e não à aristocracia rural (GUIMARÃES, 1995). Mas essa elite urbana não era um grupo homogêneo, ali havia médicos, servidores públicos, advogados, militares, além dos já citados políticos (PEIXOTO, 2009). Um grupo de ocupações diversas e uma forte unidade ideológica,

³¹² Discurso de posse no IHGB (CUNHA, 2021).

³¹³ Ata de fundação do IHGB, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo I, 1839.

³¹⁴ Por muito tempo, isso significou o uso constante do gênero biográfico, seja por serem narrativas de figuras ilustres que serviriam de exemplo, mas também por ser essa uma maneira de preservar todos os atos relevantes do passado – as bases da construção da história do próprio IHGB (AVELAR, 2020).

³¹⁵ Processos de construção de identidade são inconclusos e, por isso, constantes. Essa composição se faz no campo do simbólico, com valores, crenças e ideologias inventadas, divulgadas, por vezes impostas, por instituições, em rituais, festas ou a partir de símbolos, por exemplo (GOMES, 2009).

³¹⁶ Nacionalismo, nacionalidade e nação são termos de múltiplas discussões e conceituações (e objeto de vários trabalhos acadêmicos). Aqui, refere-se à ideia de nação defendida por Martin Adamec (2014) em tese que realiza uma importante revisão bibliográfica acerca da questão do nacionalismo: “a nação é um discurso pelo qual seus membros articulam passado e futuro para formar um presente narrativo. É uma espécie de cultura social, que os permeia, forma e pode ser por eles reformada. No fim das contas, é o modo básico de enxergarem a si mesmos e os outros, de se localizarem no e frente ao mundo” (ADAMEC, 2014, p. 89).

que se preocupava com a unidade nacional, com a consolidação do governo em um contexto sem conflitos nacionais e sem grandes mobilidades sociais ou políticas (WEHLING, 1983). As aspirações deles eram claras:

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste Instituto não só meditam organizar um monumento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam a voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os brasileiros. Este ramo de estudo, tão necessário a civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios. (BARBOSA, 1839, p.16).

Euclides foi indicado como sócio correspondente do IHGB em 6 de março de 1903 - e alçado a sócio efetivo 3 anos depois, por proposta de Rocha Pombo³¹⁷, entre outros membros, que o consideravam “um observador erudito, um cientista aplicado e um historiador independente” (EUCLIDES DA CUNHA E O IHGB, s/d). Euclides era reconhecido republicano que àquela altura já publicara *Os Sertões* e sabia da honra que era ser membro do IHGB, uma casa que abrigava um grupo seletivo (GOMES, 2009), e ele ali chegou aquiescendo à importância do grupo formado por intelectuais de grande preponderância na sociedade:

De feito, estas estantes iludem miraculosamente o encerro das paredes que nos cercam; têm a transparência ideal, e cheia de esplendores, dos próprios livros que as atestam; e dão aos escassos metros quadrados desta sala uma amplitude de quatro séculos, [...] porque a mesma realidade tangível nos ensina que, ao pisarmos as velhas tábuas desta casa, andamos sobre um trecho da terra misteriosa e sagrada de nosso passado (CUNHA, 1903).

Quando Cunha foi oficialmente alçado a esse grupo aglutinador da *intelligentsia* nacional, o IHGB acabara de sofrer a sua maior ruptura: a proclamação da República, que arrancou de suas fileiras o seu fundador e grande agregador, D. Pedro II. Além da visível e incontornável ausência do Imperador exilado, havia o desafio: honrar a sua contribuição sem ferir os melindres republicanos, questão enfrentada na sessão de 29 de novembro de 1889 pelo então presidente do Instituto, Joaquim Norberto de Souza e Silva, “sem antepor de modo algum à ordem das novas coisas estabelecidas” (Revista do IHGB, 1889, p. 535).

A transição da Monarquia para a República poderia ter sido um momento de maior tensão para o IHGB, especialmente diante da importância da figura de Dom Pedro II para a

³¹⁷ José Francisco da Rocha Pombo (Morretes, PR, 4/12/1857, Rio de Janeiro - RJ, 26/07/1933) jornalista abolicionista e republicano fervoroso, foi deputado, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde seguiu também atuando na imprensa, além de passar a fazer parte dos quadros do Colégio Pedro II, atuando como historiador. Membro do IHGB, foi eleito para a ABL, mas faleceu antes da sua posse. (Conforme informações constantes da página do IHGB, disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JFRPombo.html>, acesso em 15 set 2021).

instituição. No entanto, cientes das grandes transformações do período, os integrantes da agremiação abraçaram o novo regime, e demonstraram isso justamente “incorporando, em suas fileiras, republicanos entusiasmados, simpatizantes e adesistas de última hora” (AVELAR, 2020, p. 401). Igualmente, passados os dois primeiros governos militares do Brasil República, o IHGB, sob a presidência do Barão do Rio Branco e do conde Afonso Celso, redirecionou seus debates e se reergueu como um condutor para a produção da memória e da história nacionais, e essa era uma missão vultuosa:

Dito de outra forma, era inevitável conviver com as demandas de legitimidade do novo regime, articuladas, como não poderia deixar de ser, com a “invenção” de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil. Um empreendimento delicado, pois deveria retomar o passado colonial, considerar as “glórias” do passado imperial, sem desmerecer o presente republicano. Nesse sentido, o desafio dos historiadores do IHGB era o de tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda. (GOMES, 2009, p. 31).

Desta maneira, Euclides se juntou a um grupo ao qual cabia o protagonismo da escrita da história da nação nas primeiras décadas do séc. XX: o IHGB escolhe a identidade nacional como o mote definidor do país (GOMES, 2009, p. 25), e os seus membros colocaram-se a serviço da narrativa e por ela trabalharam – posto que determinar uma identidade nacional servia ao propósito de demarcar os rumos de um país que se reconhecia, se educava e se civilizava. Nesse contexto, se Monarquia ou República, de fato, não tinha assim tanta importância. Qualquer fosse o regime, a função era a mesma: o grupo era um lastro para a oficialidade, por meio de “narrativas historiográficas que legitimassem a nação, além de se comportar como uma importante instituição detentora dos anseios civilizacionais brasileiros” (PEIXOTO, 2009, p. 144).

Reunirem-se nessas instituições não franqueava aos seus membros um espaço livre de críticas. (General) José Maria Moreira Guimarães, militar da ativa, republicano de primeira água e atuante geógrafo, por exemplo, foi contemporâneo de Euclides na Praia Vermelha³¹⁸ e era seu confrade do IHGB. Era também um crítico de *Os Sertões*. Como colaborador do jornal

³¹⁸ Quando da morte de Moreira Guimarães, o Marechal Rondon fez-lhe um panegírico, no qual destacou, sobre seus tempos de formação na Praia Vermelha, os mesmos tempos de Euclides, que “Moreira Guimarães, embora discípulo de Benjamin Constant, se absorvia nas concepções evolucionistas. Era um fervoroso adepto de Spencer. Deixando eu a Escola Superior de Guerra em Janeiro de 1890 para me internar logo após nos sertões, nela ficara o meu distinto condiscípulo concluindo o seu curso de Engenharia Militar, já então sobrecarregado de volumosa bagagem literária, característica da sua vocação filosófica. A República surgiu com programas novos de progresso moral, intelectual e prático, que empolgaram as gerações brasileiras do fim do século XIX”. (RONDON, 1940, p. 33)

Correio da Manhã³¹⁹, por exemplo, atribuiu ao livro um caráter meramente literário, considerando-o distanciado da ciência, além de não concordar com o desprestígio de Euclides com as instituições militares que o formaram (COSTA, 2007).

Mas críticas pontuais aos trabalhos dos membros do instituto não mudavam a ideia de grupo e a necessidade de construir o prestígio desse ajuntamento de homens a serviço das mesmas causas. O valor pessoal, o lugar ocupado na memória, no imaginário, a influência das crônicas e opiniões de cada um deles agregava o nome da agremiação, fortalecia o grupo e os ideais por ele defendidos. É por isso que no ano do centenário da morte de Euclides, 2009, é assim que o IHGB o descreve: “Euclides da Cunha [...] não é apenas o escritor, o cientista social e o grande intérprete de nossa civilização. É o verdadeiro gênio da raça”. (EUCLIDES DA CUNHA E O IHGB, s/d).

4.2. As bases da imortalidade: Euclides na ABL.

Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira.

Machado de Assis³²⁰.

O centenário da morte de Euclides da Cunha em 2009 ocasionou uma série de eventos, muitos deles encabeçados pela ABL, como por exemplo, a exposição *Uma poética do espaço brasileiro*, realizada na Biblioteca Nacional (RJ). O então presidente da instituição, Marco Lucchesi, reafirmou o lugar de importância de Cunha no cânone³²¹ nacional, descrevendo a sua obra como “um traço de união entre os tímidos sertões do século 19 e a ousada criação de Guimarães Rosa. A figura de Euclides permanece forte e inabalável. Euclides da Cunha fundou uma poética do ponto de vista de uma literatura social” (ERTHAL, 2020).

³¹⁹ Na edição de 3 de fevereiro de 1903. Disponível em encurtador.com.br/ftzIX. Acesso em 28 set 2021.

³²⁰ Discurso de posse como presidente da ABL na sessão inaugural, 20 de julho de 1897.

³²¹ Em 1994, entrevista com um grupo de intelectuais brasileiros (como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Roberto da Matta, João Ubaldo Ribeiro, Ferreira Gullar, José Murilo de Carvalho e Luís Costa Lima) elegeu *Os Sertões* a obra mais representativa da cultura brasileira (DUARTE, 1998). O pesquisador Alfredo César Melo fez um levantamento no ano de 2007, e destacou que “inspirada pelo *Western Canon* de Harold Bloom, a Revista Veja (a maior revista do Brasil em número de circulação), na sua edição de 23 de novembro de 1994, juntou um grupo de 15 reconhecidos intelectuais com o objetivo de eleger o “cânone brasileiro”. Os Sertões, escrito por Euclides da Cunha, ficou em primeiro lugar. Com intento semelhante, o jornal O Globo publicou, em 5 de setembro de 1998, uma pesquisa feita entre 10 intelectuais para saber quais seriam os livros mais importantes da literatura brasileira: Os Sertões figurou em segundo lugar. Por fim, a Folha de S. Paulo, na sua edição de 11 de abril de 1999, publicou uma enquête feita entre vários intelectuais sobre os principais livros de não-ficção já escritos no Brasil, e Os Sertões apareceu em terceiro lugar, atrás apenas de Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre e Raízes do Brasil de Sergio Buarque de Holanda” (MELO, 2007, P. 11)

Quando Euclides foi empossado³²² na ABL³²³, ascendeu ao panteão que abrigava Machado de Assis e Joaquim Nabuco, erguido para ser um “lugar de consagração” de vidas dedicadas à literatura, visando “conservar, no seio da federação política, a unidade literária” (ASSIS, 1897). Sobre a ocasião da posse de Cunha, Brito Broca (2005, p. 111) conta que se sabia que este seria recebido por Sílvio Romero, de quem não se esperava um discurso puramente literário. Broca asseverou, tratava-se, afinal, de “um dos grandes intérpretes da realidade brasileira, para tocar no cerne vivo dessa realidade”, mas a saudação de Romero acabou trazendo certo constrangimento à ocasião solene, que contava com a presença não só de Machado de Assis, mas também do presidente Afonso Pena, “dando com isso honra não muito comum naquele tempo à Academia”. Broca explica que enquanto o discurso de Euclides³²⁴ “foi uma peça equilibrada e justa”, Romero exaltou-se ao relacionar o “testemunho dramático de Euclides” (no caso, *Os Sertões*) com a realidade do país, fazendo críticas³²⁵ diretas ao Presidente da República³²⁶.

A partir de então, reconhecido como “um deles” e detentor de sucesso e importância literária, Euclides se viu na posição de partilhar ideias, trocar conhecimentos, com os nomes mais reconhecidos da intelectualidade nacional. Lembrando os já citados papéis legitimador e articulador das instituições (DUBOIS, 1979). É esse o papel da ABL (como o é do IHGB ou do Grêmio Euclides da Cunha, no que lhes concerne). É nesse lugar de legitimação, com essa ferramenta de articulação da república nascente com a produção literária e intelectual que também se delineava como nacional, brasileira, que Euclides encontra lugar como um pensador reconhecido no papel de unir a produção literária com a vida social do país. Agrupamento cuja tradição nacional se iniciou na segunda metade do século XVIII, conforme Castello (1999),

³²² Em dezembro de 1906, na cadeira 7, cujo patrono é Castro Alves, sucedendo ao crítico literário Valentim Magalhães (1859-1903).

³²³ Sobre a ascensão de Euclides à ABL, o crítico Wilson Martins, observando *Os Sertões*, entende que “[...] longe de refletir a paisagem sofredora que tinha diante dos olhos, ele a transfigurou numa visão apocalíptica; e, longe de se apresentar com um estilo que fosse a tradução dos agrestes e das caatingas, ele aparece como um alto representante do que a literatura já produzira de mais artificial, de menos espontâneo. Não é sem razão que *Os Sertões* o conduziram imediatamente à Academia Brasileira de Letras, nem jamais surpreendeu ninguém que esse solitário, tímido e agressivo tenha procurado e aceito a Academia como a consagração suprema de sua arte” (MARTINS, 2009).

³²⁴ Conforme mandava a tradição, Cunha discorreu sobre os nomes ligados à sua cadeira. No caso, o patrono, Castro Alves; e o fundador da cadeira, Antônio Valentim da Costa Magalhães (CUNHA, 2021 a).

³²⁵ Embora o discurso de Cunha não tenha sido livre de críticas. Ele se manteve distante da seara pessoal, mas fez ressalvas quanto ao país e a sua história, “[...] porque assim como não temos uma ciência completa da própria base física da nossa nacionalidade, não temos ainda uma história [...]. Temos anais, como os chineses. À nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a imprimidura indispensável ao desenho dos acontecimentos.” (CUNHA, 2021a).

³²⁶ Brito Broca (2005) conta que foi essa situação que fez com que, a partir de então, os discursos de recepção na ABL passassem a ser censurados.

alicerçada em ideais barrocos, traduzindo sentimentos europeus ligados a atividades culturais e intelectuais da nobreza (o que aqui, nessa instância, significava essa classe “superior” dos intelectuais).

Cunha narrou a República junto aos grandes, e isso tudo em um momento em que esse grupo reconhecia e defendia a importância dessa missão: a da construção do Brasil e da ideia do que era ser brasileiro (SEVCENKO, 1983). Vê-se isso inclusive pela saudação de Sílvio Romero, designado para recebê-lo na nova casa:

A Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas um que pode colocar ideias, além de pronomes, porque estuda e medita, porque sabe ver e inquirir. Mas afinal, é preciso generalizar e concluir. Que lição podemos tirar do discurso, dos artigos, dos estudos, do livro do Sr. Euclides da Cunha, eu digo lição que possa aproveitar ao povo que já anda cansado de frases e promessas, desiludido de engodos e miragens. Sequioso de justiça, de paz, de sossego, do bem-estar que lhe foge, esse amado povo brasileiro, paupérrimo no meio de incalculáveis riquezas de sua terra. (ROMERO, 1906).

A passagem de Euclides pela ABL foi breve, dada a sua morte repentina, e na ocasião, sucedeu-lhe na cadeira 7 o médico e escritor Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947) que, além de seu amigo, coincidentemente foi o legista responsável pela sua necropsia. Ao falar, como manda a tradição³²⁷, de seu antecessor, Peixoto não economizou adjetivos. “ [...]depois d’ Os Sertões, exerceu Euclides da Cunha engenharia e fez arte. Teve a celebridade. Se não se pejaram do crime que ele denunciou, regozijaram-se ao menos com a pompa esplendorosa do seu estilo. E glorificaram-no.” (PEIXOTO, 1911). Com efeito, foi habilidoso e, mais uma vez, elogioso, ao descrever a forma tortuosa como Euclides, por tantas vezes, lidou com os seus dons e as pessoas:

No seu estilo, como naquele caráter, havia, porém, qualidades impetuosas e dominadoras que lhe criariam, desde logo, um círculo enorme de submissões simpáticas e de irrefletidas admirações. Era como nervosidade comunicativa e entusiástica que despertava em violenta contradição a indolência e frouxidão de nossa índole. O momento em que surgiu talvez fosse propício a esse contraste e ao enorme sucesso que o acolheu. [...] Nele assim tudo eram explosões e arestas. Não tinha matizes nem reflexões. Desconhecia os meios-tons e as transições insensíveis. Era, por isso, incapaz da ternura e da piedade; não há uma só de suas páginas em que a gente sinta os olhos se molharem de suave quentura comovida. Não escreveu de um regato, de um crepúsculo, canto de pássaro ou capricho de mulher. Jactou-se mesmo, certa vez, de não haver em todos os seus livros uma só destas criaturas. Talvez venha daí a admirável coerência de sua obra: certamente, por isso, lhe falta aquele encanto

³²⁷ Valeria Costa e Silva (1999) argumenta que esses símbolos e ritos criados para a ABL, fardão, bandeira, dístico, além das cerimônias (chá, posse, saudade), são um sentido da experiência na academia, um estabelecimento de continuidade, uma vez que se repetem entre antigos e novos acadêmicos, e ao mesmo tempo falam da academia para os de fora. Ela traz destaque ao rito de posse e ao rito fúnebre, e alega que eles existem para vincular de modo contínuo os intelectuais que vão substituindo uns aos outros, assumindo tradições e expectativas das cadeiras que ocupam.

frívolo e frágil, aquele melancólico e doloroso desencantamento, que só elas conseguem dar a todas as aspirações e esforços humanos. (PEIXOTO, 1911).

A agremiação responsável pela institucionalização da literatura brasileira é um espaço de tradição desde a sua fundação (a ABL não elegeu nenhuma escritora mulher até o ano de 1976, por exemplo³²⁸), e tem, até hoje já bem adentrada no séc. XXI, em torno de si essa ideia de uma instituição muitas vezes antiquada, engessada e por isso recebe duras críticas. Sempre recebeu críticas, “ por seu tradicionalismo caduco, desolado da verdadeira cultura brasileira, e por sua influência nula no desenvolvimento literário do país” (EL FAR, 2000, p. 132).

Mas a verdade é que ao longo dos anos “a Academia continuou a representar um espaço consagrado, de importância ímpar para os que se dedicavam ao ofício das letras”. (EL FAR, 2000, p. 132), já nos tempos de Cunha, seus primórdios, trabalhando de modo a ser não só uma “instância de legitimação”, mas também um espaço de “articulação de um sistema literário no sistema social” (usando as expressões de Dubois, 1979). Com o passar dos primeiros anos e, efetivamente, ao longo da primeira metade do século XX, foi espaço de sociabilidade entre os intelectuais e detentora da missão da construção nacional por meio do seu papel de defensora da língua portuguesa³²⁹ (COSTA E SILVA, 1999), mas sem pudores de ampliar a sua área de influência para isso, o que é possível entrever pela observação do ocupante da cadeira 23 entre 1961 e 2001, Jorge Amado (1992), de que veio do próprio Machado de Assis a tradição da ABL de cadeiras reservadas a candidatos advindos das mais variadas categorias de poder, uma tradição dos expoentes³³⁰.

Esses literatos e expoentes, que abriam esses novos espaços de formação intelectual e criavam condições de reconhecimento da produção literária enquanto profissão³³¹ (EL FAR, 2000), fizeram uso de suas relações e convivência para construir uma mitologia da própria academia, desde a escolha dos patronos e o reforço das posições de importantes e de luminares da intelectualidade, o que constrói um discurso afirmativo para as suas posições e importância no mundo intelectual e social do entresséculo carioca³³² e, portanto, brasileiro (MELLO, 2011), a ponto de, muitas vezes, a sua posição na agremiação, o acesso a esta elite intelectual, tenha

³²⁸ A primeira eleita foi Rachel de Queiroz (FANINI, 2010).

³²⁹ A primeira grande empreita da ABL nesse sentido foi a reforma ortográfica de 1907 (EL FAR, 2000).

³³⁰ Apesar de ter sido moldada à semelhança da Academia Francesa, com 40 membros efetivos e perpétuos, não aceita só literatos (como é o caso da França).

³³¹ Cumpre lembrar as palavras de Antônio Cândido (2000, p. 86), para quem “elite literária, no Brasil, significou até bem pouco tempo, não refinamento de gosto, mas apenas capacidade de interessar-se pelas letras”.

³³² Como Mello explicita, “havia uma elite cosmopolita que consumia romances franceses, pagava para assistir a conferências literárias, adotava as últimas modas ditadas pelo gosto europeu e valorizava um tipo de saber produzido nas universidades e institutos que tornava o meio muito favorável à tradição que a Academia inventava” (MELLO, 2011, p. 3).

mais peso do que o trabalho literário, “um lugar de destaque no interior da elite social e intelectual do Brasil, a Academia tornou-se uma sólida referência para aqueles que desejavam ser reconhecidos como eminentes literatos, para além dos desatinos da modernidade” (EL FAR, 2000).

Talvez pareça simples dar a Euclides o título de intelectual, afinal, o seu caminho sempre foi esse, o da intelectualidade – e ele próprio, nos anos em que atuou como jornalista, como escritor, mostrou que lhe era caro esse lugar de mundo (talvez o único em que ele se sentisse realmente confortável e o único em que quisera estar – dada a sua já discutida inabilidade de se encontrar entre militares e entre engenheiros). Mas, é importante perceber que um século depois de sua morte, Euclides continuou firmemente neste lugar³³³: o lugar de grande pensador; apesar dos novos ciclos, apesar do desgaste de muitas das ideias que ele defendia, que não resistiram bem ao teste do tempo. As instituições guardiãs da sua obra mantiveram-na ativa, necessária e viva – alicerçaram Euclides como um alicerce da nacionalidade e da identidade.

A intenção de preservar e até mesmo edificar a memória de Euclides vai de encontro a todos os valores vitais à ABL: a tradição, o ritualismo, a formalidade, o respeito à pluralidade intelectual e a manutenção de um elitismo entre seus membros (COSTA E SILVA, 1999). Ao ser ortodoxa na sua defesa do padrão de uma língua culta, ela reforça esse lugar da tradição, até mesmo do conservadorismo, ideais estes que circundam com perfeição todas as ideias defendidas pela sociedade que cultuou Euclides especialmente diante da absolvição de Dilermando.

E a construção em torno de seu nome é preservada e edificada de tal forma que, no centenário de sua morte, a ABL pode afirmar, em editorial, que o centenário de Os Sertões é uma “efeméride intelectual” reforçado o uso do termo porque “dizer literária seria pouco”. Para a ABL, uma casa que defende a pluralidade dos membros da mesma forma que aceita o manto de defensora da língua portuguesa, Euclides talvez seja o resumo se sua completude, um professor, um jornalista e escritor que domina e eleva o próprio idioma, a partir de visões históricas, antropológicas, sociológicas e geográficas (SCANTIMBURGO, 2009, p. 5).

³³³ A produção de Euclides faz-se, ainda, necessária às discussões sobre o Brasil. Cândido (1943) ponderou sobre o lugar da obra literária, sobre o “lugar mais firme e mais imediato para se julgar uma obra de arte ou de literatura” e apontou que o critério desse julgamento deveria ser a necessidade da obra, “a presença de uma série de razões que fazem com que a obra pareça alguma coisa que não poderia deixar de existir”.

4.3. Monumentalização rumo à meca do euclidianismo: o Grêmio.

A terra santa de Euclides da Cunha foi sendo esculpida aos poucos.

Regina Abreu

Conforme se apontou no segundo capítulo, em 1911, no Rio de Janeiro, ex-alunos de Cunha no Ginásio Nacional³³⁴ criaram o Grêmio Euclides da Cunha. Dilermando de Assis, o algoz de Euclides, defendido por Evaristo de Moraes, tinha sido absolvido pelo Júri, e os amigos e admiradores de Cunha pretendiam manter viva a sua obra e recuperar a sua honra.

No ano do centenário da Piedade, Ricardo Oiticica³³⁵, ao nomear Euclides da Cunha um dos “formadores do sentimento republicano de nação”, destacou que assim o foi porque “sacrificou a vida pessoal em nome do país, em projetos que colocaram tudo em segundo plano”, e tomou o cuidado de frisar: “seu ciclo de vida se encerra bruscamente, numa aterrissagem típica de herói” (OITICICA, 2009, p. 2). A literatura de Euclides tem muita força, mas a narrativa da trajetória do herói também – como pondera Souza (2010, p. 43), a adoração após sua morte seria uma forma de compensar as injustiças que ele sofreu em vida. E esse esforço passa também pela confirmação de sua masculinidade, que se mistura e se confunde com a grandeza do seu intelecto. Isso se entrevê pelas palavras de Coelho Netto no discurso que faz na Câmara dos Deputados quando da morte de Euclides, a sua virilidade está na mente privilegiada, de escritor de clássicos e membro de agremiações de vulto – lugar inalcançável pela força física e habilidade bélica de Dilermando:

Não sei o que é que armou aquela mão... Sei, porém, que, ainda nessa tragédia, aparece, robusto, brônzeo, o caráter viril daquele escritor possante. Ele caiu, mas a sua obra aí está: é o bronze perene. (COELHO NETTO, 1919, p. 22).

Coelho Netto e Francisco Venâncio Filho lutavam do mesmo lado da trincheira euclidiana, logo, não foi contra Netto que Venâncio Filho (1940, p. 14) se insurgiu quando argumentou que desde a morte de Cunha, “no julgamento apressado da multidão e até na barra do pretório” o que se viu foi o escritor ser descrito apenas como “homem de inteligência e de cultura”, deixados de lado seu caráter e a sua afetividade pelo que o euclidianista chamou de “advocacia mercenária e inescrupulosa”. No caso do argumento de Coelho Netto, reconhecer a potência do cérebro de Euclides era reconhecer o que lhe formava - mais de um século depois

³³⁴ Nome dado ao Colégio Pedro II, RJ logo depois da Proclamação da República.

³³⁵ Pesquisador da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio.

de sua morte, ele segue considerado um grande intelectual³³⁶ – provada a força da capacidade intelectual, a sua principal arma de ataque de bacharel fardado³³⁷, um claro oposito ao soldado que lhe tirou a vida. Mas era vultoso mostrar ao mundo que Euclides se importava de outras formas, como destacou Alberto Rangel, citado por Venâncio Filho, ao falar de sua correspondência com Euclides:

São linhas íntimas. Na sua intimidade, porém, nada há que lhe diminua o espírito fulgurante e a dolorida sentimentalidade que as ditaram. Não podia ser de outro modo. Homens dessa natureza não têm altos e baixos, conservando também, no obscuro bastidor das relações comuns, a integridade de suas nobres qualidades reais. (RANGEL *apud* VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 11)

Aliás, Francisco Venâncio Filho traduziu bem esse esforço ao abrir o seu *Euclides da Cunha e seus amigos* dizendo que:

Todas as vidas têm, em geral, duas vidas: uma que termina com a morte, outra que aí começa. Para a maioria dos homens só a primeira conta. Para outros, muito poucos, só a segunda. Para alguns ela prossegue, continua, na glória ou no opróbio. A de Euclides da Cunha teve este aspecto duplo. Glorioso em vida, continuou-o depois de morto (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 12).

Foi a partir das primeiras atividades desse Grêmio, encabeçadas, como já se mencionou, por Edgard Sussekind de Mendonça³³⁸, Edgard Roquette Pinto e depois também por Francisco Venâncio Filho³³⁹, que surgiu a terminologia “movimento euclidianista”. (VENÂNCIO FILHO, 2001), nominando um grupo de intelectuais e de intelectuais em formação reunidos em torno da memória de um homem arrancado da vida no auge de sua grandiosidade, deixando para trás a promessa de um gênio ainda maior. Isso se destaca dos esforços de memória por eles feitos, a despeito de sempre haver uma atenção à violência e humilhação da sua morte e das falhas da sua vida familiar, mas essas, especialmente logo nos primeiros anos da morte de Cunha, são deixadas no esquecimento. De fato, mas do que relegadas ao silêncio, elas foram combatidas, como o fez Rangel, ao reafirmar a existência de sentimentalidade em Euclides:

³³⁶ Souza (2010, p. 129) pondera que os euclidianos, na luta pela preservação da memória de Cunha, acabam por criar uma imagem do escritor que atendia aos interesses deles próprios, “a do Euclides da Cunha homem da literatura e ciência, e por isso credenciado a ocupar o posto de maior escritor nacional”.

³³⁷ Conforme discussão do primeiro capítulo.

³³⁸ Nascido em uma família de intelectuais, seu pai, o escritor Lúcio Mendonça foi um dos pioneiros da ABL, Edgar Sússekkind de Mendonça (1896 - 1958) foi, desde a juventude, defensor da memória de Euclides da Cunha, fundando com o irmão, Carlos Sússekkind, o Grêmio Euclidiano no Colégio Pedro II, em 1911. Além da militância euclidianista, foi muito atuante no campo da educação, sendo um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação.

³³⁹ O educador Francisco Venâncio Filho (1894 – 1946), autor de *A Glória de Euclides da Cunha* (1940), foi pioneiro do movimento euclidianista na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi, segundo o seu necrológio feito por Reynaldo Porchat, “o pedestal da glória de Euclides da Cunha” (VENÂNCIO FILHO, 2001).

Todo impregnado ainda das impressões colhidas na fortuna de excelente convivência, o nosso intento é menos ostentativo das galas e deveres de patrono em um pretório, do que o de evocar o amigo, quase que exclusivamente, nas feições do seu caráter raro e nos traços inegáveis da sua meiga e profunda afetividade. [...] Cabem aqui, na verdade, as alusões inexcusáveis à angustia do sacrificado, se é com efeito a homenagem ao homem moral que perpetraremos, interessados no desenho do coração cristalino, melindroso e probo [...] Verificando lhe os sentimentos, nos períodos da correspondência privada e em lembranças reais da sua vida ativa, havemos de procurar fixar um pouco de luz nos desvãos de uma sombra injuriosa e maldita [...]. (RANGEL, 1919)

Alguns nomes tornam-se emblemáticos quando se fala de Rio Pardo – Reinaldo Porchat e Alberto Venâncio Filho³⁴⁰, por exemplo. Venâncio Filho foi o conferencista da segunda Semana Euclidiana em 1939. O nome da conferência? “A glorificação de Euclides da Cunha” (COSTA, 2002, p. 57).

O que os une é o compromisso com a memória de Euclides e a conservação de sua obra. Cada um a seu modo, e todos eles culminando em Rio Pardo, com um único fim: construir uma tradição em torno de Euclides – porque a tradição lhe assegura o lugar no cânone, o lugar do intelectual, protege e divulga a sua obra (especialmente *Os Sertões*, o grande instrumento de denúncia das injustiças de Canudos), e recupera a sua honra, porque reafirma sua grandeza em todas as searas, assegurando que essa narrativa chave para a construção da República tinha realmente essas características basilares.

O grupo foi incansável no trabalho em torno do nome de Euclides. Eles instalaram, com recursos próprios, uma placa de mármore no mausoléu do autor e, sobre isso, destaque-se as palavras (elucidadoras) de Alberto Rangel:

Esse mármore será da transparência das talagarças. Ele deixará ver na fina e branca textura de uma porta de pedra, para sempre fixa nos batentes eternos de um sepulcro, os sacrifícios, os protestos e a dedicação de alguns jovens ante o infortúnio e a glória de um escritor patriota e viril, traído em vida, subtraído quando morto ao peito de uma sociedade dispersa e asenzalada, que vive a palmear fantoches, a idolatrar farsistas e a coroar bandidos. (RANGEL, 1919b).

É possível notar, que usando o lastro de sua posição de intelectual e membro de agremiações como o IHGB, Rangel fez uso de suas memórias e de sua posição como amigo de Euclides para corroborar informações que refreassem as alegações de Ana e Dilermando, que contestassem as circunstâncias do ocorrido na piedade e retornassem Euclides para o lugar de homem de bem, ético e afetuoso, um escritor patriota e viril. Assim, legaram ao cânone e ao

³⁴⁰ Na primeira tradução de *Os Sertões* para o francês, a tradutora Madame Neu dedicou o trabalho a Reinaldo Porchat, a Afrânio Peixoto e a Venâncio Filho, a quem chamou de “o grande euclidiano” (COSTA, 2002, p. 53).

entendimento coletivo a visão de Euclides como autor e como homem, descolando-o (especialmente) das circunstâncias aparentes sua morte: a de homem neurastênico e traído pela esposa, com a vida ceifada pelo amante dela. E, mais que isso, essa narrativa foi combatida também para impedir que essas visões encobrissem o principal: o papel de Euclides como intelectual.

Vê-se isso, por exemplo, pela reação do Grêmio com a promoção da livraria José Olímpio quando do lançamento da biografia de Eloi Pontes sobre Euclides, 30 anos após sua morte, que expos volumes da obra junto com a carteira que Euclides portava no dia de sua morte (e que fora cravada por uma bala) e imagens de seu cadáver no necrotério e em seu velório. A imprensa não só reagiu furiosamente como cobrou uma atitude do Grêmio por meio de seu então presidente, Sussekind de Mendonça (ASSIS, 1951, p. 32), que imediatamente replicou em telegrama:

[...] concordo plenamente vosso comentario atitude livreiro Rua Ouvior mercadejando troféus tragédia Euclides. Engana-se, entretanto, vosso mau informante, quando associa Grêmio tenho honra pertencer a tal exibição. Há muita diferença entre os que servem a Euclides e os que põem a seu serviço. (ASSIS, 1951, p. 33).



Imagem 30. Escrivadinha usada por Euclides da Cunha para escrever *Os Sertões* exposta em São José do Rio Pardo. Foto: JR Diorio para *Estadão*, 2016.

Atualmente, compreende-se essa situação com o destaque que é dado ao trabalho de Euclides em Rio Pardo, por exemplo. Ouvida sobre o legado de Euclides em Rio Pardo no ano de 2016, a então Diretora da Casa de Cultura Euclides da Cunha, Lúcia Helena Vito, teve o cuidado de destacar que a cidade apagara aos poucos a lembrança da tragédia da morte de Cunha, “houve tempos em que se falava disso aqui, mas o reconhecimento pela contribuição

dele à cidade prevaleceu” (TOMAZELA, 2016). Na Casa Euclides da Cunha, o destaque é a sua produção.

A cada ano, nessa Rio Pardo, na semana que culmina com a data da morte do escritor, um grupo se reúne para realizar a Semana Euclidiana³⁴¹ com o apoio da população e do governo locais (ABREU, 1994). Essa efeméride não se inicia como uma semana, mas sim um dia, a data da morte de Cunha – 15 de agosto, a partir do ano de 1912, quando amigos do escritor, a fim de homenageá-lo, reúnem-se na cabana na qual ele escrevera grande parte de *Os Sertões* (BARROS, 2002).

As comemorações anuais a Euclides passam a se alongar por uma semana a partir de 1938 (COSTA, 2002). Capitaneada pela *Casa de Cultura Euclides da Cunha*³⁴², traz eventos como a *Maratona Intelectual Euclidiana*, “um torneio de puro prestígio intelectual [...] a partir de um modelo de vida paradigmático e exemplar, que é Euclides da Cunha e suas obras” (MASCHIETTO, 2002, p. 116), instituída em um esforço para que as comemorações euclidianas fossem mais bem direcionadas, “que havia muita exaltação, muita emoção, muito discurso inflamado. Que a cada 15 de agosto o sangue de Euclides fervia” (MASCHIETTO, 2002, p. 116).



Imagem 31. Grupo de pessoas em torno da Cabana de Zinco, em homenagem a Euclides da Cunha no ano de 1912. Sem autor. Disponível em <http://www.saojoseonline.com.br/>. Acesso em 01 out 2021.

³⁴¹ Álvaro Ribeiro Neto (na ocasião, presidente da Casa de Cultura Euclides da Cunha de Rio Pardo), informou que a Casa Euclidiana tem quatro datas importantes, cujas comemorações se repetem anualmente: 20 de janeiro, nascimento de Euclides da Cunha; 18 de maio, inauguração da ponte; a Semana Euclidiana de 9 a 15 de agosto; e 2 de dezembro, data do lançamento da obra *Os Sertões* (COSTA, 2002, p. 59).

³⁴² Situada na casa onde o escritor e família moraram enquanto estiveram na cidade.



Imagem 32. Cabana de zinco de Euclides da Cunha protegida por uma redoma de vidro. Ao fundo, a Pontes Euclides da Cunha. Foto: JR Diorio para Estadão, 2016.

Ali, a cabana de zinco que servia de abrigo a Euclides enquanto trabalhava segue cuidadosamente preservada. Tombada em 1939³⁴³, ela é o centro de um local conhecido como “recanto euclidiano” (COSTA, 2002, p. 56 e 60). As primeiras homenagens a terminava ali, uma cerimônia fúnebre com uma romaria cívica até a cabana de zinco (um eco da cerimônia de todo dia 15/09 aos pés do túmulo de Cunha no Rio de Janeiro, iniciada em 1913). Hoje, essa romaria cívica marca o final da *Semana Euclidiana*, um feriado local (COSTA, 2002, p. 61). É o ritual para um homem consagrado como grande exemplo. É assim que se esculpe a terra santa de Euclides, erigindo símbolos, alimentando memórias, criando e recriando tradições:

Imortalizando a cabana, retinha-se seu fluxo sagrado. A cabana era uma relíquia da divina força poética que se manifestou no escritor. A redoma de vidro seria, então, capaz de imortalizar a cabana que imortalizou o escritor que produziu a obra imortal, pois para que existem redomas senão para proteger as relíquias ou as imagens dos santos e das divindades? (ABREU, 1998, p. 317).

Essa dedicação à memória de Euclides, especialmente durante a Semana Euclidiana, se reflete de diversas formas em Rio Pardo, formas que vão além das atividades regulares/oficiais do evento. Por exemplo nas propagandas do jornal local, levantadas pela pesquisadora Regina Abreu (1994).

³⁴³ Barraca de Euclides da Cunha, inscrita no livro do tomo sob o nº 26, vol. 1, f. 022, 30/08/1939 e, segundo informa o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), “O mérito do tombamento da cabana se deve unicamente ao valor histórico, por ter sido nela que Euclides da Cunha redigiu parte do livro *Os Sertões* enquanto supervisionava a construção da ponte metálica sobre o Rio Pardo. A pequena cabana, originalmente de sarrafo e teto de zinco, encontra-se atualmente revestida por placas de cimento amianto e o piso, antes em terra batida, por patamar de concreto. No seu interior foram colocados alguns pertences de Euclides da Cunha: escrivaninha, vestuário e livros. Está protegida por uma redoma de vidro”. (Disponível em <https://tinyurl.com/4bwp3u88>. Acesso em 04 jan 2021).

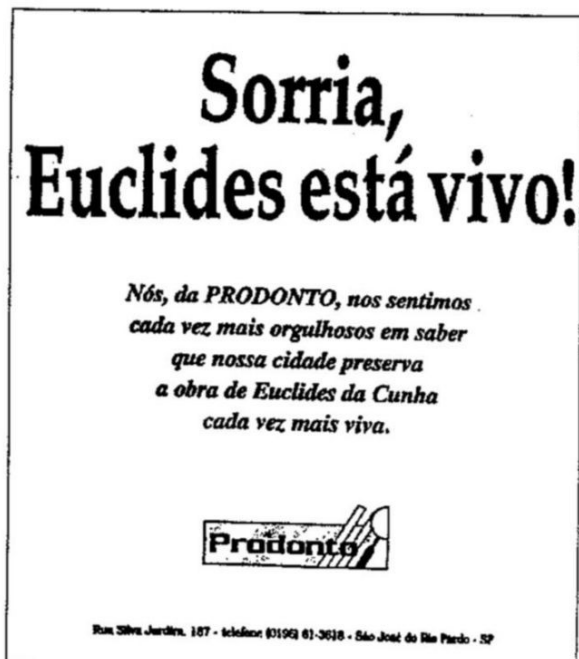


Imagem 33. Propaganda de consultório odontológico em São José do Rio Pardo. Jornal *Gazeta de Rio Pardo*, 8 ago 1992. Foto: Regina Abreu (1994).



Imagem 34. Propaganda da Cia Paulista de Energia Elétrica no Jornal *Gazeta de Rio Pardo* de 7 ago 1993. Foto: Regina Abreu (1994).

Com essa documentação é possível entrever com muita clareza a já colocada informação da santificação da figura de Cunha (cf. p. 121 e ss). Tanto que Abreu (1998) e Souza (2010)

destacam a influência positivista na construção desse culto a Euclides, inclusive no que tange a todos os rituais que o grêmio e até mesmo Rio Pardo erigem em torno da memória de Cunha. Logo, como bem assevera Souza (2010, p. 62), santidade para Cunha sim, mas nos termos do positivismo³⁴⁴ e não em termos cristãos. Era a adoração da figura cívica, do homem que trabalhara pela República, do orgulho das letras nacionais.



Imagem 35. Representantes de Cantagalo (RJ) tradicionalmente participam do Desfile Cívico durante a Semana Euclidiana em Rio Pardo. Foto sem autor e sem data. Disponível em <http://www.saojoseonline.com.br/semana/sedesfil.htm>. Acesso em 14 out 2021.

A obra de Cunha era adorada e lembrada porque ela era instrumento de compreensão, de aprendizado sobre o país. Esse ideal de culto a Euclides³⁴⁵, ironicamente um homem ateu³⁴⁶ e antirreligioso (GALVÃO, 2009^a, p. 2) é reforçado por Carmem Maschietto, que aponta a instituição de um feriado local como um forte indício (COSTA, 2002, p. 61) e, ao analisar as Semanas Euclidianas e sua relação com São José do Rio Pardo, encerra sua fala afirmando que “A Semana Euclidiana é uma glória nossa, é um apanágio nosso, é também encargo nosso (...)’ . E será crime nosso- inominável deixar apagar a chama (única talvez), que nos caracteriza,

³⁴⁴ Paulo Carneiro (1995) discorre claramente, “o culto consagrado à memória de Euclides nas comemorações do 15 de agosto, nas visitas coletivas a seu túmulo [...] imprimiu aos sentimentos puramente humanos que o motivaram um caráter religioso de inspiração comtiana”.

³⁴⁵ Com a morte do autor surgem os euclidianos, envolvidos com homenagens póstumas a Cunha e, no decorrer dos anos, com a construção da memória póstuma do escritor. A partir de 1917 o movimento euclidiano conta com um “Plano de Campanha”, que visa “realizar um meticuloso trabalho de levantamento de fontes, fotografias, cartas, documentos, relíquias e livros que pertenciam ao escritor ou que figura como referência em suas obras” (ABREU, p. 21, 2009).

³⁴⁶ Sobre o ateísmo de Euclides, Joel Tostes transcreve declaração do próprio, que diz: “[...] então, eu não creio em Deus? Quem teria propalado esta calúnia? Ah! Meus pobres amigos que me acusam de ateísmo. Mal sabem que também rezo. Rezo sem palavras, na perpétua adoração das coisas e na minha miserabilíssima e falha ciência sei positivamente, que há alguma coisa além do que sei e que não posso definir” (TOSTES, 1990, p. 48). Essa citação me parece importante demais para estar aqui em rodapé. Colocar no texto.

distingue e nobilita: o culto” (MASCHIETTO). Uma adoração bem ao gosto comtiano, seja dito³⁴⁷.



Imagem 36. Banner anunciando os jogos da Semana Euclidiana. Foto sem autor e sem data. Disponível em <https://difusora.fm.br/nas-olimpiadas-futebol-masculino-boxe-e-canoagem-ganham-ouro-leiam-esta-e-outras-noticias-do-esporte/>. Acesso em 14 out 2021.

Pedro Calmon (MASCHIETTO, 2002, p. 9) resume bem esse esforço de monumentalização ao apontar existir no Brasil algo surpreendente, “uma cidade que todos os anos, com a pontualidade de um culto, a solenidade de um voto, comemora um livro”. A importância da produção literária de Cunha, visível pelos láureos recebidos em vida e pela contínua reedição de *Os Sertões*, entre seus outros livros (sem prejuízo de críticas a essa produção, como aqui já se destacou), é também frisada por Afrânio Peixoto (VENÂNCIO FILHO, 2001), para quem Euclides deve ser honrado “não com epítetos, mas na sua obra, no seu grande livro, no mérito incisivo dele, pelo qual tocou e prendeu a alma nacional”.

³⁴⁷ Sua terra natal também reforça o culto. Em Cantagalo seu busto está na praça central e o seu encéfalo se encontra preservado como uma relíquia nas dependências da Casa Euclides da Cunha. Sobre o cérebro de Euclides, Pontes informa (1983, p. 340) que este foi retirado durante a realização de sua autópsia, e posteriormente depositado no Museu Nacional. Em 1982/1983, quando ficou decidido que os restos mortais do autor seriam trasladados para São José do Rio Pardo, autorizou-se a remoção do encéfalo para Cantagalo (DOLZAN, 2016).




Imagem 37. Estudantes de Cantagalo (RJ), a cidade natal de Euclides da Cunha, participam da Maratona Euclídiana durante a Semana Euclídiana do ano de 2017. Foto: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Cantagalo (RJ). Disponível em <https://www.cantagalo.rj.gov.br/>. Acesso em 14 out 2021.

A obra de Euclides segue seu destino que nascera grandioso no início do séc. XX, mas, cabe destacar que mais do que comemorar *Os Sertões*, Rio Pardo comemora Euclides. Com a pontualidade e a solenidade devidas a um homem que há muito é um mito e morreu em uma cena digna de um habitante do Olimpo.

Visto o esforço destas instituições, observadas as narrativas de pontos diversos e de tempos diversos, repete-se a indagação do início deste capítulo, qual papel a República e seus valores, públicos e privados e instituições contribuiriam para a construção de Euclides como intelectual e escritor digno de lembrança recorrente e valorização, de monumentalização em atos materiais e imateriais, em obras, espaços e cultos memorialísticos? Vê-se que a maneira como Cunha morre e as narrativas escritas em torno de sua vida contribuem para essa construção, para o seu lugar na memória nacional – mas não necessariamente para seu lugar no cânone. As passagens de Euclides pelo serão e pela Amazônia, ainda que vistas pelas lentes científicas do séc. XIX são, ainda hoje, instrumentos importantes para a reflexão do Brasil.

REPUBLICA DOS E. U. DO BRAZIL


Registro Civil da 4.ª Pretoria
OBITO


José Lopes de Oliveira Araujo, Escrivão da 4.ª Pretoria do Districto Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Certifico que a fl. 80 do livro de registro de obitos n. 143 deste cartorio consta sob o n. de Euclides da Cunha o de que deu-se as 10 1/2 horas da manhã de quinze de Agosto de mil novecentos e nove na casa n. Estação da Fiedade Côr. branca idade quarenta e dois annos Estado casado

Profissão Engenheiro Militar, escritor
 Nação Brasileira
 Naturalidade Brasileira
 Filho de Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha
 e de —
 Residente em Copacabana
 Falleceu testamento e deixou filhos

A morte teve por causa, segundo attestado do Dr. Francis Pereira
Chicorépagia de Pulmar, diata, devido a febre
ta por causa de febre
 e foi sepultado no cemiterio de S. Joaõ Baptista
 O referido é verdade e ao dito livro me reporto e dou fé.

Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1909
 José Lopes de Oliveira Araujo



Observações

Cadastral foi recolhido ao Cartorio

Cunha

5

+

Pap. Mandes Ogvidor, 60 Ant. 28

Imagem 38 . Fac Simile Certidão de Óbito de Euclides da Cunha constante do seu processo de inventário (p. 13). Disponível em http://www4.tjrj.jus.br/acervo/asp/prima-pdf.asp?codigoMidia=910&nomeArquivo=AP_001672. Acesso em 21 out 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é um voto de pesar que peço à Câmara, pois este vejo que está mais do que lavrado na ata: está em todos os olhos, em todos os corações (muito bem!); mas um preito de glorificação ao espírito desse que foi herói-poeta, como o definiu Carlyle, pela força do Cérebro e pela Bondade do Coração (muito bem, muito bem! Palmas).
Coelho Netto³⁴⁸

Em 16 de agosto de 1909, os amigos de Euclides o acompanharam até o seu local de repouso final³⁴⁹, o mausoléu da ABL no Cemitério São João Batista (RJ). Coelho Netto proferiu, como neste trabalho já se comentou, uma última homenagem, um discurso no qual comparou a tragédia euclidiana à tragédia grega *Orestéia*³⁵⁰, de Ésquilo³⁵¹ (Jornal *O Paiz*, 17 ago 1909), que conta o destino de Agamenon, rei de Argos que, ao voltar da Guerra de Tróia, foi morto por Clitemnestra, sua esposa, e Egisto, amante dela; o que a Euclides, que “tinha predileção por modelos gregos e franceses que aplicava à sua obra e vida” (VENTURA, 2003, p. 259) em muito agradaria³⁵². Ironicamente, mal sabia Coelho Neto, que a família de Euclides seguiria o mesmo rumo da de Agamenon, com os filhos buscando vingar a morte do pai “[...] já o destino as armas da justiça/ afia para nova punição!” (ÉSQUILO, 2010, I, 1785-86, 78).

A tragédia, o destino, justificam e se repetem a partir de diversos pontos: na imprensa, pelo próprio Euclides, por Ana, que pareceu não ouvir de outrem o que ouviu Clitemnestra, “[...] não há morte sem vingança de algum deus” (ÉSQUILO, 2010, I, 1471-74, 66-67). Talvez Coelho Netto tivesse mesmo razão ao recorrer a Ésquilo, porque ele também pinta o destino de

³⁴⁸ Discurso em homenagem a Euclides da Cunha proferido um dia após a sua morte, na Câmara Federal, pelo então deputado Coelho Netto.

³⁴⁹ Os restos mortais de Cunha e de Quidinho foram trasladados para São José do Rio Pardo em 1982, ocasião que Rodolpho Del Guerra descreveu como “um dos mais belos e importantes acontecimentos deste século, em São José do Rio Pardo: o clímax dos longos dias do traslado de Euclides da Cunha e Euclides da Cunha Filho. Foi a apoteose da inumação dos restos mortais de ambos, no mausoléu rio-pardense beira-rio. Comovedora a tarde ensolarada do 15 de agosto de 1982! [...] O herói estava entre nós” (DEL GUERRA, 2020b, p. 57).

³⁵⁰ A *Orestéia* (458 a.C) – ode ou canto a Orestes – é dividida, na verdade, em três tragédias: Agamêmnon, Coéforas (mulheres portadoras de oferendas aos mortos) e Eumênides (as fúrias ou eríneas, deusas da vingança). Nelas, Ésquilo retoma o mito dos átridas (descendentes de Atreu- rei de Micenas e pai de Agamenon e Menelau). No primeiro livro morre Agamenon. No segundo livro, Orestes, filho de Agamenon e Clitemnestra, irmão de Electra, e que vivia exilado, volta para Argos. Seu objetivo é cumprir a determinação do Oráculo de Apolo: vingar a morte do pai. O terceiro livro é o julgamento de Orestes – ainda que o destino e os deuses exigissem que ele se vingasse, ele sabia que estaria, então, à mercê das eríneas, sendo ele próprio um assassino. Ele busca proteção junto a Apolo e Atena, sem querer tomar a decisão de absolver Orestes, institui um tribunal humano – o primeiro Tribunal do Júri da humanidade. E Orestes é absolvido com o seu voto de minerva, depois que os homens se dividem igualmente entre o perdão e a condenação (BLANCHOT, 1971).

³⁵¹ Ésquilo é considerado o criador da tragédia grega, devido ao expediente de incluir um segundo ator no interlúdio falado entre os tradicionais cantos das representações dionisiacas, o que transformou a narração lírica em cênica.

³⁵² Ele se descrevia como “um grego perdido em Bizâncio” (CARVALHO, 2017, p. 125).

Dilermundo com o coro que canta aos pés do túmulo de Agamenon na abertura do segundo livro da *Orestéia*, “a maior infelicidade de um culpado é a demora pelo castigo [...] a balança/da justiça serena está atenta” (ÉSQUILO, 2010, II, 75-76, 93). Ao culpado está reservada “[...] a ruína total e completa” (II, 89, 93) e não há como escapar aos “[...] duros golpes do destino cego” (ÉSQUILO, 2010, II, 106, 94). Ao não ser castigado, Dilermundo viu-se diante de um maior castigo, uma vida toda de pessoas defendendo a sua ruína.

Se os pés de Cunha para sempre estarão plantados nos sertões, é certo que sobre ele sempre irá pairar a névoa da tragédia. É a esse adjetivo que todos se voltam, o termo parece ter o poder de ilustrar o confuso, explicar o inexplicável. Construir (alg)uma visão de Euclides é ouvir muitas vozes diversas que se unem em uma certeza: ele foi um homem de honra e escritor talentoso que foi engolido pela tragédia e enterrado com toda pompa, “a mais tocante e significativa consagração da vida brilhante e da morte dolorosa, que integraram na mesma dignidade a figura saudosa desse profícuo trabalhador, reto, inteligente e bom.” (O PAIZ, 17 ago 1909).

Foi a partir dessa “Tragédia da Piedade” que aqui se buscou compreender como as suas disputas narrativas e de memória contribuíram para erigir a imagem de Euclides como ideal de homem e de intelectual, um mito – e como essas construções míticas advieram das conjunturas históricas e da recepção de sua vida, morte e obra articuladas desde a atuação de instituições culturais, inclusive das quais ele fazia parte, como um instrumento e construção e reafirmação da identidade do Brasil enquanto República, enquanto civilização.

Euclides era um amante do Brasil, ele tinha profundo amor por sua terra, um eco da República ideal que ele não viu acontecer, “aprendeu com outros republicanos idealistas que uma coisa eram os valores, o ideal do republicanismo como governo virtuoso e dedicação à pátria, outra eram as condições sociais do país que inviabilizavam a realização de tais valores” (CARVALHO, 2017, p. 139). E é a ida a Canudos o marco dessa nova visão, dessa compreensão de que a República até podia existir como valor, como princípio, mas que os representantes que ali estavam não faziam muito por ela (CARVALHO, 2017, p. 137). E a impressão é tão perene que a revisão da República é central³⁵³ na obra de Euclides da Cunha,

³⁵³ Ventura resume bem a posição de Euclides, “Sua revisão da República resultou de uma longa e sofrida reelaboração, em que deixava transparecer certa dose de culpa ou remorso pelo silêncio cúmplice a que precisou se submeter. Tanto em *Os sertões*, como nos ensaios ‘A esfinge’ e ‘O marechal de ferro’, em que criticou o autoritarismo político de Floriano, irrompe uma escrita represada e remoída, que só pôde ser traçada sob a luz fria da reflexão, depois de extintos os fatos e muitos de seus personagens. Defrontou-se, no calor da hora, com a impossibilidade de erguer a voz ou de brandir a pena contra os desmandos de um regime político, em que desapareciam os contornos entre heróis e bandidos, entre civilização e barbárie” (VENTURA, 1996, p. 285).

ela se radicaliza em *Os Sertões*, quando o autor acusou o governo pelo genocídio dos habitantes do arraial de Canudos (VENTURA, 1996).

Leopoldo Bernucci afirma que, hoje, se não tivesse Euclides, o Brasil ficaria numa “situação lamentavelmente deficitária” (ERTHAL, 2020). Euclides é basilar na construção da identidade do Brasil, um de seus autores intérpretes, mesmo com as críticas, mesmo com as mudanças de visão sobre os homens, a política, a ciência ao longo dos anos. Um atestado ao trabalho do cânone e das agremiações que mantêm sua memória e o seu ideal de grandiosidade (mas isso não se dá sem a qualidade da própria obra, cabe aqui marcar, ela resiste não só porque foi uma novidade ou porque tinha o apoio das instituições, Euclides inovou ao trazer para a literatura, para a compreensão do que via, o debate teórico, a ciência), além da utilidade da sua obra, que serve ao eterno construir da República, à reafirmação das bases plantadas no final do dezenove e do início do séc. XX, corroborando a escolha desse regime, e o melhor caminho seguido pelo país desde então.

Veja-se o que já dizia Francisco Venâncio Filho na década de 1940: um “pensador insigne”, merecendo ocupar um lugar “ao lado dos nomes de Virchow, Broca, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Fernão Cardim, Ferreira Pena, Castelnau, Gonçalves Dias, Humboldt e Champollion” (VENÂNCIO FILHO, 1940, p. 11). É interessante observar aqui a variedade de nomes com que Venâncio compara Euclides, nomes maiúsculos da ciência, do ensino, das letras e seus cânones, intérpretes reconhecidos de seus próprios tempos. Virchow³⁵⁴, um cientista e pesquisador em várias frentes³⁵⁵; Brito Broca³⁵⁶ um cronista e narrador do Brasil; Champollion³⁵⁷, um decifrador de mundos desconhecidos, como também o foram Gabriel

³⁵⁴ Rudolf Virchow (1821-1902) foi médico, antropólogo, patologista, biólogo, escritor e político alemão (Conforme informações da Enciclopédia Britânica. Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Rudolf-Virchow>. Acesso em 13 fev 2022). Como Euclides, um homem do entresséculo circulando entre a ciência e as letras.

³⁵⁵ Venâncio Filho abre a ilustre galeria justamente com um literato cientista, uma característica sempre destacada de Euclides. Veja-se a observação de Luiz Costa Lima sobre a recepção de *Os sertões* cujo fundamento, para ele, iniciado quando da sua publicação inicial em 1902, parte da concepção de que a obra é uma obra não só literária, mas também científica (LIMA, 1997, p. 16). Esse papel é reforçado, aliás, pelo próprio Euclides. No seu discurso de posse na ABL, ele discorre, por exemplo, sobre ter desviado “[...] dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo [...]” (CUNHA, 2021a), reforçando sua posição de literato da ciência – um construtor de pontes escritor.

³⁵⁶ José Brito Broca (1903/1961), crítico, jornalista e ensaísta literário (Conforme informações da Biblioteca Brito Broca de Pirituba. Disponível em emencurtador.com.br/irCIN. Acesso em 13 fev 2022). Broca e Cunha, observadores do povo e da formação do país, colegas jornalistas.

³⁵⁷ Como Euclides decifrou o sertão brasileiro, o egiptólogo e linguista francês Jean-François Champollion (1790-1832) famosamente foi o primeiro a fazer uso da pedra de roseta para decifrar os hieróglifos egípcios. (Conforme informações da Enciclopédia Britânica. Disponível em emencurtador.com.br/amsB3. Acesso em 13 fev 2022).

Soares³⁵⁸ e Castelnau³⁵⁹. Um professor, jornalista e homem da política como Ferreira Pena³⁶⁰. Da mesma forma que Gonçalves Dias³⁶¹, um exaltador da exuberância da natureza do país. E, por fim, um pioneiro da geografia à altura de um Humboldt³⁶². Até com religiosos há como relacionar o ateu positivista Euclides: o Padre Simão de Vasconcelos³⁶³ na sua visão filosófica do mundo novo e o Padre Fernão Cardim³⁶⁴ com seus tratados sobre a terra e a gente do Brasil.

Todas essas qualidades que Venâncio, provavelmente, queria ver refletidas, ou melhor, via ecoadas em Euclides, porque entendia que ele também as tinha. De fato, o que todos esses nomes têm em comum é o fato de explorarem, cada um ao seu modo, o desconhecido, o diferente, o vazio. Como lembra Ventura (2003, p. 247), os sertões, quer os nordestinos, quer os amazônicos, são espaços fora da escrita e da civilização – quando os decifra, Euclides os insere na história.

As narrativas da vida de Euclides fazem o mesmo, preenchem os vazios para inseri-lo na história. Trazem à tona esse ser múltiplo, o que vai ser sua melhor qualidade e também, de certa forma, o maior defeito, de homem que não se encontrava na cidade, ansiava pelo campo, não se encontra na família, no casamento e não teve na esposa a companheira que lhe

³⁵⁸ Gabriel Soares de Sousa foi um dono de engenho, sertanista e navegador português, especialmente conhecido por ter escrito *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (MALHEIROS DIAS, 1922). Soares e Cunha enfrentam um mundo novo e o hostil e vertem em letras as descobertas.

³⁵⁹ François-Louis LaPorte, conde de Castelnau (1810-1880) foi um naturalista francês que cruzou a América do Sul (inclusive o Brasil), de 1843 a 1847, com dois botânicos e um taxidermista (Conforme informações de encurtador.com.br/egC78. Acesso em 12 fev 2022). Como Euclides, um homem da ciência que lançava seu olhar sobre um mundo novo, desconhecido. Ele decifra o Brasil a partir de sua ciência assim como Euclides o fez em Canudos, ou na Amazônia.

³⁶⁰ Herculano Ferreira Pena (1811 -1867). Professor, jornalista e político. Militou nas mesmas searas que Euclides, embora este não tenha mergulhado diretamente na política, atuou sempre com políticos e muitas vezes em nome da política republicana.

³⁶¹ Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), poeta, professor, crítico de história, etnólogo. Além de ser um exaltador do país, como foi Euclides, Dias é patrono da cadeira 15 da ABL, por escolha de Olavo Bilac. (Conforme informações do *site* da ABL. Disponível em encurtador.com.br/dmqtK. Acesso em 12 fev 2022).

³⁶² Alexander von Humboldt (1769-1859), geógrafo, filósofo, historiador, explorador e naturalista alemão, que, com importantes expedições naturalísticas, fundou a geografia física moderna. Não diferente da atitude de Euclides ao se dedicar a expedições de reconhecimento e medição do território nacional Amazônia afóra, por exemplo. (Conforme informações da Enciclopédia Britânica. Disponível em encurtador.com.br/ijxIS. Acesso em 13 fev 2022).

³⁶³ Simão de Vasconcelos, como Euclides, se dispõe a ouvir e entender o habitante do lugar desconhecido: o sertanejo, o ribeirinho. E o fez tendo como base a Antiguidade Clássica (SOARES, 2007), como Euclides também gostava de fazer.

³⁶⁴ Euclides, como Cardim, ao produzir sua obra, contribui para os argumentos da construção da identidade nacional. O Padre Fernão Cardim (1549-1625), com o seu *Tratados da terra e gente do Brasil*, traz não só uma importante descrição da paisagem e dos animais americanos, mas também das atividades econômicas das capitanias compreendidas entre Pernambuco e São Vicente, além dos costumes dos povos indígenas e à ação das missões jesuítas na colônia (Conforme informações da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em encurtador.com.br/syFXY. Acesso em 11 fev 2022).

compreendesse e respeitasse³⁶⁵ (e que ele pudesse compreender e respeitar em retorno). De fato, esses desencontros de Euclides se resumiam em um único problema: ele se ressentia “com toda e qualquer ocupação que lhe roubasse o tempo que gostaria de dedicar à leitura e à escrita” (VENTURA, 2003, p. 253). Teodoro Sampaio, outro ilustre amigo, e que acompanhou de perto seus primeiros anos em São Paulo, logo após se desligar do exército, narrou o aparente tédio de Cunha diante das suas funções e trabalhos de campo, já que “não encontrava na função, como exercida, a superior elevação capaz de o libertar da pasmaceira de uma técnica que lhe parecia duvidosa” (MARCOLIN, 2015, p. 114).

Assim, mesmo na Amazônia, ou em Canudos, lidas que pareciam tão compatíveis às suas vontades, o dilema era o mesmo, uma “incômoda contradição entre a face pública de escritor e a busca inglória de emprego mais propício à atividade literária” (VENTURA, 2003, p. 253). Chega a ser irônico que ao finalmente ser nomeado professor de lógica do Colégio Pedro II, ele não só se desvie da sua linha reta (ao atingir seu objetivo mesmo tendo sido aprovado em segundo lugar, nomeado em detrimento do primeiro colocado, o filósofo Farias Brito) como mal tira proveito da situação que via como ideal – porque dá sua primeira aula em 29 de julho de 1909 (VENTURA, 2003, p. 256) e morre menos de vinte dias depois.

Na mitificação de Euclides as razões de sua morte são fortes o suficiente para encorajar as razões literárias e políticas, mas não se pode dizer que a sua grandiosidade advenha apenas da sua tragédia, ou que persista por ela³⁶⁶. A Piedade pode ter sido o ponto de partida para o mito, mas não é a maior definidora de Euclides. Ela é um instrumento no percurso, e entender suas narrativas deixa isso claro. E o seu peso é tão grande em razão do momento da vida e da morte de Cunha, um período de grande peso da honra, da virilidade, do casamento. As circunstâncias daquele entresséculo determinam os caminhos de Euclides – e o lugar do seu corpo na história. O lugar da relíquia, o lugar da adoração do homem que foi o desbravador, o entendedor e tradutor do sertão e dos seus moradores, um construtor da República³⁶⁷. Uma

³⁶⁵ Ainda que pudesse dizer ao próprio pai acerca do comportamento de Ana, “eu não caí – graças a Deus – no repugnante ridículo de uns ciúmes de todo em todo injustificáveis; e nem estaria aqui, a escrever-lhe esta se duvidasse um só momento da honestidade da que me completa a vida” (GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 297).

³⁶⁶ Embora Orestes Barbosa, um dos raros defensores de Dilermando, aponte o contrário. Ao comentar a promoção de Assis a General, sobre Euclides ele ponderou, “nunca se viu cadáver tão rendoso como o do malogrado autor do ‘Sertões’. E num desses paradoxos que a vida oferece, pode-se ver que 50% da glória do publicista (mais suicida que assassinado) decorrem desse drama que celebrizou o intelectual. Porque outros escritores, de igual altura (e cuja morte não possibilitou ‘cavação’), aí estão esquecidos do país” (Jornal *O Radical*, 28 abr 1950).

³⁶⁷ Euclides foi a Canudos pronto para defender o nascente regime, não só voltou de lá com uma visão diferente como acabou por viver uma vida que mostrava paralelos com a vida de Antônio Conselheiro, também personagem da sua grande obra. Ventura denota que os caminhos de Cunha e Conselheiro apresentam muitos paralelos, e o vetor deles é a República, “ambos tiveram o destino marcado pelo adultério das esposas, pela vendeta entre suas respectivas famílias e as de seus inimigos e pelas posições que tomaram perante a República.” (VENTURA, 2003, p. 258).

adoração que busca, mais do que apenas garantir a boa memória do escritor, garantir a narrativa da identidade nacional, garantir o fortalecimento do regime republicano.

Estava nos planos ir até Rio Pardo acompanhar a Semana Euclidiana e ir ao Rio de Janeiro fazer um levantamento presencial nos arquivos do Museu da Justiça carioca, da ABL do IHGB e do Instituto Moreira Salles, além de estender a viagem até a cidade de Cantagalo, mas com a pandemia da Covid 19 isso não foi possível. Por sorte, justamente por ser Euclides tão pesquisado, a pujança de documentos *online* (e o aumento do oferecimento destes justamente em razão das limitações sanitárias) não deixou que esse trabalho sofresse grandes reveses pelas limitações físicas. Mas, especialmente, foi lamentada a perda da oportunidade de acompanhar de perto a mítica, a tradição e a construção de novas narrativas, cultivadas ano após ano. A semana Euclidiana traz em seus anais a participação de todos os grandes pesquisadores de Euclides da Cunha e diversos intelectuais³⁶⁸. O movimento euclidiano é coreografado para lembrar o melhor de Euclides, e justificar a manutenção de seu nome no cânone, a obrigatoriedade de sua leitura como construtor da identidade nacional, a lembrança de sua morte a partir das lentes da sua grandeza como homem de família – e não as suas falhas.

Não cabe ao historiador fazer um juízo de valor acerca das questões pessoais ligadas àqueles que pesquisa, ponderar sobre estas falhas do humano *per si*. O pesquisador trabalha com uma documentação, que muitas vezes envolve juízo de valor pessoal de terceiros (como as memórias de família ou até mesmo os depoimentos judiciais), contudo, as construções e conclusões do trabalho advêm da documentação e da pesquisa, do cruzamento de informações. No entanto, pessoalmente, ao longo de cartas, arrazoados e até atas, foi difícil não enxergar as pessoas e as dificuldades que eu imaginei terem elas passado, justamente em razão do conhecimento carregado a partir da leitura de documentos e da historiografia que traduz a época.

Mas dessas questões pessoais das quais não se furta conhecer, cabe voltar ao fato de que, e isso já foi dito ao longo do trabalho, não era (só) sobre a amizade e o respeito, era também sobre um nome que fazia parte de instituições às quais interessava a leitura de sua obra e o respeito pela sua carreira, que se desenvolvera também na construção da doutrina republicana. A narrativa de Euclides servia aos valores daquela ainda nova República, os homens que preservam o trabalho dele também serviam a esses mesmos valores, eram filhos dele.

³⁶⁸ Proferiram conferências oficiais, entre outros, Afonso Arinos de Mello Franco (1940), Menotti del Picchia (1944), Cassiano Ricardo (1947), Plínio Salgado (1953), Alceu Amoroso Lima (1957), Francisco Foot Hardmann (1989) e Roberto Ventura (1995). Outros intelectuais estiveram na cidade acompanhando a Semana, como foi o caso de Rubem Braga, convidado a Rio Pardo em 1940. Foi e não gostou do que viu, publicou crônica dizendo que ali se achava "gente da roça, pobres mulheres com seus filhinhos no colo, pobres crianças de menos de um ano, que ali estavam a comer poeira e a ouvir discursos, nas festas populares". E, ao conclamar Euclides, encerrou, "se esse caboclo pudesse vir espiar a festinha que lhe arranjaram ..." (*apud* MASCHIETTO, 1999, p. 1)

A história de Euclides, Ana e Dilermando é sim uma história de tragédias, desencontros e limitações, mas ela é também uma história de superações e de confirmação da importância do papel de Euclides da Cunha para a construção do Brasil que hoje se vê. Euclides não está no cânone porque morreu jovem, de forma trágica e foi erigido a condição de mito³⁶⁹. A sua condição de grande vem do fato de que a sua obra, embora em muitos pontos tenha uma discussão científica superada, traz em seu bojo questões que ressoam o Brasil contemporâneo. Que têm ressoado o Brasil há cem anos. Não é à toa que Walnice Nogueira Galvão, em 2019, encerrou a conferência de abertura da 17ª Feira do Livro de Paraty (FLIP), que homenageou Euclides da Cunha, com estas palavras:

Os Sertões tem que ser lido todos os dias, enquanto persistir a situação dos pobres brasileiros. Enquanto ocorrer o genocídio dos jovens negros nas favelas de São Paulo, a militarização das comunidades do Rio de Janeiro, enquanto acontecerem tragédias como as de Mariana e Brumadinho (OLIVEIRA, 2019).

Hannah Arendt (1989) entende que o passado que não pode ser narrado vai se tornar uma dor insuportável, mas não existe uma única narrativa sobre um fato, como Dilermando muito bem atestou ao longo da vida. Como Euclides entendeu ao pisar em Canudos. E o próprio esforço da narrativa, da recuperação da memória, pode, por si, trazer novas dores sobre um tempo que, de fato, não se pode repetir, uma verdade que não é possível de se (re)construir em todas as suas nuances. O encontro de Euclides, Ana e Dilermando arrastou com eles muito mais que a honra de um homem e os destinos de sua família. Ele marcou a segunda família de Ana, a segunda família de Dilermando, ele mobilizou esforços para legar ao público uma narrativa que desse a Euclides o seu lugar de direito, sem máculas. Ao fim, as atuações das instituições, da família, mantêm vivas narrativas que trazem Euclides a partir de vários ângulos para o leitor contemporâneo. Mas a força da sua obra vai além do cânone, porque é espaço de discussão³⁷⁰, espaço de novas perspectivas e espaço de crítica. Uma crítica que, na contemporaneidade, segue sendo parte da compreensão da identidade nacional, ferramenta de construção de memória e objeto de narrativa, atual como nunca.

³⁶⁹ Walnice Nogueira, em entrevista a Alberto Dines (2009), fala sobre a morte de Cunha: “ele tinha 43 anos, quer dizer, era um garoto, para ter uma morte daquelas. O que será que ele não ia fazer, de bom, de importante, com aquela cabeça e aquela disposição para trabalhar? Ele tinha acabado de começar uma nova carreira, passou no concurso de lógica pro Colégio Pedro II ...” Dines, entrevistando Roberto Pompeu de Toledo (2009), perguntou-lhe se Euclides era o escritor de um livro só, ou foi a tragédia que fez com que ele ficasse um escritor de um livro só, Toledo pondera é que não há como apontar exatamente o que Euclides produziria depois, mas que *Os Sertões* se sobressai, se esse livro não existisse ele não teria a proeminência que tem na literatura brasileira, e que o livro realmente é um grande momento da literatura.

³⁷⁰ No sentido do que aponta Antônio Cândido (1943), que “uma obra autêntica, no sentido próprio, é sempre uma resposta: uma resposta dada por um indivíduo, de mais sensibilidade ou mais penetração do que a média, aos 0

BIBLIOGRAFIA

Livros e capítulos de livros

ABREU, Regina de. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ACQUAVIVA, Marcus Claudio. **Tribunal do Júri**. São Paulo: Ícone, 1991.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Instauração da República no Brasil. In SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (Org). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 163-178.

AMADO, Jorge. **Navegação de Cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ANDRADE, Jefferson. **Anna de Assis: história de um trágico amor**. Rio de Janeiro (RJ): Best Bolso, 2009.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte e Crítica d'Arte**. Lisboa: Lisboa Editora, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ASSIS, Dilermando de. **Um Conselho de Guerra: a morte do Aspirante da Marinha Euclides da Cunha Filho. Defesa do Tenente Dilermando Cândido de Assis**. Rio de Janeiro: Typographia dos Annaes, 1916.

_____. **A Tragédia da Piedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1951.

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Penguin-Cia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Vicente de. **Almeida Júnior, o romance do pintor**. São Paulo: Editora Própria, 1985.

AZEVEDO, André Nunes de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio, 2016.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBER, Justin. *The Children of Evolution: Euclides da Cunha and Positivist Discourse in Late Nineteenth-Century Brazil*. Createspace Independent Publishing Platform, 2009.

BARBOSA, João Alexandre. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800/1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Rui. **O júri sob todos os aspectos**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1950.

BERNUCCI, L. M. *Os sertões*: (campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 4ª ed., 2009.

BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2001.

BLANCHOT, M. *Le mythe d'Orestes*. In *Faux pas*. Paris: Galimard, 1971.

BLOM, Philip. **Os anos vertiginosos: mudança e cultura no ocidente, 1900-1914**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2015.

BLOOM, Harold. **O Cânone Ocidental**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BRANDÃO, Adelino Marques da Silva. **Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 3. ed., 1990.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BROCA, Brito. **Vida Literária no Brasil – 1900**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2005.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros). In _____, **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8ª ed. São Paulo, 2000.

_____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8ª ed. São Paulo, 2000.

CARNEIRO, Paulo. Francisco Venâncio Filho: um homem de ciência e educador. In VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Francisco Venâncio Filho, um educador brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. Radicalismo e republicanismo. In _____ & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Euclides da Cunha e o Exército. In _____. **O pecado original da república**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p. 110-126.

_____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Editora Todavia, 2019, p. 22-86.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. E-book. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

CARVALHO, Mário Cesar. Diálogo com a memória de um computador. In VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha. Esboço biográfico**. Organização Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo (SP): Cia das Letras, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira**: origens e unidade (1500 – 1960). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CASTELLS, M. O poder da identidade. In **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. 2ed. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. E-book. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Ed, 2000.

_____. et al. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, Bom Texto, 2004.

CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Adultério, defloramento, estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro (RJ): João Lopes Cunha, Editor. 1897.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940**. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 2000.

CAVALCANTI, Dirce de Assis. **O Pai**. 5ª ed. São Paulo (SP): Ateliê Editorial, 1998.

CHIARELLI, Tadeu. **Um jeca nos vernissages**. Vol. 11 Coleção Texto e Arte. São Paulo (SP): EdUSP, 1995.

CIBELA, Ângelo. **Um Nome, Uma Vida, Uma Obra. Dilermando de Assis**. Rio de Janeiro (RJ): Tip. Duarte, Neves & Cia., 1946.

COELHO NETTO, Henrique Maximiano. **Falando....** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1919.

COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista ou sumária espozição da religião universal, em treze conferência entre uma mulhér e um sacerdote da Humanidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Igreja Positivista do Brazil, 1934.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Prefácio. In _____. (Org.). **História da Virilidade. 1. A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

CORBIN, Alain. Introdução. In _____. ; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). **História da Virilidade. 2. O triunfo da virilidade. O século XIX**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1981.

COSTA, Carla. **Cronologia resumida da Guerra de Canudos e de Euclides da Cunha**. Museu da República IBRAM/Minc, setembro de 2017. Disponível em <http://museudarepublica.museus.gov.br/cronologia-resumida-da-guerra-de-canudos-e-de-euclides-da-cunha/>. Acesso em 22 mar 2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8ª ed. São Paulo (SP): Fundação Editora Unesp, 2007.

COSTA, J.F. **A Face e o Verso: estudos sobre o homoerostimo II**. São Paulo (SP): Escuta, 1995.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo (SP): Martin Claret, 2004.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo (SP): Publifolha, 2000.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo (SP): Contexto, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

_____; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O enigma da nação. In ABREU, Regina de. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro (RJ): Rocco, 1998.

DUBOIS, Jacques. *Vers une théorie de l'institution*. In DUCHET, Claude et al. **Sociocritique**. Paris: Nathan, 1979. Disponível em <https://sociocritique-crist.org/2020/11/05/relire-claude-duchet-colloque-international-de-sociocritique/>. Acesso em 10 jan 2021.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. São Paulo (SP): Saraiva, 2002.

_____. **Matar ou morrer: o caso Euclides da Cunha**. São Paulo (SP): Saraiva, 2009.

ÉSQUILO. **Orestéia: Agamêmnon, Coéforas, Eumênides**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3.a edição, revista. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2001

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1984.

_____. (Org.). **O Brasil Republicano: 2º volume: sociedades e instituições (1889- 1930)**. São Paulo: Difel, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira; tomo III).

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal.** São Paulo (SP): Ed. Revista dos Tribunais. 2002.

FERREIRA, Antenor da Silva. **Euclides da Cunha: da terra seca à terra molhada.** Curitiba (PR): Appris, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1986.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1987.

FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e Liberdades. In: _____ (dir.). **História das Mulheres no Ocidente.** Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História constitucional da República dos Estados Unidos do Brazil.** Rio de Janeiro: Typografia Aldina, 1894. v. I.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª Expedição.** São Paulo: Ática, 1977.

_____. Os Sertões para estrangeiros. In **Gatos de outro saco.** Ensaaios críticos. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha.** São Paulo (SP): Edusp, 1997.

_____. Cartas de Euclides no ano da guerra. In Abdala Jr, Benjamin & Alexandre, Isabel (Orgs). **Canudos. Palavra de Deus, Povo da Terra.** São Paulo, Editora Senac, Boitempo Editorial, 1997.

_____. **Guimarães Rosa.** São Paulo (SP): Publifolha, série Folha Explica, 2000.

_____. (Org.) **Euclides da Cunha: autos do processo sobre sua morte.** São Paulo (SP): Editora Terceiro Nome, 2009a.

_____. (Org.) **Euclidianos e Conselheiristas: um quarteto de notáveis.** São Paulo (SP): Editora Terceiro Nome, 2009b.

_____. **Euclides da Cunha. Militante da República.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

GAY, Peter. *Pleasure Wars. The bourgeois experience: Victoria to Freud*. WW Norton & Company. New York. London. 1999.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro (RJ): Ed. FGV, 2004

_____. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: MG, Fino Traço, 2009.

_____; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs). **Intelectuais mediadores. Práticas culturais e ação política**. (E-book). Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2016.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudo dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 285 f. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós Graduação em Educação: história, política, sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em 10 jan 2021.

HOBSBAWN, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 3 ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1992.

HUFTON, Owen. Mulheres, trabalho e família. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org). **História das mulheres no ocidente**. Porto (Portugal): Afrontamentos, 1991.

ISMÉRIO, Clarice. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 1995.

JOFFILY, Bernardo; JOFFILY, Mariana. **Atlas Histórico do Brasil**. São Paulo: FGV, 2016. Disponível em <https://atlas.fgv.br/>. Acesso em 04 jul 2021.

KRISTZMAN, Lawrence D. A virilidade e seus “outros”: a representação da masculinidade paradoxal. In VIGARELLO, Georges. (Org.). **História da virilidade: A invenção da virilidade, da antiguidade às luzes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LARA, Silvia Hunold. (Org). **Ordenações Filipinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LEMOS, Miguel. **O projecto do casamento civil**. Rio de Janeiro (RJ): IPB, 1884.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Euclides da Cunha**: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto/NUSEG, 2000.

LOPES, M. M. **O Brasil Descobre a Pesquisa Científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MALERBA, Jurandir. Ciência e arte na escritura histórica. In _____ (Org). **História & Narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis (RJ): Vozes, 2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1950. Disponível em <https://www.academia.edu>. Acesso em 25 mar 2020.

MASCHIETTO, Carmem C. Trovatto, **A tradição Euclidiana**: uma ponte entre a história e a memória. São Paulo: Editora Arte & Ciência, 2002.

MC CANN, Frank D. **Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MORAES, Evaristo de. **Reminiscências de um Rábula Criminalista**. Rio de Janeiro: Editora Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922. Disponível em: <http://arrow.latrobe.edu.au/store/3/4/3/9/0/public/b16357899CompleteBook.pdf>. Acesso em 20 ago 2019.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical: sociedade y cultura de elite en Rio de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX**. Colección Las ciudades y las ideas. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Edições do Sendo Federal, 2010.

PERROT, Michelle (Org). **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Manoel Carlos; FIALHO JR., Renato. **Pereira Passos**: Vida e Obra. Coleção Estudos Cariocas. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Agosto de 2006. Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudosariocas/download/2376_Pereira%20Passos%20vida%20e%20obra.pdf. Acesso em 10 fev 2020.

PINTO, Renan Freitas. **Amazônia – viagem das ideias**. 3ª ed. Manaus (AM): Valer, 2012.

PONTES, Eloy. **A vida dramática de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

RABELO, Silvio. **Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

RANGEL, Alberto. Euclides da Cunha: um pouco do coração e do carácter. Conferência realizada em 19 de Agosto de 1919, na Bibliotheca Nacional. In **Por protesto e adoração: in memoryam** de Euclides da Cunha. Edição Grêmio Euclides da Cunha, 1919. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7776>. Acesso em 10 jan 2021.

REALE, Miguel. **O Direito Como Experiência: introdução à epistemologia jurídica**. 2ª Ed. 4ª Tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político da Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; 1).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Teoria da Ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In _____ (Coord.) **A abertura para o mundo 1889-1930. História do Brasil Nação 1808-2010, volume 3**. Madrid e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva em coedição, 2012, p. 35-84.

_____. Com quantos presidentes se faz uma República no Brasil. In VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019, p. 08 – 13.

SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. O outono dos césares e a primavera da história. In **Revista USP/ Dossiê Os Sertões 100 anos**, São Paulo, n. 54, junho/agosto 2002, p. 30-37. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35209/37930>. Acesso em 20 set 2020.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). **Por uma história política**. 2. Ed. São Paulo: FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Weneck. **Revisão de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Revista do Livro, 1959. Disponível em <http://www.albertolinscaldas.unir.br/revisao.html>. Acesso em 03 jul 2021.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1929**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Prefácio. In CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; BARCHI, Felipe Yera (Org). **Intelectuais e Nação. Leituras de Brasil na República**. Curitiba (PR): Appris, 2018.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo (SP): É Realizações, 2011.

STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 4.ed. Porto Alegre (RS): Livraria do Advogado, 2001, p.173-175.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Exército e Nação**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMASSET, Claude. O medieval, a força e o sangue. In CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO (Org.). **História da Virilidade. 1. A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

THUILLIER, Jean-Paul. Virilidades romanas: *vir*, *virilitas*, *virtus*. In CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO (Org.). **História da Virilidade. 1. A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

TORNAGHI, Hélio. **Instituições de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 1977.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **A glória de Euclides da Cunha**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-gloria-de-euclides-da-cunha>. Acesso em 20 dez 2018.

_____. **Euclides da Cunha e seus amigos**. Série Brasileira vol. 142 – Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/226>. Acesso em 20 set 2021.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha. Esboço biográfico**. Organização Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. **A terra, o homem, a luta: um guia para a leitura de *Os Sertões***. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. 4. ed. rev. Brasília: Ed. UNB, 1998.

VIGARELLO, Georges. Introdução - A virilidade, da Antiguidade à Modernidade. In CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade. Vol 1. A invenção da virilidade. Da Antiguidade às Luzes** (Org. Georges Vigarello). Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

_____. *Virility and its crisis*. In **Travail, genre et sociétés**. Vol. 29. Issue 1, 2013a. Traduzido do francês por JPD Systems. Disponível em https://www.cairn-int.info/article-E_TGS_029_0153--virility-and-its-crises.htm. Acesso em 04 nov 2021.

VISCARDI, Cláudia. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. (Org). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. São Paulo (SP): Cia das Letras, 2019, p. 290-296.

WEGUELIN, João Marcos. **O Rio de Janeiro através dos jornais**. Versão para eBook [RocketEdition], 1998 Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Disponível em www.bibvirt.futuro.usp.br. Acesso em jan 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da Recepção e História da Literatura**. Porto Alegre: Editora Uniritter, 2015.

Artigos

ABREU, Regina de. Emblemas da Nacionalidade: o Culto a Euclides da Cunha. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n.1, p. 66-85, 1994. Disponível em <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/18-revista-brasileira-de-ciencias-sociais.pdf>. Acesso em 02 jan 2020.

_____. O enigma da permanência. In **Revista de História da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Ano 4, nº 47, agosto de 2009.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. In **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397-429, maio-ago. 2020. Disponível em <https://tinyurl.com/mr2mpr2w>. Acesso em 14 jun 2021.

BARBOSA, João Alexandre. O cânone na história da literatura brasileira. In **Organon**, v. 15, n. 30-31 (2001). Disponível em <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29708/18366>. Acesso em 03 nov 2021.

BARRETO, João Moniz. **Carta ao Rei de Portugal**, 1893. Disponível em <https://www.defesaaereanaval.com.br/videos/carta-ao-rei-de-portugal-moniz-barreto-1893>. Acesso em 15 set 2021.

BARROS, Carlos Juliano. O mito Euclides. In **Problemas Brasileiros**, n. 352, set. 2002. Disponível em <https://www.sescsp.org.br>. Acesso em 12 jan 2019.

BITTENCOURT, J. M. Taques. O líquido cefalorraqueano na sífilis congênita. In **Arquivos de Neuro Psiquiatria**. São Paulo, v. 6, n. 4, p. 369-384, Dez. 1948. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycks63ad>. Acesso em 27 mar 2020.

CADENA, Nelson Varón. O espírito de corpo de imprensa na cobertura do assassinato de Euclides da Cunha. In **Portal da Imprensa**. 10 mar 2008. Disponível em <https://portalimprensa.com.br/opiniaopinia/148/o+espírito+de+corpo+da+imprensa+na+cobertura+do+assassinato+de+euclides+da+cunha>. Acesso em 21 jun 2021.

CAIRNS, Douglas. *Honour and Shame: modern controversies and ancient values*. In **Critical Quarterly**. V.53, 1ª emissão, p. 23-41, abril de 2011. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14678705/2011/53/1>. Acesso em 17 mar 2021.

CÂNDIDO. Antônio. Ficção – I. Notas de crítica literária. In **Folha da Manhã**. São Paulo, 4 fev. 1943. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo40lista.htm>. Acesso em 20 out 2021.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5, n.º 8/9, 1985, p. 117-138.

CASTRO, Celso. Os militares e o golpe de 1889: um estudo sobre cultura e ação política. In **Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu – MG, 1995. Disponível em <https://tinyurl.com/yz2ndbew>. Acesso em 31 jan 2022.

_____. Escola Militar da Praia Vermelha. In **CPDOC/FGV**. Disponível em <https://tinyurl.com/3zhvr9mf>. Acesso em 31 jan 2021.

_____; GAGLIARDI, Juliana. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). In **Militares e Política**, nº 5 (jul-dez. 2009), p. 47-64.

CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. In **Educação e Realidade**, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995a.

_____. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995b.

COSTA, Cecília. Leis do coração, leis da geometria. Uma visita à Coleção Euclides da Cunha, na Biblioteca Nacional. In **Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 52, 2009. Disponível em <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/revista-livro-biblioteca-nacional-ano-17-n-52-euclides>. Acesso em 03 jul 2021.

COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. In **Revista USP**, São Paulo, n.54, p. 52-65, junho/agosto 2002. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35212/37933>. Acesso em 11 jan 2019.

COSTA, João Cruz. O positivismo na República: Notas sobre a história do positivismo no Brasil. In **Revista de História USP**, v. 7, n. 15, 1953. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35732>. Acesso em 02 ago 2021.

COSTA, Judith Martins. Culturalismo e Experiência no novo Código Civil. In **Boletim da Faculdade de Direito da Faculdade de Coimbra**, v. 78, Coimbra- Portugal, 2002. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/fd4c/92174464f6f00803841b18b7500c885000f6.pdf>. Acesso em 10 jan 2016.

DEL GUERRA, Rodolpho José. Oswaldo Galotti e as Semanas Euclidianas (1938-2020). In **Revista Cultura Euclidiana**. Casa de Cultura Euclides da Cunha. – Vol 12 (2020) – São José do Rio Pardo, SP: CCEC, 2020b.

_____. A volta de Euclides e Quidinho em 1982. In **Revista Cultura Euclidiana**. Casa de Cultura Euclides da Cunha. – Vol 12 (2020) – São José do Rio Pardo, SP: CCEC, 2020bgóis.

DÓRIA, Carlos Alberto. A tradição honrada. In **Cadernos Pagu**. Campinas, IFCH/Unicamp, n. 2, 1994.

DORSCH, Sebastian. Os paulistanos, "ianques do sul", e a "doença moderna", a neurastenia, nas primeiras décadas do século XX. In **História, Ciências, Saúde -Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 169-180, mar. /2014. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 21 jan 2020.

FAGUNDES, Raphael Silva. Um incentivo aos sábios: os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de centralização monárquica (1830-1850). In **Intellectus**. V. 15. N. 1. 2016. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20946>. Acesso em 10 jan 2021.

FANINI, Michele Asmar. As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. In **História** 29 (1), 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/zRkkfhpVDvRSXsQyJrCqv3F/?lang=pt>. Acesso em 10 out 2021.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. Euclides da Cunha, um civilizador do sertão. In **Revista de História**, v. 41, n. 83, p. 179-188, 1970. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129088>. Acesso em 16 fev 22.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. In **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, v. 44, 2006. <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9415>. Acesso em 10 ago 2016.

FORSS, A. H.; LAMPHIER, Peg A. *Cult of True Womanhood*. In *Peg Lamphie & Writing Wench Press*. Disponível em https://www.peglamphier.com/uploads/5/8/9/7/58972537/document_set_4.pdf. Acesso em 07 fev 2022.

GARCIA, Gláucia. O mausoléu de Dilermando de Assis. Publicado em 26 ago 2019. In **Histórias de Cemitério**. Disponível em <https://saopauloantiga.com.br/o-mausoleu-de-dilermando-de-assis/>. Acesso em 25 mar 2021.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Higienismo e positivismo no Brasil: unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900-1930). In **Dialogia**, v. 2, p. 21-32, out2003. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/839>. Acesso em 08 fev 2021.

GÓMEZ, Hernán Eufemio. Jornalistas, espaço público e vida política. O papel da imprensa nas manifestações públicas da Campanha Civilista (1909-1910). In **VI Congresso Nacional de História da Mídia**, 13 a 16 de maio de 2008, Universidade Federal Fluminense. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Jornalistas-%20espaco%20publico%20e%20vida%20politica.pdf>. Acesso em 11 out 2021.

GOMIDE, F. M. **Uma reflexão histórica: crítica sobre a hipótese ficção do positivismo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/CNPq, 1999.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em 03 mar 2021.

IHGB. Euclides da Cunha e o IHGB. In **Noticiário. Número 243**. Disponível em <https://www.ihgb.org.br/noticiario/251-n%C3%BAmero-243.html>. Acesso em 21 jun 2021.

_____. A Primeira Sessão do Instituto. In **Histórico**. Disponível em <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/primeira-sessao-instituto.html>. Acesso em 20 out 2021.

ISMÉRIO, Clarice. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). In **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 1, dez. 2009. ISSN 1981-2434. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/484>>. Acesso em: 20ago. 2019.

KIMBALL, Alan. *Intelligentsia*. In **Kimball Files. University of Oregon**. Disponível em <https://pages.uoregon.edu/kimball/ntg.htm>. Acesso em 14 jun 2021.

LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. In **Dossiê Cultura e Política - História**, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/tHjKbFtDGDSzFpcMRR4Z64F/?lang=pt>. Acesso em 12 out 2021.

LEONARDI, Paulo. Associações católicas como instâncias socializadoras e de controle do tempo: o caso do Liceu e do Santuário Sagrado Coração de Jesus. Dossiê Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos”. In **Pro. Posições**. V. 28, N. 3 (84) | Set/Dez. 2017, p. 83-111. Disponível em encurtador.com.br/lvyBQ. Acesso em 11 mar 2020.

LIMA, Ludmila de. ‘Exclusão’ relatada em *Os Sertões* está presente hoje, diz neta de Euclides da Cunha. In **Época. Cultura. Literatura**. Disponível em encurtador.com.br/prGW6. Acesso em 21 jun 2021.

MARCELINO, Douglas Attila. A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate. In **Topói**. v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 130-146. Disponível em encurtador.com.br/glnA3. Acesso em 02 fev 2022.

MARCOLIN, Neldson. Euclides no Instituto Histórico. In **Revista do IHGSP**, vol. XCIX, 2015. Disponível em <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Euclides-no-Instituto-Hist%C3%B3rico.pdf>. Acesso em 19 out 2021.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma *intelligentsia* – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.2. N. .4. São Paul, jun. 1987. Disponível em <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/233-rbcs-04>. Acesso em 15 jun 2021.

MASCHIETTO, Carmem C. Trovatto. **Semanas Euclidianas**: histórias e questões. Disponível em <http://berrante.orgfree.com/SE99/academicos/conferenciaoficial99.htm>. Acesso em 22 jan 2019.

MELO, Alfredo Cesar. Revisitando o impasse Euclidiano à luz do ensaio. In **Revista Letras**, [S.l.], v. 73, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/8192/10532>. Acesso em 05 out. 2021.

MELLO, Marisa Schincariol de. Consagração ou desqualificação: Jorge Amado, Rachel de Queiroz e a Academia Brasileira de Letras. In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, julho 2011. Disponível em <https://tinyurl.com/m795p7c7>. Acesso em 19 jan 2022.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira. A influência do Positivismo nos primeiros anos da República (1889-1894). In **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**. Universidade Federal de Sergipe, 18 a 21 de outubro de 2010. Disponível em <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>. Acesso em 30 jan 2020.

MOREIRA, Sandra Careli. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. In **Métis: História & Cultura**. V. 1. N. 2, 2002. Disponível em <http://www.ucs.com.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1120/762>. Acesso em 22 fev 2021.

MOXNES, Halvor. *Honor and Shame*. In **Biblical Theology Bulletin**. 1993. P. 19-40. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/357560636-Halvor-Moxnes-Honor-and-Shame.pdf>. Acesso em 10 mar 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. V. 10, out. 1993. Disponível em: Acesso: 8 jan. 2020.

NUNES, Gabriel Pinto. A Ética Samurai e a construção de uma Nação: a apresentação da Ética Oriental Moderna na obra de Inazo Nitobe. In **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar** (2011). Disponível em <http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/gabrielnunes.pdf>. Acesso em 11 jul 2021.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. Entre o público e o privado: relações de gênero no pensamento positivista e católico (1870-1889). In **Anais Fazendo Gênero 9**, UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/>. Acesso em 10 jun 2019.

PEIXOTO, Rafael Cupello. Em defesa da Nação: os membros do IHGB e a busca pela glória e dignidade para o Brasil. In **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.3, 2009, p.139-148. Disponível em http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/10/e03_a4.pdf. Acesso em 10 nov 2021.

PERROT, Michelle. O nó e o ninho. In **Veja, 25 anos: Reflexões para o futuro**. São Paulo: Ed. Abril, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. In **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.

PINTO, A. D. C., MENEGHEL, S. N., e MARQUES, A. P. M. K. Acorda Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidade. In **Rev. Psico.** 38(3), 2017. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2885>. Acesso em 02 ago 2021.

PITT-RIVERS, Julian. *Honor*. In: SILLS, David L. **Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales**. New York: Macmillan, 1968.

PLAZA, Julio. Arte e interatividade: autor-obra-recepção. In **Brassilpaissdoofuturoboross**, 1990. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/cap/ars2/arteeinteratividade.pdf>. Acesso em 10 fev 2016.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 27 jan 22.

RAMOS, A. F. Terra em transe (1967, Glauber Rocha): estética da recepção e novas perspectivas de interpretação. In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. 3 (2), 2006. Disponível em <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/907>. Acesso em 23 jun 2021.

RICARDO, Cassiano. O bandeirante Euclides. In **Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 52, 2009. Disponível em <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/revista-livro-biblioteca-nacional-ano-17-n-52-euclides>. Acesso em 04 jul 2021.

ROQUETTE PINTO, Edgard. Ensaio sobre Os Sertões. In **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 93, set. 1929.

ROTHMAN, Joshua. *When man wanted do be virile*. In **The New Yorker. Cultural Comment**. Publicado em 14 abr 2016. Disponível em <https://www.newyorker.com/culture/cultural-comment/when-men-wanted-to-be-virile>. Acesso em 20 nov 2021.

SBRANA, R. A. Análise retórica de narrativas memorialísticas. In **Educação e Filosofia**, [S. l.], v. 30, n. n.ESP, p. 329–353, 2016. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30nEspeciala2016-p329a353. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/32094>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SCANTIMBURGO, João de. Editorial. In **Revista Brasileira**. Fase VII. Abril-Maio-Junho 2009. Ano XV N° 59. Disponível em <https://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista-brasileira-59.pdf>. Acesso em 20 set 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In _____ (Coord.) A abertura para o mundo 1889-1930. **História do Brasil Nação 1808-2010, volume 3**. Madrid e Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva em coedição, 2012, p. 35-84.

SENA. Davis Ribeiro de. Vidas Marcadas: Euclides, Ana e Dilermando, um romance irresistível. In **Euclides e o berço de Os Sertões**. 30 out 2003. Disponível em <http://www.proteton.com.br/euclides/ler.php?id=791&secao=111>. Acesso em 20 jun 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, C.A.C. Déficits variados após lesões neurológicas bacterianas ou virais: implicações clínicas, periciais e psicossociais. In **Psychiatry Online Brasil**. 2003;8(11). Disponível em: http://www.polbr.med.br/ano03/artigo1103_b.php. Acesso em 25 mar 2020.

SOUZA, Nathalia Peixoto Bravo de. O papel dos euclidianos cariocas na monumentalização de Euclides da Cunha. In **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856709_581c7fdff93784433c2a71bd0c9f7ccf.pdf. Acesso em 05 fev 2021.

SÊGA, Rafael Ordem e progresso. In **História Viva**. Edição 5, março de 2004.

THIESEN, Icléia. Imagens de Euclides da Cunha entre o público e o privado. In **R IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437):11-27, out./dez. 2007. Disponível em <https://ihgb.org.br>. Acesso em 20 jan 2019.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. In **Alfa**, São Paulo, 51 (1): 39-79, 2007. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/download/1426/1127/3802>. Acesso em 20 fev 2020.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Uma amizade póstuma. Euclides da Cunha e Francisco Venâncio Filho. In **Revista Brasileira**. Fase VII. Abril-Maio-Junho 2009. Ano XV. N° 59. Disponível em <http://www.academia.org.br>. Acesso em 10 mai 2019.

_____. O movimento euclidianista. In **Revista Brasileira**. Ciclo comemorativo do centenário de publicação de Os Sertões. Fase VII. Janeiro-Fevereiro-Março 2002. Ano VIII No 30. Disponível em <https://www.academia.org.br/abl/media/celebracao3.pdf>. Acesso em 10 nov 2021.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha. In **Remate de Males**, Campinas, (13); 41:46, 1993. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 17 dez 2018.

_____, Euclides da Cunha e a República. In **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-291, 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acesso em 03 set 2019.

_____, À frente da história. In **Cadernos da Literatura Brasileira**, volumes 13 e 14 de dez/2002, Euclides da Cunha, publicação do Instituto Moreira Salles. Disponível em https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/clb_-_euclides_da_cunha . Acesso em 04 jan 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia* e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. In **Revista Brasileira de História da Educação** nº 16 jan./abr. 2008. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38588/20119/>. Acesso em 15 jun 2021.

VIEIRA, José. 16 de agosto de 1909: repercussão da morte de Euclides da Cunha na Câmara dos Deputados. In **Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 52, 2009. Disponível em <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/revista-livro-biblioteca-nacional-ano-17-n-52-euclides>. Acesso em 03 jul 2021.

VOGEL, Arno; FERREIRA, Regiane. A tragédia da Piedade: o grande drama da República. In **Anuário Antropológico**, 2014. Brasília, UnB. V 40, n. 1, p. 165-201. Disponível em <https://journals.openedition.org/aa/1503#text>. Acesso em 10 nov 2018.

WELTER, Barbara. *The Cult of True Womanhood: 1820-1860*. In **American Quarterly**, Vol. 18, nº 2, parte 1. *The Johns Hopkins University Press*, 1966, p. 151-174. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2711179>. Acesso em 19 ago 2021.

ZILBERMAN, Regina. Recepção e leitura no horizonte da literatura. In **Revista Alea**. 2008, v.10, n.1, p. 85-97. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhh4bpt>. Acesso em 21 mar 2020.

ZILLY, Berthold. **O livro da nação**: Os Sertões de Euclides da Cunha, um texto brasileiro fundamental e o lugar da memória no contexto nacional e transnacional. Projeto de Pesquisa. Instituto de Estudos Latino-Americanos, Freie Universität de Berlim. Disponível em <https://tinyurl.com/2p9esj9j>. Acesso em 13 set 2021.

Monografias, Dissertações e Teses

ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira**: um projeto ressentido. 2014. 231 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15739/1/2014_MartinAdamec.pdf. Acesso em 10 nov 2021.

BONVENTRE, Laurie. *The Cult of True Womanhood: Women of the Mid-nineteenth Century and their Assigned Roles as Reflected in Contemporary Writing*. 2005. 60 f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Cultura Americana da Universidade de Michigan. Disponível em <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/117679/Bonventre.pdf>. Acesso em 08 nov 2021.

COSTA E SILVA, Valéria Torres. **Os segredos da imortalidade. Uma etnografia da Academia Brasileira de Letras**. 1999. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro.

DAHER, Anna Paula Teixeira. **A cultura da violência entre traços e tramas: o caso do pintor Almeida Jr. (1850-1899)**. 2017. 212 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Disponível em <https://tinyurl.com/3reymk48>. Acesso em 04 fev 2020.

GOMES, L. A. **Na alegria e na tristeza..., até que em um fatídico dia...: Casamento, desquite e gênero em Sobral (1962-1977)**. 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Ceará. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_f01409721152ff066770120498cbde82. Acesso em 04 ago 2018.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil**. Tese (doutorado). 129 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB, 2016. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22530>. Acesso em 06 nov 2021.

LADEIRA, Felipe Coelho de Souza. **O Pro Milone e a justificativa da violência na defesa do Estado no pensamento político de Cícero**. Dissertação (mestrado). 92 f. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP, 2008. Disponível em <https://tinyurl.com/28nx7cjd>. Acesso em 10 fev 2022.

LIMA, Helder Silva. **Tempo e historicidade em Os Sertões de Euclides da Cunha**. 2013. 122 f. Dissertação (mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Disponível em <https://tinyurl.com/4r588cfd>. Acesso em 22 jan 2020.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)**. 2015. 473 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5995>. Acesso em 03 fev 2021.

PACHECO, André Pinto. **Literariedade e cientificidade em Os sertões: a recepção crítica recente (1943-2001)**. 2003. 133 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vw4u6cc>. Acesso em: 3 ago. 2018.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado**. 2002. 284f. Tese (doutorado)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31082007-095427/pt-br.php>. Acesso em 04 mai 2016.

SILVA, Albert Stuart Rafael Pinto. Representações do caipira nas práticas literárias de Cornélio Pires. 2008. 106 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Disponível em https://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/TTNJYGNLULQP.pdf. Acesso em 10 out 2016.

SOARES, Lenin Campos. **O padre, o filósofo e o profeta**: a América de Simão de Vasconcelos. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_aa25b2deed7da368ac30103d768da19c. Acesso em 12 fev 2022.

SOUZA, Natália Peixoto Bravo de. **A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha**: um projeto político-ideológico. 2010. 146f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27042010-105742/pt-br.php>. Acesso em 30 out 2019.

Reportagens, Entrevistas, Catálogos, Documentários

ABOS, Márcia. Peças de José Celso Martinez Corrêa baseadas em Os Sertões tornam-se cinco filmes. In **Jornal O Globo**. Cultura. 27 set 2010. Disponível em <https://tinyurl.com/mtr88cy4>. Acesso em 10 jun 2019.

AGÊNCIA ESTADO. Zé Celso recria "Os Sertões" no Oficina. In **Estadão**. Cultura. 05 dez 2002. Disponível em <https://tinyurl.com/25tdkhkk>. Acesso em 10 set 2019.

ASSIS, Dilermando de. Euclides da Cunha não foi assassinado. O depoimento histórico do Coronel Dilermando de Assis em entrevista exclusiva à Revista Diretrizes. Entrevista concedida a BARBOSA, Francisco de Assis. **Revista Diretrizes**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 72. Novembro 6, 1941. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/163880/per163880_1941_00072.pdf. Acesso em 09 mai 2018.

_____. O crime de matar um deus. Entrevista a NASSER, David. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1951. Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 10 jan 2020.

BARBOSA, Eurico. A morte de Euclides da Cunha. In **Revista Bula**. Disponível em <http://acervo.revistabula.com/posts/ensaios/a-morte-de-euclides-da-cunha->. Acesso em 21 dez 2018.

BRANDÃO, Pedro Henrique. Dinorah de Assis, o ponto final da Tragédia da Piedade. In **Instituto Ludopédio**. Universidade do Esporte. Campo de Jogo. 22 jul 2020. Disponível em <https://ludopedio.org.br/arquibancada/dinorah-de-assis/>. Acesso em 15 jan 2022.

CAFARDO, Renata. Rondônia pede recolhimento de livros como 'Macunaíma' e 'Os Sertões'. In **O Estado de São Paulo**. 06 fev 2020. Disponível em <https://tinyurl.com/yckj9kbh>. Acesso em 01 dez 2020.

CARNEIRO, Julia Dias. Filha busca Justiça histórica para pai, que matou Euclides da Cunha. In **BBC Brasil**, 9 jul 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/48916568>. Acesso em 21 mar 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Um homem fora do lugar. In **Folha de São Paulo: Caderno Mais! Dia 02 de agosto de 2009**. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0208200909.htm>. Acesso em 05 ago 2019.

CAVALCANTI, Dirce de Assis. Chega de Calúnia! Entrevista concedida para a **Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 52, 2009. Disponível em <https://tinyurl.com/mu8264r8>. Acesso em 03 jul 2021.

COELHO, Lauro Machado. Caso Dreyfus: A fraude que revoltou a França. In **Revista Superinteressante**. História. 31 mai 1994. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/caso-dreyfus-a-fraude-que-revoltou-a-franca/>. Acesso em 04 nov 2021.

DOLZAN, Márcio. As cidades de Euclides. In **Euclides da Cunha 150 anos: Especial O Estado de São Paulo**. 2016. Disponível em <https://tinyurl.com/3cadx7uv>. Acesso em 20 jul 2019.

ERTHAL, Luiz Augusto. Euclides redescoberto. In **O Prelo**. 01 set 2020. Disponível em <https://tinyurl.com/2p92fejb>. Acesso em 03 jul 2020.

FILHO, Adonias. Euclides da Cunha. In **Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Euclides da Cunha (1866-1966)**. Organizada pela Seção de Exposições da Biblioteca Nacional, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação e inaugurada a 5 de julho de 1966. Disponível em <https://tinyurl.com/2p8cku2e>. Acesso em 16 set 2021.

FOLHA, Livraria da. **Conheça “Os Sertões”, obra prima de Euclides da Cunha**. Publicado em 23.05.2014 Disponível em <https://tinyurl.com/4wmxr35v>. Acesso em 09 jan 2019.

FRANCISCO, Severino. Ações judiciais de herdeiros prejudicam lançamento de biografias. 27/03/2011. In **Correio Braziliense**. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br>. Acesso em 01 fev 2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O Castro Alves dos sertões. Entrevista concedida a Nanami Sato para a **Revista do Livro da Biblioteca Nacional. Dossiê Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 52, 2009. Disponível em <https://tinyurl.com/mu8264r8>. Acesso em 03 jul 2021.

_____. Entrevista concedida a DINES, Alberto. **Observatório da Imprensa: Euclides da Cunha**, 11 ago 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pb8pH81tdNE>. Acesso em 18 out 2021.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a.156, n.388, jul/set.1995.

MARTINS, Wilson. O livro nacional (II). In **Jornal Gazeta do Povo**. Publicado em 21/08/2009. Disponível em <https://tinyurl.com/2h6h8sn7>. Acesso em 11 jan 2022.

MASCHIETTO, Carmen C T. Semanas Euclidianas: histórias e questões. In **Conferência Oficial da Semana Euclidiana de 1999**. Disponível em <https://tinyurl.com/45uw6r5v>. Acesso em 10 out 2021.

MAYRINK, José Maria. Engenharia, livros e tragédias (Capítulo 2). In **Dossiê Estadão - Euclides da Cunha 150 anos**. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-2.php>. Acesso em 10 out 2019.

MEIRELLES, Maurício. Diário da mulher de Euclides, pivô de sua morte, não foi escrito por ela, diz estudioso. In **Folha de São Paulo**. 09 de julho de 2019. Disponível em <https://tinyurl.com/mryzcm33>. Acesso em 02 mai 2019.

NEVES, Berilo. Tragédia das solteironas. In **Revista da Semana**, 17 de julho de 1937. Disponível em <https://tinyurl.com/2p8jay5p>. Acesso em 30 jun 2021.

OITICICA, Ricardo. Tragédia da Piedade. Entrevista concedida a CARVALHO, Gilda; FACHIN, Patrícia. In **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. 30 nov 2009. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2991-ricardo-oiticica>. Acesso em 10 ago 2021.

OLIVEIRA, Joana. ‘Os Sertões’ tem que ser lido todos os dias, enquanto persistir a situação dos pobres brasileiros. In **El País**. Cultura. 10 jul 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/cultura/1562785827_446579.html. Acesso em 10 jan 2021.

PIZA, Daniel. Entrevista concedida a DINES, Alberto. **Observatório da Imprensa: Euclides da Cunha**, 11 ago 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pb8pH81tdNE>. Acesso em 18 out 2021.

PONTES, Fernanda. Mulher de Euclides da Cunha fala da traição e do assassinato do escritor. In **Jornal O Globo**. 22/05/2014. Disponível em <https://tinyurl.com/2p9ap6fv>. Acesso em 03 set 2019.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Homenagem a Euclides da Cunha dá tom político à Flip 2019. In **Cultura. O Estado de São Paulo**. 15 mai 2019. Disponível em <https://tinyurl.com/4z6mwhbr>. Acesso em 25 nov 2020.

RONDON, Cândido M.S. Homenagem à memória do General Moreira Guimarães. Discurso do General Cândido M. S. Rondon. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In **Revista da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro**. Tomo XLVII. 1940. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1940_00001.pdf. Acesso em 28 set 2021.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Entrevista concedida a DINES, Alberto. **Observatório da Imprensa: Euclides da Cunha**, 11 ago 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pb8pH81tdNE>. Acesso em 18 out 2021.

TOMAZELA, José Maria. Culto a escritor marca cidade do interior paulista. In **Euclides da Cunha 150 anos: Especial O Estado de São Paulo**. 2016. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-3.php>. Acesso em 20 jul 2019.

TOSTES, Joel Bicalho. Entrevista concedida a DINES, Alberto. **Observatório da Imprensa: Euclides da Cunha**, 11 ago 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pb8pH81tdNE>. Acesso em 18 out 2021.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Euclides da Cunha para os íntimos. Entrevista concedida a SCARRONE, Marcelo; ELIAS, Rodrigo. **Entrevistas Brasil**, 21 jan 2010. Disponível em <https://tinyurl.com/mysdijnw3>. Acesso em 10 jan 2019.

SECCHIN, Antônio Carlos. Os Sertões: embate de Euclides da Cunha e Dilermando de Assis continua. Anotações em edição rara do livro são mais um capítulo da rivalidade dos dois. In **Jornal O Globo**. Cultura. 20 jan 2018, atualizado em 05 out 2019. Disponível em <https://tinyurl.com/2p839c5v>. Acesso em 17 jun 2021.

VENTURA, Roberto. Para ler (e gostar) de “Os Sertões”. In **Folha de São Paulo**. Coluna Sinapse (online). 23 jul. 2002. Disponível em <https://tinyurl.com/5n8xfeu2>. Acesso em 14 out 2020.

Conferências, Discursos e Depoimentos

ASSIS, Machado de. **Discurso de posse como presidente da Academia Brasileira de Letras**. 1897. Disponível em emencurtador.com.br/ivFQ6. Acesso em 20 out 2021.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 1, 1839.

CUNHA, Euclides da. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In **EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. Discursos e entrevistas**. São Paulo, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/kpNQY. Acesso em 14 jun 2021.

_____. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. In **Academia Brasileira de Letras. Acadêmicos: Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: encurtador.com.br/mCGIP. Acesso em 14 jun 2021.

FURTADO, Celso. Revisitando Euclides da Cunha. Conferência proferida em 17 jul 2001. **Ciclo comemorativo do centenário da publicação de *Os Sertões***. Academia Brasileira de Letras. Disponível em encurtador.com.br/puwQV. Acesso em 19 jan 2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Fato e ficção na obra de Euclides da Cunha**. Depoimento a Simone Petraglia Kropf e Nísia Trindade Lima para o Museu da República-RJ. São Paulo, 13 de abril de 1998. Disponível em <https://tinyurl.com/5n793p27>. Acesso em 18 jan 2019.

PEIXOTO, Afrânio. **Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras**. 14 ago 1911. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/afranio-peixoto/discurso-de-posse>. Acesso em 17 jan 2022.

RANGEL, Alberto. Discurso ao pé do túmulo de Euclides da Cunha. In **Revista do Grêmio Euclides da Cunha**. 1919. Disponível em www.euclidesdacunha.org.br. Acesso em 10 dez 2018.

_____. Discurso. In **Revista do Grêmio Euclides da Cunha**. 1917. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-gremio/360333>. Acesso em 19 dez 2021.

SILVA, Rachel Ap. Bueno da. Ou progredimos, ou desaparecemos. In **Revista Cultura Euclidiana**. Casa de Cultura Euclides da Cunha. – Vol 12 (2020) – São José do Rio Pardo, SP: CCEC, 2020.

ROMERO, Silvio. **Discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras**. 1906. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-dacunha/discurso-de-recepcao>. Acesso em 20 set 2021.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. O movimento euclidianista. Conferência proferida em 19 jun 2001. **Ciclo comemorativo do centenário da publicação de *Os Sertões***. Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://www.euclidesdacunha.org.br>. Acesso em 29 jan 2019.

_____. **Depoimento**. Disponível em <http://www.euclidesdacunha.org.br>. Acesso em 30 ago 2018.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.338, 1983.

Periódicos

Gazeta de Notícias, disponível em <https://tinyurl.com/2p8unmzb>.

A Noite (RJ). Disponível em <https://tinyurl.com/28xbrumu>.

Jornal do Comércio. Disponível em <https://tinyurl.com/5n6fcnm>.

Jornal O Radical. Disponível em <https://tinyurl.com/mtyhff9n>.

O Estado de São Paulo, Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/>.

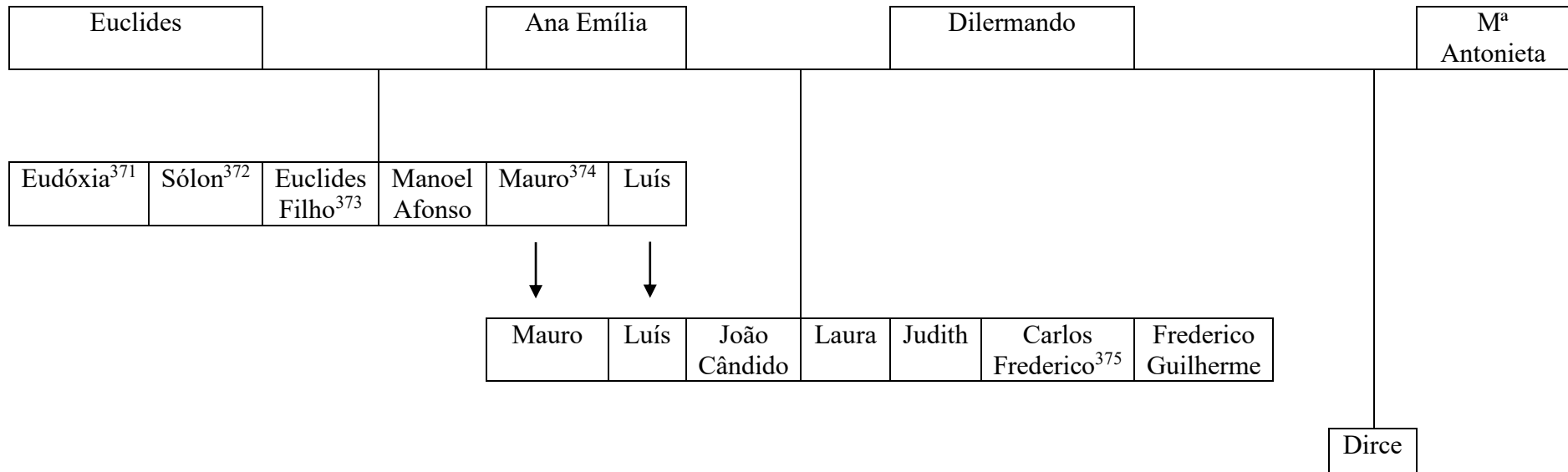
O Paiz, Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>.

Revista Careta, disponível em <https://tinyurl.com/539umsmf>.

Revista do Grêmio Euclides da Cunha, disponível em <https://tinyurl.com/ysjz2wp3>.

Revista Veja. Edição 1.367, n ° 47, 23 nov. 1994. Rio de Janeiro: Editora Abril.

ANEXO I
Famílias Cunha e Assis



³⁷¹ Morreu aos quatro meses.

³⁷² Morreu em uma emboscada, no Acre, no ano de 1916.

³⁷³ Morreu ao tentar vingar a morte do pai, atirando no padrasto, que se defendeu e o matou, também em 1916.

³⁷⁴ Morreu aos 7 dias de vida.

³⁷⁵ Morreu antes de completar um ano de idade.